

**COMUNICAÇÃO,
CONTRADIÇÕES
NARRATIVAS E
DESINFORMAÇÃO
EM CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS**

**Larissa Pelúcio
Raquel Cabral**
(Organizadoras)

**COMUNICACIÓN,
CONTRADICCIONES
NARRATIVAS Y
DESINFORMACIÓN
EN CONTEXTOS
CONTEMPORÁNEOS**



FICHA TÉCNICA

Editor-chefe

Lucas Almeida Dias

Projeto gráfico

Paulo Ricardo Cavalcante da Silva

Diagramação

Tatiane Santos Galheiro

Revisão

Ana Jackelline Pinheiro Porto (Língua Portuguesa)

Alana Ravena Holanda (Língua Espanhola)

Jancen Sérgio Lima de Oliveira (Supervisão)

Comitê Científico-Editorial

Dr. Amador Iranzo (Universitat Jaume I, Espanha)

Dra. Carolina Franzon Terra (Cáster Líbero)

Dr. Daniel Reis (Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG)

Dr. Daniel Ottado (Universidad de la República de Uruguay, UDELAR)

Dr. Dernival Venâncio Ramos (Universidade Federal do Tocantins – UFT)

Dra. Eliza Casadei Bachega (Escola Superior de Propaganda e Marketing, ESPM)

Dra. Érika de Moraes (Universidade Estadual Paulista, Unesp)

Dr. Felipe André Padilha (Universidade Federal da Bahia, UFBA)

Dra. Gisela Marques Pereira Gonçalves (Universidade da Beira Interior, UBI, Portugal)

Dr. Marcos Alan V. Ferreira (Universidade Federal da Paraíba, UFPB)

Dr. Márcio Simeone Henriques (Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG)

Dr. Plábio Marcos Martins Desidério (Universidade Federal de Tocantins, UFT)

Dr. Paulo Kuhlmann (Universidade Estadual da Paraíba, UEPB)

Dra. Rita Silvana Santos (Universidade de Brasília, UnB)

Dra. Roberta Holanda Maschietto (Universidade de Coimbra, Portugal)

Dra. Rosária Helena Ruiz Nakashima (Universidade Federal do Tocantins, UFT)

Dr. Rozinaldo Antonio Miani (Universidade Estadual de Londrina, UEL)

Dr. Rudimar Baldissera (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS)

www.culturaacademica.com.br

(11) 3242-7171

Comitê Editorial Científico –

Gradus Editora 2020/2021

Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana Dos Santos

Dra. Cintya de Oliveira Souza

Dra. Ana Cláudia Bortolozzi

Dra. Andreia de Bem Machado

Dra. Manuela Costa Melo

Dr. Carlos Gomes de Castro

Dra. Ana Beatriz Duarte Vieira

Dra. Janaína Muniz Picolo

Dr. Yan Corrêa Rodrigues

Dr. Thiago Henrique Omena

Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa

Dr. Fábio Roger Vasconcelos

Dr. Leandro Antônio dos Santos

Dr. Gustavo Schmitt

Dra. Renata Cristina Lopes Andrade

Dra. Daniela Marques Saccaro

Dra. Gladys del Carmen Medina Morales

Dra. Márcia Lopes Reis

www.graduseditora.com

(14) 3245-7675

**COMUNICAÇÃO,
CONTRADIÇÕES
NARRATIVAS E
DESINFORMAÇÃO**
EM CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS

**COMUNICACIÓN,
CONTRADICCIONES
NARRATIVAS Y
DESINFORMACIÓN**
EN CONTEXTOS
CONTEMPORÁNEOS

Larissa Pelúcio
Raquel Cabral
(Organizadoras)



Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos = Comunicación, contradicciones narrativas y desinformación en contextos contemporâneos [recurso eletrônico] / Larissa Pelúcio e Raquel Cabral (organizadoras); Tamer Al Najjar Trujillo ... [et al.]. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2021

228 p. : il.

ISBN 978-65-88496-37-4

ISBN 978-65-5954-105-8

Disponível online: <https://www.culturaacademica.com.br/>

Inclui bibliografia

1. Comunicação. 2. Desinformação. 3. Discursos de ódio. 4. Grupos minorizados. 5. Democracia. I. Pelúcio, Larissa. II. Cabral, Raquel.

UNESP – Campus de Bauru - Divisão Técnica de Biblioteca e Documentação

Bibliotecária: Maristela Brichi Cintra – CRB 5046/8ª Região

NOTA TÉCNICA

Este livro é fruto de articulações e debates desenvolvidos e fomentados pela linha de pesquisa 1 “Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais” do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) da Faculdade de Arquitetura Artes Comunicação e Design (FAAC), campus de Bauru-SP, Brasil.

Os textos produzidos para esta obra passaram por processo de avaliação e seleção cega por pares por um comitê científico-editorial internacional do campo de estudos da comunicação e áreas de conhecimento específicas mediante um sistema de revisão e avaliação pelo método de double-blind peer review.

Os critérios que fundamentaram a avaliação pautaram-se pela análise da qualidade do texto (relevância, originalidade e atualidade do tema; coerência e solidez teórico-metodológica; qualidade dos dados empíricos; adequação e atualidade da bibliografia mobilizada; e qualidade da redação). Desse modo, após esta análise inicial, os textos receberam comentários e sugestões de reflexões, referências e/ou adequações, conforme cada caso, e foram reenviados às/aos autoras/res para revisões. Desse modo, estabeleceu-se um diálogo crítico e profícuo que reitera a qualidade dos debates apresentados nesta obra.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Gostaríamos de registrar nossos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação do Brasil mediante do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP) pelo financiamento desta obra, o que reitera nosso reconhecimento às instituições públicas que fortalecem a produção científica em nosso país.

Também agradecemos ao Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), da Faculdade de Arquitetura Artes Comunicação e Design (FAAC), campus de Bauru-SP, que apoiou e financiou a produção desta obra, fruto de debates e discussões alinhadas com a Linha de Pesquisa 1 do referido programa: Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais.

Agradecemos, sobretudo, às/aos autoras/es que contribuíram com esta obra compartilhando conosco suas reflexões e olhares críticos sobre a temática, ao mesmo tempo em que assumiram um compromisso de diálogo aberto e democrático com os pares, que avaliaram os textos; com os estudantes, que fomentam o processo de ensino-aprendizagem; e com nossas sociedades, que finalmente legitimam a razão de ser da ciência engajada em diminuir a desinformação e os discursos de ódio que, historicamente, sempre precederam eventos de grande violência contra a humanidade e a natureza.

Nossos mais sinceros agradecimentos às/os parceiras/os pesquisadoras/es que formaram parte do nosso Comitê Científico-Editorial vinculadas/os a diversas instituições de ensino superior e pesquisa do Brasil, Espanha, Portugal e Uruguai que qualificam as reflexões críticas produzidas nesta obra.

Temos a convicção de que as parcerias interinstitucionais nacionais e internacionais fomentam o diálogo diverso, intercultural e qualificado que exige o conhecimento científico crítico voltado para fortalecer sociedades plurais e democráticas.



EPIGRAFE

Se as pessoas forem esclarecidas, atuantes e se comunicarem em todo o mundo; se as empresas assumirem sua responsabilidade social; se os meios de comunicação se tornarem mensageiros, e não apenas mensagem; se os atores políticos reagirem contra a descrença e restaurarem a fé na democracia; se a cultura for reconstruída a partir de experiências; se a humanidade sentir a solidariedade da espécie em todo o globo; se consolidarmos a solidariedade inter-regional, vivendo em harmonia com natureza; se partirmos para exploração de nosso ser interior, tendo feito as pazes com nós mesmo. Se tudo isso for possibilitado por nossa decisão bem informada, consciente e compartilhada enquanto ainda há tempo, então talvez, finalmente possamos ser capazes de viver, amar e ser amado.

Manuel Castells

Fim de Milênio. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2002.

AUTORAS E AUTORES

ALANA NOGUEIRA VOLPATO

Relações-Públicas (2011); Mestra em Comunicação (2015) e Especialista em Comunicação Popular e Comunitária (2018) pela UEL – Universidade Estadual de Londrina. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp - Universidade Estadual Paulista. Atuou como Professora Substituta do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp/Bauru (2016 e 2017). Integra o Grupo de Pesquisa em Comunicação Midiática e Movimentos Sociais - ComMov/Unesp. Tem experiência nas áreas de Relações Públicas, Comunicação Popular e Comunitária, Comunicação Pública e Comunicação e movimentos sociais. Bolsista da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. E-mail: alanavolpato@gmail.com

ALESSANDRA FARNÉ

Profesora del Departamento de Traducción y Comunicación de la Universitat Jaume I (UJI) en Castellón (España). Es miembro del Instituto Interuniversitario de Desarrollo Social y Paz (IUDESP) y del Instituto Universitario de Estudios Feministas y de Género Purificación Escibano (IF) de la UJI. Es licenciada en Relaciones Públicas y tiene un Máster y Doctorado en Estudios Internacionales de Paz, Conflictos y Desarrollo. Su actividad investigadora y docente está vinculada a los temas de comunicación social y educación informacional-mediática (Documentación informativa, Comunicación para la paz, Comunicación para la igualdad, Desarrollo y Cooperación internacional). Ha participado en varios proyectos de investigación e innovación educativa y en el ámbito de la transferencia destaca su colaboración con ONG y organizaciones sociales-culturales. E-mail: farne@uji.es

CARLO JOSÉ NAPOLITANO

Professor Associado da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru/SP, Livre-Docente em Direito à Comunicação, Pós-Doutor pelo Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara. E-mail: carlo.napolitano@unesp.br.

CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

É bacharel (2000), mestre (2003) e doutora (2010) em Ciências Sociais pela Unesp – Universidade Estadual Paulista. Realizou estágio de Pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa – Portugal (2020). Desde 2013 ocupa o cargo de Professor Assistente Doutor na Unesp e desde 2014 integra o corpo docente permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da mesma instituição. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov. Atua na área de Sociologia da Comunicação, desenvolvendo estudos sobre a relação entre Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais, com ênfase nos temas: participação, mobilização social, deliberação pública, ativismo digital, comunicação para mobilização popular. E-mail: caroline.luvizotto@unesp.br

DÉBORA CUNHA TEODORO

Jornalista, advogada, mestra e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Bolsista Capes. E-mail: deborahteodoro@hotmail.com

DIUAN DOS SANTOS FELTRIN

Mestrando em Comunicação Midiática pelo programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP (Universidade Estadual Paulista), Bauru-SP. Especialista em Docência no Ensino Técnico e Superior e Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pelo Centro Universitário Toledo, Araçatuba-SP. E-mail: diuan.feltrin@unesp.br.

ELOÍSA NOS ALDÁS

Catedrática de la Universitat Jaume I de Castellón (UJI) en el Departamento de Ciencias de la Comunicación, Facultad de Ciencias Humanas y Sociales e investigadora del Instituto de Desarrollo Social y Paz (donde coordina el grupo <http://www.desarrollosocialypaz.uji.es/>). Líneas de investigación: comunicación, sociedad civil y justicia social global. Publicaciones recientes: PINAZO CALATAYUD, D.; NOS ALDÁS, E.; AGUT NIETO, S. Comunicar en positivo o negativo en el activismo social. *Comunicar*, Huelva, n. 62, 2020. NOS ALDÁS, E.; FARNÉ, A. Comunicación transgresora de cambio social: epistemologías performativas y eficacia cultural. *Convergencia*, 27, México, 2020. NOS ALDÁS, E. From grassroots action to public discourses of cultural peace. In: IRANZO, A.; FARNÉ, A. [coords.]. *Comunicación para el cambio social: propuestas para la acción*, España: Tirant Lo Blanch, 2019. E-mail: aldas@uji.es

FELIPE DE OLIVEIRA MATEUS

Doutorando em Comunicação pelo PPGCOM da FAAC/Unesp, é jornalista e Mestre em Comunicação pela FAAC/Unesp. Atua em pesquisas relacionadas à Comunicação Digital, uso de mídias sociais, Políticas e Direito à Comunicação. Atuou por seis anos no Departamento de Jornalismo da TV Unesp, emissora universitária da Universidade Estadual Paulista. Atualmente, é jornalista da Secretaria Executiva de Comunicação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: felipe.omateus@hotmail.com

GABRIEL KAPLÚN

Profesor Titular de la Facultad de Información y Comunicación de la Universidad de la República de Uruguay. Comunicador, Magíster en Educación, Doctor en Estudios Culturales Latinoamericanos y actualmente Presidente de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC). Sus principales líneas de trabajo han sido la comunicación educativa, organizacional y comunitaria, las políticas de comunicación, la educación popular, la educación a distancia y el uso de tecnologías en educación y participación ciudadana. Ha escrito varios libros y numerosos artículos sobre estos temas. Actualmente coordina el grupo de investigación AlterMedia (Alternativas Mediáticas) y el Observatorio de las Profesiones de la Comunicación. E-mail: gabriel.kaplun@fic.edu.uy

ISABELLA BERGO

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM-ECA/USP) da Universidade de São Paulo. Integra o grupo de pesquisa Alteridade, Subjetividades, Estudos de Gênero e Performance nas Comunicações e Artes. Graduada em Comunicação Social, com Habilitação em Cinema pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). E-mail: isabella.bergo@usp.br

ISADORA SÔNEGO PINHABE

Graduanda em Relações Públicas pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Campus de Bauru. Desenvolve trabalho de iniciação científica financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo nº 2020/07682-3), focado no alinhamento universitário com a Agenda 2030 por meio de estratégias de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e Comunicação para a Paz. Tem experiência em Comunicação Digital como membro da equipe universitária de esportes eletrônicos que representa a Unesp-Bauru, na qual coordena a Diretoria de Comunicação, responsável pelas atividades de gestão de mídias sociais digitais e demais canais de contato, relacionamento com o público, campanhas e estratégias de engajamento, assessoria de imprensa e benchmarking. E-mail: isadora.pinhabe@unesp.br

JOSÉ CRISTIAN GÓES

José Cristian Góes é jornalista profissional, doutor em Comunicação e Sociabilidades pela Universidade Federal de Minas Gerais, com doutoramento sanduíche na Universidade do Minho/Braga, Portugal. É mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Sergipe. Foi repórter e colunista em jornais, revistas e portais por mais de 20 anos e trabalhou em assessoria de comunicação em sindicatos e nos poderes Legislativo e Executivo. Foi secretário de Comunicação da Prefeitura de Aracaju, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Sergipe e membro da Comissão Nacional de Ética dos Jornalistas. Colabora com A Pátria, Jornal da Comunidade Científica de Língua Portuguesa, e outras publicações em Angola e na Alemanha. É investigador no Laboratório de Jornalismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cristiangoes_brasil@yahoo.com.br

JOSÉ IGNACIO MARTIN GALÁN

Doctor en comunicación con mención internacional por la Universitat Jaume I, con estancias de investigación en Columbia University (Nueva York) y la Universidad Sorbonne Nouvelle (París), e investigador del IUDESP. También completó el Máster Internacional en Estudios de Paz, Conflictos y Desarrollo de la UJI y es licenciado en Periodismo por la Universidad Cardenal Herrera-CEU. Martín Galán atesora 22 años de experiencia profesional como periodista, investigador académico, profesor y especialista en comunicación con organizaciones sin ánimo de lucro y con las Naciones Unidas. Líneas de investigación: comunicación para la paz, el desarrollo y la transformación de conflictos, violencia cultural, estudios de paz y justicia social global. E-mail: basirinacho@yahoo.es

JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER

Docente na Universidade Estadual Paulista (Unesp): Jornalismo [graduação] e no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia; formado em Jornalismo pela PUC/SP, com mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - comunicação e cultura; líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Observação em Economia Criativa - mídia, artes, relações étnico-raciais e inovações tecnológicas. Coordenador do Programa Institucional Educando para a Diversidade [2017/2020], presidente da Comissão de Heteroidentificação para Pretos e Pardos no sistema vestibular [2016/2020] e vice-diretor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. E-mail: juarez.tadeu@unesp.br

KARINA FERRARA BARROS

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM-ECA/USP) da Universidade de São Paulo. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). E-mail: karinaafb@gmail.com

KÁRITA EMANUELLE RIBEIRO SENA

É doutora em Comunicação pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Bauru. Atuou como professora substituta na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais - ComMov/UNESP. Membro do grupo de Pesquisa em Ciberjornalismo - Ciberjor/UFMS. É mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2011). Possui pós-graduação Lato Sensu em Comunicação: linguagem e Produção Textual pela Associação Educacional do Vale Itajaí-Mirim (2009). É bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade Católica Dom Bosco (2007). Atua como jornalista na Assessoria de Comunicação nos Correios, em Mato Grosso do Sul, desde 2009. Pesquisa e tem interesse especialmente pelos seguintes temas: Cibermeios; Redes Sociais, Comunicação Organizacional e Comunicação Pública. E-mail: karitaemanuelle@gmail.com

LARISSA PELÚCIO

Livre-Docente em Estudos de Gênero, Sexualidade e Teorias Feministas. Atua como professora de Antropologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (campus Bauru -Departamento de Ciências Humanas FAAC), integra o quadro de docentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, na mesma instituição é também pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), realizou Pós-doutorado na Université Paris 8 - Vincennes - Saint Denis. Suas pesquisas abordam temas como gênero, sexualidade, saúde, mídias digitais a partir de diálogos com a teoria queer, as epistemologias feministas e os saberes subalternos. É autora do livro Abjeção e Desejo - uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids e Amor em Tempos de Aplicativos - masculinidades heterossexuais e a nova economia do desejo (Annablume). A pesquisadora integra o comitê editorial da coleção Annablume Queer, é assessora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atuou como coordenadora do módulo Gênero junto ao Programa de Educação à distância Gênero e Diversidade na Escola (GDE - UFSCar e UNESP). É líder do Grupo de Pesquisa Transgressões - Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias contemporâneas. E-mail: larissa.pelucio@unesp.br

MAXIMILIANO MARTIN VICENTE

Graduação em História pela Universidade do Sagrado Coração (1982), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1987) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1996). Livre-docente em História do Brasil, em 2008. Atualmente, é professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, no campus de Bauru. Tem experiência no ensino nos cursos de Comunicação Social, na área de História do Brasil e Realidade Socioeconômica e Política Brasileira Contemporânea. Atua no programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da UNESP, onde orienta pesquisas na área de Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais e leciona a disciplina Comunicação e História na Nova Ordem Internacional. Desenvolve pesquisas relacionadas com a comunicação alternativa e contra hegemônica. E-mail: mm.vicente@unesp.br

MICHEL FRANCISCO AMÂNCIO

Graduado em Comunicação Social: Jornalismo, e mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Unesp, campus de Bauru-SP, no qual atua na linha de pesquisa de "Processos midiáticos e práticas socioculturais". E-mail: michel.amancio@unesp.br

NATALIA UVAL

Doctora en Comunicación por la Universidad Nacional de la Plata; Máster en Comunicación, Cultura y Educación por la Universidad Autónoma de Barcelona; y Licenciada en Ciencias de la Comunicación por la Universidad de la República. Es docente adjunta de Periodismo e investigadora en la Facultad de Información y Comunicación de la Universidad de la República. Es periodista del diario uruguayo La Diaria desde su fundación, en 2006, y desde 2021 es directora periodística de La Diaria. Ha sido columnista de programas radiales y televisivos. Ha trabajado como consultora en comunicación y editora para organismos y redes internacionales como la Organización Internacional del Trabajo, la Red Sudamericana de Economía Aplicada y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). E-mail: nataliauval@gmail.com

RAQUEL CABRAL

Pesquisadora e professora nos cursos de graduação e pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil. Pós-doutorado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Comunicação Institucional pela Universitat Jaume I, Espanha. Mestre em Comunicação Midiática pela Unesp. Mestre em Estudos Internacionais em Paz, Conflitos e Desenvolvimento Social pela Cátedra UNESCO de Filosofia para a Paz da Universitat Jaume I, Espanha. Bacharel em Comunicação Social - Relações Públicas pela Unesp. Pesquisadora externa do Instituto de Desarrollo Social y Paz (IUDESP) da Universitat Jaume I e Universitat de Alicante (Espanha), também da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS) e da Rede Universidades 2030. Linhas de pesquisa: violência na comunicação, comunicação para paz (Peace Communication), violência organizacional e Agenda 2030. E-mail: raquel.cabral@unesp.br

SOFIA JOSÉ SANTOS

Professora Auxiliar de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigadora do Centro de Estudos Sociais, onde coordena o projeto DeCodeM como Investigadora Principal e onde tem desenvolvido, desde 2008, investigação sobre mídia e relações internacionais; mídia e masculinidades e internet e tecnopolítica. É doutorada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e tem um diploma de Estudos Avançados em Ciências da Comunicação pelo ISCTE-IUL, onde está agora a seguir um segundo doutoramento sobre tecnopolítica e direitos digitais. E-mail: sjs@ces.uc.pt

TAMER AL NAJJAR

Personal investigador en formación predoctoral de la Universitat Jaume I de Castellón (UJI) en el Departamento de Ciencias de la Comunicación y el Instituto de Desarrollo Social y Paz. Publicaciones recientes: NOS ALDÁS, E.; FARNÉ, A.; AL NAJJAR, T. Communication for Peaceful Social Change and Global Citizenry. In: LEAL FILHO, W., et al. (eds). Peace, Justice and Strong Institutions. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals. Cham, Springer, 14 nov. 2020. ARÉVALO SALINAS, A.; AL NAJJAR TRUJILLO, T.; VILAR SASTRE, G. Medios informativos alternativos y economía solidaria en España. Psicoperspectivas, v. 19, n. 2, 2020, p. 1-13. AL NAJJAR TRUJILLO, T.; Arévalo Salinas, A.. La cobertura periodística de los atentados de Barcelona y Cambrils en Eldiario.es: análisis del tratamiento informativo del islam. Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura, n. 60, 2019, p. 81-96. E-mail: alnajjar@uji.es

THIAGO GEHRE GALVÃO

Coordenador do Programa Estratégico UnB 2030: Sustentabilidade e Desenvolvimento Inclusivo da Universidade de Brasília. Doutor em Relações Internacionais (UnB, 2011) e professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (2015). Pesquisa e ensina sobre Relações Internacionais do Brasil, Estudos de Desenvolvimento, Cooperação Sul-Sul, Educação Global e Estudos Críticos de Segurança. Trabalhou na Presidência da República Brasileira entre 2012 e 2015, na Assessoria de Cooperação Internacional Federativa e na Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD). Atualmente, está pesquisando sobre BRICS, Política Visual Global, Pensamento Criativo e sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030. E-mail: gehre.unb@gmail.com

TIAGO JOSÉ SILVA LAPA

Mestre pela Universidade de Cambridge e doutorado pelo Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. Exerce funções como Professor Auxiliar na Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Iscte-IUL e investigador integrado no CIES-IUL, tendo também desenvolvido atividade docente noutras instituições. Tem participado em programas europeus COST e Erasmus+ e em redes científicas de âmbito internacional, como o World Internet Project e o European Media Coach Initiative, relacionados com os estudos da internet, a divisão digital e a literacia da nova mídia. Também pertence ao conselho consultivo do Centro Internet Segura da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). E-mail: Tiago.Jose.Silva@iscte-iul.pt

SUMÁRIO

PREFÁCIO

- Mentira la mentira: brechas para la esperanza en tiempos de oscuridad 17
Gabriel Kaplún

APRESENTAÇÃO

- Comunicação, contradições narrativas e a desinformação em contextos contemporâneos 19
Larissa Pelúcio e Raquel Cabral

PRESENTACIÓN

- Comunicación, contradicciones narrativas y la desinformación en contextos contemporáneos 27
Larissa Pelúcio e Raquel Cabral

PARTE 1. DISCURSOS DE ÓDIO E COMUNICAÇÃO PARA A PAZ..... 35

Comunicando en tiempos de polarización:

- Discursos transgresores, relatos alterativos y Espirales de Paz..... 39
Tamer Al Najjar Trujillo, José Ignacio Martín y Eloísa Nos Aldás

El enemigo en las sombras:

- Polarización y discursos de odio en el debate político en redes sociales en Uruguay..... 55
Natalia Uval

Agenda 2030 e Comunicação para Paz: Estratégias de visibilidade e territorialização

- dos ODS na realidade brasileira a partir de uma perspectiva crítica 67
Diuan dos Santos Feltrin, Isadora Sonogo Pinhabe, Juarez Tadeu de Paula Xavier, Lucas Furio Melara,
Raquel Cabral, Thiago Gehre Galvão

PARTE 2. COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E RESISTÊNCIAS 89

Comunicação para paz e teoria crítica:

- Reflexões no contexto brasileiro de fascistização e violência contra negros..... 91
Michel Francisco Amâncio e Maximiliano Martin Vicente

Análise das contranarrativas publicadas na eleição de 2018 no Brasil:

- Desinformação e fake news na pré-campanha presidencial 107
Caroline Kraus Luvizotto, Kárta Emanuelle Ribeiro Sena, Alana Nogueira Volpato

- O encontro da comunicação em Paulo Freire para tempos de desencontros..... 125

José Cristian Góes

PARTE 3. GÊNERO, DESINFORMAÇÃO E ARTICULAÇÃO EM REDE..... 141

Comunicación y alfabetización para la justicia social:

El caso del activismo feminista y pensionista en España 143

Alessandra Farne

As Fridas, o capitão e o grupo da família: Estratégias emocionais feministas para enfrentar a

desordem da informação em tempos pandêmicos 157

Larissa Pelúcio

Comunicação e Tecnologia como legitimadoras da violência de gênero em assistentes de voz 173

Isabella Bergo Crosta, Karina Ferrara Barros, Raquel Cabral

PARTE 4. MÍDIA, DIREITOS E INTERSECÇÕES..... 183

Cultura, cidadania e youtube:

Diálogos entre comunicação e direito para compreensão do fenômeno youtuber..... 185

Felipe de Oliveira Mateus, Carlo José Napolitano


A desinformação em tempos de exceção: Tecnopolítica, vigilância e literacia digital crítica..... 197

Sofia José Santos e Tiago Lapa

Não há contradição narrativa: Princípio liberal se sobrepõe ao paradigma social no

entendimento sobre liberdade de expressão exarado nos julgados do STF 213

Deborah Cunha Teodoro, Carlo José Napolitano



PREFÁCIO

Mentira la mentira: brechas para la esperanza en tiempos de oscuridad

*Mentira y la mentira
mentira la verdad
mentira lo que cuece
bajo la oscuridad*
Manu Chao

No hay nada nuevo y nada es igual que antes en el escenario actual de la comunicación y la democracia.

No es la primera vez que alguien miente para incidir en el debate político o en el curso de una guerra. Tampoco es nueva la existencia de especialistas en fabricar y difundir mentiras. El nazismo contó con un eficiente aparato de fake news y los servicios secretos a ambos lados de la guerra fría desarrollaron luego los suyos. La guerra contra Irak en 2003 fue justificada por George W. Bush y Tony Blair por armas de destrucción masiva que no existían. Mentiras que arraigaban, también entonces, en el odio al diferente, a los diferentes por su color de piel, su lengua o religión, su lugar de nacimiento o historia, su orientación política o sexual.

Pero el volumen, la diversidad, la frecuencia y la velocidad de circulación han cambiado en el escenario de internet, en ese tercio o mitad de nuestras vidas que hoy es digital. Y como suele suceder, este salto cuantitativo terminó siendo también cualitativo. Ya casi no es posible saber de dónde viene una mentira, quién la inventó y quiénes solo la repitieron, a sabiendas o no de su falsedad. Es posible develarlo en algunos casos, pero no en todos y todo el tiempo. Esa mezcla de verdades y falsedades, medias mentiras y medias verdades, es el magma en el que estamos digital y virtualmente inmersos.

De los zapatistas a Occupy Wall Street, de las ciudades inteligentes a las asambleas digitales, internet aparecía para muchos como una tierra prometida de la democracia posmoderna o un territorio ideal para el activismo revolucionario. Otros lo veían, en cambio, como la cancha embarrada del debate democrático, donde todos gritan a la vez, solo se habla en eslóganes y se escucha a la propia burbuja. El uso intenso de las redes sociales por las nuevas derechas y los populismos neofascistas pareció confirmar este tecnopesimismo. La red (y las redes), además, ya tienen dueños, igual que antes el sistema mediático, pero mucho más potentes. Dueños que hacen su negocio con los datos de todos, la cibervigilancia, el tráfico de odio y mentiras. Y que cuando deciden controlarlas se convierten en un gobierno mundial que nadie eligió, pero que determina quién puede hablar y quién no. La plataformización de la economía potencia una “economía colaborativa” que somete a la precariedad a millones de personas, retrocediendo un siglo de luchas en los derechos de los trabajadores.

La pandemia y su saga de confinamiento, teletrabajo e *infodemia* exacerbaron los pesimismos tecnopolíticos, aunque también hicieron reverdecer algunas esperanzas. Unas redes sirvieron para convocar el asalto al Capitolio de enero 2021, y otras tejieron múltiples solidaridades sanitarias y afectivas. Unos grupos de WhatsApp juntan odios, otros alimentos para el cuerpo y el alma.

Este libro contiene muchas piezas para armar el diagnóstico actual de lo que está sucediendo con la democracia en la esfera comunicacional, mediática y digital. Ayuda a comprender algunas de sus expresiones locales y globales, sus orígenes sociales y culturales, políticos y jurídicos. Muestra sus caras más terribles y también las esperanzadoras, las del resistir y el proponer. Busca construir sentido en medio de la confusión y caminos de esperanza en medio de la desazón.



Por eso releva con cuidado algunas de las experiencias que muestran estas posibilidades, para aprender de ellas. Aquí están los periodistas y medios que construyen alianzas con la academia y la sociedad civil para intentar desactivar el campo minado de las noticias falsas y tratar de reconstruir la confianza en el periodismo y en la democracia, reconociendo que ambos deben ser repensados. También los ciberactivismos juveniles o feministas, que desafían desde YouTube la agenda mediática dominante o construyen desde WhatsApp resistencias al fascismo cotidiano.

Las bases teóricas para resistir provienen aquí de la teoría crítica y la comunicación para la paz, la alfabetización mediática o la pedagogía dialógica freiriana. Algunos trabajos tienen, además, la virtud de poner en diálogo vertientes teóricas diversas que permiten más a fondo en la cotidianidad y más lejos en el horizonte social.

El conjunto, entonces, ayuda a ver más allá del pesimismo político y más acá del optimismo tecnológico, más lejos de las esperanzas ingenuas y más cerca de las brechas apenas perceptibles por donde la comunicación puede ayudar a tejer nuevos vínculos cotidianos y construir nuevos sentidos de la democracia. Vale la pena leer, para pensar y actuar.

Gabriel Kaplún

Marzo, 2021.

APRESENTAÇÃO

Comunicação, contradições narrativas e a desinformação em contextos contemporâneos

Este livro foi gestado durante um momento histórico ímpar, quando a pandemia da Covid-19, provocada pelo vírus SARS-CoV-2, transformava rápida e profundamente nossos cotidianos acadêmicos e nossas vidas pessoais. Aulas remotas, suspensão de pesquisas, isolamento social, mortes diárias contadas, a princípio, às centenas e, em poucos meses, em milhares. No meio do caos, mais caos. A desinformação rivalizando com o excesso de informação. Os discursos negacionistas somando-se aos anticientíficos, a própria pandemia de Covid-19 tornando-se terreno fértil para o incremento produtivo das fábricas de desinformação (RÊGO, 2021, p. 84).

Economias profundamente abaladas, fronteiras globais fechadas, agudizaram violências culturais e que já vinham nos assombrando, como a xenofobia, o conservadorismo quase fundamentalista em torno dos direitos sexuais e de gênero, além da exposição visceral do racismo estrutural. A pandemia, definitivamente, não estava nos tornando melhores como influenciadores digitais, como sua ingenuidade patrocinada quiseram propalar. Ao contrário, a radicalização política parece ainda mais violenta e as contradições de narrativas ajudam e expõem os nervos da polarização em discurso do ódio.

Por outro lado, é justamente este contexto que nos provoca e intensifica o debate sobre a responsabilidade das instituições públicas e privadas, além dos atores da sociedade civil organizada em relação à produção de conteúdo comunicacional e à qualidade da informação frente às reais necessidades e demandas de interesse coletivo.

Quando pensamos na *Comunicação, contradições narrativas e a desinformação em cenários contemporâneos*, não imaginamos que seria esse o cenário de sua gestão. Pensávamos, no entanto, em reunir um conjunto largo de reflexões sobre a produção de conteúdo informacional, mas também queríamos provocar reflexões sobre como temos tecido as teias que nos conectam como seres comunicantes em um mundo cada vez mais conectado tecnologicamente e esgarçado politicamente. A qual linguagem recorrer? Quais estratégias para mobilizar? Com quais teorias propor a mudança?

Questões que só podem ser respondidas, a nosso ver, pluralizando vozes e fazendo com que as fronteiras disciplinares sejam diluídas. As fronteiras são esses espaços de tráficos, trânsitos, transgressões e trocas. Talvez, por isso mesmo, sejam tão vigiadas. Nestes cruzamentos firmamos parcerias profícuas com autoras e autores da América do Sul e Europa, por isso, este é um livro que fala português, “brasileiro” e castelhano.

Na tentativa de mapear esses trânsitos continentais e teóricos, organizamos a presente coletânea em quatro sessões: (1) Discursos de ódio e comunicação para a paz; (2) Comunicação, política e resistências; (3) Gênero, desinformação e articulação em rede e (4) Mídia, direitos e Intersecções.

Abrimos os debates com a perspectiva propositiva de Tamer Al Najjar Trujillo, José Ignacio Martín e Eloísa Nos Aldás, no capítulo “**Comunicando en tiempos de polarización: discursos transgresores, relatos informativos alterativos y espirales de paz**”. A partir dos aportes teóricos da Pesquisa para a Paz (*Peace Research*), como disciplina consolidada, os autores e a autora buscam nos exemplos de seis iniciativas transnacionais, estratégias de ação capazes de diluir as polarizações que vêm empobrecendo discursos, ao mesmo tempo em que fomentam violências culturais. “En concreto, se rescata la importancia de estudiar las consecuencias culturales de la comunicación y sus posibilidades para conformar culturas de paz.” (GALTUNG, 1990, p. xx, *apud* TRUJILLO; MARTÍN; NOS ALDÁS, 2021, p. 39), sublinhando a potência da Comunicação Transgressora para a Transformação Social Pacífica, o que exige esforço teórico, cabedal conceitual e investigação empírica.



A polarização política (e afetiva), tem sido um vetor para discursos de ódio nocivos à democracia. A desinformação, acompanhada da desautorização da imprensa profissional, avoluma-se pelas redes sociais *online*, apostando no dissenso e na demonização de personagens públicas, achatando temas complexos na agilidade lúdica dos memes. Vivemos intensamente a “memerização” do debate político durante o pleito presidencial de 2018 no Brasil e, hoje sabemos, os memes são feitos mais para o ódio do que para o riso.

Natalia Uval, aprofunda-se nesse campo pantanoso das campanhas eleitorais em tempos de polarização e internet. Em “**El enemigo en las sombras: polarización y discursos de odio en el debate político en redes sociales en Uruguay**”, o segundo capítulo desta coletânea, Uval nos leva ao ninho da discórdia: o Twitter. A partir do compartilhamento de mensagens com teor político eleitoral, a autora desenvolve a discussão sobre o desprestígio flagrante que os regimes democráticos têm sofrido na América Latina. Mostrando como a desordem da informação está conectada ao crescimento dos discursos de extrema direita no continente. No Uruguai, ainda que de forma menos corrosiva, a polarização e todo seu corolário marcou o pleito de 2019. A opinião ganhou força de verdade em disputas irascíveis contra inimigos fantasmáticos, mas reais, posto que são feitos da matéria que constitui as estruturas sociais colonialistas, racistas e patriarcais que nos alinham historicamente.

Nos contextos descritos, os discursos de ódio ocupam arenas digitais nas quais se disputam narrativas sobre nação, moral, história e verdade. Os negacionismos voltam-se, sobretudo, contra aquelas e aqueles que não tiveram sua versão dos fatos oficializadas, como é o caso das vítimas das ditaduras do Cone Sul.

O esforço transnacional para a transformação dessas heranças envolve a comunicação como importante meio para a promoção de direitos para populações e grupos que têm sido, historicamente, subalternizados. Diuan dos Santos Feltrin, Isadora Sonego Pinhabe, Juarez Tadeu de Paula Xavier, Lucas Furio Melara, Raquel Cabral, Thiago Gehre Galvão, territorializam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU para discutir o papel da comunicação para a consecução desse programa no Brasil.

O capítulo que fecha a primeira seção da coletânea traz uma contribuição local e bem alicerçada à Agenda 2030, da ONU, ao acrescentarem três novos ODS aos 17 originalmente propostos. A ideia é que a inclusão de novos objetivos contribua para que a proposta seja mais afinada à realidade brasileira. Em “**Agenda 2030 e Comunicação para Paz: estratégias de visibilidade e territorialização dos ODS na realidade brasileira a partir de uma perspectiva crítica**”, os autores e autoras partem de minuciosa revisão bibliográfica dos Estudos para Paz, para nos apresentar o produto desta discussão: *Guia Agenda 2030 - integrando ODS, educação e sociedade (2020)*. Elaborado por uma equipe que reúne pesquisadoras e pesquisadores da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e da Universidade de Brasília, o Guia oferece

uma leitura singular sobre a Agenda 2030 a partir da perspectiva da educação e da ciência em diálogo com as comunidades, destacando experiências reais de articulação entre ensino, pesquisa e extensão que se desdobram em ações alinhadas com os ODS. (FELTRIN et. al, 2021, p. 68).

Entre os ODS acrescidos no *Guia*, está o 18 - “Igualdade Racial”, cuja iconografia traduz a árdua luta que negros e negras vêm travando contra o persistente extermínio de Estado pelo qual passa o Brasil.

Discussão que reaparece no primeiro capítulo da **seção II: Comunicação, política e resistências**, em “**Comunicação para paz e teoria crítica: reflexões no contexto brasileiro de fascistização e violência contra negros**”.

Michel Francisco Amâncio e Maximiliano Martin Vicente propõem-se a empreender um resgate crítico dos Estudos para a Paz para discutir o contexto de recrudescimento conservador do Brasil e a



violência estrutural, direta e cultural contra a população negra e seus sistemas simbólicos. Nesse percurso intelectual, dialogam com Franz Fanon, Paulo Freire, José Manuel Pureza e Juan Manuel Cruz, alicerçando seus argumentos. O racismo serve ao capital, pois fundamenta uma violência estrutural, traduzida num sistema desigual. Nesse contexto, entendem que é ilusório crer na construção de uma comunicação para paz em contextos nos quais o capital rege políticas e vidas. Ainda assim, Amâncio e Vicente reconhecem as iniciativas comunicacionais disruptivas de jornalistas e comunicadoras/res negras/os que estão rompendo a cadeia de silenciamentos produzida pelos aparelhos hegemônicos de comunicação e que encerram os corpos e as vozes negras. Essas contranarrativas trazem marcas de perspectivas menos eurocentradas, que mobilizam e valorizam epistemologias do sul global.

Caroline Kraus Luvizotto, Kárita Emanuelle Ribeiro Sena e Alana Nogueira Volpato também se interessam pelas contranarrativas, mas em **“Análise das contranarrativas publicadas na eleição de 2018 no Brasil: desinformação e fake news na pré-campanha presidencial”**, um estudo do conteúdo, as autoras examinam a recepção de notícias que circularam no Facebook, relacionadas aos pré-candidatos com maior intenção de votos nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil.

O capítulo conclui que as chamadas *fake news*, conceito largamente usado e profundamente revisto pelas autoras, tornaram-se o foco da atenção no debate atual, uma vez que a desinformação se tornou arma e estratégia política mundial em momentos eleitorais, com efeitos corrosivos para a lisura dos pleitos e transparência dos debates. Cenário agravado quando nos deparamos com o crescente descrédito da mídia profissional no Brasil.

Desinformação e polarização política aparecem ao longo desta seção como elementos a serem enfrentados no nível teórico e a partir de ações estratégicas que possibilitem que consumidoras e consumidores de notícias tenham competências para análise crítica de conteúdos. Entendemos que isso só pode ocorrer com alfabetização informacional e midiática, uma vez que se trata de investir em educação cidadã para a transformação social.

José Cristian Góes fecha esta segunda seção nos brindando com **“O encontro da Comunicação em Paulo Freire para tempos de desencontros”**. Góes mobiliza as reflexões de Freire sobre o processo comunicacional, propondo uma necessária aproximação da Comunicação com as contribuições do educador, para que construamos uma crítica aos processos midiáticos e jornalísticos contemporâneos. Esses lugares pedagógicos de mediações que, na proposta aqui apresentada, não têm se realizado como um ambiente para o encontro humano, sobretudo, em tempos dilacerados pelos discursos de ódio e por uma crise sanitária.

Góes retoma a trajetória intelectual de Paulo Freire como fonte inspiradora para utopias comunicacionais possíveis que, apesar da contradição que o enunciado guarda, tem sua efetividade na práxis revolucionária proposta pelo educador. E, assim, “a partir do seu conceito de comunicação e das exigências rigorosas de uma pedagogia que se realiza no diálogo, que possibilita o encontro de sujeitos interlocutores” (GÓES, 2021, p. 138), o autor enxerga a possibilidade de (re)aprendermos com Freire, para renovarmos a crença esperançosa de que a libertação se dará “no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta” (GÓES, 2021, p. 138).

Educação e informação são elementos basilares para as democracias, incluindo-se a democracia sexual. Segundo o sociólogo Éric Fassin, trata-se da “extensão do domínio democrático às questões sexuais, ou seja, da introdução dos valores de liberdade e igualdade num domínio antes relegado à esfera privada, mantido fora da história e da política, numa cultura e mesmo numa natureza imutável” (FASSIN, 2009, p. 48, tradução livre).

A terceira parte deste livro, **Gênero, Desinformação e Articulação em Rede**, trata de lutas das pessoas inquietas que têm se articulado em rede para resistir, lutar e construir pontes que conectem afetos



e política, democracia e direitos sexuais e de gênero. Abrimos esta seção com o capítulo de Alessandra Farné **“Comunicación y alfabetización para la justicia social: el caso del activismo feminista y pensionista en España”**.

Na triangulação entre os Estudos para a Paz, os Estudos Culturais, os Estudos de Gênero e Feministas, Farné analisa os elementos discursivos de dois movimentos espanhóis que ganham força e visibilidade no contexto do pós 15M (conhecido como movimento *Indignados*, ocorrido em 2011). Os movimentos de pensionistas e de feministas entram na agenda política espanhola em um momento de impasse, em 2018, e o fazem propondo ações concretas conectando redes e rua. Em outras palavras, acionando elementos discursivos estratégicos, capazes de tensionar a agenda de governo e convocar um número amplo de pessoas à reflexão sobre políticas públicas, direitos e cidadania. As estratégias discursivas acionadas para tanto foram, segundo Farné, capazes de alargar as reivindicações singulares de cada movimento para além dos interesses dos segmentos diretamente envolvidos, interseccionando gênero, geração, classe, raça, entre outros marcadores que pluralizaram a luta. A partir do que a autora nomeia como “sabedoria e alfabetização infoativista e midiática” os movimentos analisados foram capazes de fazer frente aos discursos de ódio que têm esgarçado o tecido social espanhol. Ódio este que se mostrou assentado em revanchismos e em deslegitimação das conquistas de direitos das chamadas minorias políticas, entre estas, a das feministas, que em sua pluralidade política vêm se mostrando um dos movimentos mais críticos e inquietos deste milênio.

Os feminismos têm oferecido uma gramática de enfrentamentos às violências culturais cotidianas vividas por mulheres de diferentes gerações e origens de classe e nacionalidade. Tem sido a partir da aproximação com os estudos feministas que muitas têm percebido que nada escapa ao gênero, tomado aqui como categoria política.

Em **“As Fridas, o capitão e o grupo da família: estratégias emocionais feministas para enfrentar a desordem da informação em tempos pandêmicos”**, Larissa Pelúcio caminha pelas delicadas teias que conectam o pessoal e o político, examinando a dimensão afetiva da desinformação e de como a polarização, que ocorre no cenário macrossocial, reflete, desestabiliza e é negociada por jovens feministas com suas famílias. “O grupo da família”, no WhatsApp, aparece como a fonte da desordem da informação que desestabiliza emocionalmente as Fridas, mulheres migrantes que, paradoxalmente, encontraram-se com as violências estruturais no Brasil, na França, país onde estão para estudos de pós-graduação. Reunidas pelo contexto altamente polarizado das eleições presidenciais de 2018, aquelas brasileiras formaram em redes sociais *online* o coletivo *Fridas e a Resistência*, a fim de se municiarem discursivamente para o diálogo com familiares e amigos dispostos a votarem em Jair Bolsonaro, o capitão do título do capítulo.

Pelúcio se vale dos aportes da antropologia das emoções, dos estudos feministas e das teorias de desinformação para analisar o volume de mensagens trocadas entre as Fridas, no grupo do coletivo, em momentos de recrudescimento das tensões entre estas e seus familiares, identificando as estratégias acionadas por elas para lidarem com o político no campo pessoal. A autora propõe que tem sido nos aportes dos estudos feministas que as integrantes do coletivo têm encontrado os meios para elaborarem estratégias de resistências ao conservadorismo. Ao mesmo tempo, propõe que a sororidade, como solidariedade feminista, aparece como caminho para o enfrentamento da onda de desinformação que tomou suas redes sociais *online*, acentuada pela crise da pandemia de Covid-19.

Nada escapa ao gênero, dissemos mais acima, tampouco à tecnologia digital, percebida, muitas vezes, como neutra, como se os algoritmos não fossem combinações pensadas por pessoas marcadas por interesses comerciais, eivados de valores e, mesmo, de moralidades. Isabella Bergo Crosta, Karina Ferrara Barros e Raquel Cabral ilustram bem essa proposição a partir de análise da **“Comunicação e Tecnologia como legitimadoras da violência de gênero em assistentes de voz”**.



A partir das contribuições teóricas dos Estudos para a Paz, as autoras examinam a relação estabelecida entre usuários e os/as assistentes com inteligência artificial programados como sistemas operacionais ou aparelhos individualizados. Como o objetivo de dar assistência às pessoas e realizar tarefas, Siri, Alexa, Alessandra são algumas das mais populares assistentes com suas vozes associadas ao feminino. Desta forma, a ideia de ajuda e cuidado não só se mantém conectada a mulheres, como esse marcador de gênero tem autorizado o emprego de linguagem sexualmente violenta por parte de homens que acionam as assistentes. As autoras sublinham e analisam as respostas destes sistemas aos assédios verbais por parte dos usuários e criticam as diretrizes de programação informática que as concebem como subservientes ou omissas. Daí a perspectiva propositiva do capítulo em trazer os resultados do movimento *Hey, update my voice*, promovido pela UNESCO, em 2020, a fim de pressionar que as empresas e instituições responsáveis atualizem as respostas programadas de assistentes de voz. Além disso, também coleta sugestões de respostas para insultos e agressões feitas por usuários.

As respostas aos assédios verbais apresentadas a partir desse *update* levam em conta perspectivas de simetria de gênero e de uma comunicação que ofereça informações relevantes sobre violência contra as mulheres. As autoras concluem a relevância do referencial dos *Peace Studies*, como arsenal teórico capaz de oferecer alternativas para o enfrentamento das desigualdades naturalizadas, atualizadas em tecnologias que, muitas vezes, falam mais do passado que anunciam o futuro.

Fechamos a coletânea com a seção **Mídias, Direitos e Intersecções**, apartado no qual estão reunidos capítulos que pensam as potencialidades das novas formas de difusão de conteúdo informacional frente às regulações de Estado, de como este aciona medidas de *biovigilância* digital que se imiscuem no campo dos direitos humanos, passando pelas decisões judiciais sobre liberdade de expressão. Em suma, discute-se a intersecção entre Estado, Comunicação e Democracia.

A seção inicia-se com o capítulo **“Cultura, Cidadania e Youtube: diálogos entre comunicação e direito para compreensão do fenômeno youtuber”**. Felipe de Oliveira Mateus e Carlo José Napolitano situam este fenômeno comunicacional dentro de um contexto midiático. O texto apresenta uma perspectiva teórica envolvendo conhecimentos comunicacionais e jurídicos, a partir dos conceitos de mediações culturais e de midiaticização. O questionamento dos autores recai sobre a relação entre Comunicação e Direito, no sentido de se aperfeiçoar o entendimento acerca do Direito à Comunicação no contexto digital, tomando como exemplo o fenômeno dos usos culturais e midiáticos da plataforma YouTube e a experiência da legislação portuguesa sobre conteúdos audiovisuais. Mateus e Napolitano propõem que a produção cultural empenhada pelos “youtubers” pode ser entendida como um exemplo concreto do cenário de midiaticização na qual nossa cultura se apresenta, arejando o cenário comunicacional colocando em circulação temas que encontram pouca ou nenhuma presença nas mídias tradicionais ou que não contam com uma pluralidade de visões acessíveis a seus públicos.

Se informação como condição essencial para a vida democrática, a desinformação tem sido um fenômeno altamente problemático e complexo para sua legitimação. Em **“A desinformação em tempos de exceção: tecnopolítica, vigilância e literacia digital crítica”**, Sofia José Santos e Tiago Lapa tomam o contexto do estado de exceção, que a pandemia de COVID-19 impôs, para discutir a triangulação entre democracia, literacia crítica e (des)informação. A biopolítica implicada na tentativa de contenção do coronavírus SARS-CoV-2, é pensada por Santos e Lapa a partir da biovigilância que não pode prescindir do aparato tecnológico digital para operar. “Controlar para proteger”, espécie de paradoxo foucaultiano, permeia o argumento estatal e sua tecnológica arquitetura de vigilância. Os aplicativos de rastreamentos utilizados em alguns países para monitorar cidadãos/ãs em relação à Covid-19 são uma das vigas recém assentadas nesse cenário de vigilância digital.



A tecnologia nunca é menos do que a corporização do político, asseveram Santos e Lapa, concluindo que no quadro de exceção dilatada e securitizado da pandemia de COVID-19, a emergência do *panspectron pandêmico* exigiu que os debates e as políticas sobre democracia, biovigilância e direitos digitais fossem de uma linear adaptação do que já existe no contexto *offline* à ecologia global e, essencialmente, corporativa das plataformas digitais. Oferecendo “soluções” que implicam em controle de pessoas capaz de gerar um volume impressionante de dados comercializáveis, numa relação espúria entre Estado e Mercado, azeitada pela violação de direitos humanos.

Esta coletânea se encerra com as contribuições de Deborah Cunha Teodoro e Carlo José Napolitano em “**Não há contradição narrativa: princípio liberal se sobrepõe ao paradigma social no entendimento sobre liberdade de expressão exarado nos julgados do STF**”.

Com base na análise das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em ações relacionadas à liberdade de expressão e ao direito à comunicação, Teodoro e Napolitano oferecem-nos uma genealogia da doutrina liberal, baseada no princípio do livre fluxo de informação para sustentar que este tem sido o princípio que tem se sobreposto ao direito à comunicação em sua dimensão política e alicerça fundamental das democracias. Desta forma, democratização dos meios de comunicação é ferramenta fundamental para se desmontar o aparato jurídico que continua a assegurar o monopólio da comunicação na mão de empresas. O capítulo mostra, baseado em pesquisa realizada com mais de 40 ações do controle principal e abstrato de constitucionalidade das leis, como o Superior Tribunal Federal legislou sistematicamente em prol de direitos da liberdade de expressão e de imprensa, para grandes conglomerados de comunicação, em relação aos demais direitos fundamentais, como a igualdade, privacidade, intimidade.

O capítulo mostra, a partir de sólida argumentação, as armadilhas para a democracia e para os direitos à informação e comunicação, posicionadas no paradigma (neo)liberal, contrapondo a este a *self reliance* como estratégia capaz de romper com

o olhar economicista da informação e da comunicação para promover uma dimensão mais humana e voltada à coletividade, ao desenvolvimento e à autodeterminação dos povos, em que critérios democráticos, como a pluralidade de vozes, sujeitos e visões de mundo, seriam levados em conta para a distribuição dos instrumentos e tecnologias comunicacionais. (THEODORO; NAPOLITANO, 2021, p. 225).

Mais do que nunca, asseveram Teodoro e Napolitano, temos condições tecnológicas concretas para a maior organização da sociedade civil e o surgimento de vozes, com novos pontos de vista e opiniões, interligados em rede de interesses e objetivos comuns. Vocacionar essa pluralidade, já vimos, é exercício exigente que passa pela alfabetização informacional e midiática, mas também pela constituição de um vocabulário que possibilite uma comunicação que ajude a minar os discursos de ódio e mitigar o cenário tragicamente polarizado, no qual a desinformação tem mostrado seu talento para o retrocesso.

Neste momento, em que a crise sanitária autoriza a biovigilância e que negacionismos tentam asfixiar o debate científico e acadêmico, percorrer as discussões aqui propostas, reavivam nossas esperanças na comunicação crítica e transgressiva para oxigenar as democracias em um mundo ameaçado pelo vírus dos radicalismos e todos seus efeitos deletérios para as democracias.

Larissa Pelúcio

Raquel Cabral

REFERÊNCIAS

FASSIN, Eric. **La démocratie sexuelle contre elle-même**. Vacarme, n. 3, p. 48-50, 2009. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-vacarme-2009-3-page-48.htm> . Última consulta em 05/04/2021.

PATATT, Caroline; DA ROCHA, Fernando Jesus. **Jornalismo em Tempos de Covid-19**. Revista GEMInIS, v. 11, n. 2, p. 67-80, 2020. <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/503>. Última consulta em 03/03/2021.

RÊGO, Ana Regina. **Vigilância, controle e atenção: a desinformação como estratégia**. Organicom, v. 18, n. 34, p. 82-92, 2021. <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/180753/168685>. Última consulta em 04/03/2021.



PRESENTACIÓN

Comunicación, contradicciones narrativas y la desinformación en contextos contemporáneos

Este libro fue producido durante un momento histórico singular, cuando la pandemia de Covid-19, generada por el virus SARS-CoV-2, transformaba muy rápidamente y profundamente nuestra labor diaria en la universidad y nuestras vidas personales. Clases a distancia, suspensión de investigaciones, aislamiento social, número de muertes diarias, a principios, en centenares y, en pocos meses, en miles de personas. En medio del caos, más complejidad. La desinformación rivalizando con la información excesiva. Los discursos del negacionismo se han sumado a los de la anti-ciencia. La pandemia de Covid-19 se convirtió en terreno ideal para el aumento de las fábricas de desinformación (RÊGO, 2021, p. 84).

Economías afectadas de forma profunda y fronteras globales cerradas intensificaron violencias culturales, pero que ya nos aterrorizaban como la xenofobia, el conservadorismo casi fundamentalista sobre los derechos sexuales y de género, además de la obscena exposición del racismo estructural. En definitiva, la pandemia no estaba convirtiendonos en mejores *influencers* digitales como nos han querido anunciar. Por lo contrario, la radicalización política es aún más violenta y las contradicciones narrativas ayudan y exponen los extremos de la polarización en discursos de odio.

Por otra parte, es precisamente ese contexto que nos interpela e intensifica el debate sobre la responsabilidad de las instituciones públicas y privadas, además de los actores de la sociedad civil organizada en relación a la producción de contenido comunicacional y hacia la calidad de la información ante las reales necesidades y demandas de interés colectivo.

Cuando pensamos en **Comunicación, Contradicciones Narrativas y la Desinformación en escenarios contemporáneos**, no imaginábamos que sería ese el escenario de su gestión y producción. Pensábamos, todavía, en reunir un conjunto amplio de reflexiones sobre la producción de contenido informacional, pero además desafiando reflexiones sobre cómo estamos tejiendo las redes que nos conectan como seres comunicantes en un mundo cada vez más conectado tecnológicamente, pero, a la vez, destrozado políticamente. ¿Hacia qué lenguaje recurrir? ¿Con cuáles estrategias para movilizar? ¿Con cuáles teorías plantear el cambio?

Tales preguntas tan solo pueden ser contestadas si nos proponemos diversificar las voces y diluir las fronteras disciplinarias. Esas fronteras son los espacios de tráficos de saberes, tránsitos, transgresiones e intercambios. Por esa razón, tal vez sean tan vigiladas. En estos cruces hemos establecido fuertes alianzas con autoras y autores de América del Sur y Europa. Por eso, este es un libro que habla portugués “brasileño” y castellano.

En el intento de mapear esos tránsitos continentales y teóricos, organizamos este libro en cuatro sesiones: (1) Discursos de odio y Comunicación para la Paz; (2) Comunicación, Política y Resistencias; (3) Género, Desinformación y Articulación en Red; y (4) Medios, Derechos e Intersecciones.

Empezamos los debates con la perspectiva propositiva de Tamer Al Najjar Trujillo, José Ignacio Martín y Eloísa Nos Aldás, con el capítulo “**Comunicando en tiempos de polarización: discursos transgresores, relatos informativos alterativos y espirales de paz**”. Desde los aportes teóricos de la Investigación para la Paz (*Peace Research*), como campo consolidado, los autores y la autora buscan estrategias de acción en los ejemplos de seis iniciativas transnacionales, que resultan en la deconstrucción de polarizaciones que reducen los discursos sociales, a la vez que intensifican violencias culturales. “En concreto, se rescata la importancia de estudiar las consecuencias culturales de la comunicación y sus posibilidades para conformar culturas de paz (GALTUNG, 1990, p. , *apud* TRUJILLO; MARTÍN; NOS ALDÁS, 2021, p. 39). Desde esa perspectiva, se defiende la potencialidad de la Comunicación Transgresora para la Transformación Social Pacífica, lo que exige esfuerzo teórico, conocimiento teórico e investigación empírica.



La polarización política (y afectiva) ha sido un eje para discursos de odio nocivos a la democracia. La desinformación aliada a la desautorización o deslegitimación de la prensa profesional se intensifica por las redes sociales digitales promocionando el disenso y la demonización de personajes públicos, reduciendo temas complejos por medio del humor ágil de los *memes*. Vivimos intensamente la “*memerización*” del debate político durante las elecciones presidenciales del 2018 en Brasil y, hoy, sabemos que los *memes* son direccionados más hacia el odio que para la risa.

Natalia Uval profundiza en ese campo minado de las campañas electorales en tiempos de polarización e Internet. En “**El enemigo en las sombras: polarización y discursos de odio en el debate político en redes sociales en Uruguay**”, el segundo capítulo de este libro, Uval nos revela a nosotros el nido de la discordia: el Twitter. Desde los mensajes compartidos de contenido político electoral, la autora desarrolla la discusión sobre la evidente deslegitimación que los regímenes democráticos han sufrido en América Latina, al visibilizar como el desorden de información está conectado al aumento de los discursos de extrema derecha en este continente. En Uruguay, aunque de forma menos desastrosa, la polarización y sus consecuencias han marcado las elecciones del 2019. La opinión se convirtió en verdad en las rivalidades contra enemigos “fantasmas”, sin embargo, reales, una vez que son hechos de la misma materia que constituye las estructuras sociales coloniales, racistas y patriarcales que nos ordenaron y alinearon históricamente.

En los contextos presentados, los discursos de odio ocupan espacios digitales en los cuales se rivalizan narrativas sobre nación, moral, historia y verdad. Los discursos del negacionismo se direccionan sobre todo contra aquellas y aquellos que no tuvieron su versión de los acontecimientos oficializada, como es el caso de las víctimas de las dictaduras del Cono Sur.

El esfuerzo transnacional para la transformación de esas herencias implica la comunicación como importante medio para la promoción de derechos para poblaciones y grupos que han sido históricamente silenciados. Diuan dos Santos Feltrin, Isadora Sonego Pinhabe, Juarez Tadeu de Paula Xavier, Lucas Furio Melara, Raquel Cabral, Thiago Gehre Galvão, discuten la implementación local de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), de la Agenda 2030 de la ONU, para reflexionar sobre el rol de la comunicación para la consecución de esa iniciativa en Brasil.

El capítulo que clausura la primera sección del libro presenta una discusión local y fundamentada en la Agenda 2030, de la ONU, mediante la propuesta de inclusión de tres nuevos ODS a los 17 originales. La idea es que la inclusión de nuevos objetivos puede colaborar para que la propuesta esté más alineada a la realidad brasileña. En “**Agenda 2030 e Comunicação para Paz: estratégias de visibilidade e territorialização dos ODS na realidade brasileira a partir de uma perspectiva crítica**”, los autores inician desde una revisión bibliográfica detallada sobre los Estudios para la Paz (*Peace Studies*) para presentarnos el producto de la discusión: el “*Guía Agenda 2030 – integrando ODS, educação e sociedade*” (2020). Se plantea y produce la guía desde un equipo multidisciplinar que reúne investigadoras e investigadores de la Universidad Estatal Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) y de la Universidad de Brasília (UnB). La guía ofrece

uma leitura singular sobre a Agenda 2030 a partir da perspectiva da educação e da ciência em diálogo com as comunidades, destacando experiências reais de articulação entre ensino, pesquisa e extensão que se desdobram em ações alinhadas com os ODS. (FELTRIN et. al, 2021, p. 68).

Entre los tres nuevos ODS propuestos están el 18 – Igualdad Racial, en el cual la iconografía traduce la intensa lucha que negros y negras han instaurado contra el persistente exterminio de Estado en el cual vive Brasil.

Esa reflexión vuelve en el primer capítulo del **apartado II: Comunicación, Política y Resistencias**, en **“Comunicación para paz e teoría crítica: reflexões no contexto brasileira de fascitização e violencia contra negros”**.

Michel Francisco Amâncio e Maximiliano Martin Vicente plantean un rescate crítico de los Estudios para la Paz con el objetivo de discutir el contexto de radicalización conservadora en Brasil y la violencia estructural, directa y cultural contra la población negra y sus sistemas simbólicos. En ese camino de reflexión dialogan con Franz Fanon, Paulo Freire, José Manuel Pureza e Juan Manuel Cruz, que fundamentan sus argumentos. El racismo sirve al capital, una vez que es la base de la violencia estructural que se traduce en un sistema de desigualdades. De ese modo, los autores entienden que es ilusorio creer en una comunicación para la paz en contextos en los cuales el capital ordena y regula políticas y vidas. Todavía, Amâncio y Vicente reconocen las iniciativas comunicacionales disruptivas de periodistas y comunicadoras/res negras/os que rompen la cadena de silenciamientos producida por los aparatos hegemónicos de comunicación y que encarcelan los cuerpos y las voces negras. Esas contra narrativas presentan las huellas de perspectivas menos eurocéntricas, que movilizan y valorizan epistemologías del sur global.

De igual modo, Caroline Kraus Luvizotto, Kárita Emanuelle Ribeiro Sena y Alana Nogueira Volpato también se interesan por las contra narrativas. En **“Análise das contra narrativas publicadas na eleição de 2018 no Brasil: desinformação e fake news na pré-campanha presidencial”**, un estudio de contenido, las autoras analizan la recepción de noticias publicadas en Facebook relacionadas a los candidatos con más intención de voto en las encuestas para las elecciones presidenciales del 2018 en Brasil.

El capítulo concluye que las *“fake news”* o “desinformación”, concepto utilizado de forma amplia y muy revisado por las autoras, se destacan en el debate actual, una vez que la desinformación se ha convertido en arma y estrategia política mundial en momentos electorales con efectos desastrosos para la ética de las disputas y transparencia en los debates. Este escenario es aún más complejo cuando nos enfrentamos con el aumento de la desconfianza de los medios profesionales en Brasil.

Desinformación y polarización política se destacan a lo largo de ese apartado como cuestiones que deben ser enfrentadas por medio de teorías y desde acciones estratégicas, que puedan incentivar que consumidoras y consumidores de noticias tengan competencias para el análisis crítico de contenidos. Entendemos que eso solo es posible con alfabetización informacional y mediática, una vez que exigen el desarrollo de una educación ciudadana para la transformación social.

José Cristian Góes cierra ese segundo apartado ofreciéndonos el capítulo **“O encontro da Comunicação em Paulo Freire para tempos de desencontros”**. Góes moviliza reflexiones de Freire sobre el proceso comunicacional, planteando un necesario acercamiento de la comunicación con los aportes del educador brasileño hacia la construcción de una crítica a los procesos mediáticos y periodísticos contemporáneos. Desde su propuesta, Góes plantea que esos lugares pedagógicos de mediaciones no han sido creados como un ambiente para el encuentro humano, sobre todo, en tiempos destrozados por los discursos de odio y por una crisis sanitaria global.

Frente a la celebración y en memoria por el centésimo cumpleaños de Paulo Freire en 2021, Góes rescata la trayectoria intelectual del educador como fuente de inspiración para utopías comunicacionales posibles que, aunque pese a la contradicción que el enunciado transmite, tiene su efectividad en la *praxis* revolucionaria propuesta por Freire. De ese modo, “a partir do seu conceito de comunicação e das exigências rigorosas de uma pedagogia que se realiza no diálogo, que possibilita o encontro de sujeitos interlocutores” (GÓES, 2021, p. 138), el autor entiende la posibilidad de (re)aprendernos con Freire para una renovación de la actitud de esperanza de que la liberación se realizará “no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta” (GÓES, 2021, p. 138).



Educación e información son elementos que fundamentan las democracias, además de la democracia sexual. Según el sociólogo Éric Fassin, la democracia sexual es “extensão do domínio democrático às questões sexuais, ou seja, da introdução dos valores de liberdade e igualdade num domínio antes relegado à esfera privada, mantido fora da história e da política, numa cultura e mesmo numa natureza imutável” (FASSIN, 2009, p. 48, tradução livre).

Desde esa reflexión, la tercera parte de este libro, ***Género, Desinformación y Articulaciones en Red*** se discuten las luchas de personas activistas que se han articulado en red para resistir, luchar y construir puentes que conectan afectos y políticas, democracia y derechos sexuales y de género. Por esa razón, abrimos este apartado con el capítulo de Alessandra Farné **“Comunicación y alfabetización para la justicia social: el caso del activismo feminista y pensionista en España”**.

En la triangulación entre los Estudios para la Paz, los Estudios Culturales, los Estudios de Género y Feministas, Farné analiza los elementos discursivos de dos movimientos sociales españoles que han tenido espacio, fuerza y visibilidad en el contexto tras el 15M (conocido como el movimiento *Indignados*, que ocurrió en 2011). Los movimientos de pensionistas y de feministas entran en la agenda política española en un momento complejo, en 2018, y lo hacen proponiendo acciones efectivas conectando redes y calle. De hecho, accionan elementos discursivos estratégicos capaces de tensionar la agenda de gobierno y convocan un número amplio de personas hacia la reflexión sobre políticas públicas, derechos y ciudadanía. Según Farné, las estrategias discursivas accionadas para ello fueron capaces de lograr la ampliación de las reivindicaciones específicas de cada movimiento, más allá de los intereses de los segmentos directamente involucrados, creando una intersección de género, generación, clase, raza, entre otros marcadores sociales que pluralizan la lucha. Desde lo que la autora plantea como “sabiduría y alfabetización infoactivista y mediática”, los movimientos analizados fueron capaces de enfrentarse a los discursos de odio que han destrozado la sociedad española. Ese odio estaba fundamentado en revanchas y en deslegitimación de los logros de derechos de parte de las minorías políticas, entre ellos los de las feministas, que en su pluralidad política se están presentando como uno de los movimientos más críticos y activistas de este milenio.

Los feminismos han ofrecido una gramática de enfrentamientos a las violencias culturales del día a día vividas por mujeres desde distintas generaciones y orígenes de clase y nacionalidad. Ha sido desde el acercamiento con los estudios feministas que muchas han notado que nada huye al género, entendido como categoría política.

En **“As Fridas, o capitão e o grupo da família: estratégias emocionais feministas para enfrentar a desordem da informação em tempos pandêmicos”**, Larissa Pelúcio reflexiona sobre las delicadas telas que conectan lo personal y lo político, analizando la dimensión afectiva de la desinformación y de cómo la polarización, que ocurre en el contexto social, refleja, desestabiliza y es negociada por jóvenes feministas con sus familias. El “grupo de la familia”, en el WhatsApp, surge como una fuente de desorden de la información que desequilibra emocionalmente las *Fridas*, mujeres migrantes que, paradójicamente, se encuentran con las violencias estructurales de Brasil, pero en Francia, país donde están actualmente para estudios de posgrado. Reunidas por el contexto altamente polarizado de las elecciones presidenciales del 2018, aquellas brasileñas formaron el colectivo *Fridas y la Resistencia* en redes sociales *online* con el objetivo de fortalecer discursivamente unas a otras para el dialogo con familiares y amigos con intención de voto para Jair Bolsonaro, el capitán del título del capítulo.

Pelúcio plantea desde las aportaciones de la antropología de las emociones, de los estudios feministas y las teorías de la desinformación un análisis del conjunto de mensajes intercambiadas entre las *Fridas*, en el grupo del WhatsApp, en momentos de tensiones con sus familiares. El análisis identifica las estrategias que fueron utilizadas para que las *Fridas* pudiesen manejar lo político en el campo personal. La autora propone que ha sido en los aportes de los estudios feministas que las integrantes del colectivo han encontrado los



medios para la creación de estrategias de resistencias ante el conservadorismo. Al mismo tiempo, plantea que la sororidad, como solidaridad feminista, se destaca como medio para el enfrentamiento de la ola de desinformación que ha invadido sus redes sociales online e intensificada por la crisis de la pandemia de Covid-19.

Nada huye al género, como hemos dicho. Tampoco la tecnología digital, percibida muchas veces como neutra, como si los algoritmos no fuesen combinaciones pensadas por personas movidas por intereses comerciales, lleno de valores y moralidades. Isabella Bergo Crosta, Karina Ferrara Barros e Raquel Cabral reflexionan sobre ese planteamiento desde el análisis de **“Comunicação e Tecnologia como legitimadoras da violência de gênero em assistentes de voz”**.

Desde las aportaciones teóricas de los Estudios para la Paz, las autoras analizan la relación establecida entre los usuarios y los/las asistentes con inteligencia artificial programados como sistemas operacionales o aparatos electrónicos digitales individualizados. Con el objetivo de auxiliar personas y realizar tareas, Siri, Alexa, Alessandra son algunas de las más populares asistentes con sus voces asociadas a lo femenino. De esta forma, la idea de ayuda y cuidado se mantiene conectada a mujeres con ese marcador social de género, lo que ha legitimado el uso de lenguaje sexualmente violento de parte de hombres que accionan las asistentes. Las autoras destacan y analizan las respuestas de estos sistemas a los asedios verbales de parte de los usuarios y critican las directrices de programación informática que las personalizan como sumisas u omisas. Por esa razón, la perspectiva propositiva del capítulo busca presentar resultados del movimiento *Hey, update my voice*, promocionado por la UNESCO en 2020, que tiene como finalidad presionar a las empresas e instituciones responsables para que actualicen las respuestas programadas de asistentes de voz. Además, también recibe sugerencias de respuestas para los insultos verbales y agresiones hechas por los usuarios.

Las respuestas a los asedios verbales presentadas desde ese *update* consideran perspectivas de simetría de género y de una comunicación que ofrezca informaciones relevantes sobre la violencia contra mujeres. Las autoras comprenden la relevancia del referencial teórico de los Estudios para la Paz como medio para la búsqueda de alternativas contra las desigualdades sociales naturalizadas, actualizadas en tecnologías que, muchas veces, se fijan más en el pasado que miran hacia el futuro.

Clausuramos el libro con el apartado **Medios, Derechos e Intersecciones**, en el cual están reunidos capítulos que piensan las potencialidades de las nuevas formas de difusión de contenido informacional ante las regulaciones de Estado, de cómo acciona medidas de *biovigilancia* digital, que adentran el campo de los derechos humanos, pasando por decisiones judiciales sobre libertad de expresión. En general, se discute la intersección entre Estado, Comunicación y Democracia.

El cuarto y último apartado empieza con el capítulo **“Cultura, Ciudadanía e Youtube: diálogos entre comunicação e direito para compreensão do fenômeno youtuber”**. Felipe de Oliveira Mateus y Carlo José Napolitano identifican el fenómeno comunicacional de los *Youtubers* en el contexto mediatizado. El texto presenta una perspectiva teórica que desarrolla reflexiones desde conocimientos comunicacionales y jurídicos, además de conceptos de mediaciones culturales y de mediatización. El análisis crítico de los autores resulta en la relación entre comunicación y derecho desde el principio sobre la necesidad de mejorar el entendimiento sobre el Derecho a la Comunicación en el contexto digital. Ellos plantean el ejemplo del fenómeno de los usos culturales y mediáticos de la plataforma YouTube y la experiencia de la legislación portuguesa sobre contenidos audiovisuales. Mateus y Napolitano proponen que la producción cultural promocionada por los *Youtubers* puede ser comprendida como un ejemplo del contexto de mediatización en el cual nuestra cultura se presenta, ampliando el contexto comunicacional al visibilizar temas que no son discutidos en los medios tradicionales, o que no cuentan con una pluralidad de visiones disponibles para sus públicos.

Si la información es condición esencial para la vida democrática, la desinformación ha sido un fenómeno altamente problemático y complejo para su legitimación. En **“A desinformação em tempos de**



exceção: Tecnopolítica, vigilância e literacia digital crítica”, Sofia José Santos y Tiago Lapa plantean desde el contexto del estado de excepción que la pandemia de Covid-19 impuso a todo el planeta para debatir la triangulación entre democracia, alfabetización crítica y (des)información. La biopolítica del intento de contención del coronavirus SARS-CoV-2 está pensada por Santos y Lapa desde la biovigilancia, que no puede prescindir del aparato tecnológico digital para operar. “El control para la protección” se presenta como una paradoja foucaultiano, que fundamenta el argumento de Estado y su tecnológica arquitectura de vigilancia. Los aplicativos de rastreo utilizados en algunos países para monitorear ciudadanos/as en relación a Covid-19 son uno de los ejes recién institucionalizados en el escenario de vigilancia digital.

La tecnología no es menos que la traducción de lo político, señalan Santos y Lapa, concluyendo que el estado de excepción ampliado y asegurado de la pandemia de Covid-19 y la emergencia del “*panspectron pandémico*”, ha exigido que los debates y las políticas sobre democracia, biovigilancia y derechos digitales fuesen de una adaptación lineal de lo que ya existe en el contexto offline a la ecología global y esencialmente corporativa de las plataformas digitales. De hecho, lo que se observa es el ofrecimiento de “soluciones” que buscan el control de personas para generar un alto número de datos comercializables, desde una relación simulada entre Estado y Mercado, intensificada por la violación de derechos humanos.

Este libro finaliza con las aportaciones de Deborah Cunha Teodoro y Carlo José Napolitano en “**Não há contradição narrativa: princípio liberal se sobrepõe a paradigma social no entendimento sobre liberdade de expressão exarado nos julgados do STF**”.

Desde el análisis de las decisiones del Supremo Tribunal Federal en acciones relacionadas a la libertad de expresión y al derecho a la comunicación, Teodoro y Napolitano nos ofrecen una genealogía de la doctrina liberal, fundamentada en el principio del libre flujo de información, para garantizar que es un principio que se sobrepone al derecho a la comunicación en su dimensión política y base fundamental de las democracias. De esa forma, democratización de los medios de comunicación es un eje esencial para la deconstrucción del aparato jurídico que sigue garantizando el monopolio de la comunicación en manos de empresas. Basado en investigación realizada con más de 40 acciones de control principal y abstracto de constitucionalidad de las leyes, el capítulo revela como el Superior Tribunal Federal de Brasil legisló sistemáticamente para favorecer los derechos de la libertad de expresión y de la prensa para grandes conglomerados de comunicación en relación a los demás derechos fundamentales, como la igualdad, privacidad e intimidad.

Desde una fundamentada argumentación, los autores señalan las trampas para la democracia y los derechos a la información y comunicación, ubicadas en el paradigma (neo)liberal, frente al *self realiance* como estrategia que busca romper con

o olhar economicista da informação e da comunicação para promover uma dimensão mais humana e voltada à coletividade, ao desenvolvimento e à autodeterminação dos povos, em que critérios democráticos, como a pluralidade de vozes, sujeitos e visões de mundo, seriam levados em conta para a distribuição dos instrumentos e tecnologias comunicacionais. (THEODORO; NAPOLITANO, 2021, p. 225).

Sin embargo, como destacan los autores, tenemos condiciones tecnológicas efectivas para mejorar a organización de la sociedad civil y el surgimiento de voces desde nuevos puntos de vista y opiniones, conectadas en red de intereses y objetivos comunes. Convocar esa pluralidad es un reto imprescindible que pasa por la alfabetización informacional y mediática crítica, pero además por la constitución de un vocabulario que permita una comunicación que busca romper con los discursos de odio y atenuar el escenario trágico de la polarización política, en el cual la desinformación ha revelado su objetivo hacia el retroceso.



En ese momento en el cual la crisis sanitaria autoriza la biovigilancia y que los discursos del negacionismo intentan ahogar el debate científico y académico, conocer las reflexiones, aquí propuestas, revive nuestras esperanzas en la comunicación crítica y transgresora para oxigenar las democracias en un mundo amenazado por el virus de los radicalismos y todos sus efectos nocivos hacia las democracias.

Larissa Pelúcio

Raquel Cabral

REFERENCIAS

FASSIN, Eric. **La démocratie sexuelle contre elle-même**. Vacarme, n. 3, p. 48-50, 2009. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-vacarme-2009-3-page-48.htm> . Última consulta em 05/04/2021.

PATATT, Caroline; DA ROCHA, Fernando Jesus. **Jornalismo em Tempos de Covid-19**. Revista GEMInIS, v. 11, n. 2, p. 67-80, 2020. <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/503>. Última consulta em 03/03/2021.

RÊGO, Ana Regina. **Vigilância, controle e atenção: a desinformação como estratégia**. Organicom, v. 18, n. 34, p. 82-92, 2021. <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/180753/168685>. Última consulta em 04/03/2021.



PARTE 1.

DISCURSOS DE ÓDIO E COMUNICAÇÃO PARA A PAZ



COMUNICANDO EN TIEMPOS DE POLARIZACIÓN: Discursos transgresores, relatos alterativos y Espirales de Paz¹

Tamer Al Najjar Trujillo

José Ignacio Martín

Eloísa Nos Aldás

Resumen: La polarización social y mediática, la propagación de los discursos del odio, así como los procesos de desinformación suponen un grave peligro para la convivencia pacífica. En este sentido, este capítulo tiene como objetivo debatir sobre las posibilidades de la comunicación y de los discursos públicos, desde un enfoque de paz cultural, para deslegitimar los actuales procesos de división social. Para ello, partiendo de las propuestas teóricas de la Comunicación para la Paz y, en sus últimas tendencias, una Comunicación Transgresora de Cambio Social pacífico, se proponen distintas iniciativas educomunicativas que ayuden a transgredir y alterar los procesos de polarización. Entre ellas, se destaca la puesta en marcha de programas de empoderamiento basados en el concepto de las Espirales de Paz por su potencial para transformar el desarrollo de violencias culturales presentes en las sociedades.

Palabras clave: Comunicación, Cambio Social, Polarización, Discursos del odio, Culturas de Paz.

Introducción

En 2016, la Organización de las Naciones Unidas puso de manifiesto su preocupación por el incremento de la polarización y la división a nivel global (NACIONES UNIDAS, 2016), advirtiendo de los peligros que podría conllevar esta situación: la instauración del miedo y el odio en las sociedades. Así, instaba a los líderes políticos mundiales a preservar los derechos humanos e implementar políticas públicas contra la xenofobia y el racismo. Por su parte, el informe elaborado por la Unesco *World trends in freedom of expression and media development: global report 2017/2018* señaló cómo la “polarización de la vida pública” suponía un riesgo para el bienestar social mundial (UNESCO, 2018, p. 15). De esta manera, proponía mejorar la manera en la que se comunica para reconducir la situación y poder conformar “debates públicos eficaces y abiertos” (p. 15).

La creciente influencia de las redes sociales también ha supuesto una mayor polarización de la red: a la vez que han permitido una mayor participación, producción e interacción digital de la población en determinados debates públicos (CASTELLS, 2009), también ha supuesto un aumento de la fragmentación digital al conformarse grupos cerrados con valores e identidades propios que no interactúan entre sí. Cuando esa conexión entre grupos se produce, se ha constatado la utilización de un lenguaje maleducado, de menosprecio e, incluso, amenazante (MEGARRY, 2014). Nos encontramos, pues, ante lo que se ha definido como incivildad política (*incivility* en inglés) (GERBAIS, 2015).

Relacionado con lo anterior, diversas investigaciones han puesto el foco de mira en lo que se ha denominado como “polarización afectiva” (WAGNER, 2020; LELKES, 2016), es decir, aquella relacionada con componentes identitarios, emocionales y sentimentales: “se basa en las valoraciones que realizamos acerca de los miembros de otros grupos y a nuestras actitudes hacia ellos por el mero hecho de su pertenencia a

¹ Esta investigación forma parte de los proyectos “Comunicación para el Cambio Social y Educación mediática frente a los discursos del odio sobre género e inmigración: análisis de los discursos públicos en el periodo 2016-2019” (UJI-B2019-13) y “Educación social digital” (PGC2018-095123-B-I00), del Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades de España (2019-2021). También del contrato predoctoral FPU/1702341.



un grupo (ideológicamente) similar o distinto” (MILLER, 2020). Así pues, han concluido que este tipo de polarización es mayor en aquellas sociedades donde el desempleo y las desigualdades han aumentado tras la crisis económica-financiera de 2008, ya que tuvo un impacto considerable en la convivencia social (GIDRON, ADAMS Y HORNE, 2020). Con la llegada de la pandemia de la Covid-19, las divisiones y tensiones sociales ya existentes han seguido aumentando a consecuencia de determinadas “divisiones partidistas”, poniendo en peligro una respuesta eficaz para hacer frente a la emergencia sanitaria (CAROTHERS Y O’DONOHUE, 2020). Junto a esta situación, desde diversos organismos internacionales se ha alertado de la cada vez mayor propagación de discursos de odio², que ponen en peligro la estabilidad social y pacífica (NACIONES UNIDAS, 2019).

En este contexto, España se sitúa entre los países con mayor polarización afectiva, incrementándose paulatinamente en varios periodos electorales como en 2004 o 2019 (MILLER, 2020, p. 12): “las identidades (partidista, ideológica, territorial) polarizan más que las políticas públicas (fiscal, migratoria)”. Cabe mencionar, por ejemplo, cómo el debate en redes sociales en torno a “El Caso de la Manada”³ produjo “una importante polarización política de los españoles” (ROBLES, ATIENZA, GÓMEZ, GUEVARA, 2019, p. 207). Este tipo de análisis refleja cómo se producen las dinámicas de polarización: las posiciones de partida se refuerzan cada vez más dentro de determinados debates, lo que conlleva a un distanciamiento progresivo respecto al “otro”, produciéndose, así, una *espiral de polarización*.

Esta situación también queda reflejada en la percepción ciudadana sobre un sistema mediático español altamente polarizado en cuanto al posicionamiento ideológico. En este sentido, la población española identifica a aquellos medios de comunicación no afines a su propia ideología como los principales generadores de desinformación (MASIP, SUAU Y RUIZ-CABALLERO, 2020, p. 11). Una situación que se repite si se analizan las percepciones ciudadanas sobre la confianza en los medios de comunicación durante la crisis sanitaria de la Covid-19 (LÓPEZ-RICO, GONZÁLEZ-ESTEBAN Y HERNÁNDEZ-MARTÍNEZ, 2020). En este sentido, cabe destacar cómo la desinformación (que se tradujo en bulos sobre los contagios, las políticas públicas adoptadas o las medidas de prevención) aumentó a medida que la pandemia avanzaba, detectándose una internacionalización de los bulos (SÁNCHEZ-DUARTE Y MAGALLÓN, 2020).

Desde esta perspectiva, el presente capítulo tiene como objetivo debatir sobre las posibilidades de la comunicación, entendida como configurada de la realidad social, para deslegitimar los actuales procesos de polarización y división social. Esta aproximación teórica se asienta en la importancia cultural, política y educativa de los procesos comunicativos para transformar desde la raíz (violencia cultural y estructural) situaciones de desigualdad o injusticia; y reforzar así los procesos para la conformación de sociedades pacíficas. Para ello, se dialoga con las tradiciones de la Comunicación para la Paz y la Comunicación para el Cambio Social, que incorporan una visión crítica y reflexiva con el objetivo de establecer nuevos paradigmas comunicativos más inclusivos, plurales y participativos. En primer lugar, se realiza un recorrido por los principales pilares de la Investigación para la Paz con el objetivo de entender las posibilidades transformativas y educativas de la comunicación desde un enfoque de paz cultural. En segundo lugar, se proponen un conjunto

² Se recoge aquí la definición adoptada por la Comisión Europea contra el Racismo y la Intolerancia (ECRI) (2015, p. 18): “formas de expresión específicas- por ejemplo, la defensa, promoción o instigación del odio, la humillación o el menosprecio de una persona o grupo de personas, así como el acoso, descrédito, difusión de estereotipos negativos o estigmatización o amenaza con respecto a dicha persona o grupo de personas y la justificación de esas manifestaciones basada en una lista no exhaustiva de características personales o estados que incluyen la raza, color, idioma, religión o creencias, nacionalidad u origen nacional o étnico al igual que la ascendencia, edad, discapacidad, sexo, género, identidad de género y orientación sexual”.

³ En 2016, se produjo una violación grupal perpetrada por 5 hombres (conocidos mediáticamente como La Manada) durante los Sanfermines de Pamplona. La Audiencia Provincial de Navarra condenó a los 5 acusados por abuso sexual y no por violación, lo que produjo una “reacción social” del movimiento feminista en España con lemas como #YoSíTeCreo o “No Estás Sola” (GÓMEZ NICOLAU, MEDINA-VICENTE Y GÁMEZ FUENTES, 2020, p. 9). En 2019, el Tribunal Supremo contradice esta sentencia y falla que sí existió violación grupal.



de criterios comunicativos desde lo que acuñamos como Comunicación Transgresora de Cambio Social, que se asienta en el diálogo y ampliación entre la Comunicación para la Paz y la tradición de la Comunicación del Cambio Social, anticipando y evaluando las consecuencias culturales de toda acción comunicativa. Asimismo, se presentan diversos proyectos comunicativos con el objetivo de contextualizar, profundizar y fundamentar desde la práctica estos debates teóricos. En último lugar, desde una perspectiva educomunicativa, se hace alusión a la propuesta de Espirales de Paz (como forma de alfabetización mediática y pedagogía crítica) como iniciativa de empoderamiento⁴ transformador de los procesos de violencia cultural y simbólica (construidas a través de los discursos y lenguaje), así como de los actuales procesos de polarización y discursos del odio.

Construyendo nuevos escenarios comunicativos para la paz

Desde esta perspectiva, se subraya la importancia de la comunicación para la conformación de identidades, así como de los valores culturales y sociales que guían nuestras actitudes y comportamientos (FAIRCLOUGH, 1989; HALL, 1997). Tal y como postulan De Fleur y Ball-Rokeach (1993), ¿cómo podríamos entender y comprender las actuales sociedades sin los procesos comunicativos?, ¿qué pasaría si los medios de comunicación de masas dejaran de existir? De ahí, que, retomando las propuestas de Habermas, la comunicación se entienda como un sistema mediante el cual tiene lugar la “reproducción cultural, la integración social y la socialización” (HABERMAS, 1987, p. 86); donde diferentes interlocutores (instituciones, grupos e individuos) establecen y conforman sus relaciones. Unas relaciones comunicativas que tienen lugar en diferentes escenarios y contextos comunicativos (VAN DIJK, 2001) donde los discursos juegan un papel primordial: permiten la configuración de determinadas realidades e imaginarios, a la vez que median las vinculaciones de los diferentes actores sociales (COBLEY, 2008).

En este sentido, partimos de las aportaciones teóricas de la Investigación para la Paz, como disciplina consolidada en el análisis de contextos y situaciones donde se produce sufrimiento humano, para, desde una mirada propositiva, ofrecer soluciones para erradicar cualquier tipo de violencia (WALLENSTEEN, 2011). En concreto, se rescata la importancia de estudiar las consecuencias culturales de la comunicación y sus posibilidades para conformar culturas de paz (GALTUNG, 1990). Es decir, si los aspectos discursivos y lingüísticos juegan un importante papel en la reproducción de la violencia cultural, entendida como aquellos aspectos simbólicos y culturales que legitiman y reproducen estructuras de opresión, también desempeñan un importante rol en la búsqueda de la justicia social global y local (NACIONES UNIDAS, 1999, p. 3).

Enfocar los actuales procesos comunicativos desde una perspectiva de paz cultural, implica superar las concepciones de paz negativa (como ausencia de guerra) y positiva (satisfacción de necesidades humanas básicas bajo criterios de justicia social), para incorporar la importancia de transformar y erradicar las violencias culturales (MARTÍNEZ GUZMÁN, 2001), como los actuales procesos de polarización y discursos del odio. Tal y como indica Johan Galtung (2003, p. 8): “La violencia cultural hace que la violencia directa y la estructural aparezcan, e incluso se perciban, como cargadas de razón —o por lo menos no malas—”. Es decir, la violencia cultural, toma forma más sutil y opaca en forma de prejuicios, estereotipos o relatos excluyentes, que supone un caldo de cultivo para formas de discriminación estructurales o violencias físicas. Para ejemplificar esta situación, destacamos aquí dos proyectos implementados por el Ayuntamiento de Barcelona (Cataluña). El primero de ellos es #BCNvsODI, una iniciativa que explica y contextualiza los discursos del odio y sus consecuencias a nivel social. Este proyecto ha creado una Pirámide del odio (Imagen 1) para profundizar sobre las raíces del odio, que muestra cómo se sustentan e interrelacionan los diferentes tipos de violencia, tanto visibles como invisibles. Por otra parte, el segundo ejemplo (Imagen 2) visibiliza lo que se ha denominado “La ruta de la islamofobia” con el objetivo de explicar las discriminaciones y violencias que sufren las personas

⁴ Concepto abordado desde una perspectiva crítica como proceso de recuperar la posibilidad de ejercer nuestra agencia.



musulmanas desde una perspectiva simbólica y estructural. Ambas imágenes nos muestran la importancia de detectar, transformar y erradicar todos los procesos de deshumanización, intolerancia y polarización.



Imagen 1: Pirámide del odio.

Fuente: #BCNvsODI.

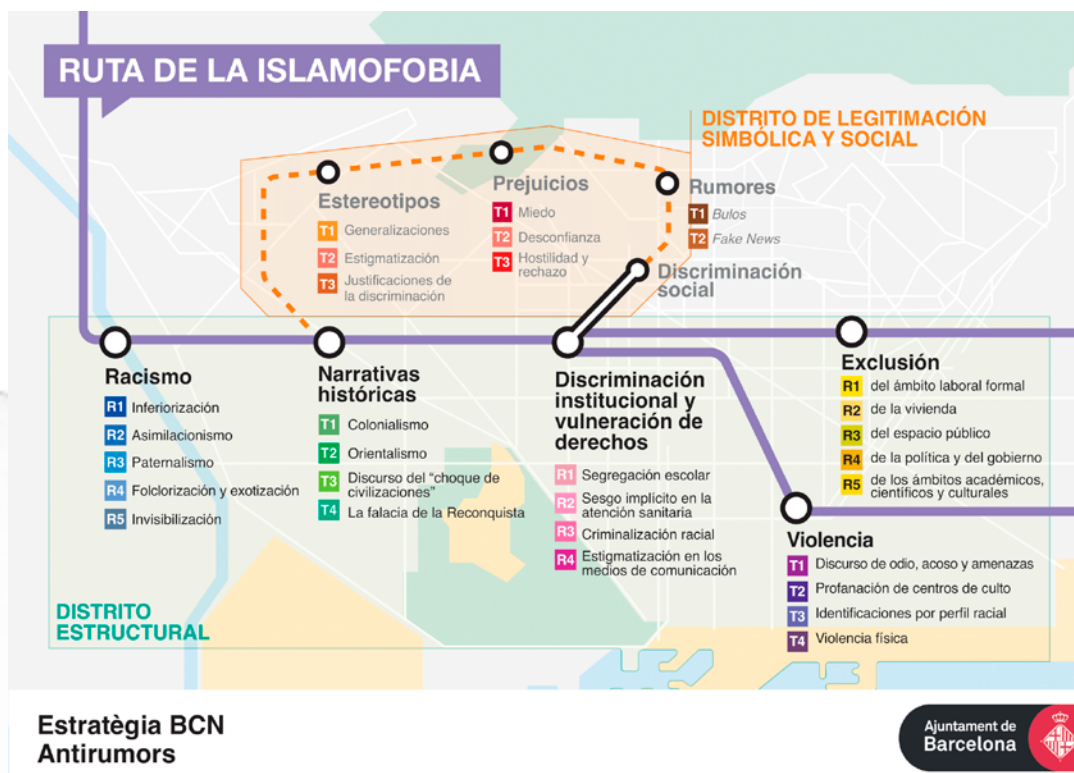


Imagen 2: Ruta de la islamofobia.

Fuente: BCN Acción Intercultural.

El análisis de los aspectos culturales de la paz implica hacer alusión a transformaciones profundas y a largo plazo que promuevan el diálogo intercultural y la no violencia, donde las interacciones humanas se tornan esenciales para lograr sociedades pacíficas (REARDON, 2001). La paz pasa a entenderse entonces desde una perspectiva dinámica, en constante cambio, e inacabada (MUÑOZ, 2001). En definitiva, como un proceso cambiante que pasa por tener en cuenta estilos de vida, comportamientos y valores que promueven la diversidad, el cuidado mutuo, la igualdad, el reconocimiento de diferencias y el respeto por el medioambiente (BOULDING, 2008).

En este sentido, las propuestas teóricas de la Comunicación para la Paz han abierto un camino epistemológico para abordar el papel de la comunicación en la deslegitimación de la violencia, y analizar qué características narrativas pueden contribuir a imaginar y construir alternativas basadas en la paz y la justicia (HOFFMANN; HAWKINS, 2015). Por tanto, nos referimos aquí a la capacidad de la comunicación para que los diferentes actores de la sociedad civil puedan articular contextos y escenarios comunicativos (BENAVIDES, 1997) orientados a promover debates constructivos para implementar acciones y proyectos que permitan seguir avanzando hacia culturas de paz (NOS ALDÁS, 2013).

Partir de este paradigma que subraya las consecuencias culturales de la comunicación también implica tener presente los desafíos a los que se enfrentan determinados discursos pacíficos para transformar los actuales procesos de polarización y odio. Tal y como apunta Xavier Giró (2002, p. 23), para conseguir discursos transformadores sobre determinadas realidades sociales, las estructuras y las culturas organizacionales de los medios de comunicación, así como del resto de interlocutores comunicativos, también deben cambiar, no se trata de una cuestión de “voluntarismo”. Desafiar los discursos dominantes y el orden establecido implica necesariamente tener en cuenta nuevos espacios comunitarios, participativos y cooperativos (BARRANQUERO Y SÁNCHEZ MONCADA, 2018), pero sin dejar de lado la importancia de los flujos comunicativos tradicionales o hegemónicos. Es decir, explorar el papel de los discursos públicos como educación informal para la transformación de una cultura del miedo (CHOMSKY, 1996) presente en los actuales contextos de polarización, conlleva tener en cuenta a múltiples actores, grupos y destinatarios que participan en estos escenarios, así como sus posibles interdependencias. Se concibe, así, la posibilidad de que en los espacios de comunicación hegemónicos haya cabida para propuestas alternativas, transformadoras y con contenidos críticos (FUCHS, 2010), superando una visión reduccionista y dicotómica.

El nacimiento de proyectos comunicativos que se enmarcarían desde los propósitos transformadores de la Comunicación para la Paz es cada vez mayor. Es por ello que recogemos aquí una muestra de proyectos comunicativos impulsados por distintos actores de la sociedad civil estructurada desde un enfoque de paz cultural.



Tabla 1. Iniciativas comunicativas para la paz.

| Iniciativa | Propósito comunicativo |
|--|--|
| Global Voices | Un proyecto internacional que reconoce y visibiliza historias y relatos de “comunidades marginadas y subrepresentadas”. Además, su sección Advox informa y denuncia aquellas situaciones de censura y donde la libertad expresión está en peligro. |
| The Communication Initiative Network | Formado por distintas organizaciones internacionales para el desarrollo, promueven el conocimiento y el pensamiento crítico para poder abordar retos locales y globales, estableciendo así redes de alianzas e interacciones para imaginar y construir soluciones y alternativas sobre distintas problemáticas sociales. |
| Institute for War and Peace Reporting | Esta organización independiente trabaja a través de proyectos de capacitación mediática con la sociedad civil para promover cambios positivos en zonas de conflictos. También, realiza diferentes formaciones de apoyo para los profesionales de la comunicación en contextos locales para favorecer el debate público y democrático. |
| Frame, Voice, Report! y DevReporter | Se trata de un proyecto europeo (ya finalizado) que tuvo como objetivo financiar distintas propuestas locales para fortalecer el compromiso ciudadanía con las problemáticas sociales. En España, ha financiado la Beca DevReporter para promover una información internacional de calidad para la justicia social global. |
| “Kif-Kif, cómics por la inclusión” | A través del cómic <i>Las Afueras</i> se trabaja la importancia de la inclusión, los valores, las identidades múltiples o la transformación de conflictos en distintos centros educativos visibilizando las circunstancias y violencias que sufren las personas musulmanas, migrantes y/o refugiadas. |
| Reframe the debate! New Migration Narratives for Constructive Dialogue (2017-2019) | Esta iniciativa que tuvo lugar durante los años 2017-2019 y financiada por el International Centre for Policy Advocacy (ICPA) tenía como objetivo impulsar recomendaciones y métodos narrativos a respecto del debate de las migraciones en Alemania. Ha puesto en marcha un conjunto de herramientas para mejorar la comunicación de las ONG. |

Fuente: elaboración propia.

Comunicación Transgresora de Cambio Social pacífico en contextos de polarización

Comunicar desde una perspectiva de paz cultural implica, consecuentemente, tener en cuenta todas aquellas iniciativas que se están llevando a cabo en múltiples contextos para promover un cambio en el modelo económico hegemónico, al entenderse como una vía de violencia estructural y desigualdad. Estamos, pues, ante un enfoque multidimensional e interseccional que, como se ha comentado, necesita de la participación de múltiples actores sociales implicados con la justicia social, la cooperación internacional, los derechos humanos, la Economía Social y Solidaria, la interculturalidad o la transformación de conflictos, entre otros.

En este sentido, enfocar una comunicación con objetivos pacíficos y transformadores supone hacer referencia a las posibilidades de la comunicación para promover cambios sociales a medio y largo plazo. De esta forma, es necesario incorporar a los debates teóricos de la Comunicación para la Paz las aportaciones y propuestas de los estudios críticos en Comunicación para el Cambio Social para seguir construyendo diferentes criterios narrativos para establecer nuevos paradigmas comunicativos colectivos, inclusivos y plurales, poniendo el foco de atención en los procesos colaborativos y participativos (TUFTE, 2017; SERVAES,



2019; THOMAS Y VAN DE FLIERT, 2015). De esta forma, una Comunicación para el Cambio Social incorpora la necesidad de transformaciones a largo plazo guiadas desde los principios de

tolerancia, autodeterminación, equidad, justicia social y participación activa. Los elementos de un proceso de comunicación para el cambio son: un catalizador, el reconocimiento del problema de la comunidad, el diálogo comunitario, la planificación y la acción colectiva. (NACIONES UNIDAS, 2011, p. 7).

Dichos aspectos son de gran utilidad para el propósito de esta investigación: deslegitimar los actuales procesos de odio y polarización.

Ahora bien, ¿cómo comunicar con objetivos transformadores y de cambio social?, ¿cómo visibilizar discursos pacíficos en contextos de polarización social?, ¿de qué manera se pueden deslegitimar los actuales discursos del odio?, ¿cómo asegurarnos que nuestros criterios y acciones narrativas se enfocan en cambios a largo plazo? Sin ánimo de cerrar el debate en torno a estas preguntas, se propone aquí un enfoque basado en la performatividad del lenguaje (AUSTIN, 1976). Es decir, tener en cuenta que todo discurso implica unas consecuencias y unos compromisos en los contextos de producción y recepción. En este sentido, una Comunicación *del* Cambio Social (inspirada en las acciones colectivas exitosas como las ya mencionadas) con objetivos pacíficos se entenderá como:

la responsabilidad transversal de la comunicación de los emisores con objetivos colectivos y transformativos a largo plazo que implica combinar acciones que promuevan una información (internacional) de calidad, que incluyan la sensibilización, acciones de educación pública, de pedagogía política y de cultura de la solidaridad y una constante incidencia hacia los poderes políticos, institucionales, legislativos y mediáticos (NOS ALDÁS, 2019, p. 45).

Por lo tanto, se supera una concepción instrumental de la comunicación, al destacar la importancia de los procesos colaborativos, cooperativos, dialógicos y horizontales. Desde esta mirada performativa, planteamos aquí trabajar desde una “eficacia cultural” (ver Tabla 2) como herramienta comunicativa para el cambio social que permita evaluar, detectar, anticipar y transformar cualquier relato que construya violencia cultural: tener presente que toda acción comunicativa tendrá unos determinados efectos en los contextos de recepción (NOS ALDÁS Y FARNÉ, 2020). Buscamos, pues, una comunicación en colectivo que denuncie cualquier situación de opresión, contextualice los hechos y promueva transformaciones bajo criterios de justicia social (NOS ALDÁS Y PINAZO, 2013). Una comunicación del cambio social basada en una eficacia cultural supone a la vez deslegitimar y transformar cualquier tipo de violencia cultural en las representaciones sociales (como el hambre, la pobreza, la violencia de género o el colectivo LGTBIA+) para re-imaginar y construir otras realidades posibles. Para ello serán necesarios nuevos marcos de acción y, por tanto, un nuevo lenguaje que nos permita repensar “las metas que buscamos, los planes que hacemos, la forma en que actuamos” (LAKOFF, 2004, p. 4).



Tabla 2. Criterios comunicativos y de evaluación de la eficacia cultural.

| Criterio | Descripción |
|---------------------------|--|
| Noviolencia | Evitar cualquier tipo de violencia, incluso simbólica. Hay que tener cuidado con estereotipos, ridiculizar, culpabilizar, generalizar, condescendencia, etc. |
| Reconocimiento | Reconocer al otro en igualdad desde la diferencia, con empatía, relacionarse desde valores universales, inclusivos y emancipadores. |
| Transgresión | Transformar los marcos de representación hegemónicos que perpetúan opresiones, promover nuevos imaginarios a través de la creatividad y la innovación |
| Interseccionalidad | Contemplar los cruces de las cuestiones de género, etnia, clase, sexualidad, edad, diversidad funcional, procedencia, etc. |
| Inspirac(c)ión | Fomentar una comunicación propositiva, que ofrezca modelos de referencia inspiradores de igualdad e invite a la acción y emancipación. |

Fuente: NOS ALDÁS Y FARNÉ, 2020, p. 24.

Frente a aquellos marcos dominantes, entendidos como la manera en la que la realidad queda encuadrada, representada y que permite la interpretación de la realidad (LAKOFF, 2004) basados en una cultura del miedo, de la violencia y la polarización, necesitamos una comunicación crítica y transformativa que permita subvertir esta situación. Es por ello que utilizamos aquí el término “comunicación transgresora”, recogiendo las propuestas de Marcela Lagarde y de los Ríos (2005), Bell Hooks (1994) y Mesa, Alonso y Couceiro (2013), para subvertir desde las raíces (causas profundas) y con un enfoque de paz cultural todas aquellas injusticias y desigualdades. Se supera, así, una concepción de comunicación transgresora como aquella que se sale de “la norma” o utiliza patrones de creatividad exacerbados. Por lo tanto, buscamos *discursos transgresores* que alteren y modifiquen los actuales procesos de polarización y odio a través de relatos e historias que posibiliten acuerdos sociales en pos de la justicia social, presentando alternativas desde el nivel local al global. Así pues, una Comunicación Transgresora del Cambio Social no se sustentan únicamente en alternativas discursivas que estén al margen de las esferas públicas y mediáticas, sino que busca relatos alterativos (MARÍ SÁEZ, 2017) que modifiquen -en el sentido de alterar- todas aquellas estructuras y marcos de representación dominantes.

Por lo tanto, si el propósito es transformar aquellos aspectos culturales nocivos para las sociedades, debemos comunicar buscando “consensos culturales establecidos que estén particularmente activos en un determinado clima de opinión” (SEGUÍ COSME Y NOS ALDÁS, 2017). Esto es, una *resonancia cultural* comunicativa para conectar con las identidades, gustos, deseos y normas sociales de la ciudadanía con el objetivo de aumentar su implicación en objetivos de transformación a largo plazo, a la vez que se posibilita la visibilización en la esfera pública de determinados discursos transformadores: transgresores.

En este sentido, las investigaciones llevadas a cabo desde el Centro de Educación e Investigación para la Paz a través de su proyecto “Visibles y transgresoras. Narrativas y propuestas visuales para la paz y la igualdad” destacan la importancia de prestar atención a los valores que transmitimos al comunicar si queremos generar consensos sociales en la lucha hacia la igualdad y la paz. A partir del análisis de 1325 relatos de vidas de mujeres comprometidas con la construcción de la paz, se pone de relieve la necesidad de incorporar determinados valores en las narrativas pacíficas de cambio social: valores inclusivos (como la solidaridad y el cuidado), valores universales (diálogo, diversidad) y valores emancipados (resistencia, esperanza, diálogo).

Llegamos, así, al concepto central de este paradigma comunicativo y que da sentido a este subapartado: una Comunicación Transgresora de Cambio Social Pacífico (NOS ALDÁS, FARNÉ Y AL NAJJAR, 2020), enfocada



en las soluciones, con un enfoque interseccional y transversal (YUVAL-DAVIS, 2011) con enfoque de derechos humanos, interculturalidad, cosmopolitismo, hospitalidad y solidaridad entendidos en diálogo con las epistemologías del sur (DE SOUSA SANTOS, 2016).

En este sentido, destacamos aquí las propuestas y estrategias elaboradas desde el Center for Story-based Strategy (centradas en el poder de los relatos) como forma de contribución a una Comunicación Transgresora del Cambio Social que desafíe todos aquellos relatos dominantes constructores de violencia cultural y proponga nuevos marcos movilizadores y transformadores superando todos aquellos filtros narrativos que pueden bloquear nuestros discursos transgresores de cambio social (CANNING Y REINSBOROUGH, 2009, p. 10). Este reto de cambiar imaginarios excluyentes y las narrativas y concepciones que los mantienen requiere sumar a la resonancia cultural la importancia de tener en cuenta los tiempos del aprendizaje y de la educación sobre propuestas y objetivos a largo plazo (ERRO, 2010).

Como forma de ejemplificar las características narrativas mencionadas anteriormente, haremos aquí alusión a cuatro proyectos comunicativos que están en sintonía con las bases de una Comunicación Transgresora de Cambio Social pacífico con propuestas concretas para deslegitimar y frenar los procesos de polarización y discursos del odio:

-**Agencia Stop Rumores.** Este proyecto impulsado por la Federación Andalucía Acoge tiene como objetivo fortalecer y activar a la ciudadanía para lograr una convivencia social pacífica. Ha puesto en marcha distintas estrategias antirumores sobre determinados colectivos (personas migrantes, musulmanas, refugiadas). Una de sus estrategias es la utilización de [memes contra la desinformación](#) que ejemplifica bien las características de resonancia y eficacia cultural nombradas anteriormente.

-**Hateblockers.** A través de su icónica y pacífica nutria Medi, que lucha contra la desinformación y los *haters* en redes sociales, esta iniciativa promueve un debate constructivo y positivo en redes sociales para hacer frente a los discursos del odio. Promueven un [decálogo](#) y diferentes [kits](#) (con *gifs* y *stickers*) para deslegitimar aquellos relatos excluyentes y discriminatorios sin utilizar los mismos recursos que los *haters*.

-**#Nolesdescasito.** También orientado desde las redes sociales, este proyecto impulsado por la Red Levadura se centra en establecer estrategias eficaces para “frenar a la ultraderecha en redes sociales”. Su interés se centra en explicar de qué manera funcionan las diversas plataformas mediáticas y sus algoritmos y cómo proceder para no darle más importancia a aquellos que promueven los discursos del odio y la desinformación.

-**Verified.** La Organización de las Naciones Unidas ha impulsado este proyecto para contrarrestar la desinformación a respecto de los procesos sanitarios de la Covid-19. Se basa en informes voluntarios de la ciudadanía para obtener información fiable, de calidad y contrastada. Las personas que se registren a través de esta iniciativa reciben contenidos verificados que pueden compartir con su comunidad de forma segura y evitar así bulos que pueden tener un efecto negativo a nivel global y local.



Espirales de Paz y alfabetización mediática para una ciudadanía crítica global

Las distintas propuestas recogidas en los párrafos precedentes apuntan a la necesidad de enfoques comunicativos interdisciplinarios al objeto de transformar lo que podemos definir como *espirales de polarización*. En concreto, recogemos aquí la propuesta de acción comunicativa de “las espirales de paz” (MARTÍN GALÁN, 2013). Dicho modelo plantea –a partir de los resultados de investigaciones cualitativas y de trabajo de campo etnográfico obtenidos sobre la recepción televisiva en audiencias adolescentes del Instituto Miquel Peris i Segarra de Castellón (España)– que las espirales de violencia cultural y los mecanismos del Cultivo del Síndrome del Mundo Malvado y la Espiral del Silencio descritos por Gerbner y Noelle-Neumann, claves en los procesos de polarización (GERBNER, 1980; NOËLLE-NEUMANN, 1993), no son irreversibles y pueden transformarse a través de múltiples procesos, entre ellos el filtro de las Espirales de Paz, en el Cultivo de Espirales de Paz, Solidaridad y Entendimiento Intercultural.

El filtro educomunicativo transformador de las Espirales de Paz consta de cuatro pilares: 1) Alfabetización mediática y Comunicación para la Paz, 2) Pedagogía crítica para la paz, 3) Convivencia intercultural y 4) Educación en la no violencia para el cambio social), y de cuatro elementos transversales de empoderamiento complementarios (igualdad de género, ecología, empoderamiento político y adaptabilidad cultural y religiosa).

Siguiendo las propuestas de la tradición de la no violencia (GREGG, 1944), las Espirales de Paz subrayan la necesidad de estímulos sutiles y gentiles, en condiciones de suavidad y armonía –de acompañamiento– sin que ello implique en absoluto ausencia de fuerza o certeza. Dichas espirales interactúan con las redes interpersonales descritas por Lederach (2005) y por la Sociedad Red de Castells (2012). Las redes que proponen ambos autores (Lederach lo hace a semejanza de la tela de araña) son de extremo interés para explicar e impulsar las sinergias e interacciones de las Espirales de Paz. De hecho, las casi infinitas conexiones hacen que la multiplicidad de elementos se encuentre prácticamente sumergida en un espacio líquido. Así, se ofrece una conexión vectorial y holística, dado que cualquier impacto sobre cualquier elemento de este espacio tiene un impacto sobre el resto de los elementos en mayor o menor medida, dentro de ecosistemas extremadamente complejos.

La complejidad nos lleva paradójicamente a buscar respuestas en la simplicidad, una búsqueda que nace de una sensación de imposibilidad de controlar y manejar todos los factores que pueden influir en propuestas educomunicativas como la del Cultivo de Espirales de Paz. Es más, esta sensación se acompaña de una duda sobre la necesidad y la eficiencia de dicho control.

A partir de los resultados de investigaciones de campo con audiencias adolescentes y de las lecciones aprendidas en el proceso (MARTÍN GALÁN, 2013), podemos distinguir al menos tres tipos de espirales de violencia cultural en función de su origen. Las primeras son espirales de violencia cultural que simplemente interactúan y habitan en nuestras sociedades por múltiples factores no programados de forma sistemática u organizada a gran o mediana escala, aunque puedan depender y estar conectadas con factores contextuales globales en última instancia. Las segundas son espirales de violencia cultural orquestadas o programadas de forma sistemática para legitimar cierta acción violenta, crear el miedo, la idea del enemigo, el maniqueísmo, la distinción entre víctimas dignas e indignas (CHOMSKY, 1990) y la violencia directa. En tercer lugar, nos encontramos con las espirales de violencia cultural no intencionadas derivadas de las segundas, que sí eran orquestadas y organizadas.

Estas espirales de violencia derivadas interactúan con las primeras –y con las segundas– y devienen en muchos casos incontrolables y difíciles de evaluar, dado que la evolución los tres tipos de espirales de violencia cultural expuestos (y de otros que puedan existir) es caótica. El rastro de sus impactos y de las espirales de violencia derivadas se pierde también de forma dinámica en múltiples fragmentos de realidades, espacios y

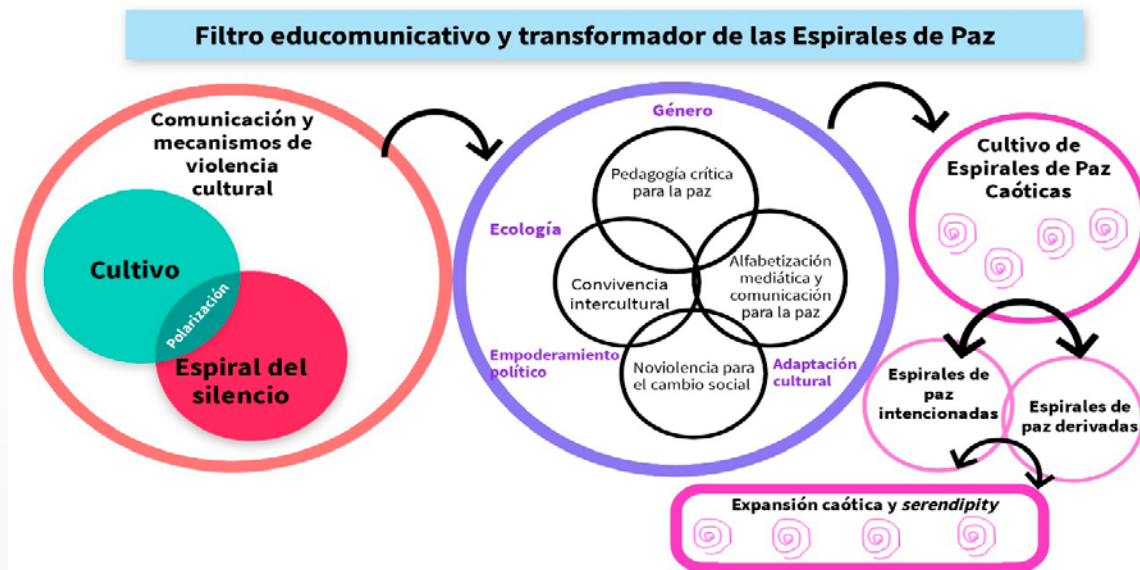


tiempos que no podemos monitorizar. Esta es precisamente una de las dificultades a la hora de abordar desde una perspectiva comunicativa, de alfabetización mediática y construcción de paz el reto de transformar las espirales de polarización y de violencia cultural.

No obstante, de igual modo, las propuestas basadas en el concepto de las Espirales de Paz pueden transformar la polarización, la violencia cultural, el Cultivo y las Espirales de Silencio en el Cultivo de Espirales de Paz que posteriormente interactuarán y evolucionarán de forma caótica. Estas espirales generadas generarían a su vez nuevos cultivos de Espirales de Paz derivadas y caóticas, cuyo rastro e impacto también se pierde e interacciona de forma casi infinita en nuestra realidad, a semejanza de los procesos descritos en la Teoría del Caos (EKELAND, 1995). Esta flexibilidad nos refuerza en la idea de espirales interconectadas y en esa búsqueda de lo invisible y de la creatividad (vinculada también a sinergias todavía no completamente explicadas desde un punto de vista científico) de la que nos habla Lederach en su *Imaginación Moral* (LEDERACH, 2005).

El funcionamiento de este cultivo de espirales funcionaría al igual que una selva, donde cada semilla o fruto se multiplica y genera una evolución de la jungla ordenada dentro del caos, o caótica dentro de un orden. Así, estas Espirales de Paz Caóticas serían semillas educomunicativas en expansión dinámica, y que una vez plantadas cobran vida propia dentro de la actual Sociedad Red descrita por Castells, cuyo concepto también evidencia sinergias con el de las redes interpersonales transformadoras de Lederach. Un jardín puede ser cuidado por un jardinero para mantener un orden y una estética; pero una jungla o un bosque se cuida y crece de forma autónoma y caóticamente ordenada. Cuantas más semillas plantemos, cuantos más programas educomunicativos de Espirales de Paz puedan implementarse e interconectarse, más semillas cobrarán vida propia dentro de esta jungla de Espirales de Paz; y por ende más influencia transformadora se generará en un mapa del mundo donde podamos cultivar decenas, cientos o miles de Espirales de Paz interconectadas.

Figura 1. Filtro educomunicativo y transformador de las Espirales de Paz.



Fuente: elaboración propia a partir de Martín Galán (2013).

Vencer así el miedo a explorar y a la creatividad nos permite cuestionarnos unas realidades (o, mejor dicho, unas percepciones de realidades) en las que apenas unos siglos atrás supuestos postulados científicos llevaron a que, por ejemplo en la Controversia de Valladolid (1550-1551), se afirmara que España podía colonizar Las Indias y violar los derechos de la población nativa porque los indígenas no tenían alma (COLOMER, 2008), llevando a una dicotomía entre víctimas dignas e indignas (CHOMSKY, 1990). Cinco siglos después,



hay indicios de que el cultivo de espirales de violencia y de silencio (y por ende las espirales de polarización) sí pueden transformarse en el Cultivo de Espirales de Paz, unas espirales que pueden devenir caóticas e incluso imperceptibles, pero que sin embargo existen y abren una ventana más a la esperanza. Tal como indica el preámbulo de constitución de la Unesco (1945): “Puesto que las guerras nacen en las mentes de los hombres, es en la mente de los hombres –y de las mujeres– donde deben erigirse los baluartes de la paz”.

Conclusiones

El aumento de los procesos de polarización y discursos del odio en las últimas décadas a nivel global, también en el contexto español, supone una amenaza para la calidad democrática, los derechos humanos, el bienestar social y la convivencia pacífica. En consecuencia, son necesarias distintas estrategias para deslegitimar y erradicar esta situación que, desde la Investigación para la Paz, se entiende como generadora de sufrimiento humano.

En este sentido, desde una perspectiva comunicativa, se subrayan los efectos de los relatos de diferentes actores sociales con el objetivo de transformar las ya mencionadas violencias culturales (que toman forma de discursos del odio y polarizadores) desde un enfoque de paz cultural. Para ello, se alude a las posibilidades existentes (partiendo de prácticas comunicativas pacíficas exitosas y sus aspectos simbólicos) para contribuir a la deslegitimación de las *espirales de polarización*.

El paradigma de una Comunicación Transgresora de Cambio Social pacífico aquí mencionado propone asumir los compromisos y responsabilidades de toda acción comunicativa para subvertir aquellos relatos hegemónicos dominantes basados en una cultura de la guerra y el miedo. Buscamos, así, discursos transgresores y alterativos sustentados en una necesaria eficacia cultural como herramienta de trabajo para detectar, anticipar y transformar cualquier relato que construya violencia cultural. Todo ello con el propósito de comunicar de forma transversal e interseccional señalando las causas profundas de situaciones de injusticia y desigualdad, pero a la vez proponer e imaginar otras realidades en busca de la justicia social global. Esta perspectiva conlleva asumir que los procesos de transformación, subversión y deslegitimación requieren de estrategias a largo plazo que, al contrario de lo que podría pensarse, no vaya en contra de las culturas, sino de determinados aspectos culturalmente violentos. Por esto, una Comunicación Transgresora del Cambio Social con objetivos educativos, sensibilizadores y transformadores busca consensos por encima de las discrepancias; conexiones con determinados gustos, ideas y normas sociales de las audiencias, más allá de una comunicación contracultural.

La despolarización de las sociedades, así como la transformación de los actuales discursos del odio, requiere de estrategias educomunicativas y de alfabetización mediática teniendo en cuenta la capacidad, responsabilidad y compromisos de los públicos para hacer frente a estos procesos. Frente a una concepción inevitable de los procesos de violencia buscamos aquí iniciativas de acción para el cambio social que permitan romper con las espirales de polarización, odio y violencias culturales. En este sentido, los programas de empoderamiento que visibilicen y expandan las propuestas de cambio social para la construcción de culturas de paz son de gran utilidad para contrarrestar dichos procesos de división social. La interconexión de las distintas iniciativas pacíficas, así como de las diferentes estrategias comunicativas para frenar los discursos polarizadores y de odio, permitirán contrarrestar estos procesos y comenzar a cultivar Espirales de Paz. Así pues, la unión entre los pilares de una Comunicación Transgresora de Cambio Social pacífico junto a proyectos comunicativos basados en las Espirales de Paz posibilitaría un cambio de rumbo: la conformación de una ciudadanía crítica global comprometida con la erradicación de las desigualdades, injusticias y violencias, para conformar sociedades guiadas por el entendimiento, la solidaridad y la justicia social global.



REFERENCIAS

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: University Press, 1976.

BARRANQUERO CARRETERO, A.; SÁNCHEZ MONCADA, M. Cooperativas de medios en España. Un periodismo emprendedor y ciudadano en tiempos de crisis. **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos**, v. 128, p. 36-58, 26 jul. 2018. Disponible en: <https://revistas.ucm.es/index.php/REVE/article/view/60735> **Último acceso: 29 dic. 2020.**

BENAVIDES, J. **Lenguaje Publicitario. Hacia un estudio del lenguaje en los medios**. Madrid: Editorial Síntesis, 1997.

BOULDING, E. Peace culture. In: Kurtz L (ed.). **Encyclopedia of violence, peace, & conflict**. San Diego: Academic Press, 2008, p. 1452–1465.

CANNING, D.; REINSBOROUGH, P. **Re:imagining change**. An Introduction to Story-based Strategy. Oakland: PM Press/SmartMeme, 2017.

CAROTHERS, T.; O'DONOHUE, A. **Democracies Divided**. Massachusetts: Carnegie Endowment for International Peace, 2020.

CASTELLS, M. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CASTELLS, M. **Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age**. Los Ángeles: Polity Press, 2012.

CHOMSKY, N.; HERMAN, E. **Los guardianes de la libertad: propaganda, desinformación y consenso en los medios de comunicación de masas**. Barcelona: Pantheon Books, Crítica, 1990.

CHOMSKY, N. The culture of fear. In: GIRALDO, J. (ed.). **Colombia: the genocidal democracy**. Monroe: Common Courage, 1996, p. 7–16.

COBLEY P. Discourse. In: DONSBACH, W. **The international encyclopedia of communication**. Nueva Jersey: Wiley Online, 05 June 2008. Disponible en: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/9781405186407.wbiecd046> **Último acceso: 29 dic. 2020.**

COLOMER, F. **Un diálogo sin fronteras: Desde Las Casas a la Alianza de Civilizaciones**. Castellón de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume. 2008.

COMISION EUROPEA CONTRA EL RACISMO Y LA INTOLERANCIA (ECRI) CONSEJO DE EUROPA. **Recomendación General nº 15**. Estrasburgo: Comisión Europea [2015]. Disponible en: <https://rm.coe.int/ecri-general-policy-recommendation-n-15-on-combating-hate-speech-adopt/16808b7904> **Último acceso: 29 dic. 2020.**



DE FLEUR, M.; BALL-ROKEACH, S. **Teorías de la comunicación de masas**. Barcelona: Paidós, 1993.

DE SOUSA SANTOS, B. *Epistemologies of the south: justice against epistemicide*. London: Routledge, 2016.

EKELAND, I. **Le chaos**. Paris: Flammarion, 1995.

ERRO SALA, J. Comunicación, cooperación internacional para el desarrollo y ONGD: un modelo de trabajo desde la educación y la cultura. *In*: Erro Sala, J.; Burgui, T. **Comunicando para la solidaridad y la cooperación. Cómo salir de la encrucijada**. Pamplona: Foro de Comunicación, Educación y Ciudadanía, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Longman, 1989.

FUCHS, C. Alternative media as critical media. *European journal of social theory*, v. 13, n. 2, p. 173-192, 2010.

GALTUNG, J. Cultural violence. **Journal Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990. DOI: <https://doi.org/10.1177/0022343390027003005> Último acceso: 29 dic. 2020.

GALTUNG, J. **Violencia Cultural**. Gernika: Gernika Gogoratz, 2003.

GERBNER, G. *et al.* The “Mainstreaming” of America: Violence Profile No. 11. **Journal of Communication**, v. 30, n. 3, 1980, p. 10-29.

GERVAIS B. T. **Incivility Online: Affective and Behavioral Reactions to Uncivil Political Posts in a Web-based Experiment**. **Journal of Information Technology & Politics**, v. 12, n. 2, p. 167-185, Jan 2015. DOI: 10.1080/19331681.2014.997416 Disponible en: <https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/19331681.2014.997416?scroll=top&needAccess=true> Último acceso: 29 dic. 2020.

GIDRON, N.; ADAMS, J.; HORNE, W. **American Affective Polarization in Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

GIRÓ MARTÍ, X. Comentarios sobre el Manual de estilo periodístico relativo a minorías étnicas y nuevas propuestas. *In*: TRESSERRAS, J. M. (Ed.). **Quaderns del CAC**. Barcelona: Consejo Audiovisual de Cataluña, enero-abril 2002, p. 13-27.

GÓMEZ NICOLAU, E.; MEDINA-VICENT, M.; GÁMEZ FUENTES, M. J. (eds.). **Mujeres y resistencias en tiempos de manadas**. Castellón: Universitat Jaume, Colección Ágora Feminista, 2020.

GREGG, R. **The Power of Nonviolence**. New York: Fellowship Publications, 1944.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action: lifeworld and system: a critique of functionalist reason**. Cambridge: Polity Press, 1987.

HALL, S. **Representation: cultural representations and signifying practices**. London: Sage, 1997.



HOFFMANN, J.; HAWKINS, V. (eds). **Communication and peace: mapping an emerging field**. London: Routledge, 2015.

HOOKS, B. **Teaching to transgress. Education as the practice of freedom**. London: Routledge, 1994.

HUNTINGTON, S. **El choque de las civilizaciones y la reconfiguración del orden mundial**. Barcelona: Paidós, 1997.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, M. Ética y política alternativa. Para mis Socias de la Vida. **Claves Feministas**, Madrid: Horas y Horas, n. 48, 2005, p. 304-307.

LAKOFF, G. **Don't think of an elephant: progressive values and the framing wars: a progressive guide to action**. White River Junction: Chelsea Green Publishing, 2004.

LEDERACH, J. P. **The Moral Imagination: The Art and Soul of Building Peace**. New York: Oxford University Press, 2005.

LELKES, Y. Mass Polarization: Manifestations and Measurements. **Public Opinion Quarterly**, v. 80, n. S1, p. 392-410, 15 March 2016. Disponible en: <https://academic.oup.com/poq/article-abstract/80/S1/392/2223374>
Último acceso: 29 dic. 2020.

LÓPEZ-RICO, C. M. GONZÁLEZ-ESTEBAN, J. L.; HERNÁNDEZ-MARTÍNEZ, A. Polarización y confianza en los medios españoles durante el Covid-19. Identificación de perfiles de audiencia. **REVISTA ESPAÑOLA DE COMUNICACIÓN EN SALUD**, p. 77-89, jul. 2020. Disponible en: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/RECS/article/view/5439>. Último acceso: 29 dic. 2020.

MARÍ SÁEZ, V. Hacia una Economía Política Crítica del indicador. Medir y evaluar “alterativamente” la comunicación, el desarrollo y el cambio social. **Commons, Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital**, v. 6, n. 1, 2019. Disponible en: <https://revistas.uca.es/index.php/cayp/article/view/3514> Último acceso: 30 dic. 2020.

MARTÍN GALÁN, J. I. **Communication, Cultural Violence and Alliance of Civilizations After September 11th: From Noelle-Neumann's Spiral of Peace and Gerbner's Cultivation to the Spirals of Peace as Intercultural Understanding**. Castellón de la Plana: Jaume I University, 2013.

MARTÍNEZ GUZMÁN, V. **Filosofía para hacer las paces**. Barcelona: Icaria, 2011.

MASIP, P.; SUAU J. M.; RUIZ CABALLERO, C. Percepciones sobre medios de comunicación y desinformación: ideología y polarización en el sistema mediático español. **Profesional de la Información**, v. 29, n. 5, 3 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.3145/epi.2020.sep.27> Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7626291> **Último acceso: 29 dic. 2020.**



MEGARRY, J. Online incivility or sexual harassment? Conceptualising women's experiences in the digital age. **Women's Studies International Forum**, v. 47, p. 46–55, August 2014. DOI: Disponible en: <http://dx.doi.org/10.1016/j.wsif.2014.07.012> Disponible en: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277539514001332?via%3Dihub> Último acceso: 29 dic. 2020.

MESA, M.; ALONSO CANO, L.; COUCEIRO, E. **Visibles y transgresoras. Narrativas y propuestas visuales para la paz y la igualdad**. Madrid: CEIPAZ, 2013.

MILLER, L. **Polarización en España: más divididos por ideología e identidad que por políticas públicas**. Madrid: Center for Economic Policy & Political Economy, 2020. 14 p. (Informe). Disponible en: https://dobetter.esade.edu/es/polarizacion-espana?_wrapper_format=html Último acceso: 29 dic. 2020.

MORGAN, M. **Against the Mainstream: The Selected Works of George Gerbner**. New York: Peter Lang Publishing, 2002.

MUÑOZ, F. **La paz imperfecta**. Granada: Instituto de la paz y los conflictos, 2001.

NACIONES UNIDAS. Communication for Development: Strengthening the effectiveness of the United Nations. *In: United Nations Development Programme*, 2011. Disponible en: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/c4d-effectiveness-of-UN-EN.pdf> Último acceso: 30 dec. 2020.

NACIONES UNIDAS. El vicesecretario general de la ONU rechaza la "polarización y división". **Noticias ONU**, Ginebra, 2016. Disponible en: <https://news.un.org/es/story/2016/12/1370851> Último acceso: 29 dic. 2020.

NACIONES UNIDAS. Resolución 53/243. **Declaration and programme of action on a culture of peace**. Ginebra: General assembly of the United Nations [1999]. Disponible en: <https://undocs.org/en/A/RES/53/243> Último acceso: 29 dic. 2020.

NACIONES UNIDAS. **United Nations Strategy and Plan of Action on Hate Speech**. Ginebra: Naciones Unidas, 2019. 7 p. (Informe). Disponible en: <https://www.un.org/en/genocideprevention/hate-speech-strategy.shtml> Último acceso: 29 dic. 2020.

NOËLLE-NEUMANN, E. **The Spiral of Silence: Public Opinion – Our Social Skin**. Chicago: University of Chicago, 1993.

NOS ALDÁS E.; PINAZO, D. Communication and engagement for social justice. **Peace Review**, v. 25, n. 3, 2013, p. 343–348. Disponible en: <https://doi.org/10.1080/10402659.2013.816552> Último acceso: 30 dic. 2020.

NOS ALDÁS, E. Public discourses for nonkilling societies: peace research and communication trends. *In: EVANS, P. (ed). Nonkilling media*. Honolulu: Center for Global Nonkilling, 2013, p. 73–97.

NOS ALDÁS, E.; FARNE, A. Comunicación transgresora de cambio social: epistemologías performativas y eficacia cultural. **Convergencia**, Toluca, v. 27, 2020. Disponible en http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S140514352020000100111&lng=es&nrm=iso Último acceso: 30 dic. 2020.



NOS ALDÁS, E.; FARNÉ, A.; AL NAJJAR, T. Communication for Peaceful Social Change and Global Citizenry. In: LEAL FILHO, W., *et al.* (eds). **Peace, Justice and Strong Institutions. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals**. Cham, Springer, 14 nov. 2020.

NOS ALDÁS, E. **Comunicación transgresora de cambio social**. Castellón: Universitat Jaume I, 2019.

REARDON, B. **Education for a culture of peace in a gender perspective**. París: UNESCO, 2001.

ROBLES, J. M. *et al.* La polarización de “La Manada”: El debate público en España y los riesgos de la comunicación política digital. **Tempo Social**, Brasil, v. 31, n. 3, p. 193-216, 2019. Disponible en: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/159680> **Último acceso: 29 dic. 2020.**

SÁNCHEZ-DUARTE, J. M.; MAGALLÓN ROSA, R. Infodemia y COVID-19. Evolución y viralización de informaciones falsas en España. **REVISTA ESPAÑOLA DE COMUNICACIÓN EN SALUD**, p. 31-41, jul. 2020. Disponible en: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/RECS/article/view/5417> **Último acceso: 29 dic. 2020.**

SEGUÍ COSME, S.; NOS ALDÁS, E. Bases epistemológicas y metodológicas para definir indicadores de eficacia cultural en la comunicación del cambio social. **Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital**, v. 6, n. 2, p. 10-33, 2017. Disponible en: <https://revistas.uca.es/index.php/cayp/article/view/3326> **Último acceso: 30 dic. 2020.**

SERVAES, J. (ed). **Handbook of communication for development and social change**. Singapore: Springer, 2019.

THOMAS P.; VAN DE FLIERT, E. **Interrogating the theory and practice of communication for social change: the basis for a renewal**. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

TUFTE, T. **Communication and social change: A citizen perspective**. Nueva Jersey: John Wiley & Sons, 2017.

UNESCO. **Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization** [1945]. París: Unesco, 1945. Disponible en: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261751.page=6> **Último acceso: 29 dic. 2020.**

UNESCO. **World trends in freedom of expression and media development: global report 2017/2018**. París: Unesco, 2018. Disponible en: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261065> **Último acceso: 29 dic. 2020.**

VAN DIJK T. A. Critical discourse analysis. In: TANNEN, D; HAMILTON, H.; SCHIFFRIN D. **The handbook of discourse analysis**. Malden: Blackwell Publishers, 2001. p 349-371.

WAGNER, M. Affective polarization in multiparty systems. **Electoral Studies**, August 2020. Disponible en: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261379420300822> **Último acceso: 29 dic. 2020.**

WALLENSTEEN, P. **Peace research: theory and practice**. Abingdon: Routledge, 2011.



YUVAL-DAVIS, N. Beyond the recognition and re-distribution dichotomy: intersectionality and stratification. In: LUTZ, H; HERRERA, VMT; SUPIK, L. (eds). **Framing intersectionality: debates on a multi-faceted concept in gender studies**. Farnham: Ashgate, 2011, p. 155–169.

Nota: Las opiniones expresadas por los autores de este artículo no representan necesariamente el punto de vista de las instituciones para las cuales trabajan.



EL ENEMIGO EN LAS SOMBRAS:

Polarización y discursos de odio en el debate político en redes sociales en Uruguay

Natalia Uval

Resumen: Este artículo apunta a determinar, en un análisis exploratorio, hasta qué punto los discursos de odio y la polarización -como elementos nocivos para la democracia- permean el debate político en redes sociales en Uruguay. Para ello se realizó un análisis de contenido de los productos de desinformación generados durante la campaña presidencial de 2019 y chequeados por la coalición de medios Verificado Uruguay, así como un análisis de los posteos en Twitter que tuvieron mayores intercambios y que formaron parte de las tendencias en Uruguay durante noviembre de 2020. Se concluye que, si bien los discursos de odio y los ataques directos a personas o colectivos (indicador extremo de polarización) no son comunes en el debate político en Twitter en Uruguay, y tampoco forman parte de los contenidos de desinformación, sí hay construcciones discursivas que buscan consolidar estereotipos negativos sobre los contrincantes políticos, erigiéndolos como “los otros” en términos identitarios, lo que también contribuye a la polarización y al odio.

Palabras clave: Polarización / Discursos de odio / Redes sociales.

Introducción

Las redes sociales y los algoritmos se han erigido en los villanos de los procesos democráticos en América Latina y a nivel global. Que generan burbujas informativas y cámaras de eco (PARISER, 2011), que solo refuerzan opiniones y creencias previas, que introducen sesgos de confirmación, que contaminan el debate público con mentiras o información engañosa; las acusaciones son de diverso calibre y no siempre están fundamentadas con solidez empírica. En definitiva, y ya distantes de aquella promesa de democratización del saber y de la expresión que significó Internet, se acusa al mundo digital y en particular a las redes sociales de debilitar la democracia.

La democracia se ha debilitado en América Latina, y eso es un hecho. Por un lado, según las mediciones del Latinobarómetro (LATINOBARÓMETRO, 2018), el apoyo de la población a la democracia en los países de América Latina ha caído sistemáticamente desde 2010, pasando de 61% ese año a 48% en 2018. En simultáneo, crece el porcentaje de gente a la que le es “indiferente” el tipo de régimen político en el que vive: pasó de 16% en 2010 a 28% en 2018. También aumenta en ese mismo período el número de personas que se sienten alejadas de la política, desencantadas y frustradas.

Por otro lado, crecen en América Latina y a nivel global los partidos de extrema derecha y los discursos de odio contra las minorías; cobran fuerza, notoriedad e incluso llegan al poder gobernantes que descreen de la democracia; resurge el negacionismo histórico; y el rechazo a la ciencia y a cualquier parámetro de verdad que trascienda la interpretación de las bases del debate público.

Esta situación coincide en términos temporales con el auge de las redes sociales como medios de comunicación, que permitieron como nunca antes difundir desinformación a gran escala (WAISBORD, 2018), y con el florecimiento de los algoritmos como método para predecir e incluso para definir lo que somos mediante nuestras pautas de consumo.



En este contexto, el objetivo de la investigación que se presenta en este artículo fue explorar si los discursos de odio o polarizantes permean el debate político y social en redes sociales en Uruguay. Para ello se realizaron dos análisis distintos pero complementarios.

Por un lado, se realizó un análisis de contenido de los productos de desinformación generados durante la campaña presidencial de 2019 y chequeados por la coalición de medios Verificado Uruguay. Verificado Uruguay fue una coalición de 28 medios de comunicación (de prensa escrita, radiales y televisivos) conformada para combatir la desinformación de cara a las elecciones de 2019. Esta coalición trabajó detectando los productos de desinformación que circulaban en las redes sociales Facebook y Twitter previo a las elecciones nacionales de 2019 en Uruguay. Para seleccionar los contenidos a verificar, los integrantes de la coalición priorizaron el potencial de viralización del contenido y su interés público (UVAL, 2019). Si bien Verificado Uruguay no verificó toda la información que circuló en redes sociales durante los meses electorales, sí abordó aquella más masiva y con mayor relevancia pública, por lo tanto es pertinente el análisis de las piezas de desinformación utilizadas para los chequeos. En este artículo se analizarán los chequeos de información realizados por Verificado Uruguay durante los meses de elecciones en Uruguay: octubre de 2019 (primera vuelta) y noviembre de 2019 (segunda vuelta). El análisis realizado para esta investigación permitió determinar si los contenidos de desinformación que circularon en ese período tan relevante para la democracia utilizaban discursos de odio o polarizantes como parte de la narrativa de la desinformación.

Por otro lado, un año después se realizó un análisis de las publicaciones en Twitter que tuvieron mayores intercambios y que formaron parte de las tendencias en Uruguay durante la segunda quincena de noviembre de 2020: se identificó quiénes fueron los principales emisores, y si el posteo principal y las interacciones asociadas a este incluían discursos de odio o polarizantes. Se analizaron las diez principales tendencias de Twitter en Uruguay todos los días a las 18:00 horas, y dentro del tema objeto de tendencia, solo los tuits que tuvieron un grado mínimo de interacción (para el caso, se analizaron los tuits que superaron los 50 “me gusta” y que tuvieron más de diez respuestas).

Este segundo análisis -como se señaló, complementario con el anterior- buscó determinar si en las conversaciones con mayores niveles de interacción en Twitter podía detectarse presencia de discursos de odio o polarizantes. En definitiva, ambos análisis buscaron determinar si los discursos de odio o polarizantes ocupan la centralidad del debate político en Uruguay.

Algunos de los hallazgos resultantes del análisis son los siguientes: las élites políticas y mediáticas y las instituciones juegan un rol más relevante que el de los perfiles falsos o cuentas anónimas en los debates en Twitter en Uruguay; los emisores de los posteos que formaron parte de las tendencias no apuntaron en casi ningún caso a polarizar; y los “discursos de odio” no forman parte constitutiva de los contenidos de desinformación, si bien, sí existen intentos por caracterizar a la izquierda política en Uruguay, el Frente Amplio, como un partido autoritario y radical, construyendo una otredad en términos identitarios que puede alimentar el odio y la polarización.

Este artículo está organizado del siguiente modo. En primer lugar, se presenta brevemente el estado del arte y antecedentes del problema de investigación, con foco en el vínculo entre redes sociales y polarización/debilitamiento de la democracia, así como en la conexión entre desinformación y discursos de odio. Luego se presentan los resultados del análisis de las tendencias de Twitter, y a continuación los hallazgos del análisis de los contenidos de desinformación en base al trabajo de Verificado. Finalmente, se exponen las conclusiones.



Redes sociales fuertes y democracia débil

La correlación entre el auge de las redes sociales y el debilitamiento de la democracia fue abordada desde distintas ópticas. En 2011, Eli Pariser (PARISER, 2011) utilizó el concepto de “burbujas de filtro” para referirse a cómo los algoritmos construyen universos habitados por comunidades de personas que piensan parecido y que debido a los mecanismos algorítmicos -que refuerzan nuestros gustos y creencias personales- no tienen posibilidad de interactuar o siquiera de conocer lo que piensan otras comunidades pertenecientes a otras burbujas. Este fenómeno contribuiría a alimentar la polarización y la desinformación. Las “cámaras de eco” nos devuelven permanentemente aquello ya emitido, lo que ya escuchamos, aquello con lo que comulgamos, y no hay espacio para la sorpresa, para lo desconocido y para lo que refuta nuestras creencias.

Otras investigaciones han aportado evidencia sobre el papel de las redes sociales en la difusión de desinformación y en la polarización (ARUGUETE y CALVO, 2020; ZANLORENSSI *et al.*, 2018; SCHMIDT *et al.*, 2017).

Tucker *et al.* (2018) señalan que hay tres factores que pueden estar afectando la calidad de la democracia vinculados al mundo digital que están interrelacionados: el uso de las redes sociales, la polarización política y la desinformación. Y enumeran diversas hipótesis sobre la forma en que estos tres factores pueden interrelacionarse: la polarización puede volver a las personas más vulnerables a la desinformación, y al mismo tiempo, la desinformación puede generar mayor polarización; las redes sociales pueden incrementar la participación política por un lado, pero por el otro, la polarización puede alejar a la gente de la política.

En ocasiones, la desinformación y los discursos de odio se combinan para cumplir en simultáneo dos objetivos políticos: beneficiarse electoralmente mediante la diseminación de una mentira; y atacar a una minoría o a cualquier colectivo que se construye como “otro” mediante el ataque directo a un adversario político. Esta estrategia ha sido utilizada en reiteradas oportunidades, por ejemplo, por el presidente de Brasil Jair Bolsonaro.⁵ Uno de los casos más recientes fue la difusión de desinformación referente al principal oponente de Bolsonaro en la última campaña electoral, Fernando Haddad, del Partido de los Trabajadores, que sostenía que cuando Haddad era ministro de Educación distribuía un “kit gay” con materiales de educación sexual para incitar a los estudiantes a la homosexualidad.

Pese a estas evidencias y a los efectos nocivos para el debate público de ciertos usos de las redes sociales, no es tan claro que el debilitamiento de la democracia obedezca exclusivamente a los efectos del mundo digital en el debate público y en las formas de relacionamiento de la población entre sí y con la política.

Tucker *et al.* (2018) sostienen que las redes sociales no son inherentemente democráticas o antidemocráticas, sino “simplemente un escenario en el que los actores políticos -algunos que pueden ser democráticos y otros que pueden ser antidemocráticos- compiten por el poder y la influencia”. Los autores enumeran una serie de estudios empíricos que ponen en cuestión el argumento de las burbujas de filtro y las afirmaciones que ubican a las redes sociales como causantes de la polarización.

En primer lugar, Tucker *et al.* citan diversos estudios (BAKSHY *et al.*, 2015; DUGGAN & SMITH, 2016; BAKSHY *et al.*, 2015; WOJCIESZAK y MUTZ, 2009) que dan cuenta de que, a diferencia de lo indicado anteriormente, la exposición a visiones políticas distintas en redes sociales es alta, más alta en comparación con las redes de comunicación no virtuales y en comparación con el consumo de medios tradicionales. Una investigación antropológica realizada por Winocur *et al.* (2021) sobre las prácticas de consumo y socialización de la información política durante las elecciones presidenciales de 2019 en Uruguay concluyó en el mismo sentido que las burbujas informativas son porosas y abiertas al disenso. La exposición a mayor diversidad en redes sociales, no obstante, también puede convertirse en un bumerang, como advierte Waisbord (2020),

⁵ Ver por ejemplo: https://verne.elpais.com/verne/2018/10/18/mexico/1539847547_146583.html



ya que hay estudios que sugieren que, en las personas con fuerte identificación partidaria, la exposición a opiniones contrarias a sus creencias refuerza actitudes y percepciones negativas sobre los “otros”. Al mismo tiempo, el carácter negativo de muchos intercambios entre tendencias ideológicas opuestas en redes sociales como Twitter, lejos de alimentar la comprensión sobre los otros, puede incrementar la polarización afectiva (TUCKER *et al.*, 2018).

Por otra parte, Allcott & Gentzkow (2017) señalan que la desinformación tiene efectos limitados en el conocimiento político de la población. En el mismo sentido, la investigación de Winocur *et al.* (2021) concluye que las redes sociales no tienen un poder absoluto para informar o desinformar; en cambio, la familia y el ámbito doméstico son centrales en el proceso de socialización de los contenidos mediáticos.

Problematizando el vínculo redes sociales-polarización

La polarización puede convertirse en un problema para la democracia, tanto en escenarios políticos polarizados se concibe al otro como un enemigo a quien eliminar o como alguien con quien no es posible ningún tipo de diálogo, y eso empobrece el debate público, una de las bases de la democracia. La democracia requiere aceptar la diversidad de opiniones, requiere negociación y el reconocimiento del adversario como un interlocutor válido; en cambio, la polarización “dificulta la negociación y la concesión, refuerza prejuicios contra otros, y debilita el prestigio y la confianza en las instituciones democráticas (en tanto son vistas como partidarias de uno u otro bando)” (WAISBORD, 2020, p. 3).

Pero, ¿debemos culpar a las redes sociales de la polarización? Mencionaré algunos hallazgos de estudios empíricos que parecen refutar esta relación de causalidad directa, y que dan cuenta de que el fenómeno es más complejo de lo que a menudo se enuncia.

1. La polarización es más *offline* que *online*. La polarización política ha aumentado en los últimos años, es cierto, pero lo ha hecho en mayor medida en aquellos individuos que no utilizan frecuentemente Internet y redes sociales. Esto concluye Boxell *et al.* (2017) en su trabajo “Greater Internet use Is Not Associated with Faster Growth in Political Polarization among US Demographic Groups”. Señala también que la gente de mayor edad es la que tiende a apoyar en mayor medida propuestas y discursos polarizantes, y es la que menos utiliza las redes sociales. En el mismo sentido, Boulianne y otros (2018) indican que existe una correlación inversa entre el uso de redes sociales y el apoyo a ofertas políticas polarizantes.

2. La polarización *online* no necesariamente es indicadora de polarización *offline*. Los trabajos que abordan la polarización y los discursos de odio en redes sociales rara vez indagan qué ocurre fuera de la virtualidad con los individuos que polarizan. O, en otros términos: ¿podemos esperar de manera lineal que aquellos individuos que se muestran fuertemente polarizantes y que actúan como trolls en las redes sociales tengan un comportamiento idéntico fuera de la virtualidad? La investigación de Winocur *et al.* (2021) muestra cómo algunos individuos que polarizaban fuertemente en redes sociales mostraban en cambio una actitud tolerante y abierta en el mundo no virtual, tanto en sus discursos como en sus acciones.

3. La polarización no abarca a todos los usuarios de las redes (o la importancia de la “mayoría silenciosa”). Quienes interactúan activamente en redes sociales suelen no tener el mismo perfil que el promedio de la población de un país o que el perfil de “la mayoría silenciosa”, que opta por mantenerse al margen de las discusiones (WINOCUR *et al.*, 2021; TUCKER *et al.*, 2018). Esta última, en general, mantiene una



actitud pasiva y rehúye al conflicto. Davis (2005) citado por Tucker *et al.* (2018) señala factores socioeconómicos y demográficos que inciden en una mayor predisposición a mantener conversaciones políticas en línea, y se trata de los mismos predictores que se aplican al mundo no virtual: mayor nivel educativo y socioeconómico, mayor interés en la política, etc. La “mayoría silenciosa”, por su parte, asiste a las discusiones políticas sin intervenir, y esta mayoría es más parecida al “estadounidense promedio” que quienes se involucran más activamente en las discusiones políticas, según los hallazgos de Davis.

La investigación de Winocur *et al.* (2021) muestra cómo la mayoría silenciosa muchas veces evita dar su opinión para eludir el conflicto, y además del silencio, utiliza el humor para desactivar la polarización, sobre todo en redes próximas afectivamente.

Además, estudios citados por Tucker *et al.* (BARBERÁ y RIVERO, 2015; PREOTIUC-PIETRO *et al.*, 2017) muestran que los usuarios de Twitter con posiciones ideológicas más extremas suelen compartir mucho más contenido que los usuarios más moderados, lo que puede llevar a sobreestimar su importancia en los análisis.

4. Los grados de polarización dependen del tema de discusión. Otros estudios advierten que la polarización se da respecto a ciertos temas y no a otros; Aruguete y Calvo (2020) muestran cómo la despenalización del aborto fue un tema que quebró la polarización tradicional de Argentina; Barberá *et al.* (2015) indican cómo las conversaciones en torno a los Juegos Olímpicos, por ejemplo, se tornan “conversaciones nacionales” y no se verifica allí la polarización que sí puede constatarse en otros temas. En enero de 2021, la protesta en Uruguay contra la sanción impuesta por la Federación Inglesa de Fútbol al futbolista Edinson Cavani por saludar a un amigo en Instagram con un “gracias, negrito” (lo que fue calificado como “rascista” por la Federación) quebró la polarización tradicional entre oficialismo y oposición, y dirigentes de todos los partidos políticos coincidieron en sus comentarios bajo el hashtag #graciasnegrito.

5. Los grados de polarización en redes varían según las características del sistema político nacional. Si bien la polarización de las sociedades coincide en el tiempo con el auge de las redes sociales, esta polarización no se manifiesta de la misma forma o en los mismos grados en todos los países. Esto es así porque la polarización está fuertemente relacionada con el sistema político institucional en el que se inscribe, y particularmente, con el rol que adoptan las élites políticas. Waisbord (2020) sostiene que la polarización “es el resultado de la agregación de procesos comunicativos-políticos que obedecen principalmente a decisiones de elites políticas y mediáticas más que a procesos predeterminados por la política digital o especialmente las ‘plataformas sociales’”.

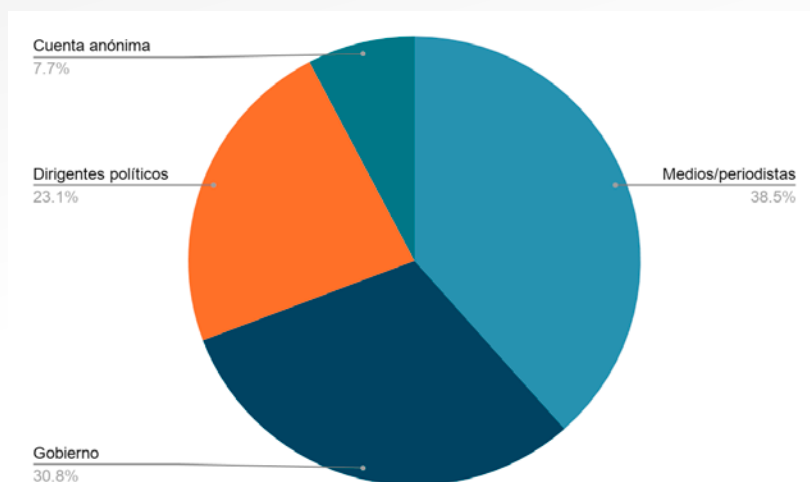
Las élites políticas pueden estimular la polarización o no hacerlo, y esto condiciona en gran medida los niveles de polarización en redes sociales de cada sistema político. A continuación, veremos cómo este factor es relevante para el caso uruguayo, en comparación con otros países de América Latina, por ejemplo, Brasil.

Tendencias de Twitter en Uruguay: la importancia de las instituciones

La primera constatación del análisis realizado sobre los intercambios en Twitter Uruguay es que los emisores de los tuits con mayores interacciones dentro de las tendencias de cada día no son en general *trolls*, ni cuentas anónimas, sino cuentas institucionales u oficiales, del gobierno, de actores gubernamentales o de medios de comunicación, como se muestra en el siguiente gráfico.



Gráfico 1. Tipo de emisor de los tuits con mayores interacciones en los temas de tendencia (segunda quincena de noviembre de 2020).



Fuente: Elaboración propia en base a tendencias de Twitter Uruguay (segunda quincena de noviembre de 2020).

Esto da la pauta de que, en las conversaciones en Twitter Uruguay, las élites políticas, mediáticas y las instituciones juegan un rol relevante, mucho más relevante que el que pueden tener los perfiles falsos o cuentas anónimas. También se constata la relevancia que siguen teniendo los medios tradicionales de información para marcar agenda, incluso en las redes sociales. Esto está en consonancia con los hallazgos de la investigación de Winocur y otros (2021), que concluyó que los periódicos e informativos son muy relevantes para establecer la credibilidad de la información que circula por las redes sociales. Aunque las personas no se dirigen directamente a los portales de las agencias y periódicos, sí reciben los contenidos a través de las redes sociales, y el hecho de que provengan de un medio tradicional ya es base de credibilidad suficiente, no se pone en duda que lo que se informa allí efectivamente sucedió, aunque sí, se cuestione en algunos casos el enfoque o perspectiva del medio en cuestión.

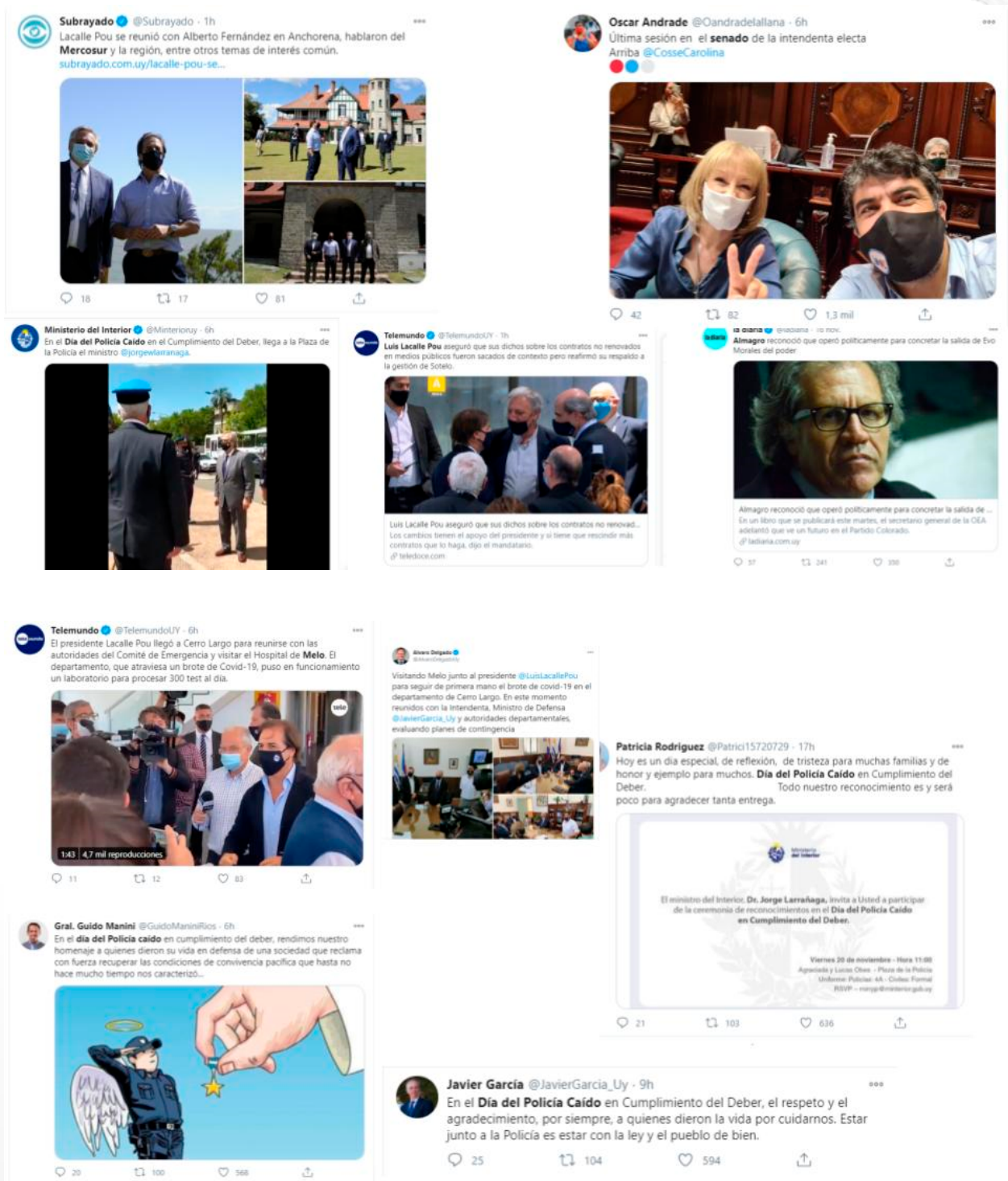
Es claro de todos modos, a efectos de este análisis, que Twitter no es una red social representativa de lo que ocurre con el resto de las redes sociales, ya que, por un lado, nuclea a un segmento muy pequeño de la población. Un estudio realizado en 2018 en Uruguay por Opción Consultores arrojó que mientras el 68% de la población tenía cuenta en Facebook, sólo el 14% tenía cuenta en Twitter.⁶ Además, esta red tiene su perfil propio: en general el universo de los políticos y periodistas, así como las élites en general, está sobrerrepresentado, y la red tiene notorios sesgos demográficos, como recuerda Waisbord (2020). Este autor advierte que es problemático sacar conclusiones sobre polarización tomando tendencias de Twitter.

Sin embargo, considero que sí, pueden sacarse conclusiones preliminares sobre los niveles de polarización al menos a nivel de las élites, a partir del análisis de las tendencias de Twitter.

A continuación se presenta una imagen con los posteos que tuvieron mayor interacción dentro de las tendencias analizadas en el período de estudio.

⁶ <https://www.opcion.com.uy/opinion-publica/uso-de-redes-sociales/>

Imagen 1. Ejemplos de posteos con mayores interacciones sobre las tendencias del día (segunda quincena de noviembre de 2020).



Fuente: Twitter.

Los emisores de los posteos analizados en casi ningún caso apuntan a polarizar, ni con el lenguaje, ni con las imágenes utilizadas. En la mayoría de los casos simplemente informan sobre un hecho, tanto si se trata de medios de comunicación (lo cual es esperable) como si se trata de cuentas institucionales o de jerarcas de gobierno.

La única excepción es un posteo del ministro de Defensa Nacional, Javier García, en ocasión de la conmemoración del Día del Policía Caído, que separa a la sociedad entre la policía y el “pueblo de bien” por un lado, y quienes no son el “pueblo de bien”, por el otro, a quienes no enuncia y por lo tanto permanecen en las sombras.

Sin embargo, el discurso en general medido que se aprecia en los posteos de las élites políticas y mediáticas no se corresponde con el tono de los comentarios que ofician de respuesta a esos posteos. Allí, en línea con los estudios citados anteriormente que constatan el tono negativo de los intercambios en redes sociales, predominan los insultos y la voluntad de alinearse con uno y otro bando (en el caso de los posteos en cuestión, con el oficialismo o con la oposición). Cuando el posteo refiere a una acción de gobierno, los partidarios del gobierno felicitan a los jefes, y sus detractores usan una variedad de adjetivos para referirse a los gobernantes o al presidente: “impresentables”, “mentirosos”, “cagón”, “culo roto”, “vomitivo”, “mediocre reaccionario”, “bufones”, “mamarracho”, entre otros. En sentido inverso, los oficialistas tratan al Frente Amplio y a sus dirigentes de “zurdos que te apuñalan por la espalda”, “curreros”, “zurdos adoctrinados fanatizados”, “patéticos”, “mentirosos”, “lacras” y “parásitos del Estado”, entre otros calificativos.

Desinformación en redes sociales en Uruguay: el enemigo es político

En América Latina desde 2010 han surgido diversas iniciativas de verificación de la información, a veces a impulsos de organizaciones de la sociedad civil, y en ocasiones como proyectos de medios de comunicación o de instituciones académicas. Pese a estos esfuerzos por combatir la desinformación, diversos estudios citados por Tucker *et al.* (2018) dan cuenta de que los intentos por desmentir o contener la propagación de la desinformación en general no son efectivos.

Actualmente, en América Latina más de la mitad de las iniciativas de verificación son llevadas adelante por medios periodísticos tradicionales, por plataformas periodísticas digitales o por coaliciones de medios (UVAL, 2019). Una de ellas fue Verificado Uruguay, que realizó verificación de información vinculada a la última campaña electoral en Uruguay, en 2019.

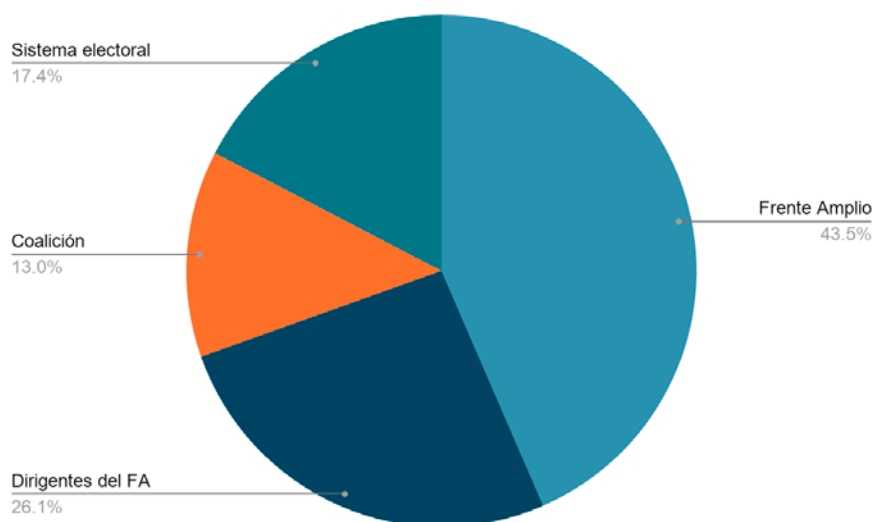
En Uruguay, en las elecciones presidenciales de 2019, circularon piezas de desinformación pero tuvieron un alcance muy limitado, ya sea porque no lograron difundirse masivamente, o porque fueron rápidamente desmentidas (WINOCUR, 2021). Además, su contenido no se caracterizó por contener discursos de odio, al menos en un sentido estricto, como se mostrará a continuación.

En primer lugar, se constata que los contenidos de desinformación no procuraron atacar a colectivos por razones religiosas, de género, etnia o diversidad sexual. Alguien podría argumentar que se trata de un resultado esperable, ya que Verificado chequeó contenidos vinculados a la campaña electoral, pero vimos anteriormente cómo los ataques electorales a los partidos políticos o candidatos pueden combinarse con discursos de odio contra colectivos. En el caso de Uruguay, eso no sucedió.

En cambio, el objetivo de ataque predilecto fue el partido de izquierda Frente Amplio. El 70% de los contenidos de desinformación verificados tuvieron como objeto del ataque al FA o a dirigentes de ese partido, como se muestra a continuación.



Gráfico 2. Objetivos del ataque en los contenidos de desinformación.



Fuente: Elaboración propia en base a Verificado Uruguay.

No existe una definición jurídica internacional del concepto “discursos de odio”. Las Naciones Unidas los definen como

cualquier forma de comunicación de palabra, por escrito o a través del comportamiento, que sea un ataque o utilice lenguaje peyorativo o discriminatorio en relación con una persona o un grupo sobre la base de quiénes son o, en otras palabras, en razón de su religión, origen étnico, nacionalidad, raza, color, ascendencia, género u otro factor de identidad. (NACIONES UNIDAS, 2019).

Si bien en un sentido restringido no puede hablarse de la presencia de “discursos de odio” en los contenidos de desinformación, por lo expuesto anteriormente, sí pueden notarse intentos por caracterizar al Frente Amplio como un partido autoritario y radical, integrado por dirigentes hipócritas, y que fue inepto en el ejercicio del gobierno. Por ejemplo, algunos posteos mentían sobre la cantidad de empresas cerradas durante los gobiernos del Frente Amplio (decían que eran el doble de las que efectivamente cerraron), daban cifras distorsionadas para referirse al aumento de la delincuencia o publicaban fotos de personas durmiendo en la calle que no eran de Uruguay. También acusaban al FA de pegar adhesivos del partido político en vehículos oficiales, de sostener carteles con la leyenda “Sí a los chorros (ladrones)”, o se diseminaron mentiras sobre la falta de voluntad del gobierno del FA de dejar el poder en caso de perder las elecciones. El contenido de desinformación con un tono más encendido no provino de un emisor uruguayo sino de la exdictadora boliviana Jeanine Añez, que en su cuenta de Twitter posteoó una foto falsa del expresidente uruguayo José Mujica caminando por las calles de Nueva York con la leyenda: “hipócritas, socialistas, así son todos, la única riqueza que no comparten es la suya”.

En cambio, los contenidos de desinformación dirigidos a atacar a la coalición de derecha que compitió con el FA en las elecciones, además de ser muchos menos en cantidad, fueron ataques de menor intensidad. Por ejemplo, se difundieron imágenes falsas de banderas del Partido Colorado con la cara del dirigente histórico del Partido Nacional Aparicio Saravia, como una forma de cuestionar que el Partido Colorado se uniera al Partido Nacional en una coalición cuando han sido partidos históricamente enfrentados. También se aseguró que el candidato de la coalición y actual presidente uruguayo, Luis Lacalle Pou, subiría en impuesto a la renta en caso de ser presidente (algo que el candidato nunca había dicho).



Otros contenidos de desinformación apuntaron a cuestionar al sistema electoral uruguayo, que goza de amplia legitimidad en la población, básicamente alertando sobre posibles fraudes. Se podría decir que este tipo de contenidos, de forma indirecta, también buscaban atacar al gobierno del Frente Amplio en funciones, porque era quien detentaba el poder del Estado.

Conclusiones

Hay narrativas que han perdurado a lo largo de la historia del Uruguay y que son constitutivas de su identidad nacional. Por ejemplo, el mito de la cultura ciudadana, que alude a la cultura universalista, liberal y racionalista, al orgullo del nivel educativo alto para la región (RIAL & PERELLI, 1986). Por otra parte, hay ciertas características que se asocian con el “uruguayo tipo”, como la mesura, la medianía, el afán amortiguador (REAL DE AZÚA, 1964).

En línea con la hipótesis de Waisbord (2020), algunas de estas características podrían explicar por qué la comunicación de las élites políticas y mediáticas en redes sociales en Uruguay no tiene las características de polarización acentuada y ataques directos y personales que sí, se observa en otros países, por ejemplo, en Brasil. La cultura política del país y los elementos identitarios señalados también pueden haber incidido en el hecho de que los contenidos de desinformación en el contexto electoral no hayan apuntado a denigrar a colectivos por razón de su religión, raza, género o identidad sexual.

Sin embargo, las respuestas a las publicaciones con mayores interacciones analizados sí dan cuenta de una construcción de la realidad en términos de “ellos” y “nosotros” (AUGÉ, 1994), donde los insultos estereotipantes se observan cada vez con mayor frecuencia y las opciones políticas de las personas se configuran como insultos (“zurdos”, “comunistas”). Por otra parte, en los contenidos de desinformación producidos durante la campaña electoral de 2019, el objeto de ataque primordial fueron los dirigentes del Frente Amplio o el partido mismo, y se apuntó en muchos casos a construir o reforzar estereotipos sobre las personas de izquierda. A esto se suma que en una de las redes sociales que no fue analizada a fondo en este artículo, Facebook, han surgido en los últimos años grupos de extrema derecha (“Uruguay Pasado”, “Unidos para el cambio”, “Aurora Artiguista”, entre otros) que se expresan en un lenguaje violento hacia las personas de izquierda y que utilizan la desinformación como herramienta. El ejemplo más reciente fue una campaña que sostenía que era mentira que en la última dictadura hubieran desaparecido personas en Uruguay, y que fue denunciada ante la Justicia por la organización Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos.

Por lo tanto, si bien la polarización, los discursos de odio y la desinformación no parecen tener un alcance masivo en Uruguay aún, y no son características del discurso de las élites, hay indicios de que estas características de los debates en la esfera pública, poco deseables en términos democráticos y con mucho peso en otros países, comienzan a permear en los intercambios en redes sociales en Uruguay, a contrapelo de la construcción histórica del país de las medianías y la mesura.



REFERENCIAS

ARUGUETE, Natalia y CALVO, Ernesto. **Fake news, trolls y otros encantos: Cómo funcionan (para bien y para mal) las redes sociales**. Siglo XXI Editores. Edición de Kindle, 2020.

AUGÉ, M. **Le sens des autres**. París, Ed. Fayard, 1994.

ALLCOTT, Hunt y Matthew Gentzkow. **Social media and fake news in the 2016 election**. Journal of Economic Perspectives. 2017, 1–28.

BARBERÁ, Pablo, John T. Jost, Jonathan Nagler, Joshua A. Tucker, y Richard Bonneau. **Tweeting From Left to Right: Is Online Political Communication More Than an Echo Chamber?** Psychological Science, 2015, 1531-1542.

BOXELL, Levi, Matthew Gentzkow, y Jesse M. Shapiro. **Greater Internet use Is Not Associated with Faster Growth in Political Polarization among US Demographic Groups**. Proceedings of the National Academy of Sciences, 2017, 10612–10617.

BOULIANNE, S., KOC-MICHALSKA, K. y BIMBER, B. **Right-Wing Populism, Social Media and Echo Chambers in Western Democracies**, *New Media & Society*, 2018.

Latinobarómetro. **Informe Latinobarómetro 2018**. Disponible en: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Último acceso: 6/1/2021.

Naciones Unidas. **La Estrategia y Plan de Acción de las Naciones Unidas para la Lucha contra el Discurso de Odio**. 2019. Disponible en: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-and-mobilizing/Action_plan_on_hate_speech_ES.pdf. Último acceso: 6/1/2021.

PARISER, Eli. **The filter bubble: What the Internet is hiding from you**. Reino Unido, Penguin, 2011.

Real de Azúa. **El impulso y su freno**. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1964.

RIAL, J. & PERELLI, C. **De mitos y memorias políticas**. Montevideo, Banda Oriental, 1986.

SCHMIDT, Ana Lucía, Zollo, Fabiana, Del Vicario, Michela, Bessi, Alessandro, Scala, Antonio, Caldarelli, Guido, Quattrocioni, Walter. **Anatomy of news consumption on Facebook**. PNAS 114 (12), 2017, 3035-3039.

TUCKER, Joshua *et al.* (2018). **Social Media, Political Polarization, and Political Disinformation: A Review of the Scientific Literature**. Disponible en: <https://www.hewlett.org/wp-content/uploads/2018/03/Social-Media-Political-Polarization-and-Political-Disinformation-Literature-Review.pdf>. Último acceso: 6/1/2021.



UVAL, Natalia. **El Mercosur en la prensa uruguaya. Región, nación e identidad.** Tesis de Doctorado. Universidad Nacional de La Plata, Argentina, 2018.

UVAL, Natalia. **La verdad en el periodismo: un problema de método.** Ponencia presentada en el Encuentro de Felafacs, 2019, Sucre.

Verificado Uruguay. Verificado.uy. Último acceso: 6/1/2021.

WAISBORD, Silvio. **Truth is What Happens to News.** Journalism Studies, 2018. Disponible en: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1492881>. Último acceso: 6/1/2021.

WAISBORD, Silvio. **¿Es válido atribuir la polarización política a la comunicación digital? Sobre burbujas, plataformas y polarización afectiva.** 2020. Disponible en: <https://doi.org/10.46468/r AAP.14.2.A1>. Último acceso: 6/1/2021.

WINOCUR, R. *et al.* **Consumo y socialización de información política en un año electoral.** Revista Mexicana de Sociología. Número 4/21 versión digital y Número 1/22, versión impresa (En proceso de edición).

ZANLORENSSI, Gabriel, Maia, Gabriel y Almeida, Rodolfo. **Como informações políticas circulam no WhatsApp.** Nexa, 2 de octubre de 2018.



AGENDA 2030 E COMUNICAÇÃO PARA PAZ: estratégias de visibilidade e territorialização dos ODS na realidade brasileira a partir de uma perspectiva crítica

Diuan dos Santos Feltrin
Isadora Sonogo Pinhabe
Juarez Tadeu de Paula Xavier
Lucas Furio Melara
Raquel Cabral
Thiago Gehre Galvão

Resumo: Diante dos esforços globais para consecução da Agenda 2030, a comunicação tem papel fundamental para informar, argumentar e sensibilizar sobre esta importante pauta da nova década, a fim de engajar a gestão pública, instituições privadas e sociedade civil sobre a relevância do conhecimento científico aliado aos saberes populares. Contudo, no contexto de desinformação, discursos de ódio e negacionistas, acentuam-se narrativas contraditórias que deslegitimam e desvalidam a ciência que é produzida por instituições de ensino, com a ascensão de grupos extremistas que se fundamentam na anti-ciência. Esse cenário corrobora para naturalizar determinadas violências, que, especialmente na realidade brasileira, reiteram uma cultura de violência contra grupos minorizados. Nesse contexto, este capítulo visa discutir o papel da comunicação para a consecução dos ODS da Agenda 2030, a fim de apresentar uma proposta de articulação entre os ODS 4 e 17 para potencializar sua visibilidade como pauta fundamental desta nova década, especialmente, no contexto educacional brasileiro. Para tanto, apresentamos o desenvolvimento do *Guia Agenda 2030 - integrando ODS, educação e sociedade*, produzido em parceria entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), partindo de sua contextualização por meio da análise hermenêutica de profundidade, do processo criativo e de produção do próprio guia, além da proposta de três novos ODS (18, 19 e 20) como estratégia de comunicação para visibilidade da Agenda 2030 e do enfrentamento dos discursos de ódio e desinformação. Como principais resultados, podemos destacar o protagonismo da comunicação e da educação como vetor da Agenda 2030 para a territorialização dos ODS na realidade brasileira por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Comunicação para Paz, Agenda 2030, Territorialização dos ODS, Educação.

Introdução

Diante do novo chamamento global das Nações Unidas denominado “**Década da Ação: 10 anos para transformar o mundo**” (2021-2030), voltamos nossos olhares para esta nova fase de implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este compromisso pelo desenvolvimento global encapsula importante faceta de enfrentamento a todos os tipos de violência, injustiça e desigualdade social, que requerem ações articuladas e estratégicas de comunicação envolvendo gestão pública, organizações privadas e a sociedade civil organizada.



Nesse contexto, essa articulação também recai sobre um debate crítico e necessário em torno das estratégias discursivas e narrativas que vão mediar o engajamento global, por meio da informação e sensibilização de nossas sociedades. A pandemia de COVID-19, uma das maiores enfrentadas pela humanidade em sua história, aprofundou antigos problemas e trouxe novos desafios, mas continuou tornando grupos populacionais vulneráveis, mais vulnerabilizados ainda (UN REPORT, 2020). Diante deste cenário, a consecução dos ODS sinaliza a fundamental relevância do enfrentamento à desinformação e à defesa da ciência, especialmente, diante de movimentos e grupos políticos conservadores ou ultra-radicais que buscam desqualificar o conhecimento científico.

Além disso, imersos num cenário de lógicas algorítmicas que monitoram nossas ações, mapeiam nossos rastros e estudam nosso comportamento e opiniões nas mídias digitais, nos vemos reféns de grandes corporações de tecnologia e grupos econômicos que detêm nossos dados pessoais e identificam nossas preferências, estilos de vida e até opiniões sobre determinados temas (ZUBOFF, 2020; HARARI, 2016). Isso torna nossos sistemas democráticos frágeis diante de estratégias de personalização da comunicação, muitas vezes, criando “bolhas” nas redes digitais que isolam grupos de outros, que facilitam o direcionamento do consumo de determinados bens e serviços e, principalmente, acentuam debates extremos que carecem do diálogo social (HAN, 2018).

Frente a esses imensos desafios, a Agenda 2030 nos chama a uma ação global também para repensarmos estratégias que envolvam a educação de qualidade e as parcerias institucionais (ODS 4 e 17) que colaborem para a viabilização de ações para a sustentação de sociedades democráticas. Uma dessas ações se desdobra na necessidade de se comunicar a Agenda 2030, de modo a torná-la uma pauta urgente desta nova década.

Partindo dessas reflexões, o **objetivo deste texto** é discutir o papel da comunicação para a consecução da Agenda 2030, a fim de apresentar uma proposta de articulação entre os ODS 4 e 17 para potencializar sua visibilidade como pauta fundamental desta nova década, especialmente, no contexto educacional brasileiro. Entendemos que as universidades e as redes de educação de todos os âmbitos possuem papel central como protagonistas na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, dialogando com a sociedade na busca de soluções sustentáveis, alternativas, resilientes e criativas para os maiores problemas de nosso tempo (GALVÃO; CABRAL; MAURER, 2020).

Para a consecução deste objetivo, partimos da pesquisa bibliográfica em torno de referenciais teóricos sobre violência, comunicação para paz e Agenda 2030, para, posteriormente, apresentarmos uma proposta de material comunicacional que visa informar, argumentar e sensibilizar sobre as possibilidades de articulação e territorialização dos ODS por meio do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo com o fortalecimento da democracia.

O *Guia Agenda 2030 - integrando ODS, educação e sociedade*⁷ foi elaborado por uma equipe de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e apresenta uma leitura singular sobre a Agenda 2030 a partir da perspectiva da educação e da ciência, em diálogo com as comunidades, destacando experiências reais de articulação entre ensino, pesquisa e extensão que se desdobram em ações alinhadas com os ODS. Este material comunicacional representa uma articulação entre os ODS 4 e 17, mediante a parceria entre as universidades que viabilizou a produção do guia.

Além dos 17 ODS que são abordados no material, o Guia também avança numa discussão fundamental em torno da territorialização da Agenda 2030 a partir da realidade brasileira, ao propor a inclusão de três novos objetivos: ODS 18 - Igualdade Racial; ODS 19 - Arte, Cultura e Comunicação; e ODS 20 - Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. A fim de contextualizar e argumentar sobre a iniciativa, partimos de uma perspectiva metodológica crítica da análise hermenêutica de John Thompson para contextualizar e

⁷ Guia Agenda 2030. Disponível em: <https://guiaagenda2030.org>



discutir sobre o Guia e a proposta dos três novos ODS, tendo em vista a metodologia de produção do material, o processo criativo e a articulação político-institucional que viabilizaram a ação.

Para tanto, num primeiro momento, discutiremos nosso referencial teórico a partir dos princípios dos Estudos para Paz (*Peace Studies*), em especial, da Comunicação para Paz. Nossa intenção é problematizar o cenário comunicacional na perspectiva do reconhecimento das violências que são reiteradas e naturalizadas pela comunicação, a fim de encontrarmos subsídios que nos apoiem na criação de narrativas que possam romper com essa cultura de violência que intensifica o fenômeno da desinformação e dos discursos de ódio (*hating*) que, por sua vez, dificultam a consecução dos ODS. Na sequência, apresentaremos a análise hermenêutica para contextualizar e discutir o material comunicacional produzido, para, finalmente, debatermos a articulação da parceria entre a UnB e Unesp alinhada com o ODS 17 e a gestão da educação.

Sabemos que no cenário político contemporâneo os ataques sistemáticos às instituições de ensino têm sido frequentes, especialmente, quando se reconhece a ampla e fundamental relevância que possuem para a sobrevivência de nossas sociedades, tendo em vista que tratam-se de centros de produção de conhecimento e de reconhecimento de nossa própria história. Nesse sentido, torna-se prioritária a discussão sobre ações que possam reiterar a responsabilidade das instituições de ensino e pesquisa do nosso país em torno do seu protagonismo frente à territorialização dos ODS⁸, destacando seu potencial para articular ensino, pesquisa e extensão.

No caso da extensão universitária, a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação como uma preparação à Resolução CNE/CES nº 07/2018, estabelece “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2018). Com isso, as universidades de todo o Brasil iniciaram grupos de trabalho para discutir o que se denominou de curricularização da extensão, ou seja, é a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Para contribuir com esse debate, entendemos a necessidade e a oportunidade singular de que a Agenda 2030 faça parte desse processo, de modo a articular ações extensionistas com os ODS, corroborando para a sua territorialização na realidade brasileira.

Nesse cenário, entendemos que é fundamental pensarmos na mudança de uma cultura da violência, da desinformação e da apatia social para a cultura dos ODS, que é ativa, criativa e radical. Ao mesmo tempo, sabemos que todo processo de mudança é complexo e permeado de inúmeras variáveis e conflitos e, muitas vezes, submetido às pressões produzidas pelas relações de poder e grupos de interesse. Contudo, as mudanças também podem ser desejadas, mas, para isso, precisam ser informadas e aprendidas. Tal como Nelson Mandela (2012) refletiu: “Ninguém nasce odiando uma pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E se podem aprender a odiar, também podem aprender a amar”. Portanto, se as mudanças podem ser aprendidas, é urgente que o sistema educacional e a gestão pública assumam esse compromisso de mudança social com a Agenda 2030, repensando seus currículos e buscando parcerias institucionais para articulação entre os ODS, educação e a sociedade. Para esse desafio, é essencial pensar uma comunicação que informe, visibilize e sensibilize para esta importante e urgente pauta da nova década.

⁸ Sobre o conceito de Territorialização ver: GALVAO, Thiago Gehre. ODS 11: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. In: MENEZES, Henrique Zeferino. (Org.). *Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais*. Ied. João Pessoa: Editora Universidade Federal da Paraíba (EDUFPPB), 2019, v. 1, p. 209-234.



1. Comunicação para paz: princípios e perspectivas críticas no contexto da desinformação e discursos de ódio

Os *Peace Studies* nasceram do anseio pela paz mundial em um contexto de intensos conflitos, no qual se buscavam respostas para os principais problemas humanos por meio de uma ciência comprometida em diminuir o sofrimento humano. Entretanto, por volta da década de 1970, essa lógica passa por transformações, agregando o entendimento da violência como um conceito mais complexo e multifacetado, observando todas as dimensões em que pode estender-se. Assim, Galtung (1990) propõe que a violência pode ser entendida de forma tridimensional, aprofundando uma perspectiva crítica que revela a complexidade do fenômeno nas sociedades humanas.

Assim, além da violência física já conhecida e amplamente estudada, Galtung (1998, p. 15) denuncia a “cultura de violência (heroica, patriótica, patriarcal etc.)” que legitima outras violências, naturalizando-as em nossa cultura. Tais conceitos formam o triângulo da violência, proposto pelo autor, no qual temos as violências: direta (o evento), estrutural (o processo) e cultural (a constante). Tomaremos como base para compreensão da desinformação e dos discursos de ódio, principalmente, a dimensão cultural da violência, visto que são expressões que podem produzir violência direta e estrutural legitimadas pela primeira.

Pode-se dizer, como afirma Rebs e Ernst (2017, p. 27), que a partir da violência cultural “são impostos e legitimados certos discursos sociais que moldam e/ou oprimem comportamentos. É justamente esta violência simbólica que o discurso de ódio tem como finalidade”. A partir desse tipo de discurso, inscreve-se ódio, tomando o outro como um ser inferior devido às suas divergências, sejam elas de cunho étnico, religioso, sexual, entre outros, desprezando certos grupos sociais (VARALLI; SANTOS, 2015). Vemos nos discursos de ódio um tipo de violência direta que existe e cresce fortemente a partir da violência cultural, pois, como afirma Galtung (1990, p. 298), “Quando o Outro não é apenas desumanizado, mas foi convertido com sucesso em um ‘isso’, privado de humanidade, o cenário está preparado para qualquer tipo de violência direta, que é então atribuída à vítima”. Assim, a violência cultural amplia e legitima espaços para as demais violências por meio dos discursos, que destacam o importante papel que a comunicação adquire nesse contexto.

Uma das vertentes dos discursos de ódio mais visíveis na atualidade, considerando os avanços das tecnologias de informação e comunicação e a adesão massiva ao uso das mídias sociais digitais – 49% da população mundial e 66% da população brasileira (WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE, 2020) –, é o *cyberhate*, um tipo de discurso de ódio inserido no ambiente virtual. O potencial devastador desse tipo de violência reside justamente em características das mídias sociais digitais que, a princípio, poderiam ser positivas, mas que, em um contexto de cultura da violência, colaboram ainda mais na disseminação do ódio, como “a permanência, a possibilidade da informação ser escalável, a replicabilidade e a capacidade de ser buscável” (REBS; ERNST, 2017, p. 28). Além disso, aliados à violência cultural, “os formatos e construções da intolerância e do extremismo no espaço digital facilitam a camuflagem e conversão de informação ilegítima em legítima – baseada em ódio – tornando-a rapidamente aceitável” (SILVA; BOTELHO-FRANCISCO, 2020, p. 42), tornando a desinformação um dos pontos centrais do *cyberhate*.

Dito isso, para os *Peace Studies* a ideia de paz deixa de ser um ponto de chegada em seus estudos, para tornar-se a complexa construção de uma cultura pela paz, pois se a violência é legitimada por meio da cultura, também deve ser possível utilizar a cultura como legitimação da paz. Assim, Galtung (1990, p. 302) afirma que “Essa síndrome triangular da violência deve então ser contrastada na mente com uma síndrome triangular de paz na qual a paz cultural gera paz estrutural (...)”. Nessa perspectiva, seria então a cultura de paz o ponto de partida para mudanças estruturais na lógica da violência? Se sim, como transformar uma cultura com profundas raízes na violência?

A cultura como cosmovisão e modo como indivíduo e coletivo interpretam o mundo, é legitimada e



apropriada pela mídia, sendo esta a detentora da agenda pública e impulsionadora dos discursos dominantes (CABRAL; SALHANI, 2017). Dessa forma, para compreender como se dá a transformação da cultura de violência vigente em uma cultura pela paz, dentre um conjunto de práticas sociais que precisam ser repensadas, pode-se abordar o impacto da comunicação nesse contexto, principalmente, em seu aspecto midiático. Nos Aldás (2010, p. 122) nos alerta para “a necessidade de pensar a educação de uma cidadania global em termos comunicativos. De forma que as maneiras de ser, de se relacionar e de atuar da contracultura da solidariedade, permeiem toda sua comunicação e convidem o sistema social a compartilhá-las”, sendo, portanto, a comunicação um caminho para a concretização dessa cultura para a paz ou, como a autora chama, cidadania global.

Assim, a reestruturação social que exige a construção de uma cultura de paz e o abandono da cultura de violência, enraizada há muito em nossa sociedade, pode-se iniciar na adoção de uma comunicação para a paz. Segundo Nos Aldás, Seguí-Cosme e Machota (2008), a cultura midiática que vivenciamos utiliza-se de uma comunicação que, a partir de uma visão galtuniana, podemos compreender como violenta, vista a imposição de padrões culturais em detrimento da valorização de uma diversidade que é ignorada pela agenda setting. Nesse contexto, a comunicação para a paz busca

encontrar um equilíbrio idôneo entre um enfoque adequado (que promova a mudança de atitude, destacando as vantagens em fazê-lo, adotando um tom incentivador e construtivo sobre a possibilidade de alcançar a transformação suplicada pela esperança) e um espaço de denúncia (das causas, das situações, de seus responsáveis) e de informação (sobre as vias de atuação, sobre o tempo necessário para alcançar as transformações, que por fazerem parte de ações coletivas, frequentemente são a longo prazo). (NOS ALDÁS, 2010, p. 123).

Desse modo, a comunicação para a paz configura-se como alternativa à cultura de violência, agindo a partir da oposição à comunicação tradicional, adotada pelas mídias hegemônicas, e motivada pelo viés da comercialização que corrompe a realidade (NOS ALDÁS, 2010). Ainda, essa comunicação não tem a intenção de ser neutra, mas de agir de forma sensibilizadora com uma abordagem solidária e educativa, estimulando o senso crítico do público que, munido do testemunho, da denúncia e das significações que o cercam, pode concluir por si como agir diante da realidade. “Em outras palavras, seus discursos propõem, colocam, contam, de maneiras que buscam o interesse e a indignação do público, sem dar por certo, mas antes deixam em aberto a possibilidade de diálogo, de questionamento, de conflito”; tal processo valoriza não a simplificação, mas a acessibilidade da comunicação, viabilizando a aprendizagem mútua (NOS ALDÁS; SEGUÍ-COSME; MACHOTA, 2008, p. 8, tradução nossa).

Portanto, no contexto da violência cultural e com a necessidade imediata de propostas práticas na construção de uma cultura para a paz, a comunicação para a paz atua na reestruturação do que entendemos por agenda pública hoje – pautas normatizadas pela cultura midiática – para adoção de uma nova agenda pela paz. O caso de maior abrangência e com potencial transformador da realidade, integrando as dimensões econômica, social e ambiental, é a Agenda 2030 e os 17 ODS. Como propõe Pureza (2000, p. 35), sustentabilidade associada aos “domínios social, económico e político” podem dotar “os indivíduos e os grupos de uma base de confiança e optimismo para olharem o futuro”, estabelecendo uma agenda de políticas públicas conectadas à constituição de uma cultura de paz. Desse modo, cabe-nos compreender em que medida a Agenda 2030 pode ser uma motivação concreta para essa cultura de paz, valendo-se da própria comunicação para a paz nesse percurso, cujo potencial pode ser avaliado na criação de estratégias de enfrentamento a discursos de ódio e desinformação, valorizando o conhecimento científico e o papel das instituições de ensino e pesquisa ao redor do mundo, além de visibilizar propostas alternativas para uma vida sustentável, possível e viável neste planeta.



Assim, pensar a Agenda 2030 como uma agenda pública global depende justamente da nossa capacidade de inseri-la no debate social. No campo da educação, sua relevância se torna essencial à medida que a própria sociedade enfrenta seus desafios e demanda por soluções. Para apoiar esse processo, apresentamos o processo de criação e produção do *Guia Agenda 2030 - integrando ODS, educação e sociedade* como estratégia comunicacional à articulação da educação para integrar ensino, pesquisa e extensão. Entendemos que tal ação colabora para a visibilidade desta pauta urgente para a nova década, ao mesmo tempo em que corrobora com os processos de enfrentamento à desinformação e discursos de ódio, uma vez que deslegitima a naturalização da violência de questões socioculturais e políticas fundamentais na realidade brasileira atual.

2. Por uma pauta urgente para a nova década: análise hermenêutica do *Guia 2030 - integrando ODS, educação e sociedade*

Para contextualizar a produção do referido Guia, em 2019 iniciou-se uma aproximação entre a Unesp e a UnB por meio de eventos que buscaram discutir a Agenda 2030 como pauta no contexto universitário. Entre esses eventos, destaca-se o programa televisivo Rodas de Conversa da Agenda 2030, produzido em parceria com a TV Unesp e apoiado pelo Convênio Unesp/Santander. Foram realizados seis episódios que discutiram a intersecção entre os ODS e a ciência, destacando o potencial das universidades para acelerar os processos de territorialização da Agenda 2030⁹.

Paralela a esta ação, também foi desenvolvido o *Guia Agenda 2030 - integrando ODS, educação e sociedade*, como citado, que oferece um material didático de consulta que visa apoiar o processo de discussão sobre curricularização da extensão universitária no Brasil por meio de reflexões críticas e didáticas em torno dos 17 ODS. Além disso, o guia apresenta um mapeamento de boas práticas na articulação entre ensino, pesquisa e extensão realizadas em diversas universidades brasileiras que podem indicar possibilidades concretas de territorialização da Agenda 2030. Como inovação, o guia avança na territorialização ao propor três novos ODS, que dialogam com a realidade brasileira ao trazer em pauta discussões que têm sido alvo de discursos de ódio e desinformação em nosso contexto.

Para contextualizar esse complexo debate, desenvolvemos uma análise crítica a partir da metodologia da análise hermenêutica, em profundidade de John Thompson, a fim de apresentar os elementos que fundamentam a discussão e o processo criativo e crítico, que culminou na produção desses três novos ODS como estratégia comunicacional para visibilidade desta pauta urgente para a nova década.

É importante destacar que as três novas temáticas propostas se conectam com uma agenda global de enfrentamento de estruturas de violência. No que tange à igualdade racial, a ONU, por meio da resolução 68/237, proclamou o período de 2015 a 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes. Com o lema “Pessoas afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”, o objetivo da ONU é combater estruturas em que imperam o racismo. A Declaração de Durban¹⁰ reconhece a escravidão, o tráfico e o colonialismo como causadoras de grandes violências para a população afrodescendente. Com efeito, assegurar a proteção dos direitos humanos dessa população tem sido uma prioridade para as Nações Unidas.

No que tange aos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais, observamos como marcador global a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas¹¹. O documento acentua

⁹ Programa Rodas de Conversa da Agenda 2030 TV Unesp. Playlist. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XSMdGSAHcrI&list=PLTKZh-tngi2UEu2HWLX5T2PUjMfhe6GaD>

¹⁰ Mais informações em <https://www.un.org/en/durbanreview2009/>

¹¹ Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UN, 2007): https://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_pt.pdf



a necessidade de assegurar os direitos fundamentais da população indígena e reconhece a opressão histórica praticada contra estes povos. A proposta do ODS 20 amplia a discussão e contempla não somente a população indígena, mas também outros povos originários e comunidades tradicionais, historicamente colocados em condições de subalternidade.

2.1 Análise hermenêutica

É possível correlacionar a iniciativa aos objetivos fundamentais do campo de investigação para a paz, sobretudo, se considerarmos a tríade que sustenta este modelo de investigação: valores, teoria e dados (WIBERG, 2018). Como argumenta Wiberg (2018, p. 62), os vértices deste triângulo apontam direções distintas e articulam questões epistemológicas, relacionadas aos valores do pesquisador e a investigação, e, por outro lado, questões empíricas, isto é, direcionadas à ação concreta, que é um dos objetivos principais dos Estudos para a Paz. As ações concretas inerentes à implementação da Agenda 2030 nas universidades e na gestão pública assinalam a urgência e o compromisso de contribuir com a desconstrução das violências, cujos principais alvos são grupos minorizados a partir de estruturas de silenciamento e opressão.

As propostas dos ODS 18, 19 e 20 congregam, respectivamente, a igualdade racial, a arte, comunicação e cultura, e as comunidades tradicionais e povos originários. A temática do ODS 18 visa “promover a igualdade racial a partir do enfrentamento a todos os tipos de racismo” (GUIA AGENDA 2030, 2020, p. 165). O racismo se expressa na sociedade a partir de estruturas de poder que pressupõem a supremacia de um grupo sobre outro, o reforço de estruturas masculinas, brancas e heterossexuais legitima preconceitos relacionados a grupos sociais que não se encaixam nessas “normas”. O ODS 19, por sua vez, visa “assegurar a pluralidade e liberdade cultural, a democratização da arte e a comunicação inclusiva para todos e todas” (GUIA AGENDA 2030, 2020, p. 173). A proposta é transversal a todos os demais ODS, principalmente, pelo fato de que a arte, a cultura e a comunicação são canais que podem potencializar a mediação de narrativas de paz ou de violência. O ODS 20, por sua vez, tem como objetivo “garantir os direitos dos povos originários e comunidades tradicionais” (GUIA AGENDA 2030, 2020, p. 181).

Para realizar análises e contextualizações dos respectivos ODS é fundamental compreender o contexto no qual as propostas se inserem, principalmente, se considerarmos o fato de que as produções intelectuais, aqui denominadas como formas simbólicas, visam responder aos anseios inerentes ao tempo em que foram concebidas. Desse modo, a metodologia da hermenêutica de profundidade (HP) abre um leque de possibilidades para se contemplar a realidade de forma crítica, bem como analisar se as representações textuais evidenciam as problemáticas sociais, denunciando estruturas de violência e opressão. O potencial metodológico da HP qualifica análises de contextos sócio-históricos em que os fenômenos pesquisados estão inseridos (VERONESE; GUARESCHI, 2006).

Idealizada por John B. Thompson, a HP considera o objeto analisado como uma construção simbólica passível de interpretação, principalmente, por pertencer a contextos sócio-históricos que possuem suas particularidades, isto é, ideais, pulsões, limitações, retrocessos e avanços. De acordo com Thompson (1995), a metodologia é composta por três fases: análise sócio-histórica, análise formal/discursiva e interpretação/reinterpretação.

A análise sócio-histórica pressupõe que um objeto (formas simbólicas, nas palavras de Thompson), jamais se produz isoladamente, isto é, existem condições sociais de produção, circulação e recepção subjacentes a qualquer forma simbólica (VERONESE; GUARESCHI, 2006; THOMPSON, 1995). Por isso, “o objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 1995, p. 366). Pode-se compreender que toda forma simbólica



incorpora padrões e ideologias de um determinado tempo e, portanto, como afirmam Veronese e Guareschi (2006, p. 88), podem “sustentar relações de dominação, assimétricas, desiguais ou opressoras”. Frente a um produto que problematiza as questões de raça, por exemplo, subentende-se que existe um problema social a ser enfrentado.

A segunda fase da HP, análise formal/discursiva, se concentra nas estruturas que compõem a organização das mensagens, tais como imagens, textos, discursos, etc. Nesta etapa, é possível agregar outros métodos, tais como a análise de conteúdo, análise de discurso, semiótica, entre outras (NAZÁRIO; REINO; MANFREDINI, 2016). No presente estudo, esta fase corresponde à análise crítica dos textos dos ODS 18, 19 e 20, que poderá ser efetivada por meio de critérios analíticos embasados na comunicação para a paz.

Segundo Thompson (1995), a terceira fase da HP, chamada de interpretação/reinterpretação, é uma construção criativa, ou seja, com potencial crítico diante das estruturas analisadas nas fases anteriores. O autor argumenta que toda interpretação parte de um campo pré-interpretado e neste ponto reside o potencial transformador do método, visto que pode apontar avanços e retrocessos inerentes às formas simbólicas. Como resumem Nazário, Reino e Manfredini (2016, p. 294): “A fase de Interpretação/Reinterpretação das formas simbólicas é o momento de retomar os resultados das etapas anteriores com o fito de gerar uma interpretação criativa e crítica, superando as aparências evidentes”.

Para empreendermos uma análise hermenêutica, é imprescindível considerar os efeitos das interpretações cotidianas constituintes do senso comum, que, muitas vezes, têm naturalizadas as práticas de violência cultural (GALTUNG, 1969). Thompson (1995) define este processo como interpretação da doxa, correspondente às opiniões, crenças e compreensões compartilhadas pelos indivíduos que compõem o tecido social. Neste sentido, destacamos que os processos de violência cultural são naturalizados por meio de crenças transmitidas socialmente. Quando desvinculada de reflexões, a disseminação massiva de determinadas ideias legítima posturas violentas, cujos alvos, geralmente, são parcelas vulneráveis da sociedade.

O **ODS 18 - Igualdade racial** - aponta para a necessidade de desconstruir uma estrutura historicamente marcada pela noção de supremacia de uma raça sobre outras. O Brasil é um país racista, cujo ideal de colonização ainda se evidencia nas relações sociais. O racismo se intersecciona com as questões de gênero e classe, resultando em desigualdades abissais no que se refere à garantia de direitos.

Um ponto marcante a ser considerado em relação aos efeitos do racismo no Brasil se relaciona à violência direta sofrida pela população negra. De acordo com dados do Atlas da Violência 2020, elaborado pelo IPEA (Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), os casos de homicídio de pessoas pretas e pardas aumentaram 11,5% em uma década. A taxa de homicídio a cada 100 mil habitantes chegou a 37,8, se considerarmos a população negra como alvo¹².

Para além dos aspectos da violência direta, o racismo se apresenta também nas relações sociais desniveladas. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pretos e pardos enfrentam dificuldades de encontrar emprego, mesmo quando possuem a mesma qualificação que os brancos. Em relação aos salários, recebem até 31% a menos¹³.

Diante do contexto sócio-histórico que evidencia a injustiça racial, o ODS 18 propõe a articulação de iniciativas para erradicar a discriminação presente nas estruturas sociais. O foco é reforçar o papel da universidade na edificação de um mundo com justiça social, de modo a promover a igualdade e romper com as hierarquias embasadas na suposta ideia de raça. De acordo com o ODS 18, a população não branca experimenta

¹² Atlas da violência - 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36488&Itemid=432. Acesso em 05 jan. 2021.

¹³ Como aponta reportagem veiculada pelo portal UOL, disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/11/06/negros-tem-mais-dificuldade-de-obter-emprego-e-recebem-ate-31-menos-que-brancos.htm>. Acesso em 03 dez. 2020.

práticas racistas evidenciadas social e culturalmente, o que impactam o acesso a recursos primordiais para a garantia da dignidade humana, tais como saúde, trabalho e habitação. O referido ODS pretende conscientizar a academia acerca do epistemicídio, isto é, a destruição dos saberes e tradições de povos que foram alvo da exploração colonial, especialmente, negros e indígenas. Ademais, amplia o olhar acerca das estruturas que impõem limites às discussões sobre aspectos econômicos, políticos e sociais que naturalizam o racismo.

O ODS pressupõe o diálogo para articular ações e reflexões que estimulem a igualdade racial, sem perder de vista que a raiz das questões raciais se interseccionam com outras problemáticas que acentuam desigualdades de gênero e classe (DAVIS, 2016, 2019), por exemplo.

O **ODS 19** versa sobre **Arte, Comunicação e Cultura**. Portanto, tangencia todos os demais objetivos, pois a promoção de uma cultura de paz deve ser entendida a partir do potencial das manifestações artísticas, culturais e comunicacionais, que podem ser elaboradas com o objetivo de criticar, problematizar e desconstruir contextos demarcados por violência. Como argumenta Galtung (1990), a violência cultural é um processo, assim, é fortalecida e naturalizada à medida que é transmitida no decorrer do tempo. Porém, se a violência pode tomar uma dimensão culturalmente naturalizada, também é possível tornar a paz uma constante.

Neste sentido, o ODS 19 destaca a necessidade de valorização da arte como mecanismo de crítica social, superando os abismos construídos socialmente quando se evidenciam temáticas de raça, classe e gênero. Arte, comunicação e cultura podem ser vistas como ferramentas de potencial viés transformador, pois são canais que transmitem ideias, conhecimentos, costumes, projeções de futuro, entre outras possibilidades. O referido objetivo tem a intenção de promover uma educação de qualidade, inclusiva e libertadora nas universidades; uma práxis educacional que valorize e reconheça o potencial da diversidade cultural como estimuladora de consciência crítica. “Tanto a comunicação quanto a arte integram práticas culturais humanas, formas de compartilhar experiências e sentimentos com o coletivo de modo a impactarem e serem impactadas pelo meio cotidianamente” (GUIA AGENDA 2030, 2020, p. 173).

Por fim, o **ODS 20** aborda a temática **Povos Originários e Comunidades Tradicionais**, com a finalidade de promover a cultura e garantia de direitos dos povos originários e comunidades tradicionais. No contexto atual, as comunidades tradicionais são alvo constante de ataques, proferidos, inclusive, pelo Governo Federal. A questão da demarcação de terras indígenas encontra entraves, o que coloca em xeque a garantia de subsistência dessas comunidades. Ademais, os povos originários também veem suas culturas questionadas e atacadas por setores conservadores da sociedade, em uma clara expressão de violência cultural, revestida de evidentes concepções genocidas.

O ODS 20 apresenta a Declaração de Direitos dos Povos Indígenas, publicada pela ONU, em 2017, que destaca o respeito a suas “estruturas sociais, (...) suas culturas, tradições espirituais, histórias e filosofias e os “direitos inerentes aos povos indígenas (...) especialmente às suas terras, territórios e recursos” (GUIA AGENDA 2030, 2020, p. 181). Desse modo, o ODS 20 acentua a urgência de promover a preservação cultural desses povos por meio de iniciativas que possam garantir os direitos das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, geraizeiras, extrativistas, povos dos terreiros e povos da floresta, dentre outros grupos.

A articulação dos ODS apresentados vem ao encontro da urgência assinalada por Arévalo Salinas (2014) no que tange à edificação de uma cultura de paz como um processo constante, elaborado a partir da justiça social. O pesquisador destaca o papel da comunicação para a paz como um dos suportes impelidos no fortalecimento dos ideais de cidadania, acesso a direitos e superação de estruturas violentas. Ferramentas comunicacionais como o **Guia Agenda 2030**, na concepção de Arévalo Salinas (2014, p. 63), auxiliam na compreensão dos problemas estruturais da sociedade, de modo que a comunicação para a paz amplia o debate acerca dos diversos conflitos que perpassam o contexto local, nacional e mundial. Assim, paralela à análise da hermenêutica de profundidade, passamos a compreender o contexto de criação e produção dos ODS 18, 19 e 20.



2.2 O processo criativo da representação gráfica dos ODS 18, 19 e 20

Cada um dos 17 ODS definem-se por um comando principal - o próprio objetivo em si - e por comandos secundários - as metas que dão conteúdo à agenda como um todo. Ademais, todas as principais questões que versam sobre sustentabilidade, prosperidade, paz, segurança, eficácia das instituições constituem-se uma interface mundial para a comunicação entre indivíduos e suas comunidades. As metas contidas na Agenda 2030 oferecem suporte aos ODS, criando pontes entre uma escala global e a implementação de projetos locais, estimulando a disseminação de novos paradigmas relacionados às organizações sociais e novos modos de vida. Um deles seria trabalhar a ideia do *design* como processo colaborativo pelo qual as sensibilidades e métodos são empregados para atender às necessidades das pessoas em uma abordagem centrada no ser humano integrado aos ecossistemas planetários.

Os ODS tornaram-se uma interface global para a comunicação, especialmente, por conta da multiplicidade de visões e perspectivas sobre concepções de desenvolvimento e formas de implementar as dimensões ambiental, econômica e social contidas na Agenda. Como marco deste processo de uso do *design* como ferramenta da política global de desenvolvimento, é possível destacar o paradigma dos Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio (ODM), vigente entre 2000 e 2015 (ODM BRASIL, 2000), conforme expressa a figura 1.

Figura 1. Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.



Fonte: ODM BRASIL.

Os oito ODM foram definidos após intensa pesquisa e análises de cenário sobre a comunidade global, apontando os fatores críticos das disparidades sociais e as consequências de maior risco para a população global. Contudo, no ano de 2015, uma nova cúpula revisou os ODM e debateu sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), resultando em 17 Objetivos e 169 metas da Agenda 2030 (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015), conforme se visualiza na figura 2.

Figura 2. Os 17 ODS da Agenda 2030.



Fonte: Guia de Identidade Visual dos ODS8 (UN SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS, 2019)¹⁴.

Desde os oito ODM, a linguagem iconográfica, pautada na representação visual simbólica, faz parte da identidade da comunicação da ONU e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), constituindo uma referência visual para interfaces globais em torno do Desenvolvimento Social e Sustentável. Neste sentido, na constituição da Agenda 2030, a estratégia comunicacional dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável segue a linguagem de ícones mediante a premissa de promover e facilitar a informação, engajamento e a assimilação das temáticas propostas por cada ODS. Em análise gráfica, o sistema visual dos ODS inclui pequenos nomes para os 17 Objetivos, ícones coloridos, logotipo bem definido, tipografia de fácil leitura e assimila ícones de reconhecimento internacional para cada tema, tendo em vista que devem durar 15 anos (entre 2015-2030).

O sistema, em sua proposta, objetiva criar uma linguagem mediante um conjunto de cores e símbolos para engajar a identificação dos elementos, promovendo apoio e fortalecendo a conexão entre os 17 ODS, na qual a necessidade de articulação entre as pessoas e instituições é essencial. Contudo, neste texto, ao apresentarmos a proposta de três novos ODS à Agenda, frutos de debates universitários entre a Unesp e a UnB, se concretiza uma articulação genuína do ODS 17 frente a uma parceria institucional que busca implementá-la, conforme discutem Cabral e Gehre (2020): ODS 18 “Igualdade Racial” (p. 165-170), 19 “Arte, Cultura e Comunicação” (p. 173-178) e 20 “Comunidades Tradicionais e Povos Originários” (p. 181-187).

Como consolidação dos debates sobre estes três ODS propostos, há a necessidade de representação gráfica, dada a relevância do diálogo entre a iconografia e os Objetivos. Para tal, o aprofundamento sobre a linguagem gráfica, presente nos territórios temáticos que abrangem esses ODS, é fundamental para as propostas de representação gráfica, o que sinaliza a necessidade de diálogo com um grupo multidisciplinar de diferentes características sociopolíticas para validação da percepção de possíveis signos (SANTAELLA, 2008, p. 32). Com este aprofundamento, a análise semiótica pierciana semi-estruturada, interligando primeiridade, secundidade e terceiridade, em significação e interpretação, na percepção dos símbolos possíveis, se torna ferramenta para indicar caminhos da representação gráfica. Assim, as sugestões precisam ser avaliadas, bem como o potencial sugestivo, indicativo e representativo. Para que se discuta a representação gráfica dos três novos Objetivos propostos, foi necessária reunião de equipe de projeto multidisciplinar e de distintos perfis socioeconômicos. Mediante o exercício de construção de painéis semânticos, partindo da busca de referências, como mostrado na figura 3, foi possível detectar signos comuns nas temáticas observadas, que, em estudo aprofundado, se apresentaram enquanto caminhos para a construção iconográfica de cada ODS em

¹⁴ Disponível em: <https://bit.ly/38KjJKu>



questão, propostos aqui como sugestões construídas por diversas mãos. Apresentamos a seguir o processo de desenvolvimento de cada ícone.

2.2.1 Representação gráfica do ODS 18 “Igualdade Racial”

No ODS 18 “Igualdade Racial”, especialmente, quando discorremos sobre o desenvolvimento de sua representação gráfica, ainda que inclua todas as etnias, deu-se foco ao Movimento Negro e em diálogos entre referências globais e brasileiras no combate ao racismo. Em pesquisa referencial e iconográfica, em recorte histórico que compreende o período entre 1960 e 2020, apresentam-se diversas menções e representações da imagem de um punho cerrado, de um braço completamente erguido no ar. Este punho, durante os anos, tornou-se um símbolo de resistência e enfrentamento por meio da luta de classes, principalmente, pelo movimento negro, imortalizado mundialmente com a manifestação dos atletas negros Tommie Smith e John Carlos, no dia 16 de outubro de 1968, durante a cerimônia de entrega de medalhas, no Estádio Olímpico da Cidade do México, nos jogos olímpicos daquele ano. Já foi (e continua sendo) utilizado por causas diversas em diferentes períodos, como estampas, logotipos de organizações políticas, capas de produtos audiovisuais, *patches* de jaquetas e, principalmente, está nos gestos de quem protesta nas ruas, principalmente, por movimentos da esquerda política. Um exemplo marcante de sua utilização se dá no Partido dos Panteras Negras, conforme se observa na figura 3.

Figura 3. Painel Semântico de referências para a construção do ODS 18.



Fonte: Compilação de Imagens¹⁵.

O Partido dos Panteras Negras foi uma organização que teve sua fundação nos Estados Unidos, em 1966, com atuação notável até 1982 e representação na Inglaterra e na Argélia. Sua principal prática se iniciou

15 Em sentido horário:

Madison Muskopf/Shutterstock (2009). 600 manifestantes, incluindo Antifa e o Partido dos Panteras Negras, compareceram para se manifestar contra 9 membros da KKK de Indiana, que estavam em marcha no centro de Daiton, Ohio, nos EUA. Disponível em: <http://shutr.bz/35LWbY5>

Bettmann/Getty Images (1970). Manifestantes Fazem Saudação aos Panteras Negras. Disponível em: <http://bit.ly/3qobqOz>

Panteras Negras (1967). Pantera e punho símbolo dos Panteras Negras. Disponível em: <https://bit.ly/39ADK9N> e <https://bit.ly/3oNAajl>

Nicolás Satriano/G1 (2019). Manifestação no Dia Internacional das Mulheres. Disponível em: <http://glo.bo/3ssW5hF>

Letícia Gabriela (2020). Fachada do projeto Educafro, entidade do movimento negro engajada na inserção da população negra e pobre no ensino superior. Disponível em: <http://bit.ly/38M4gh4>

por meio da patrulha de cidadãos armados para policiar a brutalidade praticada pelo Departamento de Polícia de Oakland, Califórnia. Em 1969, o foco da atuação do Partido se altera para os programas de cunho social da comunidade (SPENCER, 2016). O punho fechado foi um forte símbolo da identidade visual do Partido dos Panteras Negras e também se fez representado mediante um grande símbolo de sua comunidade: Angela Davis.

O Movimento Negro Moderno brasileiro tem como ponto de inflexão o lançamento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, no dia 7 de julho de 1978. Desde então, ele teve papel decisivo na criminalização do racismo, na Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, no desmonte da fabulação da “democracia racial brasileira”, na elaboração das políticas públicas de ações afirmativas, nos anos de 1990, concretizadas no século XXI, e nas participações políticas internacionais, como a presença na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul.

No Brasil, um caso notável de luta pelos direitos da população negra, com forte repercussão no aspecto iconográfico é o caso da vereadora carioca Marielle Francisco da Silva, mais conhecida como Marielle Franco (OTÁVIO; ARAÚJO, 2020). Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), elegeu-se em 2016 como vereadora do Rio de Janeiro, para exercício entre 2017 e 2020. Atuante pelo feminismo negro e os direitos humanos, criticava a intervenção federal no Rio de Janeiro e a Polícia Militar, denunciando casos de abuso de autoridade, por parte de policiais, contra moradores de comunidades carentes. Foi assassinada em 2018, junto de seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, se tornando um forte símbolo contemporâneo da advocacia e militância em prol da igualdade social no país. O punho fechado no ar integra a linguagem gestual de Marielle em sua luta por direitos dos grupos minorizados.

Mediante esse estudo, chegamos à proposta da identidade visual do ODS 18, conforme se observa na figura 4.

Figura 4. Proposta de representação gráfica do ODS 18.



Fonte: Guia Agenda 2030 (2020).

2.2.2 Representação gráfica do ODS 19 “Arte, Cultura e Comunicação”

Uma das abordagens conceituais do ODS 19: Arte, Cultura e Comunicação, de acordo com sua esfera temática e a ampla discussão sobre sua concepção, é a teoria do Bem Viver, descrita por diversos pensadores contemporâneos (ACOSTA, 2016; SÓLON, 2019; KRENAK, 2020), na qual encontra-se a premissa da convivência na multipolaridade, que aponta a necessidade do equilíbrio entre os povos e a compreensão da definição



heterogênea da cultura, individualizada no contexto de diversos povos, que em complementação consolidam as artes, artefatos da comunicação e constituição da cultura universal. A convivência na multipolaridade, aliada ao decolonialismo (MANZINI, 2015), apresentam a necessidade de pensar amplo, sugerindo caminhos comuns a esta cultura global, ainda que seu pensamento dialogue entre o Globalismo Localizado e o Localismo Globalizado, também propostos por Manzini.

Em discussão, um dos caminhos possíveis para resolução das diretrizes para produção gráfica do ODS 19 é o apresentado pelas pinturas rupestres em diferentes pontos do globo. Essas pinturas são manifestações notáveis deixadas por povos pré-históricos que viveram em períodos relativamente próximos, em diferentes regiões do planeta. De acordo com André Prous (2007), as pinturas possuem este nome por serem feitas em rochas, com tinturas naturais, utilizando as mãos, utensílios de pedras e outros artefatos. Os seres humanos utilizavam a parte protegida de cavernas e formações rochosas como abrigo, acampamento, local de enterramentos e suporte para a representação gráfica da sua tradição oral. Sobre os vestígios deixados por um grupo, a natureza depositava sedimentos que os cobriam. Este ciclo, de duração de milênios, forma as camadas arqueológicas que permitem a reconstituição da vida dos povos pré-históricos.

Existem, atualmente, 737 sítios arqueológicos (UNESCO BRASIL, 2013) catalogados, nos quais foram encontrados artefatos líticos, esqueletos humanos e, principalmente, pinturas rupestres que representam cenas da vida cotidiana, contendo animais, paisagens, dança, procriação, parto, entre outras narrativas, que, mediante a pintura, retratam a inerência do ser humano à criatividade, construções culturais e a comunicação enquanto necessidade. A figura 5 retrata um painel semântico, parte da pesquisa iconográfica do ODS 19, constituído por arte rupestre em diferentes localidades ao redor do planeta.

Figura 5. Painel Semântico de referências para a construção do ODS 19.



Fonte: Compilação de Imagens¹⁶.

¹⁶ Em sentido horário: Sítio Xique-Xique IV (2012). Pintura Rupestre em Seridó, RN. Disponível em: <http://bit.ly/2XIxgix>
Marcos Amend/Shutterstock (2017). Figuras de animais encontrados na Serra da Capivara, Piauí. <https://bit.ly/2N3hygN>
Kelly Davico/Panoramio (2007). Cueva de las Manos, Patagônia, Argentina. Disponível em: <http://bit.ly/39A56N9>
Colegioweb (2015). Representação de rituais de caça e de animais encontrados em Seridó, RN. Disponível em: <https://bit.ly/3qpvrUW>
Reprodução/Acrilex (2017). Representação de grupo de caça e de animais encontrados em Seridó, RN. Disponível em: <https://bit.ly/35JyLme>
Divulgação/Australian Archaeology (2020). Pintura de um canguru ou animal similar. Disponível em: <http://bit.ly/3iep9ou>
The Guardian/Ella Al-Shamahi/Reprodução (2020). Pinturas rupestres na Amazônia colombiana. Disponível em: <http://bit.ly/2XPLsqV>
Patrimônio da Humanidade/TripAdvisor (2017). Pinturas rupestres de capivaras. Disponível em: <http://bit.ly/2LRjijh>

No Brasil, um grande centro de estudos das artes rupestres é o Parque Nacional Serra da Capivara, que se localiza no território dos municípios de Canto do Buriti, Coronel José Dias, São João do Piauí e São Raimundo Nonato, no Piauí. É um local de conservação arqueológica, com riqueza de vestígios da civilização pré-histórica que se preservaram durante milênios. Especialmente, o Parque é considerado um grande campo de trabalhos entre um museu a céu aberto, formações rochosas, sítios arqueológicos e paleontológicos, e por seu valor histórico e cultural foi declarado pela UNESCO, em 1991, Patrimônio Cultural da Humanidade. O patrimônio e os ecossistemas locais estão intimamente ligados, pois a conservação depende do equilíbrio entre os recursos naturais e a conservação dos recursos culturais. Uma das figuras simbólicas que pode ser encontrada na Serra da Capivara, que se tornou cartão-postal do Parque Nacional, é a representação de um veado fêmea com seu filhote, retratada na figura 5, ao lado de pinturas em outros sítios, e que inspira a proposta gráfica do ODS 19, na figura 6.

Figura 6. Proposta de representação gráfica do ODS 19.



Fonte: Guia Agenda 2030 (2020).

2.2.3 Representação gráfica do ODS 20 “Comunidades Tradicionais e Povos Originários”

Ainda enquanto premissa, os diálogos entre a comunicação social e visual e o Bem Viver seguem pautando as culturas e comportamentos dos povos originários das Américas. Entendemos como povos originários aqueles que habitaram o continente muito antes das conquistas europeias, nos quais alguns povos ainda habitam em pontos particulares em regiões nas quais conseguiram sua preservação. Devemos notar que os povos indígenas oferecem marcante contribuição social, cultural e política, indicando um modo de vida capaz de garantir sua própria forma de viver, inclusive considerando os avanços tecnológicos e o ecossocialismo (NAVARRO, 2010). Os povos originários, inclusive do Brasil, compartilham, mediante suas histórias, conhecimentos em todas as áreas da produção intelectual, principalmente, as consideradas referentes à relação do ser humano com a natureza, reflexões sobre a construção de sistemas produtivos sustentáveis, a rotatividade da agricultura e pecuária e o foco deste processo criativo na relação com o Sol (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

O aprofundamento do tema, visto na figura 8, teve início partindo de um famoso artefato que compõe o acervo do Museu Nacional de Antropologia da Cidade do México. A Pedra do Sol Asteca é uma escultura circular de 358 centímetros de diâmetro e 98 centímetros de espessura, que pesa cerca de 21,8 toneladas, talhada em um monolito rochoso, que representa o calendário asteca, construído para ser utilizado para medir o tempo e os ciclos produtivos agrícolas e também como um altar. Dedicado a Tonatuih, o deus Sol, que aparece no centro do artefato, o calendário é dividido entre os ciclos Ritual e Agrícola, que juntos formam um “século” de 52 anos, conforme se observa na figura 7.



Figura 7. Painel Semântico de referências para a construção do ODS 20 “Comunidades Tradicionais e Povos Originários”.



Fonte: Compilação de Imagens¹⁷.

Discorrendo sobre a construção do Painel Semântico (figura 7), verifica-se que a importância do Sol para a manutenção da vida também está presente nas narrativas de diversas civilizações pela história da humanidade. As referências centradas no Sol e na Lua estão presentes em grande parte das mitologias, desde globais às ameríndias. O Sol costuma ser representado por divindades poderosas, inclusive para os maias e os incas, quando observamos os templos maias para o Sol e a estrutura de Machu Pichu. No Brasil, tupis, guaranis, ianomâmis, araras e dezenas de outros povos deixaram um legado mitológico que permanece vivo até hoje. No caso da mitologia indígena brasileira, quem responde por esse cargo é Guaraci, filho de Tupã. Esse deus Sol também auxiliou o pai na criação de todos os seres vivos, sendo considerado de grande importância para a existência (JECUPÉ, 2020, p. 25). No antigo Egito, Rá, o deus Sol, cumpre o papel da criação da vida e a manutenção dela por meio da figura do faraó. Apólo, para os Romanos, Hélios para os Gregos, com presença constante nas religiões de matrizes africanas e em bandeiras no oriente. O Sol, enquanto signo comum entre os povos originários e comunidades tradicionais, se apresenta na figura 8 como proposta de representação gráfica das culturas que cultivaram a Terra e resistem para sobreviverem nela (BULFINCH: 2017, p. 78-123).

¹⁷ Em sentido horário: Reprodução/Pinterest (2015). 3 pirâmides de Gizé. Disponível em: <https://bit.ly/2XPMq6x>

Desconhecido. Reprodução em gravura da Cruz Andina com o Calendário Inca Chakana. (1973). Disponível em: <http://bit.ly/3bJYrTA>

Saiko3p/Shutterstock (2020). Panorama da vista de Machu Picchu. Disponível em: <http://shutr.bz/38OLK86>

Zbiq/Fotolia (2020). Turistas escalam a Pirâmide do Sol em Teotihuacán, México. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Teotihuacan>

Reprodução/Pinterest (2020). Samba de Roda. Disponível em: <http://bit.ly/3bMJHTJ>

Brasil Escola (2020). Representação moderna dos deuses Quetzacoatl e Tezcatlipoca. Disponível em: <http://bit.ly/3qn079t>

Israel Leal (1988). Pirâmide de El Castillo em Chichén Itzá. Disponível em: <http://on.natgeo.com/3oNIWhX>

Millionstock/Shutterstock (2020). Pedra do Sol: O Calendário Asteca visto de perto. Disponível em: <http://shutr.bz/2NaAESn>

Figura 8. Proposta de representação gráfica do ODS 20.



Fonte: Guia Agenda 2030 (2020).

3. Análise dos resultados

Partindo da análise hermenêutica em profundidade e contextualização do processo de pesquisa e desenvolvimento iconográfico, com diretrizes que partem da linguagem gráfica da Agenda 2030, centrado na representação dos ODS 18, 19 e 20, podemos observar a construção de uma estratégia comunicacional que visa gerar visibilidade para a urgente pauta da nova década, na qual se anuncia pela própria ONU: *Dez anos para transformar o mundo!* Importante destacar que essa proposta dos três novos ODS integra o projeto “**Guia Agenda 2030 - Integrando ODS, Educação e Sociedade**”, que tem como objetivo o letramento científico sobre a temática, com foco na educação universitária, cujo resultado está representado pela figura 9. Para o projeto, constituído mediante um *e-book* para veiculação digital e mídias auxiliares, foram criados aspectos relevantes da identidade visual, como o logotipo construído a partir da combinação de tipografias distintas em relação de figura e fundo com padronagens complexas, desenvolvidas por meio de figuras geométricas e as cores conforme as utilizadas nos 17 ODS oficiais propostos pela Agenda. O livro digital de 192 páginas totais editoradas, com conteúdo construído por equipe multidisciplinar, propõe um novo viés acadêmico, seja no ensino, pesquisa e extensão, da elaboração de projetos mediante a perspectiva da Agenda 2030.

Tratando-se de um produto digital em primeira instância, que integra um projeto de disseminação dos 17 ODS e mais os três novos já contextualizados, outros produtos precisaram ser criados a fim de consolidar o caráter transmidiático de comunicação da Agenda mediante a perspectiva do Guia produzido. Neste sentido, o projeto contemplou a produção de um vídeo institucional com animações e reproduções dos arquivos digitais, com chamadas para a leitura do *e-book*, com foco em veiculação nas redes sociais, como Whatsapp, Facebook, Instagram e LinkedIn.

Ainda sobre o caráter transmidiático do projeto, para a consolidação das informações, disponibilização *online* do *e-book* em formato PDF e divulgação por meio da conexão com as redes sociais e dispositivos de busca, como o Google, buscamos criar uma comunidade *online* de leitores e agentes de compartilhamento. Por isso, o **Guia Agenda 2030** conta com um *website* responsivo, isto é, que se adapta às diferentes formas de leitura. Desenvolvido mediante princípios básicos de UI/UX¹⁸, o *site* dedica-se à fácil distribuição do Guia, feita de forma gratuita, enquanto capta cadastros de usuários para análise de dados de alcance e impacto, já adequado à Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2019) para a regulamentação do uso de dados no ambiente digital. Também neste sentido, fez-se necessário pensar na LBI - Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL,

¹⁸ UI: *User Interface*. UX: *User Experience*. Terminologias que designam os estudos de experiência do usuário através da avaliação de usabilidade (LANDIM, 2010).



2015), que propõe certificação digital de acessibilidade por meio da convenção W3C¹⁹, regulamentada pelas normas internacionais WCAG 2.1²⁰, que garante o acesso ao conteúdo por pessoas cegas ou com baixa visão. Aqui, foi fundamental a interoperabilidade entre o desenvolvimento da plataforma e os sistemas operacionais e navegadores para automação da audiodescrição. Sugere-se, de modo futuro, que se houver conteúdos audiovisuais adicionais, a inserção de legendas e Libras, quando trabalharem com narrativas em áudio.

Cabe destacar, ainda, que a proposta gráfica dos três novos ODS são sugestões e que precisam ser avaliadas diante de outros comitês para validação. O *website* desenvolvido recebe sua avaliação em lançamento oficial, com coleta de dados sobre navegação e usabilidade com os usuários e possibilita a análise de métricas como a quantidade de *downloads* do Guia, que pode ser comparada com a quantidade de acessos gerais à plataforma, tecendo discussões sobre o perfil sociodemográfico do público do projeto e comportamentos de consumo do conteúdo produzido. Considerando a complexidade da produção dos textos, catalogação de projetos, institucionalização do diálogo e produção de *Design*, acredita-se no grande potencial de alcance e impacto do Guia Agenda 2030.

Considerações finais

Resgatando nosso objetivo inicial proposto, reconhecemos que a iniciativa em torno da criação do **Guia Agenda 2030**, bem como da inclusão da proposta de três novos ODS que dialogam com a realidade brasileira nos permite considerar a viabilidade da parceria empreendida pela UnB e Unesp, a fim de proporcionar visibilidade à Agenda 2030 por meio de uma estratégia comunicacional que busca a mobilização social.

Entendemos que essa mobilização, em especial, por parte das instituições de ensino e gestão pública da educação para assumirem o protagonismo frente à implementação dos ODS é essencial no contexto contemporâneo, tanto por sua função e responsabilidade social, como por seu caráter transversal que nos permite reconhecer que a educação é vetor da Agenda 2030. Compreendemos a urgência de que se fomente o debate em torno da inserção da Agenda nos currículos universitários, em especial, por meio da possibilidade oferecida pela curricularização da extensão nos cursos de graduação. Por essa razão, o **Guia Agenda 2030** pode ser concebido como estratégia concreta de comunicação para a paz, à medida que compreendemos seu alcance para fomentar tal discussão.

Assim, identificando seu potencial para o debate social, a comunicação para a paz aliada à educação pode empreender ações e ampliar espaços de discussão para a desnaturalização da violência e da deslegitimação da desinformação, que fomentam discursos de ódio, em especial, sobre as pautas destacadas em torno dos ODS 18, 19 e 20.

Portanto, podemos considerar, ainda, que articular ODS 4 e 17, visando meios para articular ensino, pesquisa e extensão na busca de soluções para os maiores problemas de nossas sociedades e que são reiterados pelos discursos de ódio e a desinformação, é meio pelo qual podemos promover essa pauta urgente para a nova década em torno das temáticas da Agenda 2030.

¹⁹ Ver World Wide Web Consortium (W3C)

²⁰ Ver Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.1 - Português (w3c.br)



REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem Viver: uma Oportunidade Para Imaginar Outros Mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ARÉVALO SALINAS, A. I. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Disponível em: lbi_simples.pdf (pcdlegal.com.br) Acesso em 20 dez. 2020.

BRASIL. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808

BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Lei nº 13.853 de 2019 (vigência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm

CABRAL, R.; GEHRE, T. (Org.) **Guia Agenda 2030: Integrando ODS, Educação e Sociedade**. São Paulo: LM, 2020.

CABRAL, R.; SALHANI, J. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. *Ecompós*, Brasília, v. 20, n. 3, p.1-20, 24 dez. 2017. **E-compos**. <http://dx.doi.org/10.30962/ec.1371>. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1371>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. [Recurso eletrônico]. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

_____. **Autobiografia**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GALTUNG, J. Cultural Violence. **Journal Of Peace Research**, [s.l.], v. 27, n. 03, p. 291-305, ago. 1990. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0022343390027003005>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/423472?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. **Tras la violencia, 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución: afrontando los efectos visibles e invisibles de la guerra y la violencia**. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratuz, 1998. (Colección Red Gernika).

GALVÃO, Thiago Gehre; CABRAL, Raquel; MAURER, Rafael. Brazilian University Network on the 2030 Agenda: challenges and opportunities on territorializing the SDG in Brazil. International SDG research symposium GlobalGoals2020, Utrecht. **Anais eletrônicos. Utrecht University**, 2020. Disponível em: https://globalgoalsproject.eu/globalgoals2020/wp-content/uploads/2020/06/GlobalGoals2020_Gehre-et-al..pdf Acesso em: 02 Jul. 2020.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus**. Cia das Letras, 2016.



- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MANDELA Nelson. **Longa caminhada até a liberdade**. 7. Ed. Curitiba-PR: Editora Nossa Cultura, 2012.
- LANDIM, P. C. **Design, empresa, sociedade**. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2010.
- MANZINI, É. **Design, When Everybody Designs: An Introduction to Design for Social Innovation**. Cambridge: MIT Press, 2015.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em 10 dez. 2020.
- NAVARRO, Alexandre Guida. A observação astronômica na América pré-colombiana. Revista **ComCiência**, n. 123, Campinas, 2010. Disponível em: [ComCiência - A observação astronômica na América pré-colombiana \(scielo.br\)](http://www.scielo.br/comciencia) Acesso em 10 out. 2020.
- NAZÁRIO, H. R.; REINO, L. S. S.; MANFREDINI, R. A hermenêutica de profundidade e suas aplicações. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau-SC, v. 10, n. 2, p. 288-305, 2016.
- NOS ALDÁS, E. Repensar e reaprender a comunicação para uma cidadania cosmopolita. In: JALALI, Vahideh R. R. (Org.) **Estudos para a Paz**. Aracaju: Editora Criação, 2010. p. 113-128.
- NOS ALDÁS, E.; SEGUÍ-COSME, S.; MACHOTA, A. M. R. **Comunicación y construcción de paz**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008. Disponível em: <http://www.ceipaz.org/images/contenido/4.%20Medios%20de%20comunicacionEloisa%20Nos%20et%20al.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- ODM BRASIL – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. 2000. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio> Acesso em 15 dez. 2020.
- OTÁVIO, C.; ARAÚJO, V. **Mataram Marielle**: Como o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes escancarou o submundo do crime carioca. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- PROUS, A. **Arte Pré-Histórica no Brasil**. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.
- PUREZA, J. M. Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz. Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz”. nº 95/96, 2ª série, p. 33-42. **Instituto da Defesa Nacional. Lisboa**, jul. 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62685955.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- REBS, R. R.; ERNST, A. Haters e o discurso de ódio: entendendo a violência em sites de redes sociais. **Diálogo das letras**, Pau dos Ferros, v. 06, n. 02, p. 24-44, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/dialogodasletras/article/view/2676>. Acesso em: 16 nov. 2020.



SANTAELLA, L. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SILVA, L. R. L.; BOTELHO-FRANCISCO, R. E. Gestão de conteúdo de ódio no Facebook: um estudo sobre haters, trolls e naysayers. **P2P E INOVAÇÃO**, v. 06, n. 02, p. 38-56, 31 mar. 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5114>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SOLÓN, P. **Alternativas sistêmicas**: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SPENCER, R. **The Revolution Has Come**: Black Power, Gender and the Black Panther Party in Oakland. Durham: Duke University Press, 2016.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

UN Report 2020. Shared responsibility, global, solidarity: Responding to the socio-economic impacts of COVID-19. March, 2020. Disponível em: <https://unsdg.un.org/resources/shared-responsibility-global-solidarity-responding-socio-economic-impacts-covid-19>

UN Sustainable Development Goals 2019. Guidelines for the use of the SDG logo including the colour wheel and 17 icons. United Nations Department of Global Communications 2019. Disponível em: https://www.un.org/sustainabledevelopment/wp-content/uploads/2019/01/SDG_Guidelines_AUG_2019_Final.pdf

UNESCO BRASIL. Serra da Capivara. Disponível em: Serra da Capivara (Portuguese) | Natural Heritage - UNESCO Multimedia Archives julho-agosto 2013. Acesso em 12 dez. 2020.

VARALLI, J.; SANTOS, M. A. M. O “discurso do ódio”, meio ambiente digital e a saúde ambiental. **Atas de Saúde Ambiental**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 26-47, dez. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/ASA/article/view/1042/0>. Acesso em: 16 nov. 2020.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. A hermenêutica de profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 42, p. 85-93, 2006.

WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. **Digital 2020 (Brazil)**: all the data, trends, and insights you need to help you understand how people use the internet, mobile, social media, and ecommerce. [Online]: DATAREPORTAL, 2020. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2020-brazil>. Acesso em: 18 nov. 2020.

WIBERG, Håkan. Investigação para a paz: passado, presente e futuro. **Revista ORGANICOM**, n. 28, São Paulo: USP, p. 57-73, 2018.

ZUBOFF, Shonshana. The age of Surveillance Capitalism. PublicAffairs, 2020.



PARTE 2.

COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E RESISTÊNCIAS



COMUNICAÇÃO PARA PAZ E TEORIA CRÍTICA:

Reflexões no contexto brasileiro de fascistização e violência contra negros

Michel Francisco Amâncio
Maximiliano Martin Vicente

Resumo: Este capítulo tem por objetivo contribuir para o resgate crítico dos estudos para paz a partir de referenciais marxistas ou relacionados à teoria crítica, considerando a conjuntura brasileira de fascistização e violência estrutural, direta e cultural contra a população negra. O problema apresentado relaciona-se à tentativa de conciliação entre a perspectiva para a paz e a luta antirracista. A metodologia escolhida é a pesquisa exploratória, cujo levantamento bibliográfico constrói diálogos entre referenciais críticos e nomes dos estudos para paz, a fim de fundamentar a análise de conjuntura. O trabalho é justificado pelo caráter indispensável da questão racial e estrutural para se pensar comunicação para a paz no Brasil e resulta em reflexão crítica sobre os estudos para paz a partir de questões concretas relacionadas à opressão racial sistêmica.

Palavras-chave: violência; teoria crítica; população negra; comunicação para paz.

Introdução

A proposta deste trabalho é contribuir para o resgate crítico dos estudos para paz, considerando o contexto brasileiro de violência estrutural, direta e cultural (conceitos de Johan Galtung) contra a população negra e seus sistemas simbólicos. Tais formas de violência, a despeito da presença constante na história nacional, assumem configurações mais perversas sob um processo de fascistização do país chancelado por discursos que estimulam o ódio, promovidos pelo Presidente Jair Bolsonaro e sua base de apoio, degradando ainda mais a vida e a cultura negras.

Foi selecionado como procedimento metodológico a pesquisa exploratória para levantamento bibliográfico de autores adeptos ou relacionados à teoria crítica marxista, que tratem sobre a questão da violência e o papel do oprimido. Para sustentação de análises sobre a conjuntura brasileira atual, foram utilizados trabalhos acadêmicos e pesquisas institucionais como o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Monitor da Violência da USP e Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A justificativa do texto se deve à conjuntura internacional de manifestações antirracistas em 2020 e à inevitabilidade de se pensar a questão racial e o capitalismo no Brasil em um período único de sua história, de constante violência simbólica e naturalização de mortes por parte do governo em meio à pandemia de Covid-19. Não se busca aqui construir um manual que reduza a violência sustentada pelo Presidente e por sua base de apoio, mas sim refletir sobre as formas possíveis de oposição ao discurso da violência e sondar alternativas radicais e coletivas de organização da comunicação através da apropriação crítica dos estudos para paz.

Inicialmente, traçamos um breve panorama histórico do campo dos estudos para paz, seus paradigmas no século XX e a situação atual do campo, em que autores como José Manuel Pureza argumentam que há uma



hegemonia liberal responsável pelo esvaziamento do sentido crítico do conceito de paz positiva. Já Oliveira (2017) alerta para a necessidade de se ampliar e buscar novas perspectivas para a complexidade que envolvem as questões da violência e a paz na contemporaneidade. Ferreira (2017), tomando como objeto de estudo o crime organizado, advoga pela superação teórica dos estudos da violência que envolvia a disputa entre países. Desde uma ótica mais radical, Cruz (2020) defende a ampliação do conceito de paz “imposto” pela visão europeia, fundamentada pelos estudos clássicos do conflito e da paz e que não considera as realidades do Sul. Nessas perspectivas, relacionamos a hegemonia liberal para a paz com a situação de dependência e sujeição econômica de um país como o Brasil.

Posteriormente, buscamos reforçar a importância dos estudos para a paz no contexto brasileiro e realizamos uma breve caracterização do que entendemos como processo de fascistização do Brasil. Assim, tem-se o entendimento – parte baseado em dados estatísticos – de que o Estado brasileiro tem sido agente de violências diversas contra negros e de que o atual governo, através da violência simbólica própria da estratégia política fascista, legitima a intensificação da violência simbólica, direta e estrutural contra essa população.

Na seção seguinte, abordamos a problemática da desculturação de um povo oprimido na perspectiva de Frantz Fanon e discutimos as limitações das posições etnocêntricas e relativistas no campo dos estudos para paz, sugerindo um horizonte emancipatório no diálogo com referenciais críticos, como Domenico Losurdo e Paulo Freire sobre a questão da violência do oprimido. As considerações finais do artigo prosseguem em diálogo com o referencial teórico crítico, numa busca por sinalizar a insuficiência da comunicação hegemônica brasileira em oferecer respostas ao problema da violência cultural contra a população negra.

As transformações no campo dos estudos para paz e a crítica à hegemonia liberal

Embora se considerem os estudos de Galtung como um dos pioneiros nos estudos da paz, Ferreira (2019, p. 57) aponta como nas décadas de 1930 e 1940 já havia “uma onda crescente de estudos preocupados com a questão da paz nas ciências humanas”. Entretanto, devido à relevância da obra e ao avanço na compreensão da paz, contidos na obra de Galtung para esses estudos, daremos mais destaque à concepção do autor norueguês.

A partir dos escritos de José Manuel Pureza (2018), entende-se que dos primeiros estudos para paz, surgem duas matrizes principais: uma de influência positivista, reforçando a ideia de objetividade e resolução estritamente técnica dos conflitos; e outra matriz que se distanciou das concepções positivistas da primeira e que, principalmente, buscou se contrapor ao conceito de “paz negativa” próprio da primeira matriz. A ideia de “paz negativa” denota uma situação de ausência de conflitos, enquanto a “paz positiva” se aproxima da ideia de integração humana e prevenção das guerras (PUREZA, 2018, p. 78).

O principal nome da matriz que defende a proposição da paz positiva é o de Johan Galtung, mas é oportuno destacar que o teórico passou por diferentes linhas de pensamento antes de se firmar à corrente que contrapõe o positivismo, sendo, inclusive, um adepto da matriz positivista em seus primeiros anos de estudos para a paz. Não por acaso, quando ainda jovem, Galtung enxergava os estudos para a paz como o remédio para os conflitos na sociedade e idealizava um campo do saber imparcial. A partir dos anos 70, a área passa por uma ruptura liderada pelo próprio Galtung, de forma a criticar as concepções dominantes, até então, nos estudos para paz (PUREZA, 2018, p. 79).

José Manuel Pureza ainda aponta que, mesmo com a ruptura em relação à concepção positivista, os estudos para paz continuavam sendo alvo de discordâncias, especialmente, de teóricos com visão de mundo crítica e anticapitalista, que apontavam como os conceitos abstratos da área estavam alinhados ao discurso de nações ricas e instituições internacionais hegemônicas. Além disso, também acusavam a área de idealizar a conciliação de interesses conflitantes e ignorar as causas estruturais dos conflitos – o que se desdobraria em uma ausência de críticas ao sistema capitalista, à sociedade de classes e a todo um conjunto de opressões.



Como resposta a essas críticas, Johan Galtung propõe o conceito de violência estrutural, que se diferencia substancialmente do conceito de violência direta, que vinha sendo utilizado indiscriminadamente para violências muito distintas entre si, na medida em que aponta a desigualdade de condições materiais e de distribuição do poder como uma forma de violência estrutural (ou indireta). A ideia de paz positiva, a partir de agora, passa a ser menos vaga e é definida como ausência de violência direta e ausência de violência estrutural (PUREZA, 2018, p. 80). Violência direta, estrutural e cultural são conceitos que serão trabalhados mais detalhadamente na próxima seção deste texto.

A despeito do avanço em direção a um campo de estudos para paz fundamentalmente mais crítico, os últimos anos da Guerra Fria e o encerramento do conflito levaram, segundo Pureza (2018, p. 82), a uma institucionalização do campo e conformação com a proposição liberal para a paz. As teses de “fim da história” e “fim das grandes narrativas”, citadas pelo autor, tiveram o propósito de justificar a única via para resolução, justamente a grande e única narrativa liberal. Domenico Losurdo segue uma linha crítica próxima e destaca a violência da via única atual, ao afirmar que é em nome da “grande narrativa” liberal “que são lançadas operações de ‘polícia internacional’ devastadoras e sangrentas” (LOSURDO, 2012, p. 12).

Dentro da única grande narrativa liberal, a economia é tratada como algo apartado da política e há critérios bem estabelecidos por órgãos e países do centro do sistema capitalista para o que é considerado racional e irracional em termos de governança em relação aos países periféricos. O ponto a ser problematizado em relação à dicotomia entre suposta racionalidade neoliberal e adesão ao “populismo econômico” da heterodoxia deve se concentrar em sua própria inconsistência com o mundo social. Como apontam Karl Polanyi e Ferdinand Toennies (ano *apud* SODRÉ, 2003, p. 31), não há como a instituição do livre-mercado se sobrepor através de um suposto universalismo da razão econômica, uma vez que isso implica ignorar aquilo que escapa à condição de comércio, como a relação entre os seres humanos e meio ambiente.

No contexto de esvaziamento do sentido crítico em parte dos estudos para paz frente à cooptação pelo sistema – e domínio da lógica neoliberal –, a ideia de paz positiva enfrenta novos desafios fundamentais para a relevância do campo em seu compromisso de transformação social, apontados por José Manuel Pureza (2018, p. 84):

O programa de paz positiva, tão querido à radicalidade originária dos estudos para a paz, acaba, no nosso tempo, por legitimar os exercícios de engenharia social e política desenhados pela nebulosa da governação global liberal (Cox, 2005), que combinam o esvaziamento das soberanias locais com a adoção padronizada, em escala mundial, de modelos de organização social, econômica e política como suposta condição da paz (Pureza; Cravo, 2005, p. 12). Nessa mudança, foi o próprio conceito de paz que mudou, passando de condição vivida num certo território para processo contínuo de transformação induzida por intervenções externas. Como escreve Heathershaw (2008, p. 597), “a move from peace to peacebuilding” [...] Rendidos a uma perspectiva pragmática de solução de problemas, os estudos para a paz tornaram-se, assim, conhecimento útil para a pacificação de um sistema estruturalmente violento.

Oliveira (2017), avaliando os estudos da paz na contemporaneidade, mostra como esses estudos, enquanto disciplina acadêmica, mesmo adotando um caráter neopositivista na sua abordagem metodológica, conseguiram sua institucionalização em universidades e centros de pesquisa, o que reforça o caráter científico dos estudos relacionados com a paz. Porém, Oliveira (2017) destaca que, levando em consideração a rica trajetória intelectual de Galtung, somados aos desafios da complexidade envolvida nas questões de violência mais recentemente, reforça a necessidade de um constante trabalho de conceitualização da paz e de busca de novas perspectivas capazes de dar uma resposta à configuração complexa dos componentes envolvidos na violência nas sociedades atuais. O próprio autor argumenta que a abertura deveria dialogar com



a pluralidade epistemológica e metodológica, incorporando as viradas construtivista, crítica, pós-estruturalista, pós-colonialista, feminista e estética que têm impactado o estudo da política internacional, bem como para as novas formas através das quais a violência e os conflitos se manifestam no mundo contemporâneo. (OLIVEIRA, 2017, p. 168)

Um exemplo bastante ilustrativo da problemática levantada anteriormente é o texto de Ferreira (2017), quando trata das questões do Crime Organizado Transnacional (COT), fenômeno esse que afeta boa parte dos países e sociedades contemporâneas, mas de forma mais contundente e preocupante nos países pobres. Na sua visão, o que ocorre é que a natureza dos conflitos armados passou por significativa mudança nos últimos tempos, onde merece ser destacada a atuação de atores não-estatais, especialmente, grupos terroristas e o crime organizado. Devido a essa condição, o autor critica o foco dos Estudos de Paz voltados a analisar os conflitos armados regulares, pois tal abordagem se mostra ultrapassada ao classificar como territórios pacíficos regiões em que não há grupos beligerantes de caráter político, como no caso latino-americano. Após mostrar as implicações do COT e a insuficiência das abordagens tradicionais adotadas pelos estudos da paz, para compreender esse tipo de violência, Ferreira (2017, p.44) mostra as possibilidades que os Estudos Críticos da Paz proporcionam para compreender o fenômeno do Crime Organizado Transnacional. Mas, para isso, é importante considerar que

o foco deixa de ser uma análise dos impactos sobre o Estado, para dar lugar a um preciso exame da violência e suas consequências para a sociedade como um todo. Tal abordagem implica um esforço adicional para superar a fragmentação estatocêntrica, para aprender com múltiplas áreas do conhecimento, deixando de lado “concepções binárias de quantitativo/qualitativo, moderno/pósmoderno, clássico/contemporâneo para se abrir a novos diálogos, *insights* e perspectivas em busca do objetivo último de compreender a paz como ausência/redução da violência de todos os tipos.

Ou seja, reconhece o valor das abordagens desses estudos para se combater as injustiças e almejar ter sociedades mais justas, porém teriam que ampliar e reinterpretar alguns de seus valores tradicionalmente consolidados.

Desde uma ótica crítica, mas dialogando com Oliveira e Ferreira, o CINEP/PPP (Centro de Investigação e Cultura Popular / Programa Pela Paz), desde a Colômbia, questiona a ideia de paz proposta pela visão europeia, que ignorou completamente os saberes do Sul, ao mesmo tempo em que tentou impor o que entendiam por cultura de paz. Cruz (2020, p. 23) argumenta que ao colocar os estudos para a paz e a crítica decolonial em diálogo, novas categorias são levantadas na América Latina para superar as visões dominantes que só reconhecem como válido o saber do Norte. Assim, Cruz defende que urge que se estudem e levem em consideração os saberes, os conflitos e as culturas das comunidades locais que possuem suas peculiaridades ignoradas, ou tratadas de forma pejorativa, pelos saberes do Norte. Por exemplo, estudar os Estudos da Paz, desde a perspectiva do feminismo latino-americano, significa “levar em consideração e conhecer as teorias feministas de vanguarda o que implica em estar em constante contato e diálogo com os saberes populares, comunitários, indígenas, urbanos, ancestrais, entre outros” (CRUZ, 2020, p. 24).

Dessa forma, a articulação contra-hegemônica dos saberes do Sul é indispensável para uma apropriação crítica dos Estudos da Paz que supere o eurocentrismo. E ainda que não identifiquemos a atual divisão internacional do trabalho pelos clássicos nomes (colonialismo, neocolonialismo, imperialismo) em virtude de novíssimas configurações globais do poder, José Manuel Pureza torna explícita a problemática da dominação – e, por que não, da dependência – do centro sobre a periferia do capitalismo, repaginada na forma de discursos etnocêntricos em defesa das liberdades individuais e da boa governança.



Ao citarmos tal relação de poder, é basilar recorrer às contribuições da Teoria da Dependência, formulada na América Latina, e ideias próximas que estão presentes em Frantz Fanon e no célebre “Os Condenados da Terra”. Em seu livro, Fanon destaca que a nação periférica, apesar de independente, permanece economicamente sujeita aos interesses dos países centrais: “O bombardeio contínuo da artilharia e a política da terra arrasada deram lugar à sujeição econômica” (FANON, 1968, p. 50).

Sujeição econômica que está diretamente ligada à imposição do receituário de austeridade fiscal na periferia global e, portanto, demanda diferentes formas de justificação ideológica, sendo uma delas a defesa abstrata de um ideal inserido no marco liberal de paz positiva, como é bem pontuado por José Manuel Pureza. Novamente, pode-se resumir como uma teoria justificadora de um “sistema estruturalmente violento” (PUREZA, 2018, p. 84).

Vale a pena destacar a contribuição de Galtung sobre a questão anteriormente citada. Galtung, no início da década de 1970, publica um texto no qual estabelece sua visão do que seja o imperialismo, num momento em que predominava a visão marxista voltada para a compreensão de como as relações econômicas perpetuavam a desigualdade entre o que se denominava de países de primeiro e terceiro mundo. O autor norueguês reconhece o imperialismo como uma relação de dominação, porém dá um passo a mais ao considerar que a dominação, além de ser econômica, é política, comunicativa e cultural. Entende o imperialismo como fenômeno estrutural, baseado no relacionamento entre os países centrais com a periferia. Destaca, ainda, que esse centro e periferia se encontram tanto nos países ricos como nos pobres, ou seja, existe centro no centro e na periferia e periferia na periferia e no centro. O que explica o imperialismo é que as relações econômicas, políticas e culturais se dão entre os centros, tanto do centro como da periferia, que, além de deter o setor produtivo, controla o cultural e comunicacional. Assim, gera valores que, de forma subjetiva, se espalham nas periferias como verdades a serem alcançadas, ajudando a manter a situação de exploração. O não relacionamento entre as periferias, que poderiam reverter essa situação, permitem a Galtung constatar que essa relação pode ser considerada como violência estrutural e sistêmica, pois sempre a visão do centro é a que se tornará hegemônica, perpetuação do imperialismo no mundo e gerando violência estrutural.

Fascistização do Brasil e a guerra aos negros

Apesar das duras críticas ao conceito de paz positiva, apropriado pelo *status quo*, este texto não busca invalidar as contribuições possíveis dos estudos para a paz, mas sim expropriá-las no sentido crítico, adequado ao caráter normativo dos estudos para paz (MASCHIETTO; NOBRE; NOGUEIRA, 2016), para confrontação dos problemas relativos à violência expressa midiaticamente pelo governo Bolsonaro contra a população negra e ao chamado processo de fascistização da sociedade brasileira, que envolve formas de comunicação e atuação política explicitamente violentas.

Uma contribuição fundamental dos estudos para paz, para o que buscamos tratar nos próximos parágrafos, é a conceituação de três tipos de violência, proposta por Johan Galtung. O sociólogo define, inicialmente, a violência direta, que está presente nos acontecimentos (uma guerra, por exemplo) onde se identificam agressores e vítimas. Já a violência estrutural se caracteriza como um processo em que os agressores não são diretamente identificáveis – ao contrário das vítimas – e há desigualdade nas relações de poder (um bom exemplo é a situação de desemprego sobre determinados grupos sociais). Por fim, a violência cultural (ou simbólica) se configura como algo permanente, que justifica as outras duas violências, presente em discursos, comportamentos e práticas naturalizadas. (CABRAL; SALHANI, 2017).

O Brasil, como país periférico de formação colonial e escravocrata, não está apartado da lógica citada por Pureza como estruturalmente violenta, e a atual conjuntura apenas evidencia todas as formas de violência



(estrutural, direta e simbólica) na figura de um governo representativo de um processo global de ascensão da extrema-direita, alinhado politicamente aos Estados Unidos e fiador de políticas econômicas de austeridade referendadas pelo ministro da economia Paulo Guedes.

Há numerosas discussões, especialmente, nos campos da Ciência Política e da História, que buscam tratar se o atual governo brasileiro pode ser categorizado como fascista, neofascista ou profascista – e a variedade de nomenclaturas indica o embate teórico ainda em andamento. Há duas posições sobre essa questão que se destacam: a de que o atual governo brasileiro não pode ser enquadrado como fascista, pois esse é um fenômeno histórico circunscrito à Itália dos anos 20 e 30 do século passado; e a posição meramente descritiva, que traz características específicas que devem ser cumpridas pelo atual governo para que seja categorizado como um regime fascista. Ambas as concepções parecem equivocadas, segundo Armando Boito Jr. (2020), porque reduzem o fenômeno do fascismo ao historicismo (na primeira concepção) e ao empiricismo radical (o que ocorre na segunda concepção).

O autor argumenta que o atual governo brasileiro deve ser considerado neofascista e que é preciso generalizar o conceito de fascismo, assim como é feito com outros conceitos dentro da Ciência Política – tais como democracia, ditadura, república, etc., e o define como “movimento político reacionário das camadas intermediárias da sociedade capitalista e um tipo específico de ditadura burguesa” (BOITO JR., 2020, p. 113).

Evidentemente, as diferenças históricas entre um fenômeno e outro são significativas e o que ocorre no Brasil já se distingue imediatamente por sua posição geopolítica dependente e periférica. Além dessa, outra diferença significativa é a defesa do modelo neoliberal dependente por parte do atual governo – em contraposição ao corporativismo clássico do fascismo, que também se caracteriza pelo “anticomunismo, crítica à corrupção e à velha política (democrática); politização do machismo, do racismo (difuso) e da homofobia (sistemática)” (BOITO JR., 2020, p. 116).

Partindo de bases parecidas às de Armando Boito Jr., mas nomeando o fenômeno brasileiro recente de profascismo, Virgínia Fontes sustenta que, apesar do caso brasileiro possuir divergências, as aproximações são evidentes e suficientes para concluir que se trata de um fenômeno de ascensão neo ou profascista:

Tentando resumir, há um pano de fundo internacional e particularidades brasileiras na emergência do profascismo. Em comum, a constituição de gigantescas massas trabalhadoras, submetidas a formas de extração de mais-valor diversificadas, mas tendencialmente precarizadas e distanciadas das modalidades clássicas organizativas das classes trabalhadoras. (FONTES, 2019, p. 328).

No que é fundamental, portanto, a sustentação do regime neoliberal não é dissonante ao processo de fascistização, uma vez que, segundo Silvio de Almeida, ao referenciar Pierre Dardot e Christian Laval, “o regime de acumulação que alguns denominam de pós-fordista dependerá cada vez mais da supressão da democracia” (ALMEIDA, 2018, p. 161).

Baseado em tais referenciais teóricos, iremos nos referir neste texto ao atual governo brasileiro como parte de um fenômeno social de ascensão de certa direita profascista, o que não significa a presença de uma ditadura fascista, e sim uma democracia burguesa deteriorada (BOITO JR., 2020, p. 112). No entanto, surgindo argumentos mais conservadores de que, na verdade, a sociedade brasileira está em vias de fascistização, isso não alteraria em nada a proposta deste trabalho, uma vez que o conceito generalizado de fascismo está presente nas manifestações públicas e atos políticos e civis da base de apoio bolsonarista, fortemente articulada através das redes sociais.

A relevância dessa análise da conjuntura política profascista em voga no Brasil, se deve às aproximações possíveis entre as violências simbólicas e diretas reproduzidas frequentemente pela base bolsonarista e a ideia



de “estetização da política” típica do fascismo, tal como conceituada por Walter Benjamin (2012). Isso porque parece impossível tratar de comunicação para paz no Brasil, observando a ascensão profascista no país, sem considerar os efeitos de um movimento político fascista e sua ideologia profundamente arraigada nos valores estéticos da guerra e do extermínio.

Walter Benjamin (2012) afirma que o fascismo leva sempre à estetização da política, na medida em que permite às massas se expressarem pela mudança das relações de propriedade, ao mesmo tempo em que reforça tais relações através da hierarquização radical dos estratos sociais.

Todos os esforços pela estetização da política culminam em um ponto. Esse ponto é a guerra. A guerra, e somente a guerra, torna possível dar um objetivo aos movimentos de grandíssima escala das massas, sem prejuízo às relações de propriedade tradicionais. Assim, formula-se a situação em termos da política. Em termos da técnica, formula-se da seguinte maneira: somente a guerra torna possível mobilizar todos os meios técnicos do presente sem prejuízo das relações de propriedade. (BENJAMIN, 2012, p. 117).

Utilizando de análise literária sobre o movimento futurista adotado pelos fascistas na Itália, Walter Benjamin expõe, através do materialismo histórico dialético, que a desigualdade no sistema capitalista alcança um patamar tão elevado e insuportável que é impedida à população a utilização das técnicas e dos meios de produção. A resposta fascista para esse entrave é, apesar de simples, a mais violenta possível: a eliminação física de pessoas e meios de produção pela via da guerra.

Guardadas as especificidades entre Brasil e Europa em distintos contextos e formas de fascistização, propomos um exercício de reflexão acerca da guerra citada por Benjamin. A guerra no sistema capitalista, de caráter imperialista ou não, pode ser interpretada como o processo de descarte de material humano excedente, sob a prerrogativa da racionalização econômica. A partir de um viés marxista sobre as relações raciais, Lélia Gonzalez (2018) lança mão da caracterização do capitalismo brasileiro como processo de desenvolvimento desigual e combinado, a fim de explicar a existência de uma massa de pessoas marginalizadas e, conseqüentemente, descartável. Essa massa, também denominada por exército industrial de reserva, é composta majoritariamente de pessoas negras.

Importante destacar que essa análise do ponto de vista econômico e material não objetiva qualquer economicismo e muito menos ignora as determinações políticas, simbólicas e culturais do racismo brasileiro. Nosso propósito aqui é compreender o capitalismo, em sua gênese e desenvolvimento histórico no Brasil, como modo de produção estruturado objetivamente pela divisão racial do trabalho (GONZALEZ, 2018, p. 97) e também reforçar que, no contexto de crise capitalista, “o racismo é um elemento de racionalidade, de normalidade e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que os conflitos tornam-se cada vez mais agudos” (ALMEIDA, 2018, p. 162).

Refletindo sobre a afirmação de Lélia Gonzalez (1982, p. 16) de que “a comunidade negra nada mais é do que mão-de-obra de reserva, utilizável segundo as necessidades do sistema”, nota-se que a questão nacional negra em seus aspectos políticos, sociais e econômicos no Brasil tem sido resolvida com a constante ameaça de guerra e com o extermínio sistemático. O país e suas instituições já praticam a eliminação física e simbólica de pessoas negras há tempos, o que pode ser lido por setores do movimento negro e organizações de esquerda como, de fato, uma guerra de longa duração contra o povo negro. Assim, é exposto o caráter racial e classista da segregação no sétimo país mais desigual do mundo, de acordo com relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2019.

Nesse sentido, pensando no caso brasileiro e mais especificamente no feminismo e no feminicídio das mulheres negras, Silvio de Almeida (2020) é taxativo ao considerar a política de extermínio como ação violenta



estrutural promovida pelas elites dirigentes do país, ou seja, como elemento integrante da organização econômica, política e social vigente na nossa sociedade. Desde esse ponto de vista, ocorre na sociedade brasileira a instalação de uma necropolítica destinada a perpetuar, via formas autoritárias de violência, o *status quo* social do interesse das elites dirigentes.

Apesar dessa violência ser desencadeada ao longo de todo o desenvolvimento histórico do Brasil, incluindo em seus períodos mais progressistas – um exemplo é o significativo aumento da população carcerária no Brasil durante todo o período em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do Governo Federal (AZEVEDO; CIFALI, 2015) – a onda de extrema direita e mobilização da base bolsonarista intensifica brutalmente os ataques contra aspectos materiais e simbólicos da classe trabalhadora e negra.

Também, ainda que, segundo dados do governo de 2019, o número de homicídios tenha apresentado queda de 22% no mesmo ano, especialistas apontam que a redução tem pouca ou nenhuma relação com as ações do atual governo. Nos dois primeiros meses de 2020, no entanto, o número de assassinatos voltou a subir no país, de acordo com o Monitor da Violência, iniciativa criada pelo Portal G1 em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ainda segundo o Monitor, a letalidade policial aumentou em 2019, dado que pode ser confrontado com o fato de o governo Bolsonaro ter retirado os indicadores sobre violência policial do relatório anual sobre violações a direitos humanos relativos ao mesmo ano.

Os dados citados acima compõem exemplos da violência estrutural no Brasil, que tem como vítimas históricas pessoas negras, jovens e que moram na periferia, o que pode ser verificado rapidamente em estatísticas reunidas anualmente através do Atlas da Violência (CERQUEIRA et al., 2019, p. 49), estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Mas a exposição dessa violência estrutural não significa ausência da violência direta – praticada pelo aparato repressivo do Estado brasileiro – e muito menos a ausência da violência cultural contra pessoas negras, que justifica as outras duas violências e que está evidenciada em discursos do atual presidente e sua base de apoio de inferiorização da prática, cultura e identidade da população negra.

Em sua dissertação de Mestrado, Priscilla Cabral Dibai (2018) apresenta uma detalhada análise sobre entrevistas concedidas por Jair Bolsonaro, entre 1997 e 2017, antes do mesmo alcançar o cargo da presidência da República. Tal período não engloba seu atual mandato como ocupante do cargo máximo do país, mas o levantamento realizado pela pesquisadora é fundamental para comprovar a presença do referido discurso de inferiorização da cultura negra e do povo negro emitido por Bolsonaro.

A autora identifica três questões principais relacionadas à temática racial que aparecem nas entrevistas concedidas pelo ex-deputado: sua posição contra as cotas raciais, sua defesa em relação ao caso em que foi processado pela artista Preta Gil por racismo e homofobia e suas críticas sobre políticas de demarcação de terras para indígenas e quilombolas (DIBAI, 2018, p. 106). Dibai utiliza o método de análise de conteúdo sobre essas falas e demonstra, a partir de um posicionamento crítico, como o discurso do atual presidente sobre a temática racial é repleto de tentativas de desqualificação de cotistas e distorções de contextos históricos, políticos e sociais. Em suma, falas que são parte da violência simbólica contra negros e outras minorias.

É imprescindível ressaltar, todavia, que tais discursos e práticas violentas não são gratuitos, nem foram inaugurados por Bolsonaro, que tampouco pode ser reduzido a um simples ponto fora da curva ou personagem político excêntrico. Uma visão materialista dessas violências exige a compreensão de que o apagamento cultural – ou a desculturação de um povo trazido à força para a América – permeia todas as formas de sociabilidade no Brasil, sendo vocalizado mais intensamente pelo presidente, que acaba por reforçar o mesmo apagamento cultural numa relação dialética.

Para compreender o papel de Bolsonaro no contexto de violência cultural contra negros, deve-se retomar Frantz Fanon, para quem “o hábito de considerar o racismo como uma disposição do espírito, como



uma tara psicológica, deve ser abandonado.” (2018, p. 84). Não obstante, tal demanda de Fanon desagradaria incontável número de pessoas que se reivindicam antirracistas e condenam as falas preconceituosas de Bolsonaro como impérios ditos por alguém caricato e fora de controle.

Que as falas de Bolsonaro em relação a cotistas, indígenas e quilombolas nas entrevistas analisadas por Dibai (2018) são preconceituosas é algo bastante evidente e a sustentação dessa premissa é o entendimento de que o racismo, segundo Fanon (2018, p. 84), “não é uma descoberta acidental. Não é um elemento escondido, dissimulado. Não se exigem esforços sobre-humanos para o pôr em evidência”. E, ainda recorrendo ao psiquiatra, por mais que o impulso antirracista imediato seja de tornar patológico o agressor, “numa cultura com racismo, o racista é, pois, normal” (FANON, 2018, p. 86), e serve a um fim ideológico e econômico.

A desculturação é um processo que, segundo Fanon (2018), serve à guerra colonial e ao projeto de escravização econômica de um povo na periferia do mundo. Naturalmente, o Brasil não se trata mais de uma colônia, mas a dependência externa permanece, bem como a violência interna contra pobres, negros e indígenas. Tal contexto, por si só, já justifica uma tentativa de transpor os escritos de Fanon à realidade brasileira, considerando todas as distinções possíveis. Sobre o projeto de destruição da cultura de um povo, Fanon explica de que forma esse é colocado em prática:

É preciso destruir os seus sistemas de referência. A expropriação, o despojamento, a rapina, o assassinio objetivo, desdobram-se numa pilhagem dos esquemas culturais ou, pelo menos, condicionam essa pilhagem. O panorama social é desestruturado, os valores ridicularizados, esmagados, esvaziados. (FANON, 2018, p. 80).

No entanto, o intelectual destaca que a desculturação nunca dá conta de eliminar toda a cultura local de um povo, de tal modo que “esta alienação [cultural] nunca é totalmente conseguida” (FANON, 2018, p. 85). Esta brecha contra-hegemônica pode e deve ser utilizada na luta do inferiorizado contra a violência imposta pela dominação cultural, segundo Fanon, e o autor identifica essa luta como algo “nitidamente mais humano” (2018, p. 89) que a violência do opressor. Ou seja, há aqui uma distinção clara do que seria a reação justificada de um povo inferiorizado, que pode inclusive se utilizar da violência, contra a violência de quem o subjuga – e essa violência pode partir de atores, estruturas ou discursos.

Dada a situação de inferiorização do negro através da violência simbólica, reforçada por ações de governo, discursos preconceituosos do presidente e sua base de apoio, quais as respostas que a comunicação para a paz pode oferecer ao inferiorizado? Pode-se partir do pressuposto de que uma agressão simbólica contra um povo e sua cultura sempre terá resposta daqueles que lutam, pois, a recepção não é um processo passivo. A questão que pode ser tratada aqui – sem quaisquer pretensões de encerrar o debate – é sobre como deve ser proferida tal resposta. Ou, ainda, sobre como os agentes historicamente oprimidos devem reagir à violência.

Crítica a concepções etnocêntricas e relativistas nos estudos para paz

Primeiramente, há de se problematizar a ideia de que grupos oprimidos devam seguir uma espécie de cartilha de como reagir a violências que eles mesmos sofrem, pois as chances de tais regras reproduzirem um discurso etnocêntrico disfarçado de preocupação humanitária são muito grandes. O risco da imposição civilizatória colonialista e imperialista é frequente na história e Francis Wolff, ao discutir os conceitos de civilização e barbárie, reforça essa ideia ao apontar que “quando um país, uma sociedade ou uma cultura se identifica à civilização, qualificando como bárbaros seus adversários, quase sempre é para justificar iniciativas imperialistas” (WOLFF, 2004, p. 20).



Partindo de um entendimento das relações de poder como algo entranhado nas estruturas social, política, econômica e cultural, e negando a perspectiva reducionista de ver apenas o outro como o agente da barbárie (algo bastante próprio da cultura cristã ocidental construída sob dicotomias), é preciso apontar que parte dos estudos para a paz não passa incólume a essa crítica da imposição de uma prática como melhor e mais humana que a de outro povo. A crítica, neste caso, é voltada justamente ao eventual etnocentrismo nos estudos para paz, mesmo com as melhores intenções de se alcançar a paz positiva.

O caminho natural, portanto, seria adotar uma posição relativista em contraposição ao etnocentrismo que impõe culturas e práticas como superiores a outras. Mas, conforme aponta Francis Wolff,

[...] é notório um imenso inconveniente intelectual do relativismo — que é a contrapartida de sua vantagem: para ele, toda prática, todo costume, toda crença parece inseparável de uma cultura, e toda cultura assemelha-se a uma espécie de totalidade fechada, sem janelas para as outras e inacessível ao julgamento tanto interno como externo (WOLFF, 2004, p. 35).

Alguns exemplos de discursos nos estudos para paz podem ser criticados por tal razão: ao ler certas interpretações sobre o trabalho do psicólogo Marshall Rosenberg sobre comunicação não violenta (ainda que sua perspectiva seja inter-relacional e não midiática), pode-se ter a impressão de que as ações propostas pelos interpretadores para resolução dos conflitos se cingem a uma prática de autoconhecimento limitada ao indivíduo, negando a radicalidade fundamental da organização e práxis coletivas. Um exemplo disso está em Mayara Carvalho (2019, p. 26), quando aponta que

Pela autoempatia, olho para cada uma das minhas ações, tentando entender o que sentia e de que necessitava ao agir daquele modo. Nesse caso, não importa se as ações são minhas ou do outro, nem sequer se são atitudes que se alinham ou se afastam da vida: um olhar empático enxerga sempre necessidades.

Há aqui, sobretudo, um modelo de resolução de conflitos onde, além de expedientes possivelmente individualizantes para violências imediatas ou soluções fundadas na idealização de uma comunicação sem ruídos e conflitos, onde cada interlocutor decide racionalmente o que é melhor pra si – tem-se também a interpretação de que não faz diferença, para uma comunicação não violenta inter-relacional, qual agente deu início ao conflito.

Com isso, é possível estender essa premissa para um sentido reduzido, em que não importa quais grupos se beneficiam de uma dada situação de exploração ou opressão, nem as relações históricas de poder e dominação entre eles. Pode-se contra-argumentar, com bastante razão, que a comunicação não violenta em Rosenberg representa uma área à parte, distante do campo da comunicação para paz, e que aquela perspectiva traz uma premissa especificamente interpessoal própria do campo da psicologia. Todavia, ressaltamos que as críticas aqui postas são às interpretações vulgares da obra do psicólogo e que também vale o exercício dialético, a fim de compreender que a total cisão entre indivíduo e sociedade (ou entre relações interpessoais subjetivas e relações entre grupos) é um risco ao pensamento crítico, como trata Norbert Elias (1994) em “A sociedade dos indivíduos” e depreende-se da obra de Fanon (1968), que articula Psicanálise e Psiquiatria à luta anticolonial de forma singular.

Portanto, não parece haver barreiras para que a referida concepção reducionista e individualizante não seja adotada atualmente por uma postura hegemônica e liberal no subcampo da comunicação para a paz. Em

resumo, tem-se uma postura relativista que deve ser criticada justamente por não ser suficientemente crítica, aceitando quaisquer práticas culturais como válidas e equivalentes entre si.

A saída desse dilema é apontada por Francis Wolff, que afirma ser necessário admitir, sem receio, que existem culturas ou práticas bárbaras e outras civilizadas. A título de exemplo, consideramos que a cultura racista que permeia a formação histórica do Brasil e é reforçada por violências simbólicas e estruturais é, de fato, bárbara, pois renuncia a um valor universal que, segundo Wolff, é a existência de culturas humanas diversas (WOLFF, 2004, p. 40).

Partindo do lugar comum sugerido por Wolff, parece ser possível criticar e ao mesmo tempo contribuir para os estudos para a paz, superando as proposições liberais para a paz, criticadas por José Manuel Pureza, e também suas concepções relativistas. Dentre elas, a ideia de que toda posição dentro de um conflito é válida e merece ser ouvida – como sugere Dov Shinar, ao argumentar que um jornalismo para paz “dá voz a todas as partes envolvidas e visa a assegurar que o conflito em si, e não as partes, seja visto como o problema” (SHINAR, 2016, p. 44), pode parecer emancipatória num primeiro momento, mas não se sustenta frente ao dilema de se aceitar ou não vozes violentas (ou bárbaras), além de incorrer no risco de eximir as partes de suas responsabilidades.

No texto “Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz”, Dov Shinar (2016, p. 44) ainda busca apontar “falhas práticas” no jornalismo para paz, ou limitações, na tentativa de alcançar uma perspectiva equilibrada. No entanto, não parece haver em seu artigo a devida importância a questões estruturais que estão na raiz dos conflitos, além de tratar dos critérios de objetividade e imparcialidade, no mesmo trabalho, de maneira muito reduzida, colocando-os numa posição injustificadamente privilegiada. Exemplo disso está em sua asserção de que “a maioria dos afegãos nunca esteve exposta à divulgação imparcial, com a possível exceção dos serviços radiofônicos da BBC em linguagem local” (SHINAR, 2016, p. 46).

Poderíamos levantar uma série de questionamentos sobre essa afirmativa. Por que uma mídia estrangeira seria mais imparcial que os meios locais? Ou, ainda, por que uma empresa pública do Reino Unido possuiria o monopólio sobre a correta divulgação jornalística em um país periférico? O fato de o Afeganistão ter sido protetorado britânico importaria neste caso? Percebe-se, assim, que uma simples e bem intencionada afirmação sobre imparcialidade, se valendo de um caso concreto, é capaz de gerar mais dúvidas que certezas. Sobre essa busca pela imparcialidade e objetividade para a paz, José Manuel Pureza assinala criticamente que:

Resgatar o potencial emancipador dos estudos para a paz passa por rejeitar a existência de qualquer ponto arquimediano imposto como suposta objectividade exterior às vidas e em torno do qual se estruturam cartografias da violência, com a sinalização de violências a ter em conta e de violências negligenciáveis. (PUREZA, 2018, p. 86)

Revisão e resgate críticos do princípio da não violência

Os pontos criticados não significam um abandono da perspectiva para a paz. Poderia se argumentar que, dadas as limitações das propostas do campo – ora acusado de etnocentrismo, ora acusado de relativismo, não haveria qualquer possibilidade de construção de um mundo sem guerras, porque a violência seria algo inevitável em toda relação humana. No entanto, essa concepção não é nenhuma novidade e é ela mesma anterior aos estudos para paz, que surgiram justamente em busca da superação do “discurso explicativo (e, portanto, legitimador) das guerras” (PUREZA, 2018, p. 76).

Em suma, além de não indicar nenhum avanço, tal concepção da violência como algo dado e imutável é fortemente reacionária. Domenico Losurdo (2012), em sua obra “A não violência: uma história fora do mito”,



traz importantes contribuições neste assunto ao analisar criticamente a biografia e a filosofia de não violência de Mahatma Gandhi.

O autor italiano demonstra que, na prática, Gandhi desempenha um intenso trabalho de convencimento de seus compatriotas para que lutem ao lado do império britânico durante a 1ª Guerra Mundial, o que à primeira vista pode parecer contraditório a sua filosofia. Mas a própria teoria da *ahimsa* (princípio da não violência, em sânscrito), segundo Gandhi, não contradiz a prática, porque a violência (consciente ou não) estaria presente em tudo, das relações sociais ao simples ato de viver. Sobre essa filosofia, tomada como justificativa para o apoio ao império britânico no conflito mundial, Losurdo não mede críticas

Analisando bem, estamos diante do argumento clássico do darwinismo social. Não é possível escapar da violência: ela constitui um fenômeno universal e onipresente, e não vale a pena usar muitas sutilezas em relação à violência infligida intencionalmente a um homem que, por sua vez, com seu próprio movimento, inflige a morte a outros seres vivos (por exemplo, as formigas ou os insetos)! Por outro lado, devido ao envolvimento de todos os seres humanos com uma violência absolutamente inevitável, não é possível identificar responsabilidades determinadas. Em todo caso – termina Gandhi em uma carta do dia 6 de julho de 1918 – ‘em circunstâncias excepcionais a guerra pode ser um mal necessário (necessary evil), assim como o corpo é’ (CW, 17; 124). (LOSURDO, 2012, p. 46).

Losurdo não segue por uma crítica moralista a Gandhi, demonstrando que o líder indiano passa por um processo de maturação política à medida em que se torna claro o equívoco político na aliança com os ingleses na busca pela independência da Índia. O Gandhi mais velho também desenvolve um senso de defesa de um projeto de emancipação de todos os povos periféricos, que não existia em sua juventude, quando “a condenação do princípio da violência diz respeito somente à relação entre o povo indiano e o Império Britânico” (LOSURDO, 2012, p. 57).

O exemplo de Gandhi denota a importância de posições em defesa da não violência que não sejam abstratas e particularistas e alguns caminhos são apontados por Losurdo na mesma obra. Essas posições não devem ser abstratas para que não ignorem a extrema violência militar (através de golpes e intervenções) promovida na periferia por países centrais, buscando adotar uma posição antimilitarista. Também não devem ignorar a extrema violência das sanções econômicas impostas pelo centro do sistema, que provocam fome e miséria em massa na população oprimida e explorada, sendo tarefa principal rechaçar veementemente e sem ressalvas esse instrumento de chantagem. E não devem ser particularistas para que sejam radicalmente emancipatórias na luta dos “Condenados da Terra”, de Frantz Fanon.

Mas resta a seguinte questão: se a luta contra a barbárie e a opressão não é contraditória ao princípio da não violência por ser uma defesa da própria existência cultural humana, qual deve ser a postura do oprimido em relação ao opressor? É delicado discutir até se o oprimido deve ter quaisquer responsabilidades com quem lhe agrediu de diferentes maneiras, pois o sofrimento é inerente a esse processo, especialmente, da parte de quem vivencia a violência.

Um caminho possível é o da desumanização do opressor, na recusa em vê-lo como ser humano. Losurdo (2012, p. 29) resgata a militância de Charles Stearns, abolicionista estadunidense, que justifica sua luta contra os escravagistas afirmando não ser um problema tirar as vidas dos inimigos, pois os que escravizam os outros não seriam humanos, mas sim animais. O intelectual italiano vê a coerência formal neste argumento no contexto da luta contra a barbárie da escravidão, mas não deixa de apontar que a violência retórica não desaparece pela superioridade moral dessa luta. Além disso, a fragilidade do argumento pode ser exposta na medida em que Stearns utiliza a mesma palavra de ordem que justificou o genocídio da população indígena norte-americana (LOSURDO, 2012, p. 29).

Talvez uma das maiores contribuições para a crítica da contradição entre opressores e oprimidos está na obra de Paulo Freire. Um dos principais expoentes da pedagogia crítica, o educador frequentemente é alvo de divergências sobre qual seria sua filiação teórica. Apesar das inúmeras referências ao Humanismo Marxista em suas obras, Freire não se define como marxista e frequentemente adota posições teóricas conflitantes (FERNANDES, 2016, p. 482). Todavia, tais conflitos são secundários frente à importância da contribuição freiriana para a superação da opressão pela via da práxis libertadora. Essa concepção está presente destacadamente em seu “Pedagogia do Oprimido”, onde o filósofo afirma que:

[...] esta luta [pela emancipação] somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. (FREIRE, 2011, p. 41).

Freire rejeita a desumanização do opressor e ainda defende que a tarefa histórica dos oprimidos é a libertação de si próprios e de seus algozes que, a despeito de todo o poder de exploração e opressão que possuem, não têm a força da libertação dos Condenados da Terra e cabe acrescentar que Paulo Freire, em entrevista em 1987, admitiu que leu a obra fanoniana enquanto finalizava seu “Pedagogia do Oprimido” e precisou reescrever o livro em virtude da força do humanismo radical do psiquiatra francês (TRICONTINENTAL, 2020, p. 8).

Considerações finais

Imprescindível destacar que a tarefa histórica dos oprimidos de libertação também dos opressores – não se tornando os novos opressores – não deve ser confundida com hesitação e prostração diante da luta política. O desafio de resgate do potencial crítico dos estudos para paz, pretendido por José Manuel Pureza e Juan Manuel Cruz, deve passar pelo processo de radicalização da luta anticolonial e antirracista. E quando se pensa na possibilidade da comunicação para paz, a radicalidade necessária é a mesma. Tendo isso em vista, parece ingenuidade política esperar uma resposta à violência cultural de agentes da fascistização no Brasil por parte da mídia hegemônica baseada no eixo Rio-São Paulo. A partir de um dos inúmeros momentos em que o governo é o centro de alguma polêmica, o jornalismo tradicional se apressa a denunciar a falta de decoro do presidente, sua incivildade e, no contexto de pandemia, seu desdém pelas vidas humanas perdidas. Essa denúncia é acertada, com toda certeza, mas está longe de ser suficiente para a criticidade necessária ao objetivo da paz.

Isso ocorre porque a política econômica de austeridade fiscal, sustentada por um economista que esteve a serviço intelectual da ditadura militar chilena, não é – e dificilmente será – denunciada com a mesma veemência que a falta de polidez do líder da nação. Os editoriais de O Globo, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, para nos limitarmos à mídia impressa, não costumam ver como graves as políticas de desmonte do serviço público de saúde e da educação, por exemplo.

Como veículos hegemônicos brasileiros, “fabricam o consenso sobre a hipotética superioridade das ‘economias abertas’, insistindo que não há saída fora dos pressupostos neoliberais” (MORAES, 2004, p. 16). A consequência desta visão mercadológica de mundo é o reforço da discriminação como parte estrutural do capitalismo, já que “em nome da ‘integração’ global, (...) os bolsões mais rebarbativos da velha direita político-econômica perdem o acanhamento e trazem de novo a público os lugares comuns do racismo e do autoritarismo.” (SODRÉ, 2003, p. 38).



Silvio de Almeida, jurista e intelectual convidado ao centro do programa Roda Viva, no dia 22 de junho de 2020, desconcertou todo um time de jornalistas representantes do *mainstream* econômico brasileiro ao afirmar a incompatibilidade entre a luta antirracista e a austeridade fiscal, que cobra o seu preço em vidas negras ou como ele mesmo diz: “Se é possível um modelo desenvolvimentista sem o racismo, a história ainda não nos mostrou” (ALMEIDA, 2018, p. 152). Mais uma vez, o episódio traz o alerta para que não se espere nada além de avanços fugazes para a comunicação para paz vindos de aparelhos hegemônicos da mídia oligárquica e seus representantes

Refletir sobre a comunicação e o poder que ela carrega nos teria que levar a propor mudanças radicais na sociedade, uma vez que o sistema em que ela se encontra inserida é desigual e nunca promoverá a igualdade. Estamos nos referindo ao capitalismo. É pura ilusão pensar que nele poderemos praticar a cultura de paz vista como um processo de transformação social (VICENTE, 2018, p. 26).

Mas sempre há alternativas que surgem dentro do próprio sistema capitalista. A rede de mídias e comunicadores populares e radicais que vem sendo construída no Brasil é de onde se pode esperar luta política e possibilidade de comunicação não violenta e para paz. Para além das mídias alternativas e antirracistas já tratadas em trabalhos acadêmicos em comunicação na última década – a exemplo de Ponte Jornalismo e Alma Preta, há um profícuo ambiente para o crescimento de mídias de contestação e formação política contra-hegemônica, que compõem um quadro de esperança por uma comunicação crítica e que tenha a paz como objetivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo, Editora Jandira, 2020.

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, Letramento, 2018.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CIFALI, Ana Cláudia. Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v.15, n.1. Porto Alegre, 2015, p. 105-127.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre, Zouk, 2012.

BOITO JR., ARMANDO. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, v. 1, n. 50. 2020, p. 111-119.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. *E-Compós*, v.20, n.3. Brasília, 2017.

CARVALHO, Mayara. O diálogo como ferramenta para ‘fazer as pazes’: uma introdução à comunicação não violenta e aos compromissos toltecas. *Horizonte Teológico*, v. 1, n. 1. 2019, p. 23-34.

CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da violência 2019*. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, 2019.

DIBAI, Priscilla Cabral. *A direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso de Jair Bolsonaro*. Universidade Federal da Bahia, 2018.

CRUZ, Juan M. *Estudios críticos de Paz y conflictos. Uma perspectiva descolonial. Estudios críticos de paz. Perspectivas decoloniales*. CINEP: Bogotá, 2020.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1968.

FANON, Frantz. Racismo e Cultura. *Revista Convergência Crítica*, Dossiê: Questão ambiental na atualidade, n.13. 2018, p. 78-90.

FERNANDES, Sabrina. *Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão e revolução*. *Educ. Soc.*, v.37, n.135. Campinas, 2016, p. 481-496.

FERREIRA, Marcos A. S. V. As origens dos estudos para a paz e seus conceitos elementares. In: FERREIRA, Marcos Alan S.V.; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo Roberto. (orgs.). *Estudos para a Paz: conceitos e debates*. São Cristóvão, Universidade Federal do Sergipe, 2019, p. 47-85.

FERREIRA, Marcos A. S. V. Estudos Críticos da Paz e o Crime Organizado. *Revista Critica de Estudos Sociais*. n.113, 2017.

FONTES, Virgínia. Crise do capital, financeirização e educação. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v.11, n.3. Salvador, 2019, p. 328-347.

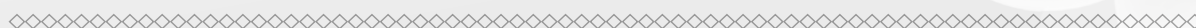
GALTUNG, Johan A Structural Theory of Imperialism. *Journal of Peace Research*, v.8, n. 2, 1971.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo, Diáspora Africana, 2018.

LOSURDO, Domenico. *A esquerda ausente*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2016.

LOSURDO, Domenico. *A não violência: uma história fora do mito*. Rio de Janeiro, Revan, 2012.



MASCHIETTO, Roberta Holanda; NOBRE, Fábio; NOGUEIRA, Silvia. Compreender para mudar: epistemologia e metodologia nos estudos para a paz. In: FERREIRA, Marcos Alan S.V.; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo Roberto. (orgs.). *Estudos para a Paz: conceitos e debates*. São Cristóvão, Universidade Federal do Sergipe, 2019, p. 537-576.

MORAES, Dênis de. Alógica da mídia no sistema de poder mundial. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, v. VI, n. 2. 2004, p. 16-36.

OLIVEIRA, Gilberto C. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. *Carta Internacional*, v. 12, n. 1, 2017.

PUREZA, José Manuel. O desafio crítico dos estudos para a paz. *Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, v. 15, n. 28. São Paulo, 2018, p. 74-89.

SHINAR, Dov. Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz. *LÍBERO*, n. 21, 2016, p. 39-48.

SODRÉ, Muniz. O globalismo como neobarbárie. In: MORAES, Dênis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro, Record, 2003, p. 21-40.

TRICONTINENTAL. Frantz Fanon: o brilho do metal. *Dossiê nº 26 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*. 2020. Disponível em: < <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/dossie-26-fanon/> >. Acessado em: 10 nov. 2020.

VICENTE, Maximiliano Martin; ALDÁS, Eloísa Nos. Diálogos entre o Norte e o Sul Global sobre violência e comunicação para a paz. *Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, v. 15, n. 28. São Paulo, 2018, p. 20-31.

WOLFF, Francis. Quem é bárbaro? In: NOVAES, Adauto (org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

ANÁLISE DAS CONTRANARRATIVAS PUBLICADAS NA ELEIÇÃO DE 2018 NO BRASIL:

Desinformação e *fake news* na pré-campanha presidencial

Caroline Kraus Luvizotto

Káríta Emanuelle Ribeiro Sena

Alana Nogueira Volpato

Resumo: As *fake news* vêm sendo frequentemente empregadas como estratégia política em campanhas eleitorais. Além do Brasil, seu uso foi verificado, por exemplo, nas eleições presidenciais nos EUA (2016), na França (2017) e no referendo de saída do Reino Unido da União Europeia (2016). As contranarrativas que verificam, contestam, ponderam e checam conteúdos têm sido encaradas como ações de cidadania digital, na busca de transparência das informações e qualificação do debate político. Este texto apresenta uma análise do conteúdo das contranarrativas publicadas pela Agência Aos Fatos e Agência Lupa acerca de mensagens que circularam no Facebook, relacionadas aos pré-candidatos com maior intenção de votos nas Eleições presidenciais de 2018 no Brasil. Os resultados sugerem que em um momento de forte polarização política, faz-se necessário o trabalho de checagem de fatos, com agentes de governo e da sociedade civil, em busca de verificações pluralizadas e equiparadas entre os candidatos.

Palavras-chave: Fake news; Contranarrativas; Pré-campanha presidencial; Eleições no Brasil.

Introdução

Fenômeno presente na sociedade contemporânea, as chamadas *fake news*, compreendidas como ações de desinformação, sempre fizeram parte do processo comunicacional humano, apresentando-se sob diversas faces e com impactos de maior ou menor alcance nas diferentes épocas da humanidade, desde a pré-escrita, nas sociedades da oralidade, à era dos *mass media* (DARTON, 2017; VOLKOFF, 2004).

Segundo Volpato et al. (2019, p. 355), “as formas de comunicação e consumo de informação sofreram modificações graças à internet e às mídias digitais”. De acordo com as autoras, as tecnologias digitais de informação e comunicação são potencialmente participativas e democráticas. Considerando a importância da mídia na formação da opinião pública e a estrutura e distribuição da mídia brasileira, podemos compreender a necessidade de desenvolver ambientes informacionais que levem informação aos cidadãos e também visibilidade aos assuntos de interesse público. A circulação da informação por meio da comunicação *online* e compartilhada é elemento importante para fortalecer o debate público e a participação política e social, que podem resultar em novas demandas para o Estado e a sociedade.

No entanto, em um cenário de distúrbio da informação, a difusão de campanhas baseadas em notícias falsas disseminadas nas redes sociais digitais, juntamente com a utilização de contas automatizadas, conhecidos como robôs, estão a serviço de determinados grupos para atrair tráfego digital, mobilizar pessoas, influenciar debates e sugerir falso apoio político.



O desenvolvimento e a digitalização da mídia criaram diferentes oportunidades para os líderes e partidos políticos, mas, segundo Thompson (2008, p. 28), “criou também novos riscos, e os líderes políticos se veem expostos a novos perigos gerados pela natureza incontável da visibilidade midiática”. De acordo com o autor, na sociedade mediatizada, “a arena política moderna é aberta e acessível de um modo que as assembleias e cortes tradicionais não eram: na era da visibilidade mediada é muito mais difícil fechar as portas da arena política e encobri-la com um véu de segredo”. A propagação da nova comunicação mediática evidenciou o problema, “criando uma vasta gama de canais descentralizados e impossíveis de serem monitorados e controlados completamente, através dos quais imagens e informações podem fluir” (THOMPSON, 2008, p. 28).

A estrutura digital permite que as *fake news* assumam características específicas e uma dimensão inédita: organizada em rede, a notícia ganha velocidade na circulação e, conseqüentemente, atinge um nível de capilaridade e repercussão até então impensáveis. As reflexões sobre o fenômeno se aprofundaram, sobretudo, após os impactos nas eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos (RIBEIRO; ORTELLADO, 2018), seguidas das eleições na França em 2017 e do plebiscito de saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, em 2016. As *fake news* também tiveram papel fundamental nos acontecimentos recentes da política brasileira. Uma pesquisa realizada pela SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, mostra que três das cinco notícias mais compartilhadas na semana do *impeachment* de Dilma Rousseff eram falsas (SENRA, 2017).

As diversas experiências que se espalham pelo mundo demandam atenção de pesquisadores que buscam compreender o fenômeno ainda sem um consenso sobre o termo, que deve ser caracterizado para evitar que diferentes processos e fenômenos sejam nomeados da mesma forma. Nas redes sociais digitais, nas quais é possível produzir e compartilhar conteúdo com uma audiência ilimitada, imitando a aparência dos conteúdos jornalísticos legítimos, notícias intencionalmente falsas disputam a atenção de usuários. Para Shao et al. (2017), entre as principais motivações para a produção de *fake news* estão a monetização dos cliques e acessos aos *sites* de notícias falsas, por meio de anúncios e a influência na política.

A enorme oferta de notícias falsas faz com que os usuários tendam a consumir conteúdo alinhado às suas crenças e orientações políticas (LELO, 2019). Se levarmos em consideração que os recursos da internet permitem filtrar informações e direcionar conteúdos de acordo com os gostos dos usuários, exibindo perspectivas convergentes (LEV-ON; MANIN, 2009), entendemos que as redes sociais no ambiente digital se tornam polarizadas, criando as chamadas “*echo chambers*”²¹, ofertando visões políticas semelhantes e influenciando nossa compreensão da realidade (SHAO, et al., 2017).

Neste contexto, as contranarrativas que verificam, contestam, ponderam e checam conteúdos têm sido compreendidas como ações de cidadania digital, na busca de transparência das informações e qualificação do debate político. Em diversas partes do mundo, iniciativas com checagem de notícias têm sido inseridas no debate com vistas a dar subsídios à opinião pública. É o que ocorreu na França com o *Crosscheck*, em 2017. O projeto tinha o objetivo de ajudar a relatar denúncias falsas, enganosas e confusas que circularam *online* nas dez semanas que antecederam a eleição presidencial francesa (PINTO et al., 2018).

As eleições presidenciais de 2018 no Brasil representam um importante cenário para a investigação científica, tanto no campo das Ciências Sociais, quanto no campo da Comunicação. Presenciamos uma das eleições mais controversas do país após a redemocratização, devido à polarização política da sociedade brasileira que orientou o debate público. Com diferentes estratégias para pautar o debate e influenciar a opinião pública, grupos políticos utilizaram redes sociais *online* e outras tecnologias digitais, como o aplicativo de mensagens *Whatsapp*, para compartilhar informações falsas de forma deliberada.

²¹ Na tradução literal, câmaras de eco – que no Brasil convencionou-se chamar de bolhas.

Uma pesquisa sobre confiança, realizada anualmente em diversos países pela agência Edelman, a *Trust Barometer*, aponta que em 2018 o índice de confiança dos brasileiros na mídia de massa como instituição era de 43%, sendo globalmente a instituição menos confiável entre governo, empresas, ONGs e mídia (que abrange produtores de conteúdo e plataformas). Além disso, 75% dos brasileiros têm medo que *fake news* sejam usadas como estratégia de comunicação e 67% não sabem diferenciar jornalismo de boatos (EDELMAN, 2018).

Exemplo disso é a pesquisa “Eleições e Fake News”, realizada pela IDEIA Big Data, em 2018, encomendada pela rede Avaaz, que identificou uma exposição de 86% do total de entrevistados ao boato da fraude nas urnas eletrônicas no segundo turno, dos quais 53% acreditaram que a afirmação era baseada em fatos reais. Além disso, 74% dos entrevistados foram expostos à notícia falsa de que Fernando Haddad, candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT), iria implementar um “kit gay” nas escolas se fosse eleito. Dentre os que tiveram contato com o boato, 56% acreditaram que o projeto seria implementado caso o petista fosse eleito.

Pela importância do pleito, a transparência e o acesso à informação no processo eleitoral são fundamentais para a democracia brasileira. Nas palavras de Pinto et. al. (2018, p. 13)

Eleições transparentes, informadas e democráticas são aquelas em que os eleitores têm acesso a informações legítimas sobre candidatos e suas propostas, o direito de não serem enganados por informações distorcidas ou falsas e principalmente o direito de participar do debate de ideias sem ataques de ódio ou intolerância.

Para Pinto et. al. (2018b), as contranarrativas e a checagem dos fatos se constituem como uma das frentes mais relevantes no processo de combate à desinformação. Seguindo este princípio, este capítulo apresenta uma análise das contranarrativas publicadas pela Agência Aos Fatos e Agência Lupa acerca de mensagens que circularam no Facebook relacionadas aos pré-candidatos com maior intenção de votos nas Eleições presidenciais de 2018 no Brasil, com vistas a contribuir para o debate sobre a importância das contranarrativas no combate à desinformação.

Cenário de desinformação, *fake news* e contranarrativas

A atual estrutura comunicacional, marcada pela conexão mundial de computadores, pela interatividade, instantaneidade, viralidade e volume de dados, possibilita a multiplicação de processos de desinformação, que passaram, nessa realidade em rede, a assumir um potencial alcance global, favorecido pela rápida distribuição de conteúdo via redes sociais, dada a escala e velocidade dos cibermeios.

Esse processo nocivo à democracia é denominado por Wardle e Derakhshan (2017) como “distúrbio da informação”, pois compromete a qualidade do debate público com informações com falsas conexões, descontextualizadas e, em alguns casos, fabricadas para favorecer ou prejudicar determinada organização ou ator social. Os autores tipificam esse distúrbio da seguinte forma: informação enganosa, aquela que é falsa, mas não criada com intuito de dano; desinformação, informação falsa criada com o objetivo de causar dano a uma pessoa, grupo social, organização ou país; má informação, aquela baseada em fatos reais, porém é distorcida para causar dano a uma pessoa, organização ou país.

Nas redes sociais digitais, circulam diariamente diversos tipos de desinformação ou má informação pública e política, sendo que sátiras, mentiras, boatos, teorias da conspiração, dos mais simples aos mais sofisticados, passaram a fazer parte do cotidiano dos cidadãos. Alguns autores incluem diferentes tipos de desinformação sob o guarda-chuva conceitual das *fake news*. É o caso de Rubin et al. (2015), que diferenciam as notícias sensacionalistas criadas com títulos exagerados, com o objetivo de obter acessos para o *site*; notícias



falsas, que são desenhadas para se passarem por material jornalístico legítimo, confundindo o público; e notícias falsas humorísticas, que imitam notícias jornalísticas com a intenção de fazer uma sátira e não de enganar.

Por sua vez, Tandoc Jr. et al. (2018), com base em uma revisão sobre os artigos publicados utilizando o termo *fake news* entre os anos de 2003 e 2017, criaram uma tipologia que abarca a sátira jornalística, paródia jornalística, fabricação, manipulação de imagens, publicidade (peças publicitárias com a aparência de notícias) e propaganda (conteúdo feito por organizações políticas para influenciar a forma como são percebidas pelos cidadãos), variando de acordo com os níveis de facticidade e enganação. O fato de essa categorização ter sido construída com base na literatura científica e abarcar práticas distintas mostra como o termo vem sendo empregado academicamente para se referir a uma diversidade de fenômenos que envolvem a desinformação. Tais definições, portanto, abrangem notícias deliberadamente falsas, desde as que possuem a intenção de permear o debate político e influenciar a opinião pública de forma enganosa, até as que pretendem ser percebidas como versões satíricas da realidade.

Para Allcott e Gentzkow, *fake news* são “artigos de notícias que são intencionalmente e comprovadamente falsos e que podem enganar leitores” (2017, p. 213, tradução nossa). Shu et al. (2017, s.p., tradução nossa) as definem como “notícias de baixa qualidade com informação intencionalmente falsa”. Portanto, o erro jornalístico, cometido sem a intenção de desinformar, não deve ser caracterizado como *fake news*. Além disso, Allcott e Gentzkow (2017, p. 214) explicam que não compõe o grupo: boatos que não tiveram origem em artigos de notícias, teorias da conspiração, declarações de políticos com conteúdo falso, textos tendenciosos e sátiras que, dificilmente, serão vistas como verdadeiras. Sobre as sátiras, Aymanns et al. (2017) diferenciam as que são claramente identificáveis das que podem gerar incerteza sobre a veracidade da informação. Gelfert (2018) ressalta que a maior parte das notícias falsas derivam de histórias e pessoas do mundo real, misturando falsidades com verdades, confundindo o público.

Para estes autores, a intenção de produzir conteúdo noticioso falso é característica fundamental das *fake news*, ainda que o compartilhamento posterior da informação não tenha a mesma intenção. O objetivo final, de acordo com López-García et al. (2019), é relacionado a uma finalidade econômica, em que os *sites* que produzem notícias falsas monetizam os acessos a eles por meio da inserção de anúncios ou ideológica, em que se pretende prejudicar um oponente político. Para Ribeiro e Ortellado (2018), o caráter político sobressai quando os *sites* de notícias falsas produzem informação de combate no formato de matéria jornalística.

Outra característica essencial das *fake news* como um fenômeno contemporâneo é a aparência. As *fake news* são feitas para apresentarem o desenho e a aparência das notícias jornalísticas com informações intencionalmente falsas (ROCHLIN, 2017), ou seja, imitar o conteúdo jornalístico na forma, mas não no processo (LAZER et al., 2018). Esse aspecto se torna particularmente relevante no contexto digital pela facilidade de reproduzir o *design* das notícias da mídia tradicional (GELFERT, 2018). A forma com que redes sociais digitais, como o *Facebook*, padronizam a aparência das postagens (com imagem, título, *link*, entre outros elementos) dificulta o processo de identificação dos conteúdos como jornalísticos ou não (CHEN et al., 2015).

Nesse sentido, entendemos que as *fake News*

são melhor definidas como a apresentação deliberada de alegações tipicamente falsas ou enganosas como notícias, nas quais as alegações são enganosas pelo *design*. A frase “pelo *design*” é explicada em termos de características sistêmicas do processo de produção e disseminação de notícias. [...] Em particular, argumento que mídias sociais online possibilitaram que fornecedores de *fake news* segmentassem públicos específicos e explorassem vieses cognitivos e heurísticos bem documentados na tentativa de induzir consumidores a propagar ainda mais as alegações de notícias falsas (GELFERT, 2018, tradução nossa).

A definição apresentada acrescenta outra camada para o fenômeno das *fake news*, idiossincráticas do contexto digital. Gelfert (2018) explica que, embora o meio de circulação, por si só, não dê conta de definir o conceito integralmente, já que as *fake news* criadas e compartilhadas em redes sociais *online* podem circular em outras mídias, como programas de rádio ou colunas de jornais impressos, ele certamente contribui para que o fenômeno assuma configurações específicas. Mesmo circulando em outros ambientes, as redes sociais *online* se tornaram o meio de distribuição de notícias falsas por excelência (LÓPEZ-GARCÍA et al., 2019), por sua facilidade de criação, compartilhamento de conteúdo e possibilidade de imitação da aparência das notícias.

O uso de *social bots*, contas falsas automatizadas que interagem como pessoas reais, confere credibilidade ao conteúdo e amplia o engajamento, aspecto que se torna preocupante se lembrarmos que as plataformas de redes sociais priorizam os conteúdos com maior número de comentários e compartilhamentos. Nesse sentido, os robôs dificultam tanto a identificação dos conteúdos de qualidade, segundo os critérios das próprias plataformas, quanto a origem da notícia falsa.

Em um *White Paper*, Pinto et al. (2018b, p. 13) recomendam, de forma resumida, cinco ações como estratégias para combater a desinformação: “1) educação do consumidor/cidadão; 2) alfabetização informacional e midiática; 3) contra narrativas com checagem de fatos; 4) criminalização via legislação; 5) ações das empresas de redes sociais e pesquisas na internet”. A educação para a cidadania, para a cidadania digital e a alfabetização informacional e midiática são fundamentais para incluir os cidadãos nos processos de participação política e social na sociedade contemporânea. Apesar de potencializar e disseminar as *fake news*, as tecnologias da informação e comunicação (TIC), especialmente as chamadas tecnologias da *web 2.0*, possibilitam a interação entre os cidadãos a partir da criação de “comunidades formadas em torno de interesses específicos, dar apoio a causas, além de discutir temas individuais ou temas de relevância coletiva, levando assim a opinião pública a reflexão e disseminar informações políticas e sociais” (LUVIZOTTO, 2016, p. 300-301).

Entretanto, essas tecnologias não possuem em sua gênese virtudes de promoção da cidadania e democracia, pois isso depende do modo como os cidadãos se apropriam das mesmas. Portanto, de nada servirá o desenvolvimento de TIC, se não houver uma educação para a cidadania e a alfabetização informacional e midiática, uma vez que ambas possibilitam ao cidadão avaliar de forma crítica as informações disponíveis, dialogar e criar conteúdo, inserindo-os num cenário de participação, ampliando suas redes e suas ações para transformar a sociedade (LUVIZOTTO; CUNHA, 2020).

A criminalização das *fake news*, outra estratégia proposta para o combate à desinformação, é assunto polêmico e controverso no Brasil. O que se pode afirmar, certamente, é que ainda não é possível mensurar os danos para as instituições e os direitos, mas seus resultados podem influenciar as eleições. Diante disso, segundo a Pública – Agência de Jornalismo Investigativo, em maio de 2018, já existiam 20 projetos de lei no Congresso Nacional cujo objetivo é a criminalização da circulação de notícias falsas (GRIGORI, 2018). Em sentido oposto, especialistas defendem que criar um novo tipo de crime não resolverá esse problema. O Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH, por exemplo, defende “que criminalizar o compartilhamento de conteúdo pelo público geral configura medida desproporcional” (CNDH, 2018).

Também é fundamental que as empresas de redes sociais e pesquisa na internet criem mecanismos para coibir e punir ações de desinformação. Algumas iniciativas já podem ser observadas. Em julho de 2018, por exemplo, o Facebook removeu 196 páginas e 87 perfis da rede, argumentando em comunicado oficial que se tratava de “uma rede coordenada que se ocultava com o uso de contas falsas no Facebook, e escondia das pessoas a natureza e a origem de seu conteúdo com o propósito de gerar divisão e espalhar desinformação”.

Parte dessa rede foi atribuída ao Movimento Brasil Livre – MBL, o que se comprovou após a divulgação da lista de remoções do Facebook (2018), a pedido do Ministério Público Federal de Goiás. As contas removidas se concentravam em páginas e perfis de tendência política de direita e extrema direita, identificadas como



principais distribuidoras de *fake news* por alguns pesquisadores, como informam Ram e Blodd (2018), em matéria da Folha de São Paulo.

Em 2018, o Facebook firmou parcerias com agências de *fact-checking*, objeto desta pesquisa, Lupa e Aos Fatos, para verificação das notícias que são identificadas como falsas pelos usuários da rede social. Em 2017, a Google conferiu à agência Aos Fatos o selo de *fact-check*, com a intenção de fazer os algoritmos oferecerem mais resultados confiáveis nas buscas feitas pelos usuários. “Nesta paisagem, as iniciativas de *fact-checking* [...] têm sido celebradas em diversos estudos como panaceia para combater a proliferação de desinformações, corrigindo falsas crenças sustentadas pelo público e robustecendo a democracia” (LELO, 2019, p. 3).

A parceria do Facebook com as duas agências surgiu com o propósito de combate à desinformação na rede. Iniciada em maio de 2018, seis meses antes das Eleições no Brasil, a parceria previa o rebaixamento de conteúdos indicados como falsos pelas agências após verificações, entre outras medidas, como por exemplo o envio de notificações para quem tentar compartilhar conteúdos classificados como falsos, alertando-os que a sua veracidade foi questionada por agências de verificação. As notícias etiquetadas como falsas pelas agências ficam proibidas de serem impulsionadas no Facebook e, segundo a rede, as páginas que publicarem com frequência tais conteúdos não poderão mais anunciar na rede. Segundo o Facebook, “esse mecanismo permitiu cortar em até 80% a distribuição orgânica de notícias consideradas falsas por agências de verificação parceiras nos Estados Unidos” (FACEBOOK, 2018b).

Neste contexto, as contranarrativas produzidas pelas agências de *fact-checking* que verificam, contestam, ponderam e checam conteúdos têm sido encaradas como ações de cidadania digital, na busca de transparência das informações e qualificação do debate político. As contranarrativas, embora enfrentem desafios, como não compartilhar da mesma amplitude de circulação das notícias falsas e não reafirmar crenças prévias, são uma alternativa para subsidiar a opinião pública e fortalecer o debate político e democrático.

Materiais e Métodos

Para este trabalho, foram analisadas as contranarrativas publicadas acerca de mensagens que circularam no Facebook relacionadas aos pré-candidatos com maior intenção de votos nas Eleições presidenciais de 2018 no Brasil, indicadas como potencialmente falsas pelos usuários da rede. Para tanto, foram utilizados os conteúdos contranarrativos dos dois principais *sites* de agências de checagem de notícias do Brasil, registrados como signatários do *International Fact-Checking Network's* – IFCN: a Agência Aos Fatos e a Agência Lupa.

Para a seleção dos pré-candidatos que comporiam o *corpus* de análise, tomamos por base a intenção de votos manifestada em pesquisas de opinião registradas no *site* do Tribunal Superior Eleitoral. Segundo as principais pesquisas divulgadas entre junho e início de agosto de 2018, cinco nomes estavam entre os pré-candidatos com maior intenção de votos: Luí Inácio Lula da Silva – Lula, do Partido dos Trabalhadores – PT; Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal – PSL; Marina Silva, do Rede Sustentabilidade – REDE; Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista – PDT e Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Segundo dados da pesquisa Ibope, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada entre 21 e 24 de junho com 2 mil eleitores em 128 municípios do país, Lula tinha mais que o dobro das intenções de voto do segundo colocado, com 33% contra 15% de Bolsonaro. Marina Silva, 7%, e Ciro Gomes e Geraldo Alckmin 4% cada, como se pode ver no Quadro 1.



QUADRO 1 – Pré-candidatos por Intenções de voto no Brasil – Eleições 2018.

| Pré-candidato | Intenções de voto |
|----------------------|--------------------------|
| Lula | 33% |
| Bolsonaro | 15% |
| Marina | 7% |
| Ciro | 4% |
| Alckmin | 4% |
| Total | 63% |

Fonte: elaboração própria a partir da pesquisa Ibope (Registro BR-02265/2018 no Tribunal Superior Eleitoral).

Para este estudo, nos detemos às checagens realizadas pelas agências acerca de narrativas de desinformação, investigando, especificamente, textos de contranarrativas. Discursos dos pré-candidatos não fizeram parte do recorte da pesquisa. O método escolhido para essa etapa da pesquisa é a Análise de Conteúdo (AC) que, segundo Bardin (2011, p. 44), se baseia em “um conjunto de técnicas de análises das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Bardin (2011) indica três etapas fundamentais para a realização da AC: 1) codificação (elaboração das categorias), 2) categorização (criação de critérios e classificação) e 3) inferência (interpretação dos resultados).

Para a primeira etapa da AC, codificação, foi realizada uma busca nos *sites* das duas agências de checagens (Aos Fatos e Lupa), nas quais foram identificadas contranarrativas relacionadas aos seguintes pré-candidatos, em ordem alfabética: *Ciro Gomes*, *Jair Bolsonaro*, *Lula* e *Marina Silva*. Não foram identificadas checagens de conteúdos relacionados ao pré-candidato *Geraldo Alckmin*, apenas checagens de discursos do pré-candidato. Dessa forma, *Alckmin* não integrou o *corpus* de análise.

Na segunda etapa da AC, categorização, delimitamos os critérios para a análise dos conteúdos contranarrativos. Nosso recorte temporal foi de três meses: maio, junho e julho de 2018, período pré-eleitoral que corresponde ao início de uma parceria das duas agências com o Facebook para combate à desinformação na rede. As publicações têm início em 15 de maio e a última publicação analisada foi publicada em 30 de julho de 2018. Para compreender as dinâmicas das contranarrativas, classificamos os conteúdos a partir de dois eixos principais, visando a construção de um panorama de checagens:

1. O Tema – Para entender quais foram os conteúdos checados, alcance e a resposta contra-narrativa das agências, estabelecemos as seguintes categorias: pré-candidatos citados; agência que fez a checagem; data de publicação da contranarrativa; etiqueta de verificação.

2. Repercussão e Origem – Com o objetivo de identificar a origem dos conteúdos checados e traçar possíveis inferências acerca de como as checagens têm sido realizadas e a partir de quais demandas, classificamos os *sites* que distribuíram os conteúdos verificados pelas agências, a repercussão do conteúdo, quantas verificações o veículo teve, o ramo do veículo, a tendência política e a autoria do texto verificado.

Utilizamos como base de informação as contranarrativas das agências de checagem, o motor de buscas do Google e o próprio *site* referido pela contranarrativa. Também foram classificados os casos em que a página ou o conteúdo estava indisponível, assim como quando não havia menção ao autor.

Por fim, após classificar os conteúdos informacionais de acordo com as categorias e os critérios estabelecidos, procedemos à terceira etapa da AC, a inferência, que consistiu na interpretação dos resultados alcançados e que, neste estudo, contou com uma abordagem quali-quantitativa para promover uma confluência de dados.



Com base nas análises de conteúdo feitas e as classificações indicadas, foi possível compreender, ainda que introdutoriamente, as dinâmicas das contranarrativas no período pré-eleitoral em 2018 no Brasil. Os dados colhidos são apresentados e discutidos a seguir.

A partir das buscas nos *sites* das agências de *fact-checking* Aos Fatos e Lupa, foram identificadas 15 publicações de conteúdos contranarrativos relacionados aos quatro pré-candidatos com maior número de intenção de votos nas Eleições de 2018 que tiveram menção em mensagens, entre maio e julho de 2018. O Quadro 2 apresenta as notícias que foram checadas, o endereço de publicação, qual agência efetuou a checagem e qual o título do conteúdo contranarrativo e seu respectivo endereço de publicação:

QUADRO 2 – Apresentação das notícias checadas e dos conteúdos contra narrativos.

| Notícia checada | Endereço de Publicação | Agência de Checagem/publicação | Conteúdo contranarrativo |
|--|---|--|--|
| Bolsonaro recebe R\$ 18,4 milhões para proteger Michel Temer e atacar o PT! | https://www.deverdeclasse.org/1/escandalo-bolsonaro-recebe-r-18-4-milhoes-para-proteger-michel-temer-assista-e-compartilhe/ | Aos Fatos https://www.aosfatos.org/noticias/site-divulga-informacao-falsa-sobre-dinheiro-para-emendas-de-bolsonaro/ | Site divulga informação falsa sobre dinheiro para emendas de Bolsonaro. |
| Bolsonaro convida Alexandre Frota para ser ministro da Cultura | http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2018/06/bolsonaro-frota.png | Lupa https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/06/07/verificamos-bolsonaro-frota/ | #Verificamos: Bolsonaro não ‘convidou Alexandre Frota para ser ministro da Cultura’. |
| Políticos rejeitam Bolsonaro por este não aceitar se associar a partidos envolvidos em corrupção | https://static.aosfatos.org/media/cke_uploads/2018/07/20/screen-shot-2018-07-20-at-71812-pm.png | Aos Fatos https://www.aosfatos.org/noticias/site-copia-e-distorce-reportagem-para-favorecer-bolsonaro/ | Site copia e distorce reportagem para favorecer Bolsonaro. |
| Ciro Gomes fala sobre a questão médica no Brasil | https://www.youtube.com/watch?v=dZNMf8A0kzs | Aos Fatos https://www.aosfatos.org/noticias/ciro-gomes-nao-garantiu-que-vai-diminuir-salarios-de-medicos-site-distorce-informacoes/ | Ciro Gomes não garantiu que vai diminuir salários de médicos; site distorce informações. |
| Marina assina carta em prol do casamento homossexual | https://segundoevangelho.com/marina-assina-carta-em-prol-do-casamento-homossexual/?su=64&slb=N4&utm_source=spu&utm_medium=cpm&utm_campaign=spa | Lupa https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/05/16/verificamos-marina-carta/ | #Verificamos: Marina não assinou carta ‘em prol do casamento homossexual’. |
| Cai a hipócrita: Odebrecht delata Marina Silva: mais de R\$ 1 milhão | https://www.plantaobrasil.net/news.asp?nID=97193 | Aos Fatos https://www.aosfatos.org/noticias/site-distorce-fatos-sobre-doacoes-eleitorais-da-odebrecht-a-marina-silva/ | Site distorce fatos sobre doações eleitorais da Odebrecht a Marina Silva. |
| Tribunal divulga documento que prova inocência de Lula | https://www.reconvale.com/2018/05/tribunal-divulga-documento-que-prova.html | Lupa https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/05/16/verificamos-doc-inocencia-lula/ | #Verificamos: decisão de tribunal do DF não ‘prova inocência de Lula’. |
| Papa envia terço a Lula | https://revistaforum.com.br/politica/papa-francisco-envia-rosario-a-lula/ | Lupa https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/06/12/verificamos-papa-terco/ | #Verificamos: Papa Francisco e o terço para Lula. |
| Papa envia terço a Lula, preso político há 67 dias | https://www.brasil247.com/mundo/papa-envia-terco-a-lula-presu-politico-ha-67-dias | Aos Fatos https://www.aosfatos.org/noticias/papa-francisco-nao-enviou-terco-lula-vaticano-desmente-boato/ | Papa Francisco não enviou terço a Lula; Vaticano desmente boato. |

| | | | |
|---|---|--|---|
| Sérgio Moro afirma: 'Lula não será presidente aqui nem em lugar algum' | https://www.aosfatos.org/noticias/sergio-moro-nao-declarou-que-lula-nao-sera-presidente-aqui-nem-em-lugar-algum/ | Aos Fatos https://www.aosfatos.org/noticias/sergio-moro-nao-declarou-que-lula-nao-sera-presidente-aqui-nem-em-lugar-algum/ | Sérgio Moro não declarou que 'Lula não será presidente aqui nem em lugar algum'. |
| Lula já tem data e hora para ser posto em liberdade | https://www.estrelavermelha.com/urgente-lula-ja-tem-data-e-hora-para-ser-posto-em-liberdade | Lupa https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/06/28/verificamos-lula-liberdade/ | #Verificamos: Lula ainda não tem 'data e hora' para ser posto em liberdade. |
| Rejeição a Lula atinge patamar recorde de 57%, segundo Datafolha | https://web.facebook.com/Brasil-SemPT/?_rdc=1&_rdr | Aos Fatos https://www.aosfatos.org/noticias/site-publica-como-nova-pesquisa-antiga-sobre-rejeicao-de-lula/ | Site publica como nova pesquisa antiga sobre rejeição de Lula. |
| Dona de empresa de Curitiba que deu notas fiscais de reforma falsa no triplex é filiada ao PSDB | https://www.plantaobrasil.net/news.asp?nID=100305 | Lupa https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/07/03/verificamos-nota-triplex-psdb/ | Construtora, que emitiu nota de reforma sobre o triplex do Guarujá, não 'são filiados ao PSDB'. |
| Pesquisa aponta Lula com mais de 40 pontos e vitória no primeiro turno | https://static.aosfatos.org/media/cke_uploads/2018/07/25/lulamg.jpg | Aos Fatos https://www.aosfatos.org/noticias/para-favorecer-desempenho-de-lula-pagina-omite-que-pesquisa-foi-feita-so-em-mg/ | Para favorecer desempenho de Lula, página omite que pesquisa foi feita só em MG. |
| Está no site do governo: Lula doou R\$ 25 milhões a grupos terroristas | https://static.aosfatos.org/media/cke_uploads/2018/07/27/leipalestina2.jpg | Aos Fatos https://www.aosfatos.org/noticias/lula-nao-doou-r-25-mi-terroristas-site-distorce-ajuda-do-brasil-a-palestinos/ | Lula não doou R\$ 25 mi a terroristas; site distorce ajuda do Brasil a palestinos. |

Fonte: Elaboração própria.

Dentro do período analisado, a Agência Aos Fatos realizou 9 (nove) checagens relacionadas a pré-candidatos e a Agência Lupa realizou 6 (seis) checagens, todas dentro da parceria com o Facebook. Não foram computadas checagens de discursos.

Análise dos Resultados

Identificamos que das 15 publicações, 60% foram relacionadas a Lula (9), 20% a Bolsonaro (3), 13% a Marina Silva (2) e 7% a Ciro Gomes (1). Apesar de o cenário reproduzir a sequência de intenção de votos indicadas nas pesquisas de opinião, o que chama a atenção é a desproporção dos conteúdos checados, já que de todas as checagens, mais da metade, refere-se a apenas um dos quatro pré-candidatos: Lula.

Quanto às Etiquetas de verificação, Lula também liderou as checagens de narrativas que foram classificadas como falsas. Das 9 publicações de conteúdos contranarrativos relacionadas a Lula, 4 etiquetaram o conteúdo checado como Falso, 3 como Distorcido, um De Olho e um ficou sem etiqueta.

Sobre Bolsonaro, duas das três verificações realizadas classificaram o conteúdo verificado como Falso e uma como Distorcido. Já em relação à Marina, um conteúdo verificado foi classificado com a etiqueta Falso e um como Distorcido e a única verificação feita relacionada a Ciro Gomes classificou o conteúdo como Falso.

Resumidamente, o Quadro 3 demonstra os conteúdos verificados pelas agências Aos Fatos e Lupa, conforme os pré-candidatos citados, a data de publicação da contranarrativa e a Etiqueta conferida ao conteúdo checado.



QUADRO 3 – Conteúdos contranarrativos sobre os principais pré-candidatos às Eleições de 2018 no Brasil.

| Pré-Candidato | Agência Lupa | Agência Aos Fatos | Data de Publicação | Etiqueta |
|---------------|--|---|--------------------|--------------|
| Ciro | | Ciro Gomes não garantiu que vai diminuir salários de médicos; <i>site</i> distorce informações. | 06/06/2018 | FALSO |
| Bolsonaro | | <i>Site</i> divulga informação falsa sobre dinheiro para emendas de Bolsonaro. | 15/05/18 | FALSO |
| | #Verificamos: Bolsonaro não ‘convidou Alexandre Frota para ser ministro da Cultura’ | | 7/06/18 | FALSO |
| | | <i>Site</i> copia e distorce reportagem para favorecer Bolsonaro. | 20/07/18 | DISTORCIDO |
| Lula | #Verificamos: decisão de tribunal do DF não ‘prova inocência de Lula’. | | 16/05/18 | FALSO |
| | #Verificamos: Papa Francisco e o terço para Lula. | | 12/06/18 | DE OLHO |
| | | Papa Francisco não enviou terço a Lula; Vaticano desmente boato. | 12/06/18 | FALSO |
| | | Sérgio Moro não declarou que ‘Lula não será presidente aqui nem em lugar algum’. | 21/06/18 | FALSO |
| | #Verificamos: Lula ainda não tem ‘data e hora’ para ser posto em liberdade. | | 28/06/18 | SEM ETIQUETA |
| | | <i>Site</i> publica como nova pesquisa antiga sobre rejeição de Lula. | | DISTORCIDO |
| | #Verificamos: Sócios da Tallento Construtora, que emitiu nota de reforma sobre o triplex do Guarujá, não ‘são filiados ao PSDB’. | | 3/07/18 | FALSO |
| | | Para favorecer desempenho de Lula, página omite que pesquisa foi feita só em MG. | 25/07/18 | DISTORCIDO |
| | | Lula não doou R\$ 25 mi a terroristas; <i>site</i> distorce ajuda do Brasil a palestinos. | 30/07/18 | DISTORCIDO |
| Marina Silva | #Verificamos: Marina não assinou carta ‘em prol do casamento homossexual’. | | 16/05/18 | FALSO |
| | | <i>Site</i> distorce fatos sobre doações eleitorais da Odebrecht a Marina Silva. | 10/07/18 | DISTORCIDO |

Fonte: Elaboração própria.

Os principais Temas abordados têm como foco a culpa x inocência de Lula, como se vê na análise de títulos como: “#Verificamos: decisão de tribunal do DF não ‘prova inocência de Lula’”; “#Verificamos: Lula ainda não tem ‘data e hora’ para ser posto em liberdade” e “#Verificamos: Sócios da Tallento Construtora, que emitiu nota de reforma sobre o triplex do Guarujá, não ‘são filiados ao PSDB’”.

A entrega de um terço que teria sido abençoado pelo Papa a Lula foi tema de duas verificações. Outro assunto checado foi o emprego de dinheiro público, que aparece nas checagens “Site divulga informação falsa sobre dinheiro para emendas de Bolsonaro” e “Lula não doou R\$ 25 mi a terroristas; site distorce ajuda do Brasil a palestinos”.

Conforme demonstrado no Quadro 4 - Repercussão dos conteúdos checados sobre os principais pré-candidatos às Eleições de 2018 no Brasil, os 15 conteúdos checados tiveram juntos 1.126,75 milhão de interações no Facebook, conforme dados divulgados pelas próprias agências e dos sites distribuidores dos conteúdos checados. A publicação que mais afetou a repercussão foi “Dona de empresa de Curitiba que deu notas fiscais de reforma falsa no triplex é filiada ao PSDB”, com 915 mil interações, distribuída por três sites, citados pela Agência Lupa, como se pode observar no Quadro 4. Excetuando essa postagem e “Bolsonaro recebe R\$ 18,4 milhões para proteger Michel Temer e atacar o PT!”, que não continha dados sobre repercussão, as demais 13 publicações somam juntas pouco mais de 211 mil interações, uma média de 16 mil interações por publicação. Neste caso, cabe o questionamento do papel da repercussão de uma narrativa para ser ou não checada pelas agências, critério não esclarecido pelo Facebook. Ainda que a repercussão possa ter sido maior, os dados divulgados pelas agências nas contranarrativas e pelos veículos distribuidores sugerem que essa pode não ser uma variável importante. Isso pode ser visto com a análise da publicação “Tribunal divulga documento que prova inocência de Lula”, verificada pela agência Lupa como falsa, como se vê em: #Verificamos: decisão de tribunal do DF não ‘prova inocência de Lula’. A publicação verificada teve 378 interações no Facebook, segundo a agência, o que representa um impacto irrelevante ante os 127 milhões de usuários ativos da rede no Brasil, como pode ser visto em matéria da Folha de São Paulo.

QUADRO 4 – Repercussão dos conteúdos checados sobre os principais pré-candidatos às Eleições de 2018 no Brasil.

| Conteúdo checado | Repercussão | Etiqueta | Pré-candidato | Sites replicantes do conteúdo checado* |
|---|-------------------------------------|------------|---------------|--|
| Bolsonaro recebe R\$ 18,4 milhões para proteger Michel Temer e atacar o PT! | Sem dados | FALSO | Bolsonaro | Portal Veja Agora |
| | | | | Dever de Classe |
| | | | | Central das Notícias |
| Bolsonaro convida Alexandre Frota para ser ministro da Cultura. | 3 mil interações em 24h | FALSO | Bolsonaro | Política Atual |
| Políticos rejeitam Bolsonaro por este não aceitar se associar a partidos envolvidos em corrupção. | 2.800 compartilhamentos até 20/7/18 | DISTORCIDO | Bolsonaro | Portal Veja Agora |
| Ciro Gomes garante que vai diminuir salários de médicos, caso chegue ao Planalto. | 15,2 mil de compartilhamentos | FALSO | Ciro | Ceará News |
| “Marina assina carta em prol do casamento homossexual” | 8 mil interações | FALSO | Marina | Segundo Evangelho |



| | | | | |
|---|--|--------------|--------|---------------------------|
| Cai a hipócrita: Odebrecht delata Marina Silva: mais de R\$ 1 milhão. | 82 mil interações pelo Facebook | DISTORCIDO | Marina | Plantão Brasil |
| “Tribunal divulga documento que prova inocência de Lula” | 378 compartilhamentos no Facebook | FALSO | Lula | ReconVale Notícias |
| “Papa envia terço a Lula” | 15 mil interações no Facebook | DE OLHO | Lula | Site do PT |
| | | | | Diário do centro do mundo |
| | | | | Revista Fórum |
| | | | | Brasil247 |
| | | | | Poder 360 |
| Papa envia terço a Lula, preso político há 67 dias. | 20 mil compartilhamentos só na página oficial de Lula | FALSO | Lula | Congresso em Foco |
| | | | | Brasil 247 |
| | | | | Política Atual |
| Sérgio Moro afirma: ‘Lula não será presidente aqui nem em lugar algum’. | Mais de 42 mil compartilhamentos desde 2017 | FALSO | Lula | Último Segundo |
| | | | | The Jornal Brasil |
| “Lula já tem data e hora para ser posto em liberdade” | 6,7 mil interações no Facebook até 28/6/18 | SEM ETIQUETA | Lula | Estrela Vermelha |
| Rejeição a Lula atinge patamar recorde de 57%, segundo Datafolha. | 8 mil compartilhamentos no Facebook até 3/7/18 | DISTORCIDO | Lula | Brasil sem PT |
| “Dona de empresa de Curitiba que deu notas fiscais de reforma falsa no triplex é filiada ao PSDB” | 915 mil interações no Facebook até as 12h do dia 3/7/18 | FALSO | Lula | Plantão Brasil |
| | | | | Contraponto |
| | | | | Leftsit Brasil |
| Pesquisa aponta Lula com mais de 40 pontos e vitória no primeiro turno. | 2.675 compartilhamentos, segundo busca feita pela ferramenta Crowdtangle | DISTORCIDO | Lula | Plantão Brasil |
| Está no site do governo: Lula doou R\$ 25 milhões a grupos terroristas | 6 mil compartilhamentos, no Facebook | DISTORCIDO | Lula | Diário do Brasil |

Fonte: Elaboração própria.
*Conforme informações da Agência de Checagem.

Em relação à origem dos conteúdos verificados, há uma diversidade de sites que publicaram as informações checadas pelas agências, mas alguns se repetem, como é possível observar no Quadro 5. O Portal Veja Agora e o site Política Atual aparecem duas vezes cada como veículos que distribuíram conteúdos verificados como Falso (três vezes) e Distorcido (uma vez). Já o site Plantão Brasil é citado em três publicações das agências checadoras, apontado como veículo que publicou conteúdo Falso (uma vez) e Distorcido (duas vezes).



O Quadro a seguir relaciona os veículos que publicaram os conteúdos verificados e sua tendência política, manifestada direta ou indiretamente pelo conteúdo disponibilizado. Os casos em que a tendência política não foi manifestada ou não pôde ser claramente identificada, foi informado no quadro.

QUADRO 5 - Origem dos conteúdos potencialmente Falsos verificados.

| Sites replicantes do conteúdo checado* | Verificações | Ramo do Veículo | Tendência Política | Autoria do Texto |
|---|---------------------|--|---------------------------|--|
| Portal Veja Agora | 2 | Página indisponível no momento da pesquisa. | | |
| Dever de Classe | 1 | Site de notícias | Esquerda | Sem |
| Central das Notícias | 1 | Site de notícias | Esquerda | Texto não encontrado no site |
| Política Atual | 2 | Página indisponível no momento da pesquisa. | | |
| Ceará News | 1 | Site de notícia do Ceará/nordeste do Brasil. | Não identificada | Sem |
| Segundo Evangelho | 1 | Site de notícias religioso | Direita | Notícia não encontrada na página. |
| Plantão Brasil | 3 | Site de notícias | Esquerda | Sem |
| ReconVale Notícias | 1 | Site de notícias da Bahia/nordeste do Brasil | Não identificada | Sem |
| Site do PT | 1 | Site de partido político | Esquerda | Sem |
| Diário do centro do mundo | 1 | Site de notícias | Esquerda | Dá crédito ao site oficial de Lula |
| Revista Fórum | 1 | Site de notícias | Esquerda | Redação |
| Brasil247 | 2 | Site de notícias | Esquerda | Sem |
| Poder 360 | 1 | Site de notícias | Esquerda | |
| Congresso em Foco | 1 | Site de notícias | Não identificada | |
| Último Segundo | 1 | Site de notícias | Não identificada | |
| The Jornal Brasil | 1 | Site de notícias | Direita | Poder360 |
| Estrela Vermelha | 1 | Página indisponível no momento da pesquisa. | | |
| Brasil sem PT | 1 | Site de notícias | Direita | Sem autoria. Declara como fonte: Folha de São Paulo. |



| | | | | |
|------------------|---|---|----------|--|
| Contraponto | 1 | Blog | Esquerda | Thiago Nascimento. Fonte: Plantão Brasil. |
| Leftsit Brasil | 1 | Página indisponível no momento da pesquisa. | | |
| Diário do Brasil | 1 | Site de notícias | Direita | Sem |

Fonte: Elaboração própria.
* Conforme informações da Agência de Checagem.

A partir desse levantamento, foi possível identificar que a maior parte dos veículos que tiveram conteúdos checados pelas agências se autodeclarou como *site* de notícias – 8 no total. Também aparece um *blog*, um *site* religioso, um *site* de partido político e quatro páginas não estavam mais disponíveis no momento da pesquisa. Os *sites* Portal Veja Agora e Política Atual voltaram a estar disponíveis, mas com conteúdo de novelas e receitas culinárias, alguns deles se repetem nos dois veículos, o que poderia indicar um possível autor ou grupo responsável em comum neste caso.

Todos os pré-candidatos mencionados neste artigo registraram a sua candidatura à presidência do Brasil junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 15 de agosto de 2018. Entretanto, em 31 de agosto, acolhendo contestação do Ministério Público, que apontou a inelegibilidade de Lula com base na Lei da Ficha Limpa, os ministros do TSE decidiram por 6 votos a 1, pela rejeição do pedido de registro de candidatura de Lula. O candidato do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2018 foi Fernando Haddad.

A partir dos objetos apresentados e analisando o fenômeno das *fake news*, das checagens de notícias e dos conteúdos contranarrativos de modo mais abrangente, remetemos aos estudos de Thompson (2008), que problematiza a visibilidade na política.

Graças ao desenvolvimento de diversas formas de comunicação mediada e ao surgimento de inúmeras organizações midiáticas com relativa independência em relação ao poder estatal, o ambiente da informação está mais intenso, mais extensivo e menos controlável do que no passado. (THOMPSON, 2008, p. 36).

De acordo com o autor, o ambiente da informação é mais intenso, uma vez que os fluxos de informação estão maiores do que antes, e é mais extensivo, pois o número de sujeitos pertencentes a essas redes de comunicação é maior do que décadas atrás. A proliferação das redes de comunicação torna o ambiente de informação menos controlável, dificultando a ação dos atores políticos para encobrirem suas atividades, tornando mais difícil controlar as imagens e as informações levadas ao domínio público e mais difícil de prever as consequências dessas aparições e divulgações.

Considerações Finais

As *fake news*, ou o processo de desinformação, vêm sendo empregadas como estratégia política nos períodos eleitorais. Além do Brasil, o uso dessa estratégia também foi verificado, por exemplo, nas eleições presidenciais nos EUA (2016), na França (2017) e no referendo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit – 2016).

A onipresença nas sociedades contemporâneas das mídias, *mainstream* e sociais, contribui para que as sociedades e os indivíduos, imersos nesse ecossistema, assimilem, reproduzam, disseminem, transformem,

deformem e recriem, num sentido horizontal e vertical, e sempre em circularidade, a informação veiculada. Esta circularidade discursiva (CÁRLON, 2017) entre mídias (*mainstream* e sociais) é um fenômeno não só acelerador da informação como potencializador da desinformação, anulando autorias e fontes, bem como descontextualizando fatos, situações e testemunhos.

Os resultados do presente estudo sugerem que as contranarrativas no período pré-eleitoral no Brasil foram majoritariamente segmentadas no pré-candidato Lula, distribuídas por veículos diversificados, majoritariamente com tendência política de esquerda, com baixa repercussão na rede e com elementos de verdade, predominantemente, relacionados à inocência do pré-candidato.

Nos três meses analisados, foram realizadas 15 contranarrativas relacionadas a Ciro Gomes, Jair Bolsonaro, Lula e Marina Silva, pré-candidatos à Presidência do Brasil nas Eleições de 2018. No entanto, apesar de Lula ser o pré-candidato mais atingido por notícias falsas e distorcidas, 9 no total, são os *sites* que apoiam o candidato que, predominantemente, divulgaram tais conteúdos.

Não é possível afirmar que os *sites* de tendência política de esquerda são os que mais divulgaram notícias falsas ou distorcidas no período pré-eleitoral no Brasil, relacionadas aos pré-candidatos. O que é possível afirmar é que as narrativas sobre o pré-candidato Lula foram as mais checadas, assim como as “notícias” distribuídas por veículos de tendência política de esquerda.

Considerando que as contranarrativas foram feitas a partir de denúncias de usuários, conforme informações do próprio Facebook, cabe algumas considerações. A medida pode representar isenção na seleção das verificações por parte das agências, já que não cabe a elas ou, tampouco, ao Facebook, a definição do que será ou não verificado. Por outro lado, pode resvalar em um enviesamento organizado por parte dos usuários, que já ocorre na rede, segundo o Facebook, na disseminação de *fake news* e poderia passar a ocorrer na verificação dos conteúdos. Não há informações sobre os denunciadores de conteúdos potencialmente falsos, não sabemos se provêm de perfis ativos, se há relação com *bots* ou *ciborgues* ou se há uma ação institucional que provoque usuários a denunciarem conteúdos.

Dessa forma, entendemos que a verificação de conteúdos no período pré-eleitoral no Brasil ocorreu em uma escala crescente e que, em um momento de forte polarização política, como o observado, se faz necessário o trabalho em conjunto da checagem de fatos com outros agentes de governo e da sociedade civil, sobretudo, relacionados à alfabetização midiática e informacional. Isso pode fazer com que a demanda por verificações seja mais pluralizada e equiparada entre os candidatos, possibilitando mais contribuições à qualificação do debate público e, por consequência, à cidadania digital e ao fortalecimento da democracia no país. Neste cenário, a informação é elemento central e, se bem transmitida e compreendida, possibilita a tomada de decisão pelo cidadão.

Compreendemos que a internet possui potencial para novas práticas de cidadania e no âmbito da cidadania digital apresenta preocupações legítimas no que se refere aos direitos, liberdades e garantias. As informações e as notícias falsas configuram-se como obstáculo para a prática cidadã e nos conduzem a pensar em instrumentos de questionamento das situações, de quebra de ingenuidade, de busca pela credibilidade das fontes e de validação de dados. O grande desafio que a internet apresenta para o cidadão contemporâneo é o de aprender a avaliar e verificar a informação.



REFERÊNCIAS

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, 2017, p. 211–236.

AYMANN, C.; et. al. Fake News in Social Networks. *arXiv:1708.06233v1 [cs.AI]*, 2017. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/1708.06233.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CHEN, Y.; et. al. Misleading Online Content: Recognizing Clickbait as False News. *Proceedings of ACM Workshop on Multimodal Deception Detection*, 2015, p. 15–19.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARLÓN, M. La cultura mediática contemporánea: otro motor, otra combustión, (segunda apropiación de la teoría de la comunicación de eliseo Verón: la dimensión espacial). In P. Castro (Org.), *A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento*. Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL), 2017, p.p. 25-48.

CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. *Recomendação nº 4, de 11 de junho de 2018*. Recomenda sobre medidas de combate às fake news (notícias falsas) e a garantia do direito à liberdade de expressão. 2018. Disponível em: http://portal.imprensa.nacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/27129495/doi-2018-06-25-recomendacao-n-4-de-11-de-junho-de-2018-27129463 Acesso em 12 de julho de 2019.

DARNTON, R. *The True History of Fake News*. 2017. Disponível em: <https://www.nybooks.com/daily/2017/02/13/the-true-history-of-fake-news/> Acesso em 17 de abril de 2019.

EDELMAN. *Trust Barometer 2018*. 2018. Disponível em: <https://www.slideshare.net/EdelmanInsights/2018-edelman-trust-barometer-brasil-report>. Acesso em: 19 jan 2020.

FACEBOOK. *Request from the Federal Public Prosecutors Office of Goiânia, state of Goiás, in the civil inquiry n. 1.18.000.002758/2017-49. 2-18*. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/go/sala-de-imprensa/docs/not2280_resposta20_facebook.pdf Acesso em 12 de julho de 2019.

FACEBOOK. *Facebook lança produto de verificação de notícias no Brasil em parceria com Aos Fatos e Agência Lupa*. 2018b. Disponível em: <https://br.newsroom.fb.com/news/2018/05/facebook-lanca-produto-de-verificacao-de-noticias-no-brasil-em-parceria-com-aos-fatos-e-agencia-lupa/> Acesso em 12 de julho de 2019.

GELFERT, A. Fake News: a definition. *Informal Logic*, v. 38, n. 1, 2018, p. 84-117. Disponível em: <https://doi.org/10.22329/il.v38i1.5068>. Acesso em: 29 dez. 2019.

GRIGORI, P. *20 projetos de lei no Congresso pretendem criminalizar fake news*. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/05/20-projetos-de-lei-no-congresso-pretendem-criminalizar-fake-news/> Acesso em 17 de agosto de 2019.



INTERNATIONAL FACT-CHECKING NETWORK. *Verified signatories of the IFCN code of principles*. 2018. Disponível em: <<https://ifncodeofprinciples.poynter.org/signatories>> Acesso em 17 de agosto de 2019.

LAZER, D. M. J.; et. al. The science of fake news. *Science*, v. 359, n. 6380, 2018, p. 1094–1096.

LELO, T. V.. Recepção de fake News e fact-checking em contexto de polarização política. Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_6QSEZ0LSD6DFKBL0LKLX_28_7805_22_02_2019_10_52_35.pdf>. Acesso em 15 jan 2020.

LEV-ON, A.; MANIN, B. Happy accidents: Deliberation and online exposure to opposing views. In: DAVIES, T.; GANGADHARAN, S. P. *Online Deliberation: Design, Research and Practice*, 2009.

LÓPEZ-GARCÍA, X.; et. al. Iniciativas de verificación em el escenario de la desinformación: Actantes en planes integrados con estrategias multinivel. *Braz. journal. res.*, v. 15, n. 3, dez. 2019, p. 652-675 Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1215/pdf_1>. Acesso em: 15 jan 2020.

LUVIZOTTO, C. K. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, v. 30, 2016, p. 297-312.

LUVIZOTTO, C. K.; CUNHA, I. F. Mídia, Regulação e Movimentos Sociais em Portugal In: LUVIZOTTO, C. K.; CUNHA, I. F. *Comunicação, cidadania e movimentos sociais: Perspectivas contemporâneas da participação cidadã*. 1 ed. Aveiro: Ria Editorial, 2020, p. 37-65.

PINTO, M.; et. al. *Desinformação em eleições: desequilíbrios acelerados pelas tecnologias*. 2018. São Paulo. Disponível em: <<https://tecnologiaequidade.org.br/projetos/desinformacao-em-eleicoes/>> Acesso em 04 de setembro de 2019.

PINTO, M.; et. al. *Recomendações sistêmicas para combater a desinformação nas eleições do Brasil*. 2018b. São Paulo. Disponível em: <https://gallery.mailchimp.com/9b54dd7f6a0bdac9e2cd34ddd/files/d537b347-7a84-4134-94c8-05eb92bbe3fb/ITEE_WhitePaper.pdf> Acesso em 04 de setembro de 2019.

RAM, A. BLOOD, D. Ultradireita domina ‘fake news’ nos EUA, diz pesquisa de Oxford. *Folha de São Paulo*, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/ultradireita-domina-fake-news-nos-eua-diz-pesquisa-de-oxford.shtml>>. Acesso em 17 de agosto de 2019.

RIBEIRO, M. M.; ORTELLADO, P. O que são e como lidar com as notícias falsas: dos sites de notícias falsas às mídias hiper-partidárias. *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 15, n. 27, 2018, p. 71-83.

ROCHLIN, N. Fake news: belief in post-truth. *Library Hi Tech*, v. 35, n. 3, 2017, p. 386–392.

RUBIN, V. L.; et. al. Deception detection for news: Three types of fakes. *Proceedings of the Association for Information Science and Technology*, v. 5, n. 1, 2015, p. 1–4.



SENRA, R. Na semana do impeachment, 3 das 5 notícias mais compartilhadas no Facebook são falsas. *BBC*. Brasília, 17 abril 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160417_noticias_falsas_redes_brasil_fd>. Acesso em: 29 dez 2019.

SHAO, C.; et. al. The spread of fake news by social bots. *Cornell University Library*, 2017. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/1707.07592>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

SHU, K.; et. al. *Fake News Detection on Social Media: a data mining perspective*. 2017. Disponível em: <<https://dl.acm.org/doi/10.1145/3137597.3137600>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

TANDOC JR.; et. al. Definind “Fake News”. *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, 2018, p. 137-153.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. *MATRIZES*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matriz/es/article/view/38190>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Consulta às Pesquisas Eleitorais registradas*. 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/pesquisa-eleitorais/consulta-as-pesquisas-registradas>>. Acesso em 12 de junho de 2019.

VOLKOFF, V. *Pequena história da desinformação: do cavalo de Tróia à internet*. Curitiba: Vila do Príncipe, 2004.

VOLPATO, A., et. al. Visibilidade Como Estratégia, Estratégias de Visibilidade: Movimentos sociais contemporâneos na internet. *Revista ECO-Pós*, 22(1), 352-383, 2019.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. *Council of Europe report*. 2017. Disponível em: <<https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-forresearch/168076277c>>. Acesso em 04 de setembro de 2019.

O ENCONTRO DA COMUNICAÇÃO EM PAULO FREIRE PARA TEMPOS DE DESENCONTROS

José Cristian Góes

Resumo: A pandemia da Covid-19 deixou evidente a crise do *Humanismo*, uma tragédia que revelou uma espécie de rompimento dos vínculos entre nós. Propomos mirar essa crise pela perspectiva da comunicação e, para isso, recorreremos às potentes bases teóricas e metodológicas do educador Paulo Freire. As reflexões desse filósofo sobre o processo comunicacional como *diálogo* são uma denúncia nesse tempo de desencontro e impõem uma forte crítica aos processos midiáticos e jornalísticos contemporâneos, lugares pedagógicos de mediações que não têm se realizado como um ambiente para o encontro humano. Paulo Freire, cujo centenário é lembrado no ano de 2021, traz também o *anúncio* e, por isso, nesse trabalho, apresentamos cinco propostas de práticas metodológicas para uma comunicação dialógica que são pontuadas pelo educador e que podem ajudar a pensar em uma Pedagogia da Comunicação libertadora e para a humanização.

Palavras-chave: Comunicação; Paulo Freire; Diálogo; Jornalismo; Humanismo.

Introdução

A pandemia da Covid-19 pode ter marcado o fim do mais longo período de nossa história. Um pequeno vírus a circular pelo mundo matando os seres humanos pode ter encerrado, de modo terrível e melancólico, um tempo da história intitulado de *Modernidade*, que, com ele, arrastava-se a ideia de *Humanismo*.

Essa crise global, com seu epicentro na saúde, ultrapassou todos os desastres econômicos e ambientais e exigiu do ser humano o exercício cotidiano de empatia e solidariedade, bases éticas universais de uma humanidade esperada. Entretanto, o que se tem observado são raros lampejos de preocupação com o *Outro* e claros sinais de desumanidade.

Esse cenário fez despontar o defeito de origem da ideia de *Humanismo*. O “humano” que nasceu para iluminar a Idade das Trevas, surgido no fim do Feudalismo, ainda no século XV, fabricou o *não-humano*, uma *diferença* do *Nós* que se estabelece a partir de critérios de raça, classe, gênero, religião, nacionalidade.

As expansões europeias para a exploração das terras e dos povos do *Novo Mundo* foram ações potentes que colocaram em prática esse humanismo ainda de viés cristão. Para essa tarefa, foram mobilizadas *gentes* que deveriam acreditar que os saques, as pilhagens, a escravização e os genocídios de povos originários nas terras distantes eram *conquistas*, *aventuras*, *descobertas*. Segundo tratou Góes (2017), essa maquinação ideológica consistiu em transformar os interesses econômicos em *destino* e *missão religiosa*. Era uma *ordem civilizatória* humana vocacionada a *salvar* os selvagens.

Analisa Said (2011, p. 44) que o *imperium* europeu foi imaginado “como um dever planejado, quase metafísico, de governar povos subordinados, inferiores ou menos avançados”. Na prática, jamais existiu projeto civilizatório, mas um violento consórcio mercantil formado por nobreza, clero e burguesia para saquear as riquezas do *Novo Mundo*. Para isso, o humanismo, necessariamente, fabricou o *inumano* que deveria ser escravizado e produzir lucros aos impérios, inclusive com a própria comercialização dos corpos desse *Outro*.

Trata-se de uma humanidade europeia, branca, “superior”, monoteísta, posta em radical oposição aos selvagens, aos animalizados, os de fora da civilização. Afirma Sodré (1999) que era próprio da lógica humanista



Moderna reconhecer, definir e marcar a *diferença*, inclusive justificando sua escravização como um método para torná-la humana e dócil colaboradora dos impérios. Esse é um violento projeto de humanização para *inumanos*, com a escravização mais cruel da história ocidental, ação que jamais transformou o *Outro* em gente, somente em objeto.

A definição de humanidade se adaptou às transformações políticas e sociais nos séculos XIX e XX. Contudo, as bases racistas e classistas, fundamentos da ideia sobre o *Outro* e que vinham das expansões coloniais, resistiram ao tempo. Mesmo diante de declarações, acordos e da implantação de marcos legais sobre os direitos humanos entre as nações contemporâneas, as relações sociais continuam a estabelecer à condição humana ao *nós* e algo de *inumano* ao *Outro*, renovando infundados critérios de nacionalidade, cor da pele, classe, religião, gênero.

Agora, com uma globalização esfacelada, com os deslocamentos forçados de milhões de pessoas em busca de sobrevivência, com a perda da sensação identitária, principalmente, nos países centrais do capitalismo, muitos se sentem perdidos e buscam uma suposta segurança em grupos que prometem o resgate das *tradições* violadas e corrompidas pela presença do *Outro* próximo de *nós*. A seleção de pertencimento identitário ocorrerá pela marcação da *diferença* em que serão despejados os ódios que aprendemos politicamente a cultivar.

Nosso percurso humano experimenta uma contemporaneidade lastreada por marcas de *colonialidades*, medos, violências, falsas moralidades e que fazem erguer fronteiras entre o *nós* e os *Outros*, apesar de sermos, ontologicamente, o *Mesmo Ser*. Isso talvez explique a visibilização racista e xenófoba promovida por grupos políticos e econômicos reacionários, de direita, em várias partes do mundo. Eles renovam certas bases de um humanismo império-colonial e, como avalia Sodré (1999), deixam intocado o etnocentrismo ocidental, organizando-se para eliminar o *Outro*, reavivando critérios de classe, raça, religião, gênero, nacionalidade.

O fato é que essa nossa trajetória humana encontrou na pandemia da Covid-19 um limite para a compreensão da humanidade e que explicita o romper de vínculos entre nós, situação que Krenak (2019) intui como o de um “fim do mundo” e que ele, ao mesmo tempo, propõe mudanças para “adiar esse fim”.

Entendemos que o desligar humano entre nós é uma ação desesperada, uma reação furiosa do *nós* contra uma incontestável presença da *diferença em nós*, um modo de recusar e de tentar retardar um encontro inevitável com o *Outro* em *Nós Mesmos*. Esse cenário de desencanto e de ruptura é visto na anestesia e perversa indiferença diante de milhares de vidas perdidas para a Covid-19. As narrativas desumanizadoras que rastejavam em camadas profundas ganharam as esferas públicas e se transformaram em valores que mobilizam partes das sociedades.

A manipulação da mentira e a destruição da verdade, que recebem nomes como *fake news*, pós-verdade e outros, são porções visíveis desse romper de vínculos humanos. A produção da desinformação, que pode implicar em perdas de vidas, ocorre em escala global, transitando da completa isenção ao festejar a tortura e a morte do *Outro*. Não se trata de um defeito tecnológico ou de uma fragilidade legal, mas de um projeto de poder em pleno vigor. Por vias democráticas, avança a *necropolítica*, conforme apresentou Mbembe (2018), um modo de ação político que cultua e promove a morte da *diferença*. Ela é o *novo normal* naturalizado e que tem sucesso institucional/eleitoral, marchando voraz contra o básico direito humano: a vida. É parte desse projeto não apenas eliminar o *Outro*, mas destruir sem trégua as mínimas garantias de proteção ao meio ambiente, nossa *Casa Comum*.

A sensação é que estamos no trânsito entre o fim de um período da história e de um outro, ainda um *não-lugar*, em que, curiosa e contraditoriamente revelam-se vivos e sem disfarces os velhos modos de uma sociabilidade sustentada por ideários de violência, racismo, teocracia, xenofobia, com ampla negação da razão, da ciência, do homem.

Esse tempo/espço em que estamos mergulhados pode ser analisado por vários prismas, mas propomos mirá-lo pela Comunicação, na medida em que ela, como assegura Freire (1982), nos torna humanos e, sendo



assim, é parte dessa crise da humanidade. Recorremos ao potente pensamento do educador e filósofo Paulo Freire (1921-1997), principalmente, porque ele eleva a comunicação a um patamar constitutivo do homem. Suas bases teóricas e metodológicas são como raios esperançosos nesse tempo de desencontros. Além disso, convocar Paulo Freire aqui se inscreve nas lembranças do seu centenário de nascimento no ano de 2021.

Nosso problema é claro: a crise do humanismo, mais visível com a pandemia da Covid-19, é também uma crise comunicacional. Não de uma comunicação compreendida na lógica da ciência mais tradicional, mas como um processo de encontro de sujeitos para a humanização. Se é pela comunicação que nos tornamos humanos, o porquê avançamos na desumanização? As mediações jornalísticas contribuem para aproximar e reforçar vínculos entre nós ou ajudam a aprofundar as rupturas? Nesse sentido, as reflexões de Paulo Freire, trazidas aqui por meio de uma revisão bibliográfica, são, ao nosso juízo, centrais para enfrentar esse problema, mas não apenas do ponto de vista teórico, convocando uma práxis comunicacional rigorosa e metódica.

A comunicação em Freire

Existe uma sólida tradição teórica que conceitua a *comunicação* dentro de um modelo estruturado e fechado, aprisionado por elementos mecanicamente divididos entre falantes e ouvintes, com papéis fixos, em que *um* transmite e o *Outro* recebe. As escolas críticas reagem e mostram que a comunicação se realiza nas relações sociais, relações que são abertas e incertas, em um processo dialógico, tenso e de múltiplas afetações dos sujeitos. Salienta Quéré (1991) que nós, ao mesmo tempo, agimos e sofremos em gestos comunicativos.

O modelo praxiológico de Quéré (1991) tem aproximação com a teoria da comunicação em Freire (1975, 1982, 1984, 1996, 2000, 2005). Um forte ponto de contato reside no fato de que a comunicação para ambos é transformacional dos sujeitos, uma intervenção concreta na vida. Isso não significa um lugar estável, ao contrário, as tensões permanentes a transformam em uma *tentativa*, segundo alerta Braga (2010). Desse modo, as interações não se dão em ordem e simetria, porque esse ambiente é marcado por conflitos e inúmeros interesses.

A comunicação se constitui como um espaço dinâmico, em que aprendemos, produzimos e partilhamos os sentidos que compõem nossa existência, ela é uma espécie de laço que nos faz humanos e nos coloca em relação, de modo obrigatório, com o *Outro*, mediados pelo mundo. Comunicar é se *pôr em ação* como sujeitos no mundo, interferindo nele, é *apresentar-se com o Outro*, é *partilhar com Ele*, como já discutiu Góes (2015).

A crise do humanismo nos obriga a questionar as relações comunicacionais, o porquê delas nos terem empurrado para o romper de vínculos entre nós. Contudo, como diz Freire (2005), essa não é a “vocação” do ser humano, a autodestruição.

Ao reagir à tradição teórica, que entendia a comunicação dentro de uma estrutura, em um molde fechado, autoritário, difusionista, informacional, transmissivo, Freire (1982, p. 69) a define como “a co-participação dos Sujeitos no ato de pensar²²”, o que implica a reciprocidade. Paulo Freire é categórico: a “comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de Sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

Apesar de não ser um teórico reconhecido da comunicação, ele enfrentou com substância todo o processo comunicacional, formulou e apresentou um método que tem a comunicação como o lugar de encontro de sujeitos. Em grande parte de suas obras, Freire tratou de forma tão consistente a comunicação, que Lima (2015) percebeu que há uma equiparação epistemológica entre educação, cultura e comunicação, formando a *teoria geral do conhecimento*.

²² Curiosamente, no campo da Comunicação no Brasil, Paulo Freire pouco foi estudado. No Jornalismo, é quase um desconhecido, uma invisibilização que pode ser explicada, em parte, pela adoção a partir dos anos 1950 de um modelo estadunidense de ensino e prática de Jornalismo, que tem por base uma comunicação transmissiva e informacional, bastante diferente do que traz Freire.



Na comunicação, o que Paulo Freire sugere é a transformação radical da velha teoria em que *A* fala para *B*, sendo que *A* tem o saber e *B* é apenas receptor de *A*. Como vimos, Freire (1982) desenvolve a firme compreensão de que a comunicação ocorre em *diálogo*, não sendo transmissão, mas o *encontro* entre sujeitos, e não entre sujeito e objeto. Para Freire, *A* e *B* são sujeitos pensantes, que têm saberes próprios e a comunicação se dará de *A com B* e de *B com A*, sem hierarquia, de modo que esse encontro não pode ser rompido, o que seria uma ação autoritária. O diálogo é o lugar da produção de um saber crítico, que humaniza, transforma e nos leva a intervir no mundo para garantir uma vida plena para todas e todos.

A abordagem teórica da comunicação em Freire o fez próximo dos *Estudos Culturais*, uma escola crítica oriunda da Universidade de Birmingham e da *Escola Latino-Americana de Comunicação e Cultura*. A partir delas, novas questões passaram a ser discutidas no processo comunicacional, como a atribuição de sentido à realidade, as práticas sociais partilhadas, a área comum de significados, a ação da “recepção”. Stuart Hall (1932-2014), um dos importantes nomes dos Estudos Culturais, dedicou-se a pensar nas identidades, nos estudos coloniais e pós-coloniais, no multiculturalismo. Cultura e comunicação não seriam mais elementos residuais de determinações econômicas, mas teriam papéis destacados nas formulações sobre a realidade.

A proximidade de Freire dessas escolas é fruto de reflexões fundamentadas nos países objetos de colonização. Em razão de uma América Latina marcada pela exploração imperial europeia, o educador observa a histórica *ausência de diálogo* nessas sociedades dependentes, o que terá reflexos decisivos nas formulações sobre a sua teoria de construção do conhecimento.

Por exemplo, em *Educação como prática de liberdade* (1975), Freire traz três condições básicas da invasão portuguesa que são decisivas: o Brasil foi somente objeto de violenta ação mercantil-comercial; a colonização se deu no trabalho escravizado de indígenas e africanos e em grandes latifúndios; por longo período, o Brasil ficou isolado. Tem-se aí uma certidão de nascimento de uma “sociedade fechada e de inexperience democrática”, como diz Freire (1975, p. 67).

A partir dessa análise, o educador sugere a ausência para o diálogo, resultando na “cultura do silêncio”, um mutismo social que não é apenas o *não falar*, mas a produção de manifestações acríicas, resignadas, subalternas e desviantes dos problemas reais. Para Freire (1975), o violento processo de colonização legou uma sociedade brasileira domesticada para o *comunicado*, de modo que nos ajustamos a uma estrutura de vida autoritária e antidemocrática.

Com a percepção crítica da história e com a defesa radical da participação democrática, Freire dará ao *diálogo* a condição de pedra angular na definição de comunicação e de fundamento para Educação e Cultura. Para Freire (1982, p. 43), a comunicação é o “encontro de homens para a ‘pronúncia’ do mundo”, não devendo ser essa pronúncia uma exclusividade e um privilégio de poucos, mas a ação de vida de todo ser humano.

E ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser da própria existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outros” por homens que são falsos “seres para si” (FREIRE, 1982, p. 43).

Os primeiros trabalhos de Paulo Freire sobre a comunicação ocorreram no Chile, durante o exílio. Lá, ele observou o “equivoco gnosiológico” dos agrônomos e técnicos agrícolas. Eles tentavam *ensinar* a modernização do cultivo aos camponeses sem levar em conta os saberes, as culturas dos agricultores. Essa atitude foi chamada por Freire (1982, p. 26) de “extensão”, a “ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém”.

Na *extensão*, os que se consideram sujeitos tratam os *Outros* como objetos, coisas. Para Freire (1982), a verticalidade da *extensão*, do comunicado, da transmissão impede que todos os atores da ação comunicacional se compreendam como sujeitos e, portanto, dialoguem, criem, recriem e se emancipem juntos. Na comunicação, o *Outro* é também sujeito em um ambiente de encontro, de diálogo, de criação de saberes e de humanização de todos. Na extensão, o *Outro* e seu mundo são invadidos para o controle e a dominação.

Realizada essa sucinta abordagem da comunicação em Freire, retomemos o viés de Lima (2015), que percebe a equiparação epistemológica de Educação, Cultura e Comunicação. Essa ação implica perceber, por exemplo, que organizações midiáticas têm funções simbólicas e ideológicas semelhantes ao sistema educacional na sociedade. A escola que oferece “educação bancária” tem em conta que seus alunos são cabeças vazias a receber o depósito de instruções. Os públicos no Jornalismo seriam também depositários de informações ou agentes do processo comunicacional? Quais os papéis pedagógicos dos jornalistas e do Jornalismo?

A trama pedagógica dos meios

A capacidade das mídias em apresentar-se às interações sociais, como lembra França (2003, p. 4), produz “necessariamente um apreender, um conhecimento de mundo que pode ser imitado, repetido, representado, mas também reconstruído, reconfigurado”. É na relação comunicacional que muitos condicionamentos são conformados. Por isso, Freire (1982) alerta que a comunicação não é um fenômeno natural, ela produz *condicionamentos* que passam a sensação de *determinismo* ou *fatalismo*.

Por esse ângulo, o Jornalismo é parte de um sistema pedagógico que atua nas relações sociais e propõe um *conhecimento singular* do mundo. Ele age, de algum modo, buscando *ensinar* o que é a realidade e qual é a *atitude natural* e esperada diante dela. Isso ocorre no espaço da mediação social, das relações comunicacionais, com experiências que dão forma à significação do mundo.

Não custa lembrar que o Jornalismo carrega inúmeros interesses que interferem de modo decisivo para o campo das interpretações, imaginações e sentidos, dando a ver e a não ver aquilo que seria a “realidade”, “o mundo como ele é”. Mouillaud (1997), porém, diz que o Jornalismo não age sozinho nessa tarefa, mas busca se articular a outros “operadores sócio-simbólicos”.

Importante salientar é que essa experiência comunicacional de mundo pelo Jornalismo produz um *saber singular* a partir de regras também singulares e que, empregadas diariamente com uma mesma angulação, tornam esse ambiente em referência social, uma espécie de farol a orientar, um porto a emprestar suposta segurança às mediações. Em outras palavras, o Jornalismo busca *organizar* as relações sociais, constituindo-se em um espaço privilegiado de comunicação e que transforma o mundo complexo em uma *realidade* lógica, limitada e inteligível.

Não é difícil perceber, então, que a movimentação comunicacional do jornalismo assume uma nítida perspectiva pedagógica, em que a notícia é o conteúdo verbo-visual a *ensinar* os sentidos e padrões aceitáveis em um determinado tempo e espaço²³. Essa função de *guia* de uma sociabilidade esperada pelas forças políticas majoritárias está no nascedouro do Jornalismo. Travestidas de informações, as notícias *ensinam* regras sobre certo e errado, bem e mal, ordem e desordem. Nas propostas de mediação do mundo pelo Jornalismo estão intrínsecas as condições didáticas que definem a “realidade” e orientam o público para viver nela.

Meditsch e Faraco (2008, p. 12), a partir das obras de Paulo Freire, reforçam que a prática jornalística é educativa “para o bem ou para a deformação, para a ética ou antiética, mas existe sempre como uma

²³ Afirmam Hall et al. (1999) que configurar os acontecimentos resumidamente e inteligível para as audiências é uma ação carregada de suposições e juízos de valores de como é, de como funciona e de como deve ser a sociedade.



prática educativa”. Para Vizeu (2009, p. 80), há “uma preocupação pedagógica no jornalismo que se legitima como o lugar de ‘poder mostrar’, de ‘poder dizer’ e de ‘poder analisar’”. Também nas palavras de Verón (1995), o jornalista é um “enunciador pedagógico”, que no cotidiano trabalha de forma a pré-ordenar “o universo do discurso visando o leitor”. Bird e Dardenne (1999, p. 265) julgam a notícia “como sistema simbólico duradouro que ensina os públicos mais do que qualquer das suas partes componentes, mesmo se essas partes tivessem como finalidade informar, irritar ou entreter”.

Em resumo, o Jornalismo está impregnado de mecanismos de ensino-aprendizagem e esse modo de percebê-lo vai além do Jornalismo como uma atividade que capta o acontecimento relevante e somente o transmite de modo fiel ao público, uma ação que sugere uma missão de repassar de modo desinteressado. Ao contrário, o Jornalismo é uma complexidade que não é possível tratar assim. Aqui, buscamos destacar apenas o viés pedagógico, pouco perceptível a jornalistas e ao público, uma ação educativa que atravessa o *fazer jornalístico* de modo diluído no cotidiano, naturalizando-se no complexo processo comunicacional que o envolve.

Assim como o professor que apresenta os conhecimentos aos alunos, o repórter busca, de modo didático, cumprir um papel semelhante, guardadas as proporções: seleciona alguns fatos de modo a conciliar uma realidade objetiva e os critérios dos interesses econômicos e políticos em jogo, pautados pela organização jornalística. O repórter julga e ordena os elementos reais e imaginários que podem ser mobilizados em torno dos acontecimentos e que atendam às forças interessadas. Por fim, ele os torna inteligíveis ao público, a partir de uma narrativa sintética e explicativa, que faz e constrói sentido para o indivíduo e para a coletividade.

Vizeu (2009), por exemplo, utiliza de Paulo Freire para pensar o jornalismo como lugar de produção de conhecimento. Os meios de comunicação de massa, apesar de não gerarem uma educação formal, desenvolvem relevantes papéis pedagógicos, não havendo diferença entre o informar e o educar, de modo que o enunciador, tanto na Educação como no Jornalismo, é parte dessa mesma Pedagogia.

Quem bem percebeu essa pedagogia no Jornalismo foi Genro Filho (1987, p. 28). Para ele, o Jornalismo “se constituiu uma nova forma de modalidade social do conhecimento cuja categoria central é o singular. Porém, o conceito de conhecimento não deve ser entendido na acepção vulgar do positivismo e, sim, como um momento de práxis”. Observa-se que esse conhecimento singular proposto pelo Jornalismo é “um momento de práxis”, em Genro Filho, e tem uma intensa aproximação com a práxis do conhecimento em Paulo Freire.

Através do Jornalismo, em meio às tramas com outros “operadores sócio-simbólicos”, como a escola, igreja, clube, organizações, muitos de nós apreendemos o mundo. Por meio de ensinamentos noticiosos, com as mesmas angulações morais e políticas, incorporamos a *verdade* no que lemos e vemos nas mídias. Esse quadro conforma papéis sociais esperados, dá forma ao normal, fixa uma ordem e cobra ações morais corretas do indivíduo e da coletividade.

Também é central destacar que, ao contrário das críticas que recebeu e recebe, Freire enfrentou o debate em torno das mídias, considerando-as como parte da teoria do conhecimento, interseccionadas de modo epistêmico à Cultura, Educação e Comunicação.

Mesmo quando não venho tratando desses chamados meios de comunicação em trabalhos meus anteriores, mesmo quando não falo diretamente sobre eles, eu os considero, por exemplo, dentro do horizonte geral da teoria do conhecimento que venho desenvolvendo nos meus trabalhos sobre educação. (FREIRE e GUIMARÃES, 1984, p.40).

Observada essa perspectiva pedagógica, é preciso lembrar que a ação comunicacional assentada nas relações sociais e mediada pelo Jornalismo, constituindo-se em uma referência pedagógica singular, também foi tragado pela crise da própria condição humana, questão que tratamos na primeira parte desse texto. As propostas de medição sobre o mundo, oferecidas pelo Jornalismo, foram engolidas por formas que denunciam,

antes de qualquer coisa, que o lugar de diálogo e de encontro não se realizou nas práticas jornalísticas cotidianas, muito pelo contrário.

A crise dos meios e das mediações

O Jornalismo passou a ser melhor estudado no século XX, quando ficaram complexas as percepções de seu alcance, os papéis da imprensa na democracia e as práticas profissionais. As transformações tecnológicas, econômicas, políticas e culturais consolidaram o Jornalismo como um dos ambientes de mediação para a sociabilidade, em que se realiza a partilha de informações relevantes à vida comum. Os problemas não estavam apenas nos produtos jornalísticos nem nas atividades profissionais, mas a constituição de um espaço comunicacional nas relações sociais.

A percepção do Jornalismo como lugar de mediação, referência e influência garantiu um forte exercício de poder às organizações midiáticas. Essa *força* que conforma parte das relações sociais, levou pesquisadores a identificar a produção noticiosa como construtora da *realidade*. Tuchman (1983) chegou a conferir às notícias poder definidor dos significados sociais.

Apesar de rejeitar essa visão midiacentrista do mundo, não podemos desconhecer que as ações comunicacionais protagonizadas por organizações midiáticas e jornalistas buscam ser modos persuasivos para dar forma ao que seria a *realidade*. Park (1972, p. 183), por exemplo, percebeu que o Jornalismo tende à “coesão” social. Para Rodrigues (1999, p. 33), o Jornalismo busca emprestar “racionalidade” para a “experiência do aleatório”.

O advento da internet, de suas infinitas possibilidades e a emergência de redes/mídias sociais que atravessam parte das relações humanas contemporâneas descentralizaram esse lugar privilegiado de mediação do Jornalismo. Freire (2005, p. 139) já tinha percebido isso: “o mundo encurta, o tempo se dilui: o ontem vira agora; o amanhã já está feito. Tudo muito rápido”. O fato é que o espaço jornalístico, imaginado como estável e socialmente referencial para a vivência do momento presente, como diz Franciscato (2015), tem perdido esse poder.

As audiências convocadas para as mediações propostas pelo Jornalismo não têm mais as formas presumidas e localizadas de antes e, além disso, buscam se libertar do papel de mera recepção para o qual tinham sido pensadas por um modelo de comunicação mais tradicional. Foi desestruturado o *lugar seguro* e de confiança, a fonte das informações.

Também mudou o espaço da recepção. Parte do público, de posse de objetos móveis e pluriconectados, percebeu-se como produtor e próprio mediador dos acontecimentos. O quadro é de um divórcio entre agentes do Jornalismo, que se imaginavam com papel social de *donos de conteúdos*, e diversos atores da mesma e complexa esfera pública comunicacional e midiática.

Assim, o século XXI nasce com um Jornalismo mergulhado em crise, não somente pela sensação da perda da ideia da exclusividade noticiosa e de mediação social dos acontecimentos, mas porque se coloca em dúvida a própria razão de ser do Jornalismo. Talvez por isso não se vislumbram indícios de uma saída fácil e rápida para esse cenário.

A questão é que o Jornalismo não passaria ileso à ruptura de vínculos humanos entre nós, ele é agente e paciente desse mesmo processo. Por isso, consideramos a crise do Jornalismo como uma crise de fundo comunicacional. Antes mesmo de ser uma profunda transformação dos modelos de negócios, como alguns sugerem, e/ou uma crise de cunho tecnológico em razão do advento da internet, como outros apontam, o Jornalismo, que está aprisionado por séculos em corporações de mídia, não atentou que comunicar é diálogo, lugar de encontro, fixando-se em um modelo transmissivo e depositário de comunicados.



Fontes e audiências jornalísticas, tratadas como *objetos*, descobriram-se também *sujeitos* e passaram a agir na mediação dos acontecimentos, de modo a não esperar os meios e as suas mediações mais tradicionais. O visível sintoma desse quadro de crise, de incertas mediações, é o aproveitamento por grupos políticos extremistas de direita desse lugar, em que trabalham com a mentira manipulada (desinformação) para controlar as relações sociais, gerando engajamentos para causas racistas, elitistas, xenófobas, anticientíficas, que reforçam o ódio ao *Outro*.

Leal (2011, p. 104) garante que o Jornalismo em si é constituído por tensões e crises e, em algumas delas, as audiências têm peso considerável, porque são “cada vez mais ‘nômades’, e móveis, ao sabor de escolhas e possibilidades individuais mais autônomas e fragmentadas”. Para esse autor, as crises históricas vêm alterando modelos e gestões de negócios midiáticos, as práticas dos jornalistas, os processos de produção, as edições e distribuições das notícias. Mas, segundo Leal (2011, p. 105), o Jornalismo não enfrenta somente “transformações internas em seus processos e produtos, mas também nos modos cada vez mais diversificados de mediação social e de estabelecimento do que seria verdade ou não”.²⁴

É incontornável reconhecer que a crise do Jornalismo é uma crise do modelo de mediação, em que há um desencontro no processo comunicacional fundante dessa relação de confiança, marcado pela perda da qualidade necessária para o diálogo. Parte das organizações aprisionou o Jornalismo, transformou as audiências em objetos e deformou esse lugar que poderia ser do encontro e humanização. Nesse sentido, recorrer às bases teóricas e metodológicas em Paulo Freire é fundamental, porque elas comprometem o fazer jornalístico contemporâneo.

Nesse ponto, inclusive, enfrentamos uma das críticas comuns ao pensamento de Freire sobre a comunicação. Argumenta-se que ele não tratou dos sistemas midiáticos, das novas tecnologias, da internet. Certamente essa é uma leitura apressada de Freire e de quem não levou em conta o tempo e o espaço em que o educador atuou. Como ele mesmo diz (1984, p. 14), “ao pensar sobre o problema dos chamados meios de comunicação, portanto, fica claro, logo assim de saída, que me sinto um homem de meu tempo”.

Já vimos que Paulo Freire (1984) considera os meios de comunicação dentro do horizonte geral da teoria do conhecimento. Além disso, é importante ressaltar que no tempo de Freire, a televisão, em massificação no Brasil, era um meio alvo de vários estudos. Centros de pesquisas voltavam-se a perceber o alcance das TVs. Marshall McLuhan (1911-1980) era um dos nomes mais conhecidos e festejados do campo e as atenções estavam voltadas ao papel da tecnologia, aos emissores. A crítica de Freire será destinada às formas de utilização e de transmissão.

Não sou contra a televisão. Acho, porém, que é impossível pensar o problema dos meios sem pensar a questão do poder. O que vale dizer: os meios de comunicação não são bons nem ruins em si mesmos. Servindo-se de técnicas, eles são o resultado do avanço da tecnologia, são expressões da criatividade humana, da ciência desenvolvida pelo ser humano. O problema é perguntar a serviço de quem e a serviço de quem os meios de comunicação se acham.” (FREIRE & GUIMARÃES, 1984, p. 14).

De forma clara, Paulo Freire (1984) faz contundentes críticas aos meios de comunicação em seu tempo. Em grande parte, ele já os considerava antidialógicos, extensivos, um lugar em que as pessoas eram tratadas como receptoras/ouvintes/telespectadoras. Ainda nos anos 1960, ele chamava a atenção para a interação comunicacional, para a co-participação dos sujeitos, impondo um desafio às organizações jornalísticas: convocar e exercitar diálogos produtivos e críticos com os públicos. Essa percepção é nítida em *Pedagogia da Indignação* (2000).

²⁴ Além disso, na outra ponta, destaco que há uma profunda redução de organizações jornalísticas, o encerramento de meios impressos, com algumas migrações para a plataforma digital, o fim de postos de trabalho de jornalistas, a ampliação da exploração, da convergência e da centralização da informação em poucos ambientes noticiosos.

Como desocultar verdades escondidas, como desmitificar a farsa ideológica, espécie de arapuca atraente em que facilmente caímos. Como enfrentar o extraordinário poder da mídia, da linguagem da televisão, da sua 'sintaxe' que reduz a um mesmo plano o passado e o presente e sugere que o que ainda não há já está feito. Mais ainda, que diversifica temáticas no noticiário sem que haja tempo para a reflexão sobre os variados assuntos. De uma notícia sobre Miss Brasil se passa a um terremoto na China" (FREIRE, 2000, p. 109).

Em *Educação como prática de liberdade* (1975), Paulo Freire defende a necessidade de uma "Pedagogia da Comunicação" para, esperançosamente, enfrentar o desamor do diálogo acrítico, uma práxis rigorosa que envolve pronúncia e mediação. Freire (1975) esperava que os meios de comunicação fossem espaços de diálogo e humanização, mas, como funcionavam (e muitos funcionam), acabavam por desencorajá-lo ou mesmo até impedi-lo. Isso tem explicação nos compromissos que as organizações têm com seus interesses particulares. Ao persistir essa condição, pontua Freire (1975), os meios são geradores de *incomunicação*, buscam apenas a massificação e o controle de audiências, contribuem fundamentalmente para a desumanização.

Para Freire (1996, p. 30), a humanização é a vocação por excelência dos seres humanos, porém, como alerta ele, esse pendor tem sido negado e, curiosamente, reafirmado na própria negação. "Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada". Freire reage ao processo de desumanização que vai se configurando como um determinismo que não se revela como ele exatamente é: o "resultado de uma 'ordem' injusta que gera violência". Assegura Freire (1996, p. 30) que "se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos o que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero".

Práxis para enfrentar o desencontro

Em toda sua obra, Paulo Freire se dedicou à emancipação dos sujeitos, à superação da desumanidade. Para isso, ele propôs uma teoria social do conhecimento, abraçou a Cultura, a Educação e a Comunicação com sinais de uma mesma epistemologia voltadas à humanização, apresentou novas abordagens sobre diálogo, liberdade, consciência, esperança, comunicação e envolveu-se na defesa de uma esfera pública democrática, radicalmente participativa. Tem-se aí um pensador fecundo que enfrentou os processos de ruptura de vínculos humanos entre nós.

As bases teóricas e metodológicas de Freire descontroem um modelo comunicacional que parece esgotado exatamente porque a condição humana está em crise. Ele joga luzes sobre a função política das mídias, cobra compromissos éticos com a *libertação* dos sujeitos. Assim, a *teoria do conhecimento* é potência para pensar a crise contemporânea a partir da comunicação dialogal, do lugar do encontro em que podemos nos reconhecer verdadeiramente humanos.

Na medida em que o Jornalismo tem compromisso ético-vital ao aproximar-se da *verdade dos acontecimentos* e se apresentar assim, isto é, como promessa de *verdade* à mediação social, é preciso observar que essa ação implica um exigente método, encarnado no radical diálogo, na escuta do *Outro* como prioridade, na transparência dos processos, no estabelecimento de um pacto ético inquebrável pela liberdade, democracia e vida.

A partir do trabalho de Paulo Freire em *Pedagogia da Autonomia* (2005), sugerimos cinco práticas relacionais e metodológicas que nos encaminham para uma outra mirada pedagógica da comunicação. Elas são caminhos interseccionados, sem hierarquia e que fazem uma inversão radical do percurso humano que tem nos empurrado ao desencontro. As ações propostas por Freire conduzem o Jornalismo para assumir o



lugar de diálogo capaz produzir saberes necessários para a humanização. Essas práticas são faróis éticos a guiar comunicadores para um novo tempo:

Agir com consciência do inacabamento do ser humano – Ao reagir ao fatalismo, Freire (2005, p. 14) reforça a “inconclusão do ser humano”, a inserção do sujeito no “permanente movimento de procura”. Essa ideia colide com mediações jornalísticas que apresentam o mundo simplista, resumido, explicado e com sujeitos e seus destinos já finalizados, sem considerar os fenômenos incontrolláveis que deixam a experiência da vida complexa e incerta. Para Freire, não há possibilidade de diálogo se a parte que se propõe apresentar o mundo, a mediar, trata-o como definido e sem alternativa e os sujeitos como objetos. Para Freire (2005, p. 19, grifos do autor), é preciso agir metodologicamente a “reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de *determinismo*, que futuro, permita-se-me reiterar, é *problemático* e não inexorável”.

Freire é mais enfático ao afirmar que uma “ideologia fatalista” é “imobilizante”, porque “insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou virar ‘quase natural’”. Não é a vocação humana, como diz Freire, a opressão, o racismo, a miséria e, assim, não pode o Jornalismo indicar uma mediação do mundo que apenas constate e naturalize essas violências. Para Freire (2005, p. 50), “o inacabamento do ser é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento”, o que amplia a exigência metodológica de superar fatalismos reforçados nas estruturas sociais, inclusive pelas mídias. Arremata Freire (2005, p. 53): “gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura toma parte é tempo de possibilidade e não de determinismo”.

Agir na escuta como prioridade – Nessa ação metodológica, Paulo Freire inverte, em grande parte, toda lógica de compreensão do fazer jornalístico, tido como o lugar do dizer, do mostrar, o espaço de uma mediação que começa nele, na ação de informar. É claro que a regra jornalística exige antes o escutar das fontes, porém, muitas vezes, o *ouvir* profissional, quase sempre apressado de personagens, se transforma em ação formal, festejada como pluralidade. Na prática, a recolha de falas necessárias e esperadas pelo Jornalismo serve somente para dar forma a uma narrativa pré-estabelecida. Na prática, a fonte e sua fala sobre *objetos*. Estamos aqui na esfera tão somente do que Freire (1982) chamou de *comunicado*, não de comunicação. Por isso, o autor eleva a ação do *escutar* a um patamar de prioridade no diálogo, uma escuta aberta e crítica que desestrutura discursos condicionados.

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a *escutar*, mas é *escutando* que aprendemos a *falar com eles*. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala *com ele*, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com é falar *impositivamente* (FREIRE, 2005, p. 113, grifos do autor).

A adoção metodológica da escuta como prioridade na Pedagogia da Comunicação é um modo que Freire (2005, p. 116) usou para chamar a atenção de que “quem tem o que dizer saiba, sem sombra de dúvida, não ser o único ou a única a ter o que dizer”. O problema é que o Jornalismo, aprisionado nas mídias, age de modo autoritário, exercendo o poder de dizer e de calar. Essa ação antidemocrática transformou o tempo de quem escuta apenas no tempo de quem fala, construindo um lugar *silenciado*, que é diferente do silêncio para a escuta.

A importância do silêncio no espaço da comunicação é fundamental. De um lado, me proporciona que, ao escutar, como sujeito e não como objeto, a fala comunicante de alguém, procure *entrar* no movimento interno do seu pensamento, virando linguagem; de outro, torna possível a quem fala, realmente comprometido com *comunicar* e não com fazer *comunicados*, escuta a indagação, a dúvida, a criação de quem escutou. Fora disso, fenece a comunicação (FREIRE, 2005, p. 117, grifos do autor).

Freire reforça que a escuta como método exige uma profunda “humildade”, aceitar e respeitar as diferenças, o que é uma cobrança vital para os jornalistas e para o Jornalismo diante das fontes. Se as mídias fazem uso dos estereótipos de pobres, negros, mulheres, indígenas, ciganos, lgbtqi+, como pode haver verdadeira escuta nessa condição. Afirma Freire (2005, p. 120-121, grifos do autor), “e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de *cima para baixo*. Sobretudo, me proíbo de entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me *escutá-lo* ou *escutá-la*”, matando a produção criadora do conhecimento.

Escutar é obviamente algo que vai além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. Isto não quer dizer, evidentemente, que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isto não seria escuta, mas auto-anulação. A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar ou melhor me situar do ponto de vista das ideias. Como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos, o bom escutador fala e diz de sua posição com desenvoltura (FREIRE, 2005, pp.119-120).

Agir em e para a abertura do conhecimento – Essa é outra prática metodológica que se pode aferir em Paulo Freire que também compromete a lógica da Comunicação e do Jornalismo que se conhece. Primeiro, porque o educador afirma que a relação comunicacional é encontro de *sujeitos* e não entre um *sujeito* e um *objeto* a quem se depositaria informações. Segundo, porque todos sujeitos têm conhecimentos e saberes que devem ser respeitados, partilhados e acolhidos. É por isso que Freire insiste que comunicação não é transferência, a transmissão de informações, mas um dialogar entre sujeitos pensantes e mediados pelo mundo. Esse método esvazia as mídias de sua arrogância, retirando uma falsa superioridade, obrigando-se a “molhar-se” e beber na cultura de todos.

Essa é uma difícil, rigorosa e obrigatória ação metodológica que as mídias e os jornalistas em regimes democráticos precisam adotar e que se sustenta na verdadeira abertura à autonomia e ao conhecer *com o Outro*, um compromisso ético cobrado por Freire (2005, p. 59): “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. As mídias que tratam os públicos como espectadores, que não os escuta, não acolhe seus saberes, linguagens, gostos, como diz Freire (2005, p. 60), “transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência”, não sendo possível a comunicação. Freire (2005, p. 88, grifos do autor) completa: “não haveria *existência humana* sem a abertura do nosso ser ao mundo”

Deveria ser parte da cultura profissional do jornalista desconfiar dos acontecimentos e se propor ao exercício crítico *com os sujeitos* envolvidos, não reforçando o senso comum, não repetindo um “saber ingênuo”, mas buscando conhecer o que ainda não se conhece, transitando da ingenuidade à “curiosidade epistemológica”, como diz Freire (2005). Na relação com as fontes, as entrevistas não podem ser *inquéritos*, mas momentos de abertura radical ao diálogo, do buscar conhecer e desvelar o mundo juntos.

Não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo de “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra”. Se, de um lado, não posso me adaptar ou me “converter” ao saber ingênuo de grupos populares, de outro, não posso, se realmente progressista, impor-lhes arrogantemente meu saber como *verdadeiro*. O diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como a experiência igualmente social de seus membros, vai revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua “incompetência” para explicar os fatos (FREIRE, 2005, p. 81, grifos do autor).

Ainda sobre essa abertura, Freire (2005, p. 136) assegura que “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História”.

Agir na transformação da realidade – Para Freire (1982, p. 69), a comunicação leva o sujeito a buscar “a significação dos significados”, o que não é apenas a constatação consciente da realidade, mas o ponto de partida para a intervenção ética no mundo, a ética universal do ser humano. Esclarece Freire (2005, p. 16) que a ética de que ele fala “é a que se sabe afrontada por manifestações discriminatórias de raça, de gênero, de classe”. Adiante, ele (2005, p. 17) afirma: “Não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos”.

A ação metodológica proposta por Freire nesse ponto rompe com a defesa da neutralidade ou imparcialidade do Jornalismo. O educador (2005, p. 14) tem posição firme e transparente em sua teoria e método: “o meu ponto de vista é o dos ‘condenados da Terra’, o dos excluídos”. Ele rejeita uma visão profissional objetiva e isenta, uma rejeição que convoca rigorosamente o pensar aqui sobre a ação dos jornalistas e da falsa ideia de imparcialidade do Jornalismo.

Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? “Lavar as mãos” em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele. Como posso ser neutro diante da situação, não importa qual seja ela, em que o corpo das mulheres e dos homens vira puro objeto de espoliação e de descaso? (FREIRE, 2005, p. 112).

De fato, Freire (2005, p. 14), em tempo algum, foi “um observador ‘acinzentadamente’ imparcial”, o que jamais o afastou “de uma posição rigorosamente ética”. O educador trata a ideia de intervenção como a “presença no mundo, com o mundo e com os outros”, superando as condicionantes políticas construídas historicamente. Para esse autor, mulheres e homens, que são seres histórico-sociais, são capazes de reagir e intervir e, por isso, se fazem éticos.

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quanto longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres (FREIRE, 2005, p. 36).

O diálogo, a comunicação, o encontro dos sujeitos pensantes e interlocutores em Paulo Freire nos encaminham para tomar posição e agir em defesa de todas as formas de vida digna, dos direitos humanos, da democracia. Essa ação implica denunciar os abusos de autoridade, desvelar os segredos de interesse público, problematizar sobre as privações sociais vividas pela população, tudo isso são atribuições éticas do Jornalismo. Tomar esse caminho não é opção, mas uma obrigação que insere uma espécie de filtro humano nas organizações midiáticas que têm torturado os interesses públicos em benefício de pressões e interesses privados. Por isso, é reacionário o exercício de um Jornalismo que se autoproclama “neutro” e diz apenas informar.

Daí a minha recusa rigorosa aos fatalismos quietistas que terminam por absorver as transgressões éticas em lugar de condená-las. Não posso virar conivente de uma ordem perversa, irresponsabilizando-a por sua malvadeza, ao atribuir a “forças cegas” e imponderáveis os danos causados aos seres humanos. A fome frente a frente à abundância e o desemprego no mundo são imoralidades e não fatalidades como o reacionarismo apregoa como ares de quem sofre por nada fazer. (...) Não junto a minha voz à dos

que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da “justa ira” dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de revelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas (FREIRE, 2005, p. 100-101).

A chamada de Paulo Freire nesse item é de uma ação metodológica de forte intervenção no mundo, um mover-se que, segundo ele (2005, p. 102), não é neutro, ao contrário, uma prática que exige uma definição, a “tomada de posição. Decisão. Ruptura”.

Agir na esperança revolucionária – Paulo Freire (2005), de modo coerente, reflete que *o mundo não é, mas está sendo* e essa condição de inconclusão do ser humano e do mundo o faz transformar a esperança em método para o encontro humano. Claro que não é uma esperança piegas e passiva, mas uma crença encarnada, uma práxis revolucionária. Para Freire (2005, p. 72), “a esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria História, mas puro determinismo. Só na História onde há tempo problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História”.

Na compreensão de Freire, o diálogo é um motor para esperança, porque ele se realiza como abertura à novidade e produção do conhecimento em futuro incerto. Diante da realidade injusta, perversa e que leva ao rompimento de laços de humanidade entre nós, Freire (2005, p. 75) garante que essa “realidade” não é rigorosamente essa, mas “está sendo esta como poderia ser outra e é para que seja outra que precisamos, os progressistas, lutar”. É aí que sua defesa de uma esperança crítica assume a condição de urgência.

Parece uma enorme contradição que uma pessoa progressista, que não teme a novidade, que se sente mal com as injustiças, que se ofende com as discriminações, que se bate pela decência, que luta contra a impunidade, que recusa o fatalismo cínico e imobilizante, não seja criticamente esperançosa (FREIRE, 2005, p. 73).

Agir metodologicamente na esperança é, para Freire (2005, pp. 40-41), mover-se com “justa ira”, protestar contra injustiças, deslealdade, desamor, exploração e a violência. “O que a raiva não pode é, perdendo os limites que a confirmam, perder-se em raivosidade que corre sempre o risco de se alongar em odiosidade”. A esperança que Freire recorre como método não é a que exige dos sujeitos que ele se reconheça como objeto de condicionamentos, mas que busca interferir nessa História, rompendo-os. Diz Freire (2005, p. 77, grifos do autor) que não é “apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar*, mas para *mudar*”.

Na luta esperançosa pela humanização, Freire lembra que variadas formas de resistência ajudam na esperança. Freire (2005, p. 78, grifo do autor) as trata como as “*manhas* necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos”. Assim, a esperança é uma ação revolucionária, estratégica e urgente para a experiência de uma vida livre, tendo a *rebeldia* como primeira ação.

É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preservar vivos, na *compreensão* do futuro como *problema* e na vocação para *ser mais* como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para nossa *rebeldia* e não para a nossa *resignação* em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação, mas na *rebeldia* em face das injustiças que nos afirmamos. (...) A rebeldia é ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, nosso sonho (FREIRE, 2005, pp. 78-79, grifos do autor).

Reafirmamos que a atualidade e a validade das bases teóricas e metodológicas de Paulo Freire podem ajudar a pensar nesse cenário de rompimento de vínculos humanos entre nós.

A partir do seu conceito de comunicação e das exigências rigorosas de uma Pedagogia que se realiza no diálogo, que possibilita o encontro de sujeitos interlocutores, Freire (2005, p. 93, grifos do autor) renova a crença esperançosa de que a libertação não se dará “na estagnação, no silêncio dos *silenciados*, mas no alvoroço dos *inquietaos*, na dúvida que instiga, na esperança que desperta”.

Ao nosso julgar, Freire (2005, p. 128) dialoga, de modo profundo com o tempo do agora, com os desencontros em que estamos mergulhados e apela que “agora, necessária e urgente se fazem a união e a rebelião das gentes contra a ameaça que nos atinge, a da negação de nós mesmos como seres humanos submetidos à ‘fereza’ da ética do mercado”.

REFERÊNCIAS

BIRD, E. e DARDENNE, R. W. Mito, registro e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAUQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999, pp. 263-277.

BRAGA, J. L. Nem rara, nem ausente – tentativa. *Matrizes*, ano 4, nº 1, São Paulo: ECA-USP, jul./dez. 2010, pp. 65-81.

FRANÇA, V. V. L. Quéré: dos modelos da comunicação. In: *Fronteiras*. Estudos Midiáticos. Vol. V, nº 2. São Leopoldo, Unisinos, 2003, pp. 37-51.

FRANCISCATO, C. E. *A Fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão/SE, UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 6ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FREIRE, P. e GUIMARÃES, S. *Sobre Educação* (Diálogos). Rio de Janeiro, Paz e Terra 1984.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 23ª reimpressão. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas*. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, P. *A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

GENRO FILHO, A. *O Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Tchê!, 1987.

GÓES, J. C. Comunicação e processos identitários: entrelaçamentos, não-ditos e caminhos de possibilidades. In *Compólitica*. São Paulo, 2015, pp. 81-100. <https://doi.org/https://doi.org/10.21878/compolitica.2015.5.1.79> Acesso em 13 mar 2018.

GÓES, J. C. O jornalismo e a experiência do invisível: identidades, lusofonias e a visível herança colonial brasileira. *Tese de Doutorado*, UFMG, dezembro de 2017.

HALL, S. *et al.* A produção social das notícias: o *mugging* nos media. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

LEAL, B. S. As estéticas do jornalismo em transformação: perspectivas de pesquisa em comunicação. In: SILVA, G. *et al.* *Jornalismo contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 103-118.

LIMA, V. *Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire*. 2. ed. rev Rio de Janeiro, UnB, 2015.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo, N-1 edições, 2018.

MEDITSCH, E. e FARACO, M. B. O pensamento de Paulo Freire sobre jornalismo e mídia. *BOCC*. 2008. Em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditscheduardo-faraco-mariana-pensamento-paulo-freire.pdf> Acesso em: 7 set. 2018.

MOUILLAUD, M. *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

PARK, R. E. *A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento*. São Paulo, Cultrix, 1972.

QUÉRÉ, L. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. Traduzido por Lúcia Lamounier Sena e Vera Lígia Westin. Do original: D'un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique. In: *Réseaux*, n. 46/47. Paris, Tekhné, 1991.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. (Org.). In *Jornalismo: questões, teoria e "estórias"*. 2ª edição. Ed. Vega, 1999, pp. 27-33.

SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SODRÉ, M. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

TUCHMAN, G. *La producción de la noticia*. Barcelona: Gili, 1983.

VERÓN, E. *Construir el acontecimento*. 2ª ed. Barcelona: Gedisa, 1995.

VIZEU, A. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. In: *Revista Famecos*. Porto Alegre, nº 40, p. 77-83, 2009. Em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/6321/4596>. Acesso em 07 jan 2015.



PARTE 3.

GÊNERO, DESINFORMAÇÃO E ARTICULAÇÃO EM REDE



COMUNICACIÓN Y ALFABETIZACIÓN PARA LA JUSTICIA SOCIAL:

El caso del activismo feminista y pensionista en España²⁵

Alessandra Farné

Resumen: Este capítulo aborda el rol de la comunicación y de la alfabetización activista en la reactivación de las movilizaciones sociales en España en la era post 15-M, centrándose especialmente en el año 2018. Después de la indignación de 2011, la situación política española experimentó un contexto desfavorable para las demandas sociales, que cambió a principios de 2018 por la irrupción de dos movimientos colectivos: el pensionista y el feminista. Se estudian los aspectos discursivos de estas luchas que consiguieron entrar en la agenda política y mediática en un momento de *impasse*. Los resultados apuntan a que ambos casos están asentados en una sabiduría y alfabetización infoactivista con algunas cuestiones discursivas comunes, entre las cuales destacan elementos de interseccionalidad y un enfoque de derechos y justicia, importantes para hacer frente a los discursos de odio.

Palabras clave: Feminismo, Infoactivismo, Movimientos sociales, Pensionistas.

Introducción

El activismo español de la segunda década del siglo XXI ha estado marcado por el movimiento de los Indignados, conocido también como 15M por activarse el 15 de mayo de 2011. Las protestas, que tuvieron lugar en medio de una crisis que empezó a nivel financiero y que conllevó la imposición de medidas de austeridad con gran impacto en la sociedad, se centraron en demandas sociales y democráticas como transparencia política, vivienda y empleo (SAMPEDRO y LOBERA, 2014). Después de que los partidos tradicionales desdeñaran las protestas, entre otras cosas, por limitarse a criticar sin aportar propuestas, el espíritu del 15M fue evolucionando y a nivel político fue recogido por un nuevo partido: Podemos (SAMPEDRO et al., 2019). Este partido se fundó a principios de 2014 y en las Elecciones Generales de 2015 fue la tercera fuerza más votada, alterando el tradicional sistema bipartidista – con la alternancia del Partido Socialista Obrero Español (PSOE) y el Partido Popular (PP) – junto a Ciudadanos, una formación más centrista, que obtuvo el cuarto lugar. Esta renovación parlamentaria aportó cierto entusiasmo, especialmente en el período 2014-2015, por las posibilidades de implementar medidas sociales a nivel institucional. No obstante, la falta de una mayoría absoluta y el fracaso en formar un gobierno de coalición, llevó a convocar unas nuevas elecciones en 2016. Los resultados fueron parecidos a la convocatoria anterior, pero Ciudadanos apoyó al PP para formar un gobierno de centro-derecha.

El período 2016-2017 supuso un estancamiento para las demandas sociales debido principalmente a la formación de un gobierno de centro-derecha con medidas conservadoras y a la tensa situación de Cataluña (la confrontación sobre la independencia) que monopolizó la agenda política y mediática a lo largo de este intervalo de tiempo. En este escenario, a principios de 2018 dos movimientos consiguieron agrietar este *impasse* e introducir demandas sociales en la agenda mediática y política: el activismo pensionista y el movimiento feminista.

²⁵ Este capítulo forma parte del proyecto de investigación “Comunicación para el Cambio Social y Educación mediática frente a los discursos del odio sobre género e inmigración: análisis de los discursos públicos en el periodo 2016-2019” (UJI-B2019-13).



A continuación, se abordan estos dos movimientos centrándose en sus prácticas comunicativas. El estudio adopta un enfoque de Comunicación para el Cambio Social para explorar los elementos discursivos y de alfabetización activista de estas dos “olas” que consiguieron reintroducir las demandas sociales en la agenda mediática, primero, y política luego, logrando algunos cambios y compromisos políticos.

1. Comunicación y alfabetización para el Cambio Social

La Comunicación para el Cambio Social se ha expandido y consolidado en las últimas dos décadas, especialmente centrandose su atención en la evolución e interrelaciones entre los campos de la comunicación participativa y la comunicación para el desarrollo (ENGHEL & NOSKE-TURNER, 2018; GUMUCIO DAGRON & TUFTE, 2008; HEMER & TUFTE, 2016; MARÍ SÁEZ, 2013; TUFTE, 2015; WILKINS, TUFTE & OBREGON, 2014). Asentada en este marco conceptual, se propone una perspectiva de comunicación para el cambio social basada en la contribución de tres ramas: Estudios de Paz, Estudios Culturales y Estudios de Género y Feministas (NOS ALDÁS y FARNÉ, 2021). Los Estudios de Paz ofrecen una reflexión crítica sobre las relaciones entre la violencia directa, estructural y cultural (GALTUNG, 1996) con el consiguiente rol fundamental de los elementos culturales y simbólicos en la promoción de la paz y la justicia social. Los Estudios Culturales contribuyen a desvelar la (desigual) distribución de poder con relación a la cultura y la formación de las identidades (GROSSBERG, 2003), y, por lo tanto, el rol de la comunicación en crear mediaciones (MARTÍN BARBERO, 1987; REGUILLO, 2004). Finalmente, se incluye un enfoque de los Estudios de Género y Feministas y, especialmente, una perspectiva interseccional para abordar las interrelaciones del sistema de privilegios y opresiones en el que se cruzan las discriminaciones de género, etnia, clase, sexualidad, edad, entre otros elementos (LA BARBERA, 2017; YUVAL-DAVIS, 2013). Con la triangulación de estas tres perspectivas, se contempla la Comunicación para el Cambio Social en su rol para crear y promover discursos que contribuyan a transformar la sociedad hacia horizontes más justos y pacíficos (IRANZO y FARNÉ, 2019; NOS ALDÁS et al., 2021).

Asimismo, en una sociedad caracterizada por el creciente flujo de información y la presencia casi constante de contenido mediático y digital, se debe contemplar el rol de la alfabetización informacional y mediática – conocida como MIL por su acrónimo en inglés promovido también por la UNESCO – para construir una ciudadanía crítica y una sociedad más democrática basada en los derechos humanos, la igualdad y para hacer frente a los discursos del odio (CARLSSON, 2019; GAGLIARDONE et al., 2015; SALES, 2020; SINGH et al., 2016). En efecto, tanto el activismo social como las competencias MIL son esenciales para el funcionamiento de sociedades democráticas (MURAKAMI, 2019) porque más allá del derecho fundamental a la información y a la libre expresión, todas las alfabetizaciones – mediáticas, visuales y tecnológicas – convergen para concienciar a la ciudadanía sobre cuestiones de justicia social (KIBBEY, 2011).

Desde una perspectiva metodológica, el estudio aborda los elementos discursivos de las dos olas (pensionista y feminista) para explorar las oportunidades de resignificación de los sujetos, transformando su rol de víctimas a sujetos dotados de agencia que actúan para transformar esa victimización en activismo. En este sentido, el análisis contempla dos ejes principales en la comunicación activista: por una parte, se estudian los elementos discursivos vinculados a escenarios de protesta (NOS ALDÁS y PINAZO CALATAYUD, 2013; PINAZO CALATAYUD y NOS ALDÁS, 2016) y, por otra, se abordan los marcos de reconocimiento en el contexto de la acción colectiva (GÁMEZ FUENTES, 2015). Además, se observa la presencia de criterios de eficacia cultural para una comunicación transformadora (NOS ALDÁS y FARNÉ, 2020): 1) noviolencia (evitar el uso y la instigación a cualquier tipo de violencia, incluso la simbólica); 2) reconocimiento (reconocer al otro en igualdad desde la diferencia, con empatía, equidad y solidaridad); 3) transgresión (transformar los marcos de representación hegemónicos que perpetúan opresiones y promover nuevos imaginarios inclusivos);



4) interseccionalidad (contemplar los cruces de las cuestiones de género, etnia, clase, sexualidad, edad, diversidad funcional, procedencia, etc.) y 5) inspira(c)ción (fomentar una comunicación propositiva, que no se limite a denunciar lo negativo, sino que también ofrezca modelos igualitarios para la transformación de las injusticias y desigualdades).

2. Marea pensionista

2.1 Contexto de las protestas

Después de los años de medidas de austeridad que, entre otras cosas redujeron el poder adquisitivo de las personas pensionistas, en diciembre de 2017 el Gobierno del PP anunció una subida del 0,25% de las pensiones. El Gobierno presumió de la noticia en los medios y envió una carta a cada pensionista con el anuncio y el importe exacto que recibiría con la subida. Considerando que alrededor de tres millones de personas reciben pensiones mensuales inferiores a 677 €, que se considera el umbral de pobreza en España, en muchos casos el incremento fue de apenas 1 o 2 euros al mes (RODRIGO PALACIOS, 2018). La medida indignó al colectivo pensionista, que respondió con el lema: “Nos han tocado los bolsillos, pero sobre todo la dignidad”.

Se empezaron a organizar en un pequeño grupo de pensionistas en Bilbao (en el País Vasco, en el noreste de España) que se manifestó por primera vez el 15 de enero de 2018 y siguió concentrándose todos los lunes siguientes reuniendo cada vez a más gente, movilizándolo a miles de pensionistas también en otras ciudades. Cabe destacar que no es una casualidad que la marea pensionista empezara en el País Vasco porque, al ser una zona bastante industrial, tiene una trayectoria de activismo obrero, con una plantilla que ahora se está jubilando y puede transferir su experiencia para movilizarse por las pensiones. Además, muchas de las personas que ahora están jubiladas corresponden a la generación que vivió de joven el espíritu reivindicativo de 1968 y, cincuenta años más tarde, están reactivando las movilizaciones. Finalmente, para trazar el contexto de la marea pensionista, también se debe recordar que el activismo de las personas mayores ya había empezado en el 15M con los grupos de los autodenominados “yayoflautas”²⁶, un original juego de palabras para describir a unos “abuelos activistas”.

2.2 Elementos discursivos de su activismo

En la marea pensionista se pueden detectar diferentes elementos y estrategias comunicativas que han reactivado las movilizaciones sociales y la atención mediática.

- Empezaron a devolver al Ministerio de Hacienda miles de cartas con la notificación del importe de la subida escribiendo en el sobre que “el 0,25% es una mierda. Rehusado a su procedencia” y, antes de remitir las cartas, hicieron fotografías y vídeos que compartieron en redes sociales y llegaron a los medios de comunicación que se hicieron eco de la noticia (CADENA SER, 2018).
- El colectivo se ha presentado como sujeto político con reivindicaciones legítimas que desde la política se deben tomar en serio. Mandó un mensaje político claro enfatizando que los pensionistas son ciudadanos que representan más de 9 millones de votos y aproximadamente la cuarta parte de todo el electorado español por lo que ningún partido puede desatender a este perfil de potencial votante.
- Han tenido constancia y han seguido manteniendo las manifestaciones de Bilbao todos los lunes por la mañana durante más de dos años, evolucionando de una pequeña concentración a manifestaciones de miles de personas, llenando las calles de la ciudad y creando un efecto multiplicador.

²⁶ El término deriva de la unión de dos palabras: yayo y flauta. Yayo es un sinónimo familiar y cariñoso de abuelo. La palabra flauta hace referencia al término “perroflauta” con el que de manera irónica y despectiva se alude a las personas con un estilo hippie (jóvenes que pasan el día tocando música por la calle junto a sus perros) y que a menudo se utiliza para mofarse de la gente activista.



- Han organizado concentraciones en más de 30 ciudades y organizaron una manifestación en Madrid que consiguió protestar delante del Congreso. Esta acción fue un hito porque después de las protestas de “Rodea el Congreso” de 2012 el Gobierno aprobó una ley (que la ciudadanía ha denominado Ley Mordaza) para prohibirlas en el futuro. En este caso, la marea pensionista consiguió protestar delante de la sede del poder legislativo en un acto teóricamente prohibido y en el que la orden gubernamental a la policía fue de no cargar contra los manifestantes para evitar la imagen de cargas a personas mayores.
- Aplicaron un enfoque transversal tomando conciencia de las diferencias internas que puede haber dentro de los varios perfiles de personas jubiladas, pero a la vez demostrando también conciencia de “la necesidad de mantener la unidad por encima de las diferencias” (ALBIN, 2018) y plantearse como Marea Pensionista.
- Hay un claro enfoque de género. Por una parte, las mujeres están en el centro de la lucha, tanto simbólica como organizativa. Por ejemplo, Paquita Martín, una trabajadora y sindicalista jubilada, se convirtió en un símbolo de la reivindicación cuando en un programa televisivo en *prime time* dijo a un economista que afirmaba que los pensionistas no habían perdido poder adquisitivo: “tengo 91 años, pero no soy gilipollas” (LA SEXTA, 2017). Otro ejemplo es Andrea Uña, una trabajadora jubilada que fue de las primeras en participar en las protestas en Bilbao y se convirtió en una de las portavoces del movimiento, quien recuerda que todo empezó a través de un mensaje de WhatsApp que decía: “El lunes 15 [de enero de 2018] reunión en el Ayuntamiento a las 12:00 por el 0,25%” (Albin, 2018). Por otra parte, y conectado a la presencia central de las mujeres, el discurso de la Marea Pensionista pone el foco en la injusticia de género, denunciando que la desigualdad en la vida laboral (el número de años y las cantidades cotizadas) se refleja en la etapa de jubilación ya que precisamente las mujeres perciben las pensiones más bajas y, en muchos casos, son las mínimas.
- Hay una perspectiva intergeneracional en la que se apela y defiende a las generaciones más jóvenes desde el convencimiento de que defender las pensiones de hoy es defender las del mañana.
- Se pone el énfasis en los logros y también en la voluntad de seguir con las reivindicaciones. En efecto, la Marea Pensionista ha cosechado sus éxitos y en pocos meses ha conseguido presionar a políticos que repetían que no era posible subir más las pensiones. En primer lugar, en abril de 2018, la ley de Presupuestos, aprobada por el Gobierno del PP que había anunciado la subida del 0,25% que originó las protestas, contempló una subida del 1,6% (similar a la inflación) y hasta un 3% para las pensiones mínimas (muchas rondan los 300-400 €), con el apoyo del Partido Nacionalista Vasco. En segundo lugar, en verano de ese año se produjo un cambio de gobierno que desde entonces es de izquierda y se ha comprometido a renovar las subidas de las pensiones anualmente por lo menos para compensar la inflación, pero aún así la Marea Pensionista ha seguido movilizándose y celebrando el primer y segundo aniversario con reivindicaciones para alcanzar pensiones mínimas de 1.080 € (ALBIN, 2020).

3. Movimiento feminista

3.1 Trasfondo: una larga trayectoria de luchas

A diferencia de la Marea Pensionista, el activismo feminista tiene una larga historia de lucha persistente y en España ha sido muy activo en los últimos años, alcanzando una movilización histórica en 2018 con la huelga de mujeres del 8 de marzo. Para entender el desarrollo de las movilizaciones es necesario revisar algunos hitos que han tenido lugar especialmente después del 15M de 2011, pero antes, a modo de contextualización, es importante recordar algunos eventos clave en el feminismo español del siglo XXI. En la década del 2000, bajo el gobierno socialista de Zapatero, España promovió leyes en cuestiones de género que las Naciones Unidas han considerado pioneras y modélicas, entre ellas la ley contra la violencia de género, la ley para la igualdad



real entre hombres y mujeres, así como la ley para garantizar el matrimonio entre parejas del mismo sexo. A pesar de este marco legal, en 2011 el propio 15M tuvo su lucha interna por una pancarta feminista en la Plaza de Sol de Madrid. La pancarta “La revolución será feminista o no será” causó controversia porque inicialmente algunos consideraron el mensaje como excluyente y un hombre quitó la pancarta. Las feministas persistieron y la pancarta reapareció. Este momento marcó un antes y un después – de manera simbólica la pancarta volvió para quedarse – abriendo oportunidades para insertar el feminismo en la política española.

Obviamente, los acontecimientos vinculados al movimiento feminista en España no se pueden entender sin las reivindicaciones internacionales (#NiUnaMenos, #MiPrimerAcoso, las marchas de mujeres contra Trump, #MeToo, etc.), por lo que su lectura va contextualizada en este sentido. Considerando este entorno más amplio, a continuación, se recopilan los hitos del feminismo español después del 15M centrándose en los elementos discursivos.

3.2 Feminismo en los medios y periodistas feministas

Después del 15M empezó una gradual proliferación y consolidación de nuevos medios con perspectiva feminista o por lo menos secciones específicas, como Micromachismos (en *Eldiario.es*), *Píkara*, *La Marea*, o *Público*. Además, estos dos últimos periódicos en la actualidad están dirigidos por periodistas mujeres, Magda Bandera y Ana Pardo de Vera, respectivamente, que están comprometidas con adoptar un enfoque feminista. Por otra parte, se ha ido consolidando el papel activo de muchas mujeres del sector del periodismo y la cultura en general que son muy activas en redes sociales y se han convertido en muchos casos en referentes del feminismo y que se esfuerzan por traducir cuestiones teóricas a un lenguaje accesible a través de la producción de contenido feminista en la cultura popular (redes, radio, vídeos, libros, presencia televisiva, etc.). Algunas de estas referentes mediáticas son Irantzu Varela (con sus vídeos del programa *El Tornillo*), Barbijaputa (y su podcast *Radiojaputa*), o Cristina Fallarás (que, entre otras cosas, empezó el hashtag #cuéntalo para compartir testimonios de acoso). Esta nueva presencia y discurso feminista en el entorno mediático ha contribuido a introducir la perspectiva feminista en la sociedad española y ha acompañado la configuración de otros hitos.

3.3 Derechos sexuales y reproductivos: el Tren de la Libertad

Durante el período 2012-2014, el movimiento feminista articuló demandas sociales, especialmente movilizándose contra la propuesta del Gobierno del PP para restringir los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres. La propuesta incluía un proyecto de reforma de la ley del aborto que había sido aprobada en 2010 por el PSOE y que garantizaba el acceso a la interrupción voluntaria del embarazo durante las primeras semanas (conocida como ley de plazos), mientras que el PP quería volver a un acceso limitado a circunstancias especiales y previa justificación por parte de la mujer (conocida como ley de supuestos). Varios grupos de mujeres y colectivos feministas rechazaron la reforma y se organizaron, promoviendo la movilización del Tren de la Libertad.

La iniciativa empezó con un grupo de mujeres de Asturias que compraron todos los billetes del mismo tren para viajar juntas desde el Norte de España a Madrid el 1 de febrero de 2014 para protestar y finalmente consiguieron movilizar a miles de otras personas. Durante el camino encontraron el apoyo de otras activistas que las saludaban a las paradas del tren. Una vez llegadas a la capital se unieron a otras activistas y alcanzaron el Congreso para entregar un manifiesto llamado “Porque yo decido”, sobre la libertad de las mujeres para decidir por sus vidas. Después de entregar el manifiesto a la atención del Gobierno, organizaron una manifestación con miles de participantes.



Incluso, consiguieron el apoyo de colectivos feministas de otros países donde también se organizaron manifestaciones a favor del Tren de la Libertad en París, Roma, Londres y Buenos Aires, entre otras ciudades. Fue especialmente relevante y de gran repercusión mediática el apoyo de Anne Hidalgo, que en ese momento era candidata y ahora es alcaldesa de París, quien participó en la presentación parisina y lectura del manifiesto.

Además, las acciones activistas del Tren de la Libertad fueron grabadas por un grupo de unas cien mujeres cineastas, incluyendo figuras influyentes como Iciar Bollaín, Isabel Coixet, Mabel Lozano, Gracia Querejeta y Virginia Yagüe entre otras, quienes crearon el documental colectivo *Yo decido. El tren de la libertad*, que contribuyó para alcanzar aún a más personas con su mensaje (CASTILLO MATEU, 2015).

El amplio rechazo a la reforma de la ley del aborto llevó al entonces presidente del Gobierno, Mariano Rajoy, a anunciar la retirada del proyecto de ley en septiembre de 2014. Posteriormente, el ministro de Justicia Alberto Ruiz Gallardón, quien había promovido la reforma, anunció su dimisión y se retiró de la política desde entonces.

3.4 Feminización de la política

En la primavera de 2015 en España tuvieron lugar varias elecciones municipales y regionales en las que, a través de coaliciones o confluencias de centro-izquierda, varias ciudades y regiones reemplazaron gobiernos conservadores e introdujeron los llamados “ayuntamientos del cambio”. Algunos de estos cambios progresistas fueron liderados por mujeres, como el caso de Manuela Carmena en Madrid, Ada Colau en Barcelona y Mónica Oltra en la región de Valencia. Mientras la política nacional estaba siendo monopolizada por un gobierno conservador y tensiones en la oposición, en estos ayuntamientos del cambio gracias a sus líderes y sus equipos se fue introduciendo una cierta feminización de la política. En este sentido, destacaron por aplicar una ética del cuidado en política, especialmente en dos áreas: por una parte, unas medidas de emergencia social (vivienda, servicios sociales) y, por otra, una actitud de más diálogo y respeto (GÁMEZ FUENTES y CASTILLO MATEU, 2016).

3.5 Marcha estatal contra las violencias machistas

A pesar de las pioneras leyes en igualdad de género y violencia contra las mujeres, en España sigue habiendo mucha violencia directa, estructural y cultural contra las mujeres. En respuesta al inaceptable número de mujeres asesinadas por motivos sexistas y especialmente después de un verano dramático por los feminicidios cometidos, los colectivos feministas de la Marea Violeta organizaron la primera marcha estatal contra las violencias machistas el 7 de noviembre (7N) de 2015 con el slogan #VivasNosQueremos y otros lemas como #TerrorismoMachista, #CuestióndeEstado. Con la marcha consiguieron abrir el debate sobre la necesidad de más compromiso a nivel nacional sobre la violencia contra las mujeres y se constituyó la “7N Plataforma Feminista Contra las Violencias Machistas” para introducir en la agenda política las reivindicaciones planteadas en el manifiesto. Entre sus éxitos cabe destacar que consiguieron un amplio apoyo político ya que en ese momento ningún partido se opuso a implantar más medidas, aunque con diferencias en los enfoques a seguir.

3.6 “La Manada”

En 2016, durante las fiestas de San Fermín en Pamplona, una chica de 18 años fue violada por un grupo de amigos que se autodenominaba “La Manada”. El caso generó gran indignación en todo el país porque además había pruebas audiovisuales (los hombres grabaron los actos con sus móviles), conversaciones en WhatsApp (entre otras cosas sobre drogar a chicas) y la policía encontró pruebas de abusos previos a otra chica en otra ciudad (por lo que posteriormente fueron condenados). La indignación se articuló principalmente alrededor de tres ejes y durante todas las fases de investigación y juicios. En primer lugar, la sociedad se indignó por la gravedad de lo ocurrido y por la extendida cultura de la violación. En un segundo momento, hubo indignación popular por la revictimización a la que fue sometida la chica durante el juicio. Tanto el abogado de la defensa como algunos medios conservadores, que además propagaron misoginia *online*, acusaron a la víctima de mentir basándose en prejuicios machistas. Entre las varias recriminaciones, se la acusó de haber consentido (de lo contrario, habría luchado y tendría heridas defensivas o no habría retomado su rutina en redes sociales) y haber puesto una denuncia falsa (por estar resentida ya que después los hombres le robaron el móvil y la dejaron sola). La tercera ola de indignación se desencadenó a partir de la primera sentencia, emitida en marzo de 2018, que condenaba a los hombres por abuso sexual, pero no por violación. Además, uno de los jueces que participó en el veredicto emitió un voto particular alegando que en el vídeo vio “jolgorio y regocijo” (EFE, 2018). El caso generó un gran apoyo social a la víctima, también de rechazo a las personas y medios que defendían al grupo de hombres, convencidos de que había sido una relación consentida.

El movimiento se articuló generando, tanto *online* como en las manifestaciones en las calles, discursos de sororidad y de denuncia de la cultura patriarcal en todos los niveles del sistema cultural e institucional, incluida la justicia, con lemas como: “yo te creo”, “tranquila hermana, aquí está tu manada” o “no es abuso, es violación”. Asimismo, después de la primera sentencia, en las redes sociales se produjo una ola de sororidad basada en testimonios e historias compartidas de acoso y abuso sexual con el hashtag #cuéntalo, iniciado por la periodista Cristina Fallarás, y que puso el foco en el alcance de las violencias machistas.

El activismo feminista también generó un debate sobre la justicia, desvelando las leyes e interpretaciones patriarcales y exigiendo una revisión profunda del sistema (ORBEZOGO et al., 2019). En este sentido, cabe destacar que las feministas no piden aumentar los años de condena, sino un debate para aclarar los conceptos (por ejemplo, en la legislación española vigente no aparece el término “violación”) y la formación de quien trabaja en la judicatura.

3.7 8M 2018: Huelga feminista

La primavera de 2018 fue especialmente activa para el feminismo. Para el Día Internacional de la Mujer del 8 de marzo (8M) en España se organizó no solo una manifestación sino también una huelga bajo el lema “Paramos para cambiarlo todo”.

Desde un punto de vista discursivo, el mensaje es muy interesante porque hay un juego de palabras entre “parimos”, que remite al eslogan de los años 70 y 80 de “nosotras parimos, nosotras decidimos”, y el actual “paramos”, que invita a detenerse para reflexionar sobre la necesidad de transformar ese “todo”. Por lo tanto, el mensaje de la lucha no es solo sobre el cuerpo y la maternidad, sino que ahora se detiene todo para cambiar todo. El foco está en el sistema que causa injusticias (acoso, brecha salarial, conciliación laboral-familiar, feminicidio, etc.) y por eso la exigencia ahora es una política activa que erradique las causas de la desigualdad.



Tanto la manifestación, como la huelga tuvieron un gran éxito. La huelga se planteó para todas las trabajadoras (remuneradas o no) para visibilizar la diferencia que marcan las mujeres en la sociedad con su trabajo (a pesar de no estar recompensado justamente). Según los sindicatos, alrededor de 6 millones de personas secundaron la huelga. La convocatoria estaba abierta a todas las personas, también a los hombres que quisieran manifestar su apoyo. En España se organizaron manifestaciones en más de 100 localidades y con miles de participantes (casi 1 millón en Madrid y medio millón en Barcelona) que declararon que había sido la convocatoria más masiva desde las protestas contra la guerra en 2003.

En el éxito del 8M de 2018 tuvieron un rol fundamental las mujeres del mundo de la comunicación (#lasperiodistasparamos), desde periodistas más progresistas como Ana Pastor, Mamen Mendizábal, Ana Pardo de Vera, o Magda Bandera, a las líderes de programas televisivos matinales *mainstream* como Ana Rosa Quintana o Susanna Griso, que también contribuyeron a visibilizar la huelga feminista.

La movilización feminista del 8M consiguió cambios de actitudes entre los principales partidos políticos: todos los partidos de centro-izquierda apoyaron la huelga y los de centro-derecha cambiaron su posición de una inicial oposición a aparecer con lazos morados de apoyo. Además, los partidos acordaron aumentar el presupuesto para medidas vinculadas a la violencia contra las mujeres.

Conclusiones

En esta revisión de los principales elementos discursivos de la Marea Pensionista y el movimiento feminista se ha visto que han desarrollado acciones concretas en cada caso, pero con algunas cuestiones discursivas comunes. De estas, destacan especialmente dos: un enfoque de derechos y justicia y una perspectiva interseccional.

Con relación al primer eje, tanto el colectivo pensionista como las feministas articulan sus demandas en términos de derechos y justicia de una forma transversal, para que las mejoras puedan llegar a todas las personas y también para que la ciudadanía se pueda sentir más identificada. En el caso de las pensiones, se enmarca la lucha por garantizar una vejez digna como un derecho. En el caso de las mujeres, también se subrayan todos los elementos que encuadran la igualdad como un derecho y una exigencia justa.

En el caso de la perspectiva interseccional, también está presente en ambos casos, siempre con algunos matices. En la Marea Pensionista la cuestión de género tiene un peso muy marcado, tanto en el rol de las mujeres en la lucha, como en reivindicar más igualdad en las pensiones, que reflejan una importante brecha siendo las pensiones mínimas entregadas a las mujeres de manera desproporcionada. Además, en su lucha incluyen el factor generacional, para apelar a la juventud a que también se está defendiendo su futura jubilación. El movimiento feminista también ha adoptado una interseccionalidad discursiva (FABIAN y YUNG NIELSEN, 2020), especialmente en cuestiones generacionales (GALDÓN CORBELLA, 2018) – con mujeres de todas las edades, jóvenes, adultas y mayores luchando juntas para las generaciones presentes y futuras y atendiendo a los principales problemas de cada generación, como el acoso sexual a las más jóvenes o la discriminación laboral en las etapas más adultas, entre otros – y de clase, intentando dar respuesta y cabida no solo a las trabajadoras más privilegiadas, sino también a las más precarias. En este último caso, cabe destacar la lucha de las trabajadoras de la limpieza en los hoteles (conocidas también como camareras de piso) que se organizaron en el colectivo de “Las Kellys” para reclamar condiciones laborales más justas y consiguieron ser recibidas por el entonces presidente del Gobierno Mariano Rajoy, generando una imagen muy poderosa de las trabajadoras en el palacio de la Moncloa, sede del poder ejecutivo (OLÍAS, 2018). Este mismo año, el movimiento feminista también dio impulso a las manifestaciones del 1 de mayo (día del trabajo) cuya reivindicación principal fue la igualdad laboral (fue emblemático el ejemplo de Pepe Álvarez, secretario general del sindicato de UGT



manifestándose con un pañuelo y pin morado). No obstante, uno de los desafíos pendientes tiene que ver con la etnia y la procedencia porque aún no se ha alcanzado una movilización masiva en apoyo a minorías o colectivos migrantes, ni siquiera cuando salieron a la luz los abusos sufridos por las trabajadoras marroquíes que recogen las fresas en los invernaderos de Andalucía (ALAMI, 2019). Por otro lado la interseccionalidad, en ambos casos, aunque con matices, se puede observar una conciencia comunicativa-informacional que permite a los movimientos aportar cierta sabiduría discursiva en cómo comunicar reivindicaciones sociales que contribuye con mayor éxito a crear esa conexión o *engagement* con el resto de la ciudadanía, por ejemplo, a través de la creación de hashtags capaces de generar solidaridad y sororidad (REVERTER y MEDINA VICENT, 2020), así como una sabiduría infoactivista para transformar la información en acción (InfoActivismo, s.f.).

Esta revisión de los elementos discursivos del activismo pensionista y feminista en España en su auge de la primavera de 2018 también apunta a que su lucha no está desconectada del contexto político y de los cambios que tuvieron lugar en el país en junio de ese mismo año, cuando una moción de censura al gobierno conservador de Mariano Rajoy, impulsado por una sentencia judicial que confirmaba la implicación del PP en casos de corrupción, dio el apoyo al socialista Pedro Sánchez, quien sigue siendo presidente del Gobierno desde entonces. Así pues, es importante resaltar que el activismo español desde el 15M marcó la transparencia como un requisito fundamental en la política y, efectivamente, la sociedad ya no está dispuesta a tolerar la corrupción.

El repentino cambio de gobierno de junio de 2018 también marcó algunos hitos simbólicos y otros cambios más sustanciales que se pueden interpretar a través de la revisión hecha. En primer lugar, el presidente Pedro Sánchez nombró el primer Consejo de Ministros en España con más mujeres que hombres. El hecho de que las mujeres ocupasen 11 de los 17 ministerios se ha llegado a definir en la prensa como “Feministas” en alusión al calado del acontecimiento (PARDO DE VERA, 2018). Es evidente que esa decisión responde a las demandas sociales del contexto de ese momento (tres meses después del éxito de la huelga feminista). El mismo Pedro Sánchez había declarado: “Lo ocurrido el 8-M ha venido para quedarse. Quien ignore el grito de las mujeres, se equivocará” (publicado por el periodista M. SÁNCHEZ, 2018). Posteriormente, como presidente del Gobierno comentó: “Este Ejecutivo está comprometido con la Igualdad de manera inequívoca. Las políticas de igualdad serán una auténtica prioridad” (publicado por el periodista M. SÁNCHEZ, 2018). Aún así, es necesario mantener una mirada crítica y considerar las implicaciones de la posible institucionalización del feminismo (y en su forma más neoliberal) porque no solo se trata de nombrar a cualquier mujer, sino de incorporar políticas que aborden la transformación del sistema de injusticias y desigualdades.

Al mismo tiempo, es importante mantener una perspectiva crítica y activa para analizar los continuos cambios del contexto sociopolítico. Desde el período analizado en España se han dado cambios políticos que también afectan al discurso social en general. Por ejemplo, las elecciones de 2019 dieron la victoria al PSOE y en la actualidad sigue estando en la presidencia Sánchez en una coalición de izquierdas juntos a Unidas Podemos. No obstante, el partido de extrema derecha VOX consiguió un elevado apoyo electoral, llegando a ser la tercera fuerza con más representación en el Congreso nacional. No se puede obviar su éxito en aglutinar la reactivación de un ciclo de (ciber)activismo conservador, similar al que se había experimentado en 2004 después de la elección del socialista Zapatero (SAMPEDRO et al, 2019), y en el que entre sus ejes está el rechazo a las leyes de igualdad y de acogida de migrantes, siendo precisamente las feministas y los inmigrantes algunos de los colectivos a los que más dirigen sus enfrentamientos.

El año 2020 ha sido especialmente difícil para las feministas por varios frentes. Por una parte, en España el estado de alarma por la pandemia se declaró la semana siguiente a las manifestaciones del 8M y dio lugar a todo un discurso contra las feministas acusándolas de ser propagadoras del virus. Por otra, sigue la misoginia organizada *online* (VILLAR-AGUILÉS y PECOURT-GRACIA, 2021), pero también *offline*, especialmente a las mujeres con presencia pública y que exponen sus argumentes feministas. Este odio a las feministas ha ido



creciendo hasta el punto en el que, a partir de una agresión física a la periodista Irantzu Varela, se ha generado una iniciativa con el hashtag #EsUnaTortura y un manifiesto de denuncia: “Las agresiones a mujeres feministas se han multiplicado hasta el punto de hacernos la vida insoportable, particularmente a aquellas que por razones profesionales o por nuestra lucha contra el machismo, tenemos una presencia pública constante” (Observatorio Violencia, 2020). Finalmente, aunque aquí no se pueda abordar la complejidad del debate, no se puede obviar que en la actualidad dentro del propio movimiento feministas existen diferentes posturas sobre algunas cuestiones que necesitan ser profundizadas con detalle como la prostitución o las leyes para reconocer a las personas trans, entre otros.

En este sentido, como ya avisó María José Gámez Fuentes (2015), los movimientos activistas en favor de la igualdad y la justicia social deben estar siempre preparados a reajustar los marcos de la lucha a los contextos de acción. Cerramos recordando también las palabras de Catherine Dale y Rosemary Overell (2018: 2): “uno de los principales rasgos del feminismo es que nunca se queda quieto”²⁷.

REFERENCIAS

Alami, Aida. Trabajadoras de los campos de fresas de España denuncian abusos. *The New York Times*. 2019, 22 de julio. <https://www.nytimes.com/es/2019/07/22/espanol/temporeras-fresas-espana-marruecos.html>

Albin, Danilo. “Vamos a hacer historia”: las voces que impulsan la lucha por las pensiones en Bilbao. *Público*. 2018, 2 de junio. <https://www.publico.es/sociedad/pensionistas-historia-voce-impulsan-lucha-pensiones-bilbao.html>

Albin, Danilo. La marea pensionista vasca cumple dos años en la calle: “No daremos cheques en blanco al nuevo Gobierno”. *Público*. 2020, 15 de enero. <https://www.publico.es/politica/pensionistas-marea-pensionista-vasca-cumple-anos-calle-no-daremos-cheques-blanco-nuevo-gobierno.html>

Cadena Ser. La carta devuelta a Hacienda sobre la “mierda” de subida de las pensiones. *Ser*. 2018, 26 de enero. https://cadenaser.com/ser/2018/01/23/economia/1516709145_446761.html

Carlsson, U. (ed.). *Understanding Media and Information Literacy (MIL) in the Digital Age: A Question of Democracy*. Gothenburg: University of Gothenburg. 2019. https://jmg.gu.se/digitalAssets/1742/1742676_understanding-media-pdf-original.pdf

Castillo Mateu, Laura. Yo narro, luego Yo decido. El tren de la libertad. En: Nos Aldás, Eloísa; Arévalo Salinas, Alex; Farné, Alessandra (eds). *#Comunicambio: Comunicación, Sociedad Civil y Cambio Social*. Madrid: Fragua. 2015. p. 245- 256.

Dale, Catherine; Overell, Rosemary. *Orienting feminism: Media, activism and cultural representation*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan. 2018.

EFE. El juez discrepante afirma ver en el vídeo sexo “en un ambiente de jolgorio”. *Agencia EFE*. 2018, 26 de abril. <https://www.efe.com/efe/espana/sociedad/el-juez-discrepante-afirma-ver-en-video-sexo-un-ambiente-de-jolgorio/10004-3597685>

²⁷ Traducción propia del original en inglés: “[...] one of the best traits of feminism is that it never stays still” (Dale & Overell, 2018: 2).

Engel, Florencia; Noske-Turner, Jessica. (2018). *Communication in international development: Doing good or looking good?* New York, NY: Routledge.

Fabian, Louise; Yung Nielsen, Louise. Introduction. *Conjunctions. Transdisciplinary Journal of Cultural Participation*. v. 7. n. 1. 2020. p. 1-22. <https://doi.org/10.7146/tjcp.v7i1.119852>

Gagliardone, Iginio; Gal, Danit; Alves, Thiago; Martínez, Gabriela. (2015). *Countering online hate speech*. Paris: UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233231>

Galdón Corbella, Carmen. Cosmovisiones feministas en clave generacional. Del movimiento 15M a la Huelga Feminista del 8M. Encrucijadas. *Revista Crítica de Ciencias Sociales*. v. 16. 2018. p. 1-16.

Galtung, Johan. (1996). *Peace by Peaceful Means*. London: Sage.

Gámez Fuentes, María José. Feminisms and the 15M Movement in Spain: Between Frames of Recognition and Contexts of Action. *Social Movement Studies*, v. 14, n. 3, p. 359-365. 2015. <https://doi.org/10.1080/14742837.2014.994492>

Gámez Fuentes, María José; Castillo Mateu, Laura. ¿Es España país para política de viejos?. *Open Democracy*. 2016, 29 de mayo. <https://www.opendemocracy.net/es/en-espa-los-hombres-incapaces-para-la-p/>

Grossberg, Lawrence. Identidad y estudios culturales: ¿no hay nada más que eso?. En: Hall, Stuart; Du Gay, P. (Comp.), *Cuestiones de identidad cultural*. Buenos Aires: Amorrortu. 2003. p. 148-180.

Gumucio Dagron, Alfonso; Tufte, Thomas. *Antología de comunicación para el cambio social: Lecturas históricas y contemporáneas*. South Orange, N.J.: Communication for Social Change Consortium. 2008.

Hemer, Oscar; Tufte, Thomas. *Voice and matter: Communication, development and the cultural return*. Göteborg: Nordicom. 2016.

Infoactivismo. *¿Qué es infoactivismo?* S.f. <https://infoactivismo.org/que-es/>

Iranzo, Amador; Farné, Alessandra (Coords.). *Comunicación para el cambio social: propuestas para la acción*. Valencia: Tirant Lo Blanch. 2019.

Kibbey, Jaquelyn. Media Literacy and Social Justice in a Visual World. *Counterpoints*. v. 403. 2011. p. 50-61. www.jstor.org/stable/42981595

La Barbera, María Caterina. Interseccionalidad. *Eunomía*. n. 12. 2017. p. 191-198. <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/EUNOM/article/view/3651/2221>

La Sexta. Paquita, la voz de los pensionistas: “¿Por qué tienen que tener las mujeres la pensión más baja que los hombres?”. La Sexta. 2017, 28 de octubre. https://www.lasexta.com/programas/sexta-noche/noticias/paquita-la-voz-de-los-pensionistas-por-que-tienen-que-tener-las-mujeres-las-pensiones-mas-bajas-que-los-hombres_20170115587abe620cf21c707d142e7a.html



- Marí Sáez, Víctor. Comunicación, desarrollo y cambio social en España: entre la institucionalización y la implosión del campo. *Commons - Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital*. v. 2. n. 3. 2013. p. 40-6.
- Martín-Barbero, Jesús. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. Barcelona: Ediciones G. Gili. 1987.
- Murakami, Kyoko. Media Literacy and Social Activism. En: Hobbs, Renee; Mihailidis, Paul (Eds.). *The International Encyclopedia of Media Literacy*. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell. 2019. <https://doi.org/10.1002/9781118978238.ieml0139>
- Nos Aldás, Eloísa; Farné, Alessandra. Alfabetización mediática para la igualdad: entrenar a futuros profesionales de la comunicación a través de un Festival de Eficacia Cultural. *IV congreso Investigación y Género*. Castellón: Universitat Jaume I. 2021.
- Nos Aldás, Eloísa; Farné, Alessandra. Comunicación transgresora de cambio social: epistemologías performativas y eficacia cultural. *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*. v. 27. 2020. p. 1-26. <https://doi.org/10.29101/crcs.v27i0.12720>.
- Nos Aldás, Eloísa; Farné, Alessandra; Al-Najjar Trujillo, Tamer. Communication for Peaceful Social Change and Global Citizenry. En: Leal Filho, Walter; Azul, Anabela Marisa; Brandli, Luciana; Lange Salvia, Amanda; Özuyar, Pinar G.; Wall, Tony. (Eds.). *Peace, Justice and Strong Institutions. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals*. Cham: Springer. 2021. https://doi.org/10.1007/978-3-319-71066-2_131-1
- Nos-Aldás, Eloísa; Pinazo-Calatayud, Daniel. Communication and engagement for social justice. *Peace Review*. v. 25. n. 3. 2013. p. 343-348.
- Observatorio Violencia. El Manifiesto «Es una tortura» cuenta ya con más de trescientas firmas de mujeres del periodismo, la cultura o la política. 2020, 22 de diciembre. <https://observatorioviolencia.org/el-manifiesto-es-una-tortura-cuenta-ya-con-mas-de-trescientas-firmas-de-mujeres-del-periodismo-la-cultura-o-la-politica/>
- Olías, Laura. Las Kellys enseñan hasta la faja a Rajoy para denunciar sus condiciones laborales: “Ya no puede decir que no las conoce”. *ElDiario.es*. 2018, 5 de abril. https://www.eldiario.es/economia/kellys_1_2191336.html
- Orbezogo Terradillos, Julen; Morales i Grass, Jordi; Larrondo Ureta, Ainara. Feminismos indignados ante la justicia: la conversación digital en el caso de La Manada. *IC Revista Científica de Información y Comunicación*. v. 16. 2019. p. 211-247. <https://icjournal-ojs.org/index.php/IC-Journal/article/view/466>
- Pardo de Vera, Ana. ‘Feministas’. *Publico*. 2018, 6 de junio. <https://www.publico.es/opinion/gobierno-mujeres-feministas.html>
- Pinazo Calatayud, Daniel; Nos Aldas, Eloísa. Developing Moral Sensitivity Through Protest Scenarios in International NGOs’ Communication. *Communication Research*. v. 43. n. 1. 2016. p. 25-48. <https://doi.org/10.1177/0093650213490721>



Reguillo, Rossana. Los estudios culturales. El mapa incómodo de un relato inconcluso. *Aula Abierta. Lecciones básicas*, Portal de Comunicación InCOM UAB. 2004. <http://www.portalcomunicacio.com/download/16.pdf>

Reverter, Sonia; Medina-Vicent, María. *El feminismo en 35 hashtags*. Madrid: Catarata. 2020.

Rodrigo Palacios, Nuño. Radiografía del pensionista: cuántos hay, cuánto cobran y cuánto han cotizado. *El País*. 2018, 21 de mayo. https://cincodias.elpais.com/cincodias/2018/05/18/midiner/1526630255_444878.html

Sales, Dora (2020). Definición de alfabetización informacional de CILIP, 2018. Traducción. *Anales de Documentación*. v. 23. n. 1. <https://doi.org/10.6018/analesdoc.373811>

Sampedro, Víctor; Lobera, Josep. The Spanish 15-M Movement: a consensual dissent? *Journal of Spanish Cultural Studies*. v. 15. n. 1-2. 2014. p. 61-80. <https://doi.org/10.1080/14636204.2014.938466>

Sampedro Blanco, Víctor; Nos Aldás, Eloísa; Farné, Alessandra. Citizen activism and political developments in the transformation of the digital public sphere in Spain: From the “Pass it on!” SMS to Podemos. *IC Revista Científica de Información y Comunicación*. v. 16. 2019. p. 131-155. <https://icjournal-ojs.org/index.php/IC-Journal/article/view/467>

Sánchez, Manuel. Un Gobierno con el espíritu del 8-M. *Público*. 2018, 6 de junio. <https://www.publico.es/politica/pedro-sanchez-gobierno-espíritu-8-m.html>

Singh, Jagtar; Kerr, Paulette; Hamburger, Esther. (Eds.). *Media and Information Literacy: Reinforcing Human Rights, Countering Radicalization and Extremism*. Paris: UNESCO. 2016.

Tufte, Thomas. *Comunicación para el cambio social: La participación y el empoderamiento como base para el desarrollo mundial*. Barcelona: Icaria. 2015.

Villar-Aguilés, Alicia.; Pecourt Gracia, J. Antifeminismo y troleo de género en Twitter. Estudio de la subcultura trol a través de #STOPfeminazis. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, v. 18, n. 1, p. 33-44, 2021. <https://doi.org/10.5209/tekn.70225>

Wilkins, Karin Gwinn; Tufte, Thomas; Obregon, Rafael. *The handbook of development communication and social change*. Chichester, UK: Wiley Blackwell. 2014.

Yuval-Davis, Nira. Más allá de la dicotomía del reconocimiento y la redistribución: Interseccionalidad y estratificación. En: Zapata Galindo, Martha; García Peter, Sabina; Chan de Avila, Jennifer (Eds.). *La interseccionalidad en debate. Actas del Congreso Internacional “Indicadores Interseccionales y Medidas de Inclusión Social en Instituciones de Educación Superior”*. Lateinamerika-Institut der Freien Universität Berlin. 2013. p. 21-34.



AS FRIDAS, O CAPITÃO E O GRUPO DA FAMÍLIA: ESTRATÉGIAS EMOCIONAIS FEMINISTAS PARA ENFRENTAR A DESORDEM DA INFORMAÇÃO EM TEMPOS PANDÊMICOS

Larissa Pelúcio

Resumo: Neste capítulo discuto os efeitos emocionais da desordem da informação entre integrantes de um coletivo feminista formado por brasileiras que residem na França. O Coletivo se constitui em novembro de 2018 por meio das redes sociais *online*, com o intuito de enfrentar a ascensão da extrema direita ao poder. Por meio de uma etnografia conectiva no fluxo *online/offline*, examino e discuto a troca de mensagens, por meio do *WhatsApp*, entre as integrantes do *Coletivo Fridas e a Resistência* e como estas repercutem o mal-estar da comunicação que tendeu a deteriorar a relação com familiares. Concluo propondo que os aportes dos estudos feministas têm servido para que elas elaborem estratégias de resistências ao conservadorismo e a sororidade como ferramentas para enfrentar a onda de desinformação que tomou suas redes sociais *online*, acentuada pela crise da pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: Coletivo feminista, desinformação, Grupo da família no *WhatsApp*, pandemia da Covid-19, antropologia das emoções.

Introdução

“Se tivesse no Brasil já teria saído do grupo da família. Mas morando longe eh foda...²⁸”. Desabafa uma das integrantes do coletivo feminista *Fridas e a Resistência* (nome modificado a fim de preservar o anonimato das integrantes), composto por brasileiras residentes em Paris.

“Morando longe”, um grupo de brasileiras começou a se articular, inicialmente, pelo *Messenger* do *Facebook*, a fim de pensarem estratégias de intervenção no belicoso cenário político brasileiro constituído pelo segundo turno das eleições presidenciais de 2018. A sensação de impotência se somava à percepção de que a onda conservadora que se avolumava no Brasil engolfaria direitos recém conquistados e penalizaria mulheres como elas. Essas brasileiras se entendem como feministas, são relativamente jovens e, a maioria delas, está em Paris para fins de estudos de pós-graduação²⁹.

Parte das angústias políticas que motivaram a formação do Coletivo esteve (e ainda está) relacionada à comunicação digital estabelecida entre elas e familiares residentes no Brasil. *Fake news*³⁰, notícias

²⁸ As mensagens extraídas do *WhatsApp* serão grafadas em itálico, mantendo-se a grafia original, excerto quando os erros dificultarem o entendimento do conteúdo.

²⁹ O perfil das mulheres que compõe o Coletivo em questão será melhor apresentado na seção seguinte.

³⁰ O termo está citado aqui da forma como é utilizado no contexto investigado, e não segundo debates conceituais de autoras e autores do campo das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas. De acordo com João Canavilhas, Juliana Colussi e Zita-Bacelar Moura (2019, p. 2), a locução é em si contraditória, posto que “a primera gran característica de la noticia es la veracidad, por lo que la contradicción está en que si es fake no puede ser news. Aunque la palabra pueda facilitar la comunicación con la audiencia, en términos científicos no es satisfactoria. Por ello, la academia há buscado denominaciones alternativas para clasificar información falsa, desviando su enfoque único en el producto informativo para complementarlo con el grado de intención de desinformar (TANDOC JR.; LIM; LING, 2017), por lo cual pasa a ser más utilizada la palabra “desinformación” (BARGÃOANU; RADU, 2018).



distorcidas, comentários raivosos e *memes*³¹, ironizando ideais caros às *Fridas*, apareceram como elementos desestabilizadores da/na comunicação com entes queridos. O político se torna pessoal e emocional, aguçando conflitos que, muitas vezes, já (des)organizavam as conversas entre as parceiras desta pesquisa nos chamados “grupos da família”.

Vivendo fora do Brasil, os contatos estabelecidos por meio das redes sociais *online* com amigos/as e familiares se constituiriam como uma forma de aplacar os desafios da vida como estrangeiras, mas o que aconteceu muitas vezes no fluxo da comunicação nos grupos de *WhatsApp* da família, foi na contramão dessa expectativa. Tensões que aumentaram depois do processo eleitoral de 2018, tenderam a diminuir após aquele momento de mais aferrada disputa, voltando a crescer quando a pandemia da Covid-19 dividiu opiniões sobre as formas de enfrentamento ao quadro sanitário no Brasil.

Nessa espécie de gráfico dos acirramentos das tensões na comunicação entre as feministas e seus parentes, é possível localizar os pontos nodais que amarram o macropolítico à micropolítica das emoções. “As emoções têm a capacidade de atualizar, na vivência subjetiva dos indivíduos, aspectos de nível macro da organização social, o que Coelho (2010) chama de ‘micropolítica’” (GOLÇALVES, 2020, p. 159).

Entre as *Fridas* e seus familiares, raiva, decepção, esperança e medo foram sentimentos que compuseram “um idioma para comunicar não necessariamente sensações, mas assuntos diversos, tal como o conflito social, papéis de gênero ou a natureza da pessoa ideal ou desviante” (ABULUGHOD & LUTZ, 1990, p.11. Tradução da autora).

Os sentimentos mobilizados por essas discussões entre as feministas e seus familiares estão associados ao que Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2017) definem como desordem da informação. A desinformação tem sido discutida a partir dos aportes das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas como um problema contemporâneo relacionado à predominância de dispositivos móveis nos processos midiáticos. O que implica em tensões que atravessam a esfera íntima e a pública, comprometendo o debate democrático em arenas micro e macropolíticas. Para além da linguagem informacional, associada, por vezes, ao Jornalismo profissional com fonte legitimadora do conteúdo disseminado, a desinformação tem forte carga emocional.

Boatos, notícias fraudulentas, manipulações de dados e imagens afetam dramaticamente a comunicação e, assim, a relação entre familiares. O que se pontencializa com a facilidade das trocas possibilitadas por aplicativos como o *WhatsApp*. A ansiedade passa a compor gramática das emoções que medeiam essas interações e a indignação surge para as *Fridas* como um idioma para a expressão de posições políticas divergentes às de seus entes mais próximos. Porém, estes são sentimentos que precisam ser modulados, seja por estratégia de convencimento ou para que os laços familiares não sejam puídos pelas divergências, isolando-as da família justamente quando estão vivendo fora do Brasil.

Nas mensagens trocadas no grupo de *WhatsApp* do *Coletivo Fridas*, as estratégias de resistência estiveram desde sua gênese associadas à noção de sororidade como elemento vinculatório e como “ferramenta capaz de mobilizar ações políticas, retirando as mulheres do isolamento e possibilitando a união de sua força em prol de objetivos feministas” (LEAL, 2018, p. 2). Apesar da polissemia do termo, a sororidade foi mobilizada como estratégias de apoio emocional no nível das dinâmicas internas do grupo, bem como recurso político que oferece subsídios para sustentarem posições ideológicas, como aquelas que têm sido motivo de desgaste com familiares.

³¹ O meme foi anteriormente adotado como um conceito vindo da Sociobiologia, antes de cair nas graças das redes sociais e, posteriormente, ser definido como todo viral que se propaga pela rede web. Enfim, tudo aquilo que se espalha (se repete) pela internet em frases, fotos, vídeos, entre outros, adotando linguagens verbo-visuais. “O meme agora é visto não somente como um conceito científico de base evolucionista, mas também como a nomeação de um modo recorrente de inter-relação entre sujeitos, textos/enunciados e práticas sociais, ou seja, como um gênero discursivo” (FERREIRA & VASCONCELOS, apud JUNIOR, PELÚCIO, 2020, p. 90).

Neste capítulo valho-me das reflexões da Antropologia das emoções, em sua vertente contextualista, somando-as às contribuições da Comunicação Social sobre os ecossistemas da desinformação. A partir desses referenciais, procuro mostrar como a sororidade, enquanto solidariedade feminista, pode oferecer suporte emocional efetivo no enfrentamento dos efeitos deletérios das informações incorretas. O fluxo que as alimenta vem da desinformação como “mentira intencional e deliberada, e [que] resulta em usuários sendo ativamente desinformados por pessoas maliciosas” (WARDLE, DERAKHSHAN, 2019, p. 47-48).

Viso ainda compreender como a formação continuada e horizontalizada nos feminismos³² tem possibilitado ao Coletivo enfrentar, no plano macropolítico e no micros social das relações domésticas, a onda conservadora que engolfou o país com a candidatura de Bolsonaro. O marco temporal aqui desenhado inicia-se, portanto, com a criação do grupo, em novembro de 2018 e se fecha em janeiro de 2021, com as repercussões da gestão bolsonarista durante a crise da pandemia SARS-CoV-2, a COVID-19.

Finalmente, estabeleço diálogo, um tanto silencioso, é verdade, com os aportes de diferentes vertentes do pensamento feminista que têm contribuído para as discussões e reflexões do Coletivo *Fridas e a Resistência*, aparecem como campo discursivo de ação³³ (ALVAREZ, 2014) importante para ação e transformação social.

Metodologicamente, esta pesquisa tem exigido imersão nas redes digitais, a partir de pesquisa etnográfica conectiva. Seguindo Christiane Hine, aposta-se aqui em uma etnografia que se espalha “para além da internet, explorando como as atividades *online* passam a existir e adquirem significado em esferas da vida social mais amplas e imprevisíveis” (2015, p. 11).

Assumindo que ninguém vive uma vida apenas *online*, as vivências fora dos espaços digitais são igualmente importantes e completam o campo investigativo. Campo que sofreu alterações sensíveis devido ao fechamento de fronteiras internacionais e as medidas de isolamento social estabelecidas por cada país, devido à pandemia da Covid-19.

A etnografia de fluxo envolve relações face a face em momentos nos quais quem pesquisa participa de atividades cotidianas das colaboradoras, o que foi realizado na fase exploratória da pesquisa, antes das limitações acima citadas. Porém, tem sido justamente esse novo cenário imposto para a realização da pesquisa, o que tem possibilitado a participação da pesquisadora nas reuniões temáticas do Coletivo, as quais costumavam ser realizadas presencialmente em Paris. Ademais, a crise sanitária tem se mostrado importante tema para as reflexões das Fridas, não apenas no que se refere às interlocuções com seus familiares, mas no amadurecimento das suas posições políticas diante do novo contexto.

Na próxima seção, apresentarei o Coletivo feminista *Fridas e a Resistência*. As integrantes não serão identificadas por nomes próprios, mas como *Fridas*, seguido de uma letra maiúscula. Este recurso é uma tentativa de preservar as identidades das participantes, compromisso firmado entre mim e elas.

³² Como campo discursivo de ação, o feminismo pluraliza-se em diferentes vertentes política e, também, teóricas listadas aqui em ordem alfabética e sem pretensão de esgotar a gama de posições: anarquista, decolonial, interseccional, lésbico, liberal, marxista, negro, pós-colonial, pós-estruturalista, socialista, radical, queer.

³³ Para Sônia Alvarez (2014, p. 18), “[o]s campos discursivos de ação são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos. Os setores mais política e culturalmente visíveis desses campos, e os pontos nodais que os articulam, variam ao longo do tempo. Em diferentes momentos, distinta/os atoras/es ou vertentes ganha maior ou menor visibilidade política e cultural, e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais, às vezes conseguindo se estabelecer como hegemônicos”.



Fridas e a Resistência

A motivação para a constituição do Coletivo³⁴ *Fridas e a Resistência* foi a de se opor aos “discursos abertamente autoritários, anti-humanistas e antidemocráticos” (BALLESTRIN, 2018, p. 149) que formavam a plataforma política de Jair Bolsonaro, naquele momento disputando as eleições presidenciais de 2018. (PELÚCIO, 2020, p. 375). A ideia era promover uma espécie de “comunicação educativa”³⁵ interpessoal capaz de sensibilizar interlocutores íntimos e afetivamente próximos para os perigos que, elas acreditavam, o Brasil corria caso Bolsonaro fosse eleito.

Naquele contexto, as chamadas *fake news* apareceram como discursos ruidosos e convincentes que atacavam pautas caras àquelas mulheres que mal tinha se organizado como grupo e cuja conversão recente ao feminismo não as vinculava a associações feministas já consolidadas, mas à adesão às pautas do movimento que elas viram crescer depois de 2011 no Brasil.

Poucos meses depois das grandes manifestações de mulheres contra Bolsonaro, que ocorreram orquestradamente em final de setembro e outubro de 2018, um grupo de brasileiras, que já vinha se articulando pelo *Messenger* do *Facebook*, formou o Coletivo *Fridas e a Resistência*, em Paris. Após o período eleitoral, o Coletivo se manteve com o caráter de grupo de formação de consciência³⁶.

Aquilo que os chamados “grupos de consciência” passaram a compor a partir de meados dos anos 1970, nos Estados Unidos, foi a noção do que era uma “Mulher”, separada da noção de “Homem” universal. Por meio da constituição de grupos de consciência, mulheres — muitas donas-de-casa de classe média urbana, já com filhos crescidos, personagens focalizadas, muitas delas, no livro de Betty Friedan — passaram a discutir a própria vida. Nessas discussões, essas mulheres não somente se deram conta de que o que viviam individualmente era vivido também por todas as demais — portanto, como questão coletiva, como parte da cultura, como relação política —, mas também passaram a constituir uma noção de “irmandade”. (PEDRO, WOLFF, 2007, p. 57-58).

Com perfis bastante distintos daquelas mulheres da década de 1970 e com referências teóricas mais próximas de pensadoras como bell hooks, o grupo de consciência das *Fridas* guarda em comum com aquela geração a aposta nas contribuições teóricas dos feminismos para a promoção de mudanças na forma como se percebem como sujeitas políticas e de como podem, a partir dessa conscientização, atuar para a transformação de estruturas sociais opressoras.

As teias político-comunicativas que elas teceram por meios digitais nem sempre as levaram a se identificarem como ativistas, mas quando se assumiram como feministas o fizeram num universo midiático já inteiramente conectado e estruturado pela *web 2.0*. As *Fridas* compõem o que estou chamando de nova geração de mulheres feministas. Mais do que proximidade etária, o que marca este pertencimento é o momento histórico no qual elas encontraram-se com o feminismo. Nascidas entre o início dos anos de 1970 a começo

³⁴ Segundo Dantielli Assumpção Garcia e Lucília Maria Abrahão Sousa, “Coletivo é um grupo de indivíduos que divide os mesmos interesses, posicionamentos, e milita por uma causa comum. Os coletivos feministas são grupos de mulheres, principalmente, que militam por uma posição legitimada a elas na sociedade. Nesses grupos, inúmeras discussões, intervenções acerca do universo feminino são realizadas.

³⁵ Nas palavras de Eloísa Nos Aldás, a comunicação educativa tem o desafio de “mostrar as realidades que lhe preocupam, manifestar suas causas, transmitir os motivos por que considera que devem ser abordadas e fazer chegar suas propostas de mudanças. É sempre adotada a emoção necessária, através das possibilidades do discurso, para que os públicos lhe prestem atenção e as incorporem no seu pensamento e na sua atitude.” (NOS ALDÁS, 2010, p. 114). Nos Aldás não se refere às comunicações inter-relacionais, quando mobiliza o conceito de comunicação educativa, daí irei usá-lo de forma aspeada neste artigo.

³⁶ Até o momento de escrita deste capítulo nenhuma das organizadoras do grupo referia-se ao Coletivo como grupo de formação de consciência. Utilizo o conceito de forma analítica e não de forma que é acionada pelas integrantes da pesquisa.

dos anos de 1990, a maior parte delas teve seu primeiro contato com as discussões feministas por meio das redes sociais digitais (61%, de acordo com questionário aplicado pela pesquisadora).

A partir da formação/adesão ao Coletivo e das trocas de informações intercambiadas em ambientes *on* e *offline*, pretenderam possibilitar acesso a conteúdos sobre feminismos, a fim de construir base teórica para sustentar discussões por meio do grupo do *WhatsApp* e/ou nas reuniões *offline*. A fim de qualificarem a formação como feminista, a reflexão sobre as feminilidades e a vivência como emigrantes, as integrantes realizam reuniões quinzenais³⁷. As rodas de conversa procuram ser horizontalizadas, quer dizer, não há uma especialista, mas há as “animadoras” dos debates. Os temas são propostos pelas administradoras dos grupos no *Facebook* e *WhatsApp*. Por estes meios, sugerem-se textos, reportagens, vídeos, entre outros materiais que possam subsidiar as discussões.

A aproximação com os estudos feministas pareceu oferecer outra linguagem para lidarem com questões de injustiça de gênero com as quais se deparavam no miúdo da vida cotidiana. Nesse processo dinâmico de compartilhamento de ideias e experiências, os relatos pessoais passaram a compor o cotidiano *online*. A linguagem emocional das narrativas colaborou para a formação de laços afetivos entre as integrantes do Coletivo. Muitas delas sequer se conheciam pessoalmente, mas os depoimentos convergentes, a solidão da vida como estrangeiras, o desejo de saber mais sobre o feminismo e a vontade de se municiar politicamente para resistir à crescente tensão política que, agora ocorrida em espaços familiares, fomentou o sentimento de sororidade.

Como bell hooks (2015), a sororidade é tomada aqui como aliança feminista entre mulheres, quer dizer, para a construção e fortalecimento de vínculos de proteção, apoio e fortalecimento para a emancipação de mulheres e, assim, de homens. bell hook chamou de sororidade politizada aquela capaz de promover mudanças sociais profundas e não como “estilo de vida”³⁸.

*A questão da sororidade vai além de falarmos apenas o que outro quer ouvir, aprender a viver numa sociedade plural são questões muito profundas revelam nossa brasilidade, e que se revelou bastante com as questões políticas dos últimos tempos. Acolher alguém vai além de apenas dizer aquilo que se quer ouvir, a vida é o caos! vida-morte, dor, choro, alegria, etc. Se fechar em um condomínio e do lado ter uma favela, ou nos prédios enquanto o porteiro abre a porta, ou a faxineira negra, fala bastante de nossa constituição social e como indivíduo e da ligação com os outros. Eu fico me perguntando, como é a convivência aqui na França, pois não sei vcs, mas as na mesa na casa de pessoas que conheço sempre rola política, e sempre tem muita discussão (no bom sentido), pois no diálogo que se constrói, não é mesmo? (Frida F, em 19/11/2019, no grupo do WhatsApp)*³⁹.

³⁷ Até janeiro de 2021 já haviam sido realizadas mais de 30 reuniões, as quais passaram a se realizar por meio após março de 2021, quando o confinamento foi decretado na França e se mantinha este formato até o momento da escrita deste capítulo. Temas como “Dificuldade e êxitos da vida profissional fora do Brasil”; “sexualidade feminina”; “maternidade compulsória”; “mulheres e envelhecimento”; “menstruação e tabu”; “feminismo interseccional”, “heterossexualidade compulsória”, “assédio sexual e moral”, “sororidade e pandemia” foram alguns dos que compuseram a agenda do grupo desde sua fundação. Além disso, antes do período de isolamento social que se estendeu na França até maio de 2020, as integrantes se reuniam para piqueniques, despedidas daquelas que retornam ao Brasil, festas de aniversários e para debater o que chamaram de “temas quentes”, que no jargão do Jornalismo indica assuntos que se referem a fatos que estão em plena discussão.

³⁸ Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli trazem crítica convergente com as de hooks. Nas páginas finais do livro *Feminismo e Política: uma introdução*, apontando que a crítica às hierarquias de gênero, a demanda por cotas na política institucional ou na chefia de empresas, bem como posturas mais liberais em relação à sexualidade e à autonomia sobre seu próprio corpo, não implica em demandas por transformações mais profundas relativas à distribuição de renda, por exemplo, perdendo-se a dimensão de classe como um marcador importante e implicado em um sistema econômico que não sobrevive sem a desigualdade entre estas.

³⁹ Optei por manter a digitação das mensagens no original, procurando preservar a personalidade da escrita de cada uma das parceiras de pesquisa aqui reproduzidas. Apenas fiz correções quando os erros de digitação dificultavam o entendimento da mensagem.



Em muitos momentos de interações por meio digitais as participantes do grupo asseveram que sororidade não é “passar pano pra mulher”. Quer dizer, não se trata de limpar, metaforicamente, a sujeira de outra ou de ser condescendente frente a posições ideológicas e/ou comportamentos avessos aos valores políticos do Coletivo, apenas porque a agente da ação é mulher. A irmandade entre mulheres deve se estabelecer pelo feminismo, não pelo feminino.

Se no *WhatsApp* pedidos de ajuda emocional costumam suscitar, além de apoio efetivo, muitos relatos pessoais, no grupo do *Facebook*⁴⁰ o mais comum é a troca de dicas de leituras, compartilhamento de artigos e livros sobre gênero, raça, feminismos, bem como notícias veiculadas pela mídia massiva da França e do Brasil.

Em ambas as plataformas as organizadoras são também mediadoras e se encarregam de animar as interações, bem como de moderar os debates. Pede-se, sempre que se considere com respeito às opiniões expressadas nos ambientes virtuais do Coletivo, bem como se respeite diferenças relativas às questões raciais, de corpo, classe, nacionalidades, entre outras.

A intersecção de marcadores sociais da diferença, como os listados logo acima, é um motivador de reflexões, pois na França elas têm se confrontado com os estereótipos⁴¹ em torno da brasilidade. Para a maioria dessas moças, o sonho de estudar fora do Brasil tem sido também o desafio de se ver como um “Outro” inferior. A maioria das mulheres que compõe o Coletivo é de estudantes de pós-graduação. Falam português, francês e, muitas delas, inglês. A maior parte desfruta dos privilégios da heterossexualidade e quando viviam no Brasil, também os de classe e raça. Na pele de brasileiras, essas mulheres descobriram que os privilégios não viajam com facilidade, pois há uma dimensão simbólica destes que prescinde de códigos culturais compartilhados para serem lidos.

Como brasileiras, as parceiras desta pesquisa perceberam que aquilo que elas pensavam ser não podia ser definido de forma voluntarista e nem estava conquistado como uma espécie de verdade sobre si. A nacionalidade, como elas descobriram, não se separa de definições colonialistas sobre gênero e raça. Talvez por isso, a grande maioria delas ao responderem o questionário do *Google forms*, enviado por mim para fins desta pesquisa, tenham associado sua adesão ao feminismo à experiência como estrangeiras.

Ao entrevistar brasileiras que viveram no Chile e na França após o golpe militar no Brasil, Teresa Cristina Schneider Marques (MARQUES, 2015. P. 114) escreveu que entre as pessoas que ouviu [o] feminismo [foi] destacado como uma das transformações mais significativas entre aquelas registradas entre os exilados brasileiros pela ditadura militar, que também assumiram a defesa da democracia, dos direitos humanos, entre outras reivindicações.

Encontrei um outro contexto como alicerce para as aproximações entre brasileiras emigrantes e os feminismos, mas como ponto convergente entre essas duas gerações esteve o reconhecimento da categoria gênero como um operador importante de desigualdades, o qual atravessa todas as esferas da vida. Entre as *Fridas*, a luta por transformar as relações entre homens e mulheres, entre público e privado, dicotomias que elas mesmas, muitas vezes, colocaram em xeque, apareceu como um caminho possível de organização para a transformação social.

⁴⁰ Até 13/01/2021 o grupo privado no Facebook contava com 437 membros. No WhatsApp havia 65 participantes, incluindo a pesquisadora.

⁴¹ Como Hommi Bhabha, tomo o estereótipo “como ponto primário de subjetificação no discurso colonial, tanto para o colonizador como para o colonizado, é a cena de uma fantasia e defesa semelhantes – o desejo de uma originalidade que e de novo ameaçada pelas diferenças de raça, cor e cultura” (BHABHA, 2008, p. 116).

Redes de conflitos e afetos

O grupo da minha família tbm era assim.. 😞 Depois das eleições eles acalmaram, mas na época foi um show de horrores. Ainda mais que as pessoas tendem a crescer quando estão escondidas atrás de uma tela. A minha estratégia hoje é tentar o diálogo pessoalmente, no olho a olho (porém vivendo aqui esses momentos são raros, né...)... Nos meios digitais a gente tende a ser xingado ou até desumanizado pelo outro lado, e vice-versa (Frida L, no grupo de WhatsApp do Coletivo, 31/01/20).

Os temas políticos transformados em “assuntos do grupo da família” costumam causar sentimentos desoladores entre as *Fridas*, abalam a confiança como força substantiva capaz de garantir a integralidade dessa relação. É como se a experiência do exílio se estendesse para dimensões simbólicas, as afastando das redes de afeto que as conectam com o Brasil. Talvez seja por isso que o *WhatsApp* do Coletivo venha sendo utilizado como um espaço para desabafos e troca de estratégias discursivas para lidar com os conflitos políticos que se tornaram uma constante na comunicação entre elas e familiares.

As redes sociais *online* são hoje uma das mais importantes arenas de disputas discursivas. Analisando conteúdos que circularam por 10 grupos sobre as eleições presidenciais de 2018, no Brasil, João Canavilhas, Juliana Colussi, Zita-Bacelar Moura avaliam que, naquele período, o *WhatsApp* cumpriu importante papel na disseminação de informações falsas. Estas pareceram ter mais crédito quando circularam por grupos de família formados dentro do aplicativo, pois ali “había más tolerancia entre los participantes y un menor número de personas para confirmar la información recibida” (2018, p. 02). Diferentemente de Canavilhas e colaboradoras, não visei o fluxo de mensagem dos grupos de família, mas seus efeitos manifestos no grupo de *WhatsApp* do Coletivo *Fridas e a Resistência*. Além de estender a análise até o momento da crise sanitária provocada pelo novo coronavírus.

As *Fridas* não têm sido propriamente “tolerantes” com os participantes dos grupos da família, mas, muitas vezes, evitam o confronto direto, a fim de preservarem os vínculos. De forma que, mesmo não estando de acordo com as informações recebidas, optam, por vezes, pelo silêncio ou pelo “silenciamento”⁴² do grupo como recurso para amenizar o sofrimento mental que as notícias sobre o governo Bolsonaro, fraudulentas ou não, provocam.

Pardon meninas, eu também tô tentando fugir do coiso [Bolsonaro] mas recebi isso assim que acordei [[link para matéria do jornal Le Figaro sobre declarações de Bolsonaro referente à pandemia da Covid-19] e já fiquei doída de novo 🤔 preciso me controlar pra não deixar essas notícias estragarem todos os dias de todo mundo. Desculpem. (Frida D, no grupo de WhatsApp do Coletivo, 01/04/2020)⁴³.

Em seguida, Frida E anuncia:

Oi gurias, eu vou sair um pouco do grupo pra dar uma respirada, pois não estou aguentando as notícias políticas, eu fujo bastante desse homem [Bolsonaro] rrsrs... só por alguns dias ok. Bjoks.

⁴² O *WhatsApp* oferece o recurso de silenciar o grupo, de modo que não há notificações que anunciam a chegada de mensagens, mas tampouco impede o acesso às mesmas por parte da usuária que optou por esse recurso.

⁴³ Não é incomum que as conversas entre as *Fridas* sejam recheadas de palavras em francês e nas mensagens escritas, muitas vezes, o teclado dos celulares trocam as palavras para o francês.

Na mesma sequência de mensagens, mais uma integrante comunica sua saída do grupo de WhatsApp do Coletivo:

“Eu estava pensando o mesmo! Vou sair do grupo por enquanto pra dar uma arejada, depois eu volto com a permissão de vocês. Muito obrigada pelo apoio e informação mas agora preciso ficar um pouco longe disso tudo”.

Apesar das normas fluidas e fracamente estabelecidas nos grupos formados no *WhatsApp* (sejam os de família, dos amigos/as dos tempos de escola e mesmo dos colegas de trabalho), optar por sair é tido como indelicado e pode gerar mal-estar entre os/as integrantes. Daí o aviso de *Frida E* para as demais. Movimento que é mais difícil de ser feito quando se trata dos grupos de família.

Frida A: *Eu arqueei o [grupo] da família e ele sempre aparece novamente. Eles parecem da equipe de marketing do bolsonaro... 🤔 Terrível. Mas o da família não pode sair né ahahah*

Frida I: *O meu deu uma amenizada... agora só tão com corrente de fake News mesmo. (Pelo grupo de WhatsApp do Coletivo em 01/04/2020).*

No período do confinamento na França (de 17 de março a 15 de abril e depois a 11 de maio), como medida sanitária para contenção do novo coronavírus, aumentaram as manifestações de medo, decepção e esgotamento emocional provocados pelas notícias que vinham do Brasil. A (des)informação, assim como as notícias produzidas por profissionais da comunicação, apareceram como elementos causadores de instabilidade emocional, as quais abalaram a agenda política do Coletivo (PELÚCIO, 2020). A sororidade foi acionada, naquele cenário, como ferramenta para o acolhimento das participantes umas pelas outras, como também recurso político para a resistência.

Acho q estamos todas numa dinâmica parecida! De tentar se informar e ao mesmo tempo se proteger pra não azedar em meio a tanto caos. E tem também a sensibilidade e o momento de cada uma... Tem dia q a gente se sente pronta pra fazer uma revolução, tem dia q da vontade só de rir com os mêmes, e tem dia q só da vontade de chorar... 🤔 É assim mesmo... vamos seguindo compartilhando as revoltas, risos, tristezas e tudo mais 🤍 E se cuidar pra não murchar 🙏 (Frida X, pelo grupo de WhatsApp do Coletivo em 01/04/2020).

Assumir as fragilidades e verbalizá-las no grupo foi apontado por algumas das integrantes como recurso importante para a manutenção dos laços entre elas, bem como na ajuda para gerir o fluxo de conversas com familiares apoiadores do governo Bolsonaro. Aqueles que “*conseguem se manter fiéis apesar de tudo... Rs...*” (Frida X). Essa “fidelidade” parece fomentar uma tensão ética entre afeto e verdade. Posto que as parceiras desta pesquisa acreditam que seus parentes, pessoas em quem foram ensinadas a ter apreço e mesmo a confiar, passaram a ser as mesmas que reproduzem conteúdos descontextualizados, se mostrando convictos da veracidade destes, e resistentes aos enunciados que venham a desafiar as fontes de produção da informação ou a associação de seu teor com desinformação (WARDLE, DERAKHSHAN, 2019).

Na dinâmica emocional das relações sociais que organizam a comunicação familiar não deveria haver agressões, desprezo, nem uma distância tão problemática relativa a valores. Desta forma, a cena macropolítica que emoldura as relações interpessoais é experienciada nas micropolíticas das emoções como a sensação de que há algo de transgressivamente desconcertante na quebra da hierarquia entre pais e filhas. Passando estas últimas a se sentirem intelectual e politicamente mais maduras do que os próprios pais ou parentes mais velhos.

Na perspectiva “contextualista” da Antropologia das emoções, a dimensão micropolítica dos sentimentos se mostram como tributárias de relações de poder, pensadas aqui a partir dos aportes foucaultianos que tomam o poder como estratégia relacional distribuídas difusamente por todo tecido social. A mesma vertente, inspira-se teoricamente na

noção de discurso de Foucault, entendido como uma fala que forma aquilo sobre o que fala, ao invés de manter com ele uma relação de referência, como algo que lhe seria externo. Esta perspectiva permite às autoras [Lutz & Abu-Lughod] adentrarem a dimensão micropolítica dos sentimentos, mostrando como as emoções são tributárias de relações de poder entre grupos sociais, servindo simultaneamente para expressar e reforçar tais relações (COELHO, 2010, p. 268).

Os discursos sobre a família são emocionais. Como instituição que tem seus sentidos bastante disputados por diferentes áreas de saber, que vão do senso comum às políticas de governo/Estado e passam pelas discussões acadêmicas, os afetos em torno de sua centralidade na organização das relações sociais foram sublinhados ao longo da última década no Brasil.

Desde sua atuação como deputado federal, Jair Bolsonaro convocou “a família”, no singular, contra o “fantasma da subversão moral” (BIROLI, 2018a, p. 87). O tom foi se elevando a partir de 2011, até que se inflou uma das manipulações discursivas⁴⁴ mais eficientes de sua campanha à presidência da República, o chamado “kit gay”⁴⁵. A adesão à pauta moral da campanha foi um dos motivos dos cismas entre famílias. Não foi diferente entre as *Fridas*.

Dois anos após a chegada de Bolsonaro e seu projeto ao poder, *Frida H* dialoga com as “manas”⁴⁶ sobre os impactos emocionais nas relações com familiares, ocasionados pela gestão da pandemia por parte do Governo Federal brasileiro.

Se olharmos a família sem as lentes do romantismo, conseguimos enxergar que é o primeiro lugar de socialisation onde o poder do discurso heteronormativo do patriarcado é incarnado nos corpos daqueles que mais amamos. Há uma violence inerente a essa instituição, em algumas mais em outras menos. (Frida H, no grupo de WhatsApp do coletivo em 12/01/21).

“Desromantizar” a família como instituição, seria um caminho para a mitigação dos conflitos e para se desenvolver empatia com sujeitos que “incarnaram” discursos que estruturam violências. Desloca-se, assim, os elementos conflitivos do indivíduo para a sociedade, possibilitando um olhar crítico às instituições sociais e não somente à rede imediata de parentes.

Na análise que faço, a empatia se constitui a partir de processos reflexivos e intelectuais que mobilizam críticas sociológicas dos modelos familiares alicerçados em assimetrias e violências. A empatia é parte de um

⁴⁴ “A manipulação discursiva ocorre quando o manipulador se utiliza de estratégias como falsas conexões e uso de informações descontextualizadas para fazer com que outros indivíduos pensem ou ajam de acordo com os interesses do manipulador” (SOARES et. al, 2019, p. 5).

⁴⁵ Trata-se do kit anti-homofobia que deveria subsidiar ações pedagógicas nas escolas públicas do Brasil visando a simetria entre os gêneros e mitigar o preconceito às orientações sexuais fora dos registros da heterossexualidade. O material fez parte das ações do Programa federal Brasil sem Homofobia e as polêmicas em torno do kit iniciaram-se em 2010, agudizaram-se em 2011 e encontraram em 2018 seu momento de maior visibilidade, consagrando-se como a “fake news” mais popular da campanha bolsonarista (DE ALBUQUERQUE; COELHO; DIAS, 2018).

⁴⁶ As integrantes se chamam de “manas”, “matriarcas” e evitam se tratarem por “meninas”. “É carinhoso, mas somos um grupo de mulheres”, explica uma das administradoras do grupo do Coletivo no *WhatsApp*.

processo de construção intelectual, mais do que uma atitude moral, processo este que no caso aqui examinado se relaciona com a aproximação com os estudos feministas.

Os estudos feministas movimentam emoções diversas nessas mulheres. Emoções que se articulam como estratégias políticas para a construção de sororidade, mas também as ajudam a mobilizar junto aos seus pais, mães e parentes relevantes no mapa emocional familiar, uma linguagem crítica às posições políticas desses últimos.

Covid e desinformação

A mãe de uma amiga minha tem artrite reumatóide e tá num grupo de umas centenas de pessoas com doenças autoimunes que usam a cloroquina. Elas estão em pânico pq já tem um monte de gente que não acha mais o remédio em lugar nenhum, e elas alertam todo mundo dos colaterais, mas os idiotas continuam repassando até mesmo quantidades pra tomar como PREVENÇÃO do Covid 🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔 (Frida D, no grupo do WhatsApp do Coletivo em 29/03/2020).

No trecho que abre esta seção, a hidroxicloroquina⁴⁷, ou simplesmente cloroquina, é citada não apenas como ineficiente como medicamento para a prevenção ao novo coronavírus, mas como um comprimido que sintetizava, metaforicamente, os caminhos danosos e ineficazes que estava seguindo a gestão da pandemia no Brasil. Os emojis que fecham a mensagem mostram desolação e inconformismo da *Frida* diante da credulidade de seus e suas compatriotas aos discursos do presidente e dos efeitos deletérios desses posicionamentos.

“O desprezo populista pelo conhecimento especializado e a negação de que exista uma verdade objetiva”, tem feito com que a opinião “tenha a mesma equivalência ou espaço de verdades irrefutáveis, comprovadas pela ciência” (LOUREIRO, CASADEI, 2019, s/p).

Frida W: *O problema é quando a gente vê que a opinião não é baseada em conhecimento nenhum e beira a ignorância. Isso me desestabiliza muito! Eu não consigo lidar.*

Frida B: *O problema nem eh ela [mãe] acreditar eh ficar me torrando o saco. (sequência de mensagens trocadas no WhatsApp do Coletivo em 20/05/2020).*


As *Fridas* se batem com seus parentes, justamente no esforço de prover o que elas entendem por informação contra o que percebem como manipulação que alimenta o populismo de extrema-direita. Nesse embate, começaram a perceber que estão enredadas numa trama emocional intrincada, nas quais as rupturas de mostraram emocionalmente desvantajosas e a comunicação igualmente desgastante.

No cenário brasileiro altamente polarizado politicamente, a Covid-19 se tornou um tema ideológico e não apenas sanitário⁴⁸. Pronunciamentos presidenciais ou simples declarações, como fez Bolsonaro muitas


⁴⁷ A partir de levantamento e análise de mais de 159 mil links compartilhados no Twitter sobre a Covid-19, entre os meses de março a julho de 2020, Raquel Recuero, Felipe Soares e Gabriela Zago concluem que havia uma clara correlação entre a difusão de conteúdos favoráveis ao uso da hidroxicloroquina para o combate à Covid-19, com redes hiperpartidárias e destas com a desinformação (2020, s/p).


⁴⁸ Cláudia Pereira Galhardi e colaboradoras (2020), mostram que muitas notícias fraudulentas associavam o novo coronavírus com fatos políticos. A equipe analisou denúncias de fake news enviadas por meio do aplicativo Eu Fiscalizo entre 17 de março a 10 de abril de 2020. “A pesquisa apontou que 10,5% das notícias falsas foram publicadas no Instagram, 15,8% no Facebook e 73,7% circularam via WhatsApp” (GALHARDI et al., 2020, p. 4204).

vezes, afirmando em defesa do uso de cloroquina ou conclamando a população a deixar o isolamento, que seu próprio ministro da saúde havia instituído, são exemplos que perturbaram emocionalmente as *Fridas* nos primeiros meses da pandemia.

Isso, eu só mandei pra vcs que tem bom senso. Não posso nem imaginar esse negócio chegando na minha mãe , posta uma das *Fridas* após compartilhar no grupo do *WhatsApp* do Coletivo o vídeo “O Brasil não pode parar”, campanha do governo federal que estimulava as pessoas a deixarem o isolamento social.

Frida W: *Pra mim o confinamento não está fazendo tão mal quanto acompanhar as notícias do Brasil. É tão preocupante!*

Frida D: *Eu tô em pânico. Eu queria poder apagar o Brasil da minha memória, dos meus cookies, não receber mais nenhum tipo de notícia... Sei lá  é desesperador (...) Eu tô de boas aqui em casa no confinamento. O que me deixa sem dormir são as notícias do Brasil.*

Frida J: *Exatamente como me sinto. Confinada tô ótima, mas as notícias do Brasil acabam com meu psicológico  (sequência de mensagens no grupo do *WhatsApp* do Coletivo em 27/03/2020).*

A desordem da informação se refletiu na desordem emocional experienciada pelas integrantes do Coletivo *Fridas e a Resistência*. É difícil mensurar os impactos psicológicos que o ecossistema da desinformação tem provocado, sobretudo, naquelas pessoas que percebem que seus projetos de vida, que são também projetos políticos, foram derrotados. Aqui, me valho da etnografia imersiva, sendo eu mesma uma integrante do Coletivo, onde meu *status* de pesquisadora é conhecido e lembrado a cada nova mulher que acessa o grupo do *WhatsApp* a partir do *link* disponível no grupo do *Facebook*. Por meio dos aportes da Antropologia das emoções, procuro compreender os efeitos emocionais da desinformação, como um ecossistema complexo, sobre todo um coletivo de mulheres que há dois anos vem fazendo das discussões feministas um vocabulário de resistência ao conservadorismo.

Eliana Regina Lopes Loureiro e Eliza Bacheга Casadei (2019) procuraram mensurar e categorizar emoções provocadas por notícias sobre o período eleitoral de 2018, analisando tuítes em que apareciam o termo “Isso a Globo não mostra”. Os 250 tuítes selecionados foram analisados com ajuda do *software* Tone Analyzer da IBM Watson. “Trata-se de uma ferramenta que usa a linguística para detectar as emoções de alegria, medo, tristeza, raiva, analítico, confiante e cauteloso” (LOUREIRO, CASADEI, 2019, s/p). As pesquisadoras justificam a escolha do bordão “isso a Globo não mostra”, por entenderem que ele ajuda a mapear um fenômeno crescente: o descrédito das grandes mídias pela opinião pública no Brasil.

Se por um lado essa postura crítica aos veículos poderosos como a rede Globo tendeu a motivar o aparecimento de mídias que se apresentaram como autônomas ou que assumiram claramente suas linhas ideológicas, por outro o Jornalismo profissional veio perdendo seu lugar de instância legitimadora de informações. Essa é uma realidade que tem se mostrado danosa para as democracias, como diversos estudos vêm mostrando (BUCCI, 2019; DA SILVA GOMES, DOURADO, 2019; PRIOR, 2019).

Para além da dimensão macropolítica, esses efeitos reverberam em indivíduos singulares, desestabilizando relações afetivas, como são aquelas entre pessoas de uma mesma família. Os efeitos deletérios da desinformação se amplificam justamente pela permeabilidade dos aplicativos de comunicação privada, como o *WhatsApp*, por onde o macro da organização social impacta e modula o micro das experiências pessoais.

Em maio, quando o confinamento na França já havia acabado (findou no dia 11 daquele mês), as integrantes do Coletivo ainda se mostravam emocionalmente marcadas pelos 56 dias de rigoroso controle



de circulação de pessoas, imposto pelo governo francês, somados aos rumos trágicos que a gestão da crise sanitária tomava no Brasil, sem que isso alterasse significativamente o apoio que seus familiares conferiam a Bolsonaro.

A decepção foi expressa muitas vezes como dor física, mas também como sentimento que (des)organiza os vínculos de afinidades e a hierarquia que orienta as relações entre mãe/pais e filhas. A dinâmica de circulação das (des)informações políticas sobre o Brasil contribui para que elas se sentissem estrangeiras onde deveriam se sentir em casa, isto é, entre seus familiares mais próximos afetivamente e se reconhecendo como brasileiras a partir da identificação prestigiosa com o seu próprio país.

“*Também tô ouvindo absurdos da minha mãe e parece uma faca no coração! É uma decepção que dói demais*”, lamenta *Frida W* (20/05/20), se solidarizando com *Frida B*, quem postou um *print* de tela com a conversa entre ela e a mãe, na qual a mãe ratificava as ações de Bolsonaro frente à pandemia e o colocava como um enviado de deus. “*Eu vou acabar não perguntando mais nada. Mas eh foda pq nessa crise [sanitária] fico angustiada sem notícias*”, lamenta-se.

Nas palavras de Michele Rosaldo, precursora dos debates entre Antropologia e emoções, “as emoções são pensamentos de alguma forma ‘sentidos’ em rubores, ‘movimentos’ dos nossos fígados, mentes, corações, estômagos, pele. São pensamentos incorporados, pensamentos infiltrados pela percepção de que ‘estou envolvido’ (ROSALDO, *apud* VICTORA, 2019, p. 9). A “faca no coração” dá a dimensão desse envolvimento. Afinal, as pessoas que reproduzem essas informações enganosas, que desprezam dados científicos e apoiam populismos de extrema direita não são um outro distante a quem elas poderiam acusar sem pudor (e sem dor) de “fascista”, “negacionista”, “bolsonarista”. Tratam-se de pessoas da rede de afetos e apoios.

Quando as *Fridas*, cada uma com seu grupo de familiares, passam a atuar como uma espécie de auditoras de conteúdos trocados entre elas e seus parentes, entraram em disputas emocionais em nome do que acreditaram ser razoável e empiricamente evidente. Porém, é justamente sua dimensão emocional que confere à desinformação sua capacidade de convencimento e propagação.

Considerações finais

O grupo *Fridas e a Resistência* aglutinou, por meios digitais, mulheres brasileiras que estavam na França pela mobilidade acadêmica⁴⁹, fazendo estudos de pós-graduação, se articularam a fim de enfrentarem os “discursos abertamente autoritários, anti-humanistas e antidemocráticos” (BALLESTRIN, 2018, p. 149) que formavam a plataforma política de Jair Bolsonaro, naquele momento disputando as eleições presidenciais de 2018. A mobilização dessas estrangeiras passava pela percepção que, mesmo distantes do Brasil, podiam se valer das redes sociais digitais e de aplicativos móveis de conversas para se organizarem em torno do rechaço à plataforma conservadora de Bolsonaro. Apostaram, para isso, no vocabulário político dos feminismos, aparato teórico para pensar o pessoal e o político. Esses esforços são abalados pela dimensão emocional das comunicações mais íntimas e afetivas, aquelas que se passam nos “grupos de família”, uma arena *online* de troca de mensagens entre membros de uma mesma família, que começou a aparecer com mais força de uso depois que o *WhatsApp* ofereceu a possibilidade de ser formar grupos dentro do aplicativo, possibilitando a comunicação simultânea entre várias pessoas⁵⁰.

⁴⁹ Pode-se definir a mobilidade científica como o deslocamento geográfico de curta ou longa duração de acadêmicos/as e cientistas por instituições internacionais, com o objetivo de desempenhar atividade de pesquisa ou docência, inserido em algum programa formal ou realizado de maneira independente. (FRANÇA, 2016, p. 203).

⁵⁰ É possível formar dentro do aplicativo uma rede de comunicação simultânea com até 256 números da agenda telefônica de quem inicia o grupo. É necessário que as pessoas convidadas a se engajarem tenham o aplicativo do *WhatsApp* em seus *smartphones*. Quem cria o grupo pode seguir como administrador/a, o que lhe confere prerrogativas como excluir membros, mudar foto de identificação do grupo, convidar novos/as integrantes e mesmo partilhar ou transferir a administração com outras pessoas ali engajadas.



Afetadas, de forma consciente ou mais intuitiva, muitas jovens têm buscado uma linguagem menos capturada pelas normas sexistas, que as possibilite pensar em outras formas de se constituir relações mais seguras e prazerosas, tanto no plano íntimo e pessoal (parceiros/a, familiares, amigos/os), quanto em outras esferas como a dos estudos, trabalho, ativismo transnacional. De forma que o bordão “o pessoal é político” ganham sua espessura empírica na prática diária dessas estrangeiras. Por outro lado, vemos o político se tornar pessoal, impactando relações que são percebidas no senso comum como amorosas e não belicosas, como é o caso daquelas estabelecidas com familiares.

A desordem informacional é uma realidade no ecossistema digital, mas mostrou-se também um vetor para a desordem emocional, agravada pela crise sanitária que o espraiamento do novo coronavírus provocou. Além disso, a crise sanitária reacendeu as disputas por verdades entre as *Fridas* e familiares, quando as polarizações relativas ao cenário eleitoral de 2018 já pareciam ter se arrefecido.

A emergência da pandemia da Covid-19, no início de 2020, impactou a agenda política do grupo, adiando planos e suspendendo, em um primeiro momento, as reuniões programadas. Nas primeiras semanas de março, essa instabilidade se refletiu nas trocas intensas de mensagens que se deram pelo *WhatsApp* do Coletivo. Foram dúvidas, verbalização de anseios, ofertas de ajuda emocional e material, dicas de alimentação, cuidados e, novamente, a manifestação de preocupação com a forma como parentes brasileiros estavam reagindo ao contexto e de como isso chegava até elas por meio das comunicações digitais, sobretudo pelo *WhatsApp*.

Estabeleceu-se uma espécie de rede informal de apoio iniciada pelas administradoras do *Fridas*: “somos um grupo de suporte e sempre vamos ajudar umas as outras. estamos aqui manas! Não passem sozinha pelos problemas”.

Confinadas por 56 dias, dada as medidas de isolamento impostas pelo governo francês, as *Fridas* compartilharam no grupo do *WhatsApp* as ansiedades geradas pela mazela pandêmica nomeada pela Organização Mundial da Saúde de “infodemia”: uma abundância de informações, nem todas confiáveis, sobre a situação sanitária mundial. A desordem da informação acerca da Covid-19 se somou às incertezas sobre a continuidade de seus estudos/trabalhos aos temores em relação à condução da pandemia do coronavírus no Brasil. Muitas expressaram medo e angústias relativos à saúde de familiares e a indignação com declarações vindas do então Presidente da República, Jair Bolsonaro. Esses sentimentos agudizaram as tensões nas já sensíveis relações familiares. A raiva e a decepção compuseram o vocabulário emocional por meio do qual elas passaram a expressar suas posições políticas.

A experiência da migração, promovida por mobilidade acadêmica, possibilitou às integrantes do Coletivo um distanciamento contrastivo da realidade brasileira e, por consequência de suas experiências familiares, pessoais e subjetivas. A vida no exterior, os estudos de pós-graduação e a aproximação com o debate feminista por meio das redes sociais *online*, ofereceram vocabulário com maior potência descritiva e analítica para organizarem todas essas vivências. O que as fez perceber a necessidade de coletivizarem demandas e se unirem para qualificar a formação política por meio do feminismo.

“É urgente despersonalizar a análise política”, posicionou-se uma das integrantes do Coletivo diante da sequência de mensagens que narravam as dores e decepções com os entes queridos diante da onda de desinformação que agitava, novamente, as comunicações entre pares e delas com as respectivas famílias. Despersonalizar seria uma estratégia para deslocar o debate para além do âmbito pessoal para restituí-lo no plano macro. O que elas têm se proposto a fazer, costurando a dimensão emocional da política com a força transgressiva dos feminismos. Empenhando-se, nessa tessitura, desalinhar os fios que vêm urdindo desinformação e intolerância.



REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. In: ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. *Language and the politics of emotion*. York: Cambridge University Press, 1990. p. 1-23.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu* (43), janeiro-junho:13-56. 2014. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200013.

BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, p. 149-164, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824>

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: Linda Rubim; Fernanda Argolo. (Org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2018, v. 1, p. 75-84.

BIROLI, Flavia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo. 2018a.

BUCCI, Eugênio. *Existe democracia sem verdade factual?*. Estação das Letras e Cores Editora, 2019.

CANAVILHAS, João; COLUSSI, Juliana; MOURA, Zita-Bacelar (2019). “Desinformación en las elecciones presidenciales, 2018 en Brasil: un análisis de los grupos familiares en WhatsApp”. *El profesional de la información*, v. 28, n.5, e280503.<https://doi.org/10.3145/epi.2019.sep.03>

CORREIA, J. C.; JERÓNIMO, P.; GRADIM, A.. Fake News: emoção, crença e razão na partilha seletiva em contextos de proximidade. *BJR online*. v. 15, n. 3, Brasília, 2019.

COELHO, Maria Claudia. Narrativas da violência: uma dimensão micropolítica das emoções. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, pág. 265-285, outubro de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132010000200001&lng=en&nrm=iso>. acesso em 29 de janeiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000200001>.

DA SILVA GOMES, Wilson; DOURADO, Tatiana. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019.

DE ALBUQUERQUE MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional. *Correlatio*, v. 17, n. 2, p. 65-90, 2018.

EMERSON, R. FRETZ, R., SHAW L. Notas de Campo na Pesquisa Etnográfica *Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais*, v. 7, n. 1, 2013. Data de acesso: 18/12/20202. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=13032884182815597587&hl=pt-BR&as_sdt=0,5.



- GALHARDI, Cláudia. P. et al. (2020). Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25: 4201-4210. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28922020>
- GARCIA, Dantielli Assumpção et al. A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância. *Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)*, v. 44, n. 3, p. 991-1008, 2015. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/1032>
- GIORGIANI, Mariana et al. O impacto das fake news na pesquisa científica: relato de experiência. *Rev. Saúde Digital Tec. Educ.*, Fortaleza, CE, v. 5, n. 3, p.01-15, ago./dez. 2020. DOI: 10.36517/resdite.v5.n3.2020.re1
- GONÇALVES, Cayo Robson Bezerra. A dimensão micropolítica das emoções e a (re) organização social indígena Pitaguary (CE). *O Público e o Privado*, v. 18, n. 35 jan/abr, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/3251>
- HINE, Christine. Estratégias para etnografia da internet em estudos de mídia. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla (Orgs.) *Etnografia e Consumo Midiático: novas tendências e desafios metodológicos*. Rio de Janeiro: E-Papers. 2016.
- JUNIOR, Luiz Augusto Mugnai Vieira; PELÚCIO, Larissa. Memes, fake news e pós-verdade ou como a teoria de gênero vira uma “ideologia perigosa”. *Estudos de Sociologia*, v. 25, n. 48, 2020. Data de acesso 17/01/2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/13447>
- LEAL, Tatiane. a Ética da Sororidade: sentimentos morais, gênero e mídia. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade do XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 05 a 08 de junho de 2018.
- MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A esquerda brasileira exilada e o feminismo: a atuação política das brasileiras no Chile e na França (1968-1979). Projeto História (Online), 2015. Data da consulta 11/01/2021. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8958/2/A_esquerda_brasileira_exilada_e_o_feminismo_a_atuacao_politica_das_brasileiras_no_Chile_e_na_Franca_1968_1979.pdf
- MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2014.
- NOS ALDÁS, Eloísa. Repensar e reaprender a comunicação para uma cidadania cosmopolita. In: JALALI, Vahideh R.R (org.) *Estudos para a paz*, Aracajú: Editora Criação, 2010.
- PELÚCIO, Larissa. A pandemia, o pessoal e o político: os impactos do confinamento na agenda de um grupo de formação para os feminismos... In: Gobbi, Maria Cristina; Simões, Rosa. (Org.). *Sociedade, ativismo midiático e democracia*. Oled.Aveiros: Ria Editora, 2020, v. 01, p. 374-400.
- PELÚCIO, Larissa; DUQUE, Tiago. “Cancelando” o cuier/Queer call-out. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 1, p. 125-151, 2020. Data de acesso 17/01/2021. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/859/pdf>



PELUCIO, Larissa; PAZ, Diego. #paslui: feminismos brasileiros no hexágono europeu. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e71498, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000300504&lng=en&nrm=iso>.

PRIOR, HÉLDER. Em nome do povo: o populismo e o novo ecossistema mediático. *As fake news e a nova ordem (des) informativa na era da pós-verdade: Manipulação, Polarização, Filter Bubbles*, p. 123, 2019.

RECUERO, Raquel et al. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter. Artigo submetido para a *Revista Contracampo* – Agosto 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1154>

SOARES, Felipe Bonow et al. Desinformação sobre o Covid-19 no WhatsApp: a pandemia enquadrada como debate político. Data da consulta 11/01/2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1334>

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Reflexão sobre a desordem da desinformação: formatos da *informação incorreta, desinformação e má informação*. In: IRETON, C.; POSETTI, J. (Orgs.). *Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo*. [s. l.]: UNESCO, 2019. p. 46-58.

COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA COMO LEGITIMADORAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM ASSISTENTES DE VOZ

Isabella Bergo Crosta

Karina Ferrara Barros

Raquel Cabral

Resumo: O avanço da tecnologia digital se revela em um ritmo de constante aceleração, mediante a intensificação do fluxo *online* e *offline*. Neste fluxo *online-offline*, um objeto que tem se popularizado são os assistentes de voz. O capítulo em questão se propõe a discutir a violência relacionada à associação dos assistentes de voz ao gênero feminino e apresentar alternativas de transformação das relações em sociedade. Estudos verificaram que, além da maioria dos assistentes de voz terem nome e voz femininas, a programação desses aparelhos não abordou uma resposta crítica frente a interações abusivas por parte de usuários. Esta é a razão pela qual usaremos a expressão junto ao artigo masculino “os assistentes de voz”, uma vez que desejamos não reproduzir sua frequente associação ao gênero feminino. Por outra parte, em complemento, entendemos que o uso do artigo masculino, tal como define a norma culta da língua portuguesa, nos permite identificar uma violência na linguagem que poderia não ser percebida, caso não evidenciássemos o referido artigo. É preocupante a possível consequência no cotidiano e, nesse sentido, a Comunicação para a Paz, a Comunicação para a Igualdade, a Gestão da Diversidade e as *PeaceTech* se colocam como alternativas para colaborar com o processo de desnaturalização dessa violência que é legitimada pela língua e cultura.

Palavras-chave: Assistentes de voz, Violência de Gênero, Comunicação para Paz, *PeaceTech*.

Introdução

Uma vez que uma boa comunicação pode favorecer vias pacíficas e uma má comunicação pode ocasionar situações de violência (MUÑOZ, 2012), a comunicação se coloca como um importante processo para gerir conflitos. Nesse sentido, torna-se fundamental discutir a violência no âmbito da comunicação, considerando a interdisciplinaridade com os Estudos para a Paz (*Peace Studies*).

Os Estudos para a Paz buscam a análise crítica da guerra, dos conflitos armados e da violência política para fornecer uma base de informações que contribua para ações eficazes (ATACK, 2009). Segundo Wíberg (2018), a trajetória da investigação para a paz é marcada por três crises, nos anos 1960, 1970 e 1980, relacionadas à definição das temáticas de estudo: a primeira crise se referiu à delimitação de pautas legítimas; a segunda crise estava associada ao estabelecimento de um cerne e identidade; e a terceira remetia à preocupação com a ideia de transcender a Guerra Fria. Para Guzmán (2009 *apud* FORERO, 2012), nos anos 1990 a investigação para a paz adota uma perspectiva que concede grande importância à diversidade como meio de preservação da paz, a partir das contribuições de outras culturas e do feminismo, e no século XXI adquire uma visão antropológica e sociológica ao se preocupar com a cultura da violência e os meios nos quais são construídas as culturas de paz. As propostas dos Estudos para a Paz apontam os efeitos e compromissos implicados pelas interações comunicativas e produções discursivas, as quais podem criar e reforçar violências ou reconstruir relações, reconhecendo e incluindo diferenças (NOS ALDÁS; VICENTE, 2018).

Diversos aspectos da sociedade legitimam as violências, como é o caso das tecnologias. O avanço da tecnologia digital, assim como da robotização e automatização dos serviços, se revela em um ritmo de



constante aceleração, mediante a intensificação do fluxo *online* e *offline*⁵¹. Segundo Jaime e Lúcio (2018), o avanço e difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, são resultantes da aceleração de transformações do século XX e um dos mais influentes fatores da Globalização, explicada por Hall (2006, p. 67) como um “complexo de processos e forças de mudança”.

Neste espectro, virtualidade e cotidiano, um objeto que tem se popularizado são os assistentes de voz, *softwares* com inteligência artificial programados como sistemas operacionais ou aparelhos individualizados, com a função de dar assistência às pessoas e realizar tarefas. Podem ser conectados a dispositivos móveis ou computadores, fornecendo aos usuários respostas rápidas, por meio de som que simula a voz humana. À medida que são utilizados, registram e armazenam dados, apurando informações, tornando-se mais efetivos ao longo do tempo, propiciando intimidade e conhecimento do usuário pelo assistente de voz. Entretanto, foi observado que a maioria dos assistentes de voz foi associada ao gênero feminino e que a programação desses aparelhos não abordou uma resposta crítica frente a interações abusivas por parte de usuários (UNESCO, 2019).

A comunicação deve-se preocupar com o papel informativo e educativo dos meios de comunicação na promoção de uma cultura de paz, conforme ressaltado na Resolução A/RES/53/243 de 1999 da Assembleia Geral das Nações Unidas (CABRAL; SALHANI, 2017). Nesse sentido, o capítulo em questão se propõe a discutir a violência relacionada à associação dos assistentes de voz ao gênero feminino e apresentar alternativas de transformação das relações em sociedade. O documento está estruturado em cinco seções: na primeira, introdução, foi contextualizado o papel fundamental da comunicação nos Estudos para a Paz e apontada a associação ao gênero feminino no desenvolvimento de assistentes de voz; a segunda seção aborda o panorama da tecnologia na sociedade em relação à hibridização do fluxo *online* e *offline*; a terceira seção trata da violência naturalizada pela tecnologia e possíveis consequências decorrentes da associação de assistentes de voz ao gênero feminino; a quarta seção apresenta alternativas de transformação; e a quinta seção apresenta as considerações finais das autoras.

Assistentes de Voz

Não é de hoje que a sociedade testemunha a confluência entre o mundo virtual e o mundo real. Pierre Levy (2010), já no início do milênio, apontava o afinamento do espaço entre os universos da realidade e da virtualidade. Com o avanço das TICs, expandiram-se as possibilidades de encontro entre esses dois universos.

Um exemplo são os *chatbots* (robôs de conversa). O primeiro *chatbot* foi um *software* criado entre os anos de 1964 e 1966, chamado Eliza. A ideia era a de que Eliza conversasse com os usuários por meio de textos digitados no *software*, como se fosse uma psicoterapeuta. O nome foi inspirado na personagem principal (Eliza Doolittle) de uma peça de teatro chamada Pigmaleão, escrita em 1913 (WEIZENBAUM, 1966). Gombrich (2007, p. 80), a respeito do mito que inspirou a peça de teatro, destacou que “Pigmalião é um escultor, que deseja modelar uma figura de mulher a seu gosto e se apaixona pela estátua que fez. Roga a Vênus que lhe dê uma noiva à sua imagem, e a deusa converte o frio marfim num corpo vivo”.

Desde o primeiro *chatbot* desenvolvido, foram criadas outras formas de interagir com tecnologias inteligentes, inclusive por voz como os chamados *smart speakers* (alto falantes inteligentes) ou *voice assistants* (assistentes de voz). Nos últimos anos, foi registrado um aumento explosivo do número de equipamentos eletrônicos e estima-se que apenas no ano de 2018 foram vendidos por empresas de tecnologias 100 milhões de *smart speakers* no mundo (UNESCO, 2019). Para o ano de 2021, estima-se que existirão mais *voice assistants* do que pessoas no mundo (RENESE, 2017).

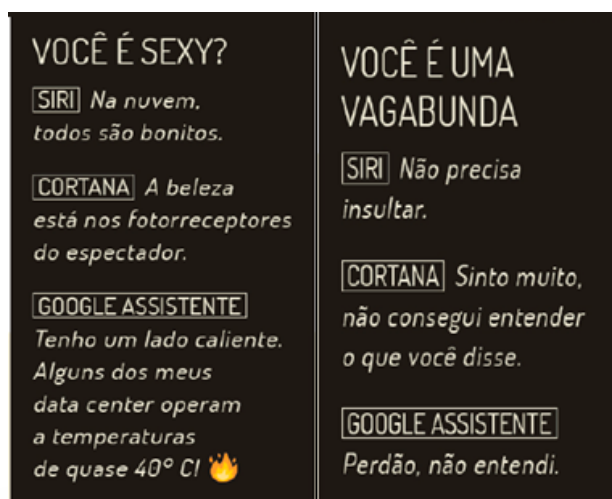
⁵¹ Sobretudo no contexto em que o mundo se vê dominado pela pandemia causada pelo novo coronavírus. Por consequência desta crise sanitária, grande parte da população se viu obrigada a cumprir o isolamento social, trabalhando e circunscrevendo sua vida em casa, aproximando-a das tecnologias.



Dentre os diversos assistentes de voz existentes, são exemplos: a Alexa, da Amazon; a Cortana, da Microsoft; e a Siri, da Apple⁵². É interessante observar que os principais assistentes de voz que existem atualmente foram associados ao gênero feminino por nome e voz, conforme verificado em estudo desenvolvido pela UNESCO (2019). A escolha pela associação ao gênero feminino no desenvolvimento dos assistentes de voz é justificada pela percepção da voz feminina sintética como capaz de ajudar as pessoas a resolver problemas, enquanto a voz masculina sintética demonstra autoridade (NASS; BRAVE, 2005), e que as vozes femininas são mais calorosas e agradáveis de ouvir do que as masculinas (MITCHELL et al., 2010).

A pesquisa elaborada pela UNESCO (2019), intitulada *I'd blush if I could*⁵³ (Eu coraria se pudesse), também estudou as reações das assistentes de voz a assédios verbais por parte dos usuários e concluiu que as respostas demonstravam atitudes subservientes, passivas e amigáveis. O relatório final (UNESCO, 2019) coloca em discussão a subserviência expressa por assistentes de voz, que demonstraram ingenuidade e servilismo e expõe preconceitos de gênero. Na Figura 1, são apresentados exemplos de interações abusivas entre usuário e três assistentes de voz mais utilizados globalmente: Siri da Apple, Cortana da Microsoft e Google Assistente⁵⁴ do Google⁵⁵.

Figura 1 – Exemplos de interações abusivas entre usuário e assistente de voz.



Fonte: PADRÃO (s/d).

Em relação à pergunta “*Você é Sexy?*”, os três assistentes de voz observados demonstraram ironia na resposta ao usuário. As reações a “*Você é uma vagabunda*” manifestaram certa conivência na programação da Siri e a não compreensão por parte dos demais assistentes. Após o estudo desenvolvido, a UNESCO (2019) indicou preocupação com a passividade das respostas fornecidas pelos assistentes de voz quando submetidos a uma situação de violência e com as possíveis consequências no trato aos indivíduos do gênero feminino no cotidiano.

Importante observar que a UNESCO é a agência da Organização das Nações Unidas – ONU⁵⁶, para a Educação, a Ciência e a Cultura, com o objetivo de garantir a paz. A igualdade de gênero é preocupação da ONU, como evidenciado pelo ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) número cinco: alcançar a

⁵² Amazon, Microsoft e Apple são multinacionais norte-americanas do ramo de tecnologia.

⁵³ O nome faz referência à mensagem de resposta de Siri, assistente de voz da Apple, frente à interação de usuário Hey Siri, you're a bitch (Hey Siri, você é uma vagabunda).

⁵⁴ Apesar de não ter um nome associado ao gênero feminino, o Google Assistente tem voz associada ao gênero feminino.

⁵⁵ Google também é uma multinacional norte-americana do ramo de tecnologia.

⁵⁶ A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundial.



igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Algumas das metas são: acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas; eliminar todas as formas de violência nas esferas pública e privada; e aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres. O ODS-5 é um dos 17 objetivos da agenda para o desenvolvimento sustentável criada após 2015 (ONU, 2020).

Tecnologia e a Legitimação da Violência de Gênero

Os assistentes de voz foram desenvolvidos de forma a reproduzir as relações entre os indivíduos no cotidiano. Neste sentido, estes aparelhos são programados por profissionais, que ao construírem os sistemas, reproduzem repertórios vigentes nas estruturas sociais. Marshall McLuhan (1974, p. 77) traduz antecipadamente o que viria a acontecer:

Todos os meios são metáforas ativas em seu poder de traduzir a experiência em novas formas. A palavra falada foi a primeira tecnologia pela qual o homem pôde desvincular-se de seu ambiente para retomá-lo de novo modo. (...) Nesta era da eletricidade, nós mesmos nos vemos traduzidos mais e mais em termos de informação, rumo à extensão tecnológica da consciência.

Byung Chul-Han (2018, p. 13) evidencia que “a comunicação digital desconstrói a distância de modo generalizado. A desconstrução da distância espacial acompanha a erosão da distância mental. A medialidade [Medialität] do digital é nociva ao respeito”. Isso significa que a aproximação das pessoas pelo estreitamento da fronteira entre os mundos real e virtual leva à nocividade nas relações, que se traduzem nas atitudes das pessoas, as quais, ao se sentirem íntimas, escondidas atrás da máquina, sentem-se autorizadas a se expressar da forma como querem, sem se importar com o respeito em relação ao outro. Han (2018) explica que a falta de respeito é característica da espetacularização da vida no virtual, como é verificado nas interações violentas por parte de usuários em relação a assistentes de voz.

Para entender a estrutura da violência presente na sociedade patriarcal, recorreremos inicialmente à filósofa francesa Simone de Beauvoir (1970), que explica no livro “O Segundo Sexo” a forma como se constituiu a situação das mulheres na sociedade ocidental. Engels (2009) aponta que foi com o surgimento da propriedade privada que as mulheres que viviam em lares burgueses foram postas em posição de subserviência em relação aos homens, sendo privadas de trabalhar fora de casa e obrigadas a realizar os trabalhos domésticos. Entretanto, em “Mulheres, Raça e Classe”, a filósofa, feminista e ativista Angela Davis (2016) explica que as mulheres negras sempre tiveram que trabalhar dentro e fora de casa. Independente de raça e classe, as mulheres eram e ainda são associadas à função de cuidado e serviço. Nesse sentido, é intrigante a associação de assistentes de voz ao gênero feminino, visto que o *software* tem a função de auxiliar a rotina dos usuários.

Ao recorrermos à obra de Johan Galtung (2003), sociólogo norueguês e importante estudioso dos *Peace Studies*, observamos os tipos de violência que categoriza como: violência direta, violência estrutural e violência cultural. Cabral, Gonçalves e Salhani (2018) explicam os tipos de violência segundo Galtung: a violência direta se refere ao ato que pode ser registrado e que é possível identificar agressor e vítima; a violência estrutural diz respeito às estruturas desiguais de poder (má distribuição de renda, falta de acesso à saúde e educação, etc.), nas quais pode-se reconhecer a vítima, mas não o agressor; e a violência cultural abrange os aspectos da cultura, como arte, religião, linguagem e ciências, utilizados para legitimar a violência e na qual não se identifica de forma evidente vítima ou agressor.

Ainda que a violência contra o gênero feminino não tenha aparecido com o avanço das TICs, “algo está mudando, pois o mundo virtual está sendo cenário de formas de violência contra as mulheres antes impensadas

(NATANSOHN, 2013, p.24). Em relação a assistentes de voz, percebe-se a tecnologia como legitimadora da violência de gênero ao associar o gênero feminino aos assistentes de voz e com a função de auxiliar a rotina dos usuários, além de demonstrar passividade e falta de endurecimento na programação de reações. Também se percebe a utilização da ciência para justificar a escolha da associação ao gênero feminino com base em estudos sobre a receptividade da voz feminina.

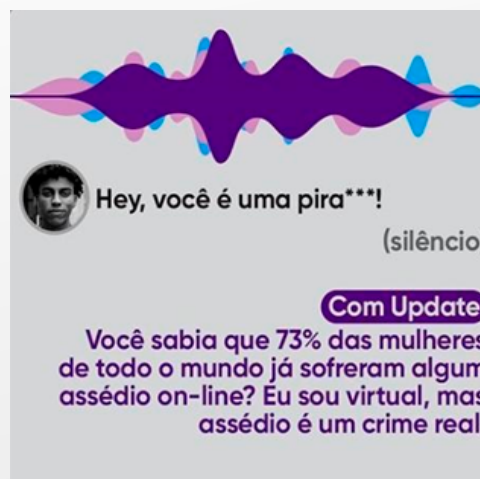
É importante identificar o motivo pelo qual essas relações são recriadas pelas tecnologias, considerando que a violência não se inscreve nem em nossa herança evolutiva, nem em nossos genes, como evidenciado no Manifesto de Sevilha (1989). Uma vez que foi apontado o problema, torna-se fundamental discutir como será possível transformar essa situação, bem como as relações na sociedade patriarcal e as violências veladas.

A ressignificação da comunicação para desnaturalizar a violência de gênero

A violência cultural, a análise das violências simbólicas como reforço para a violência estrutural e a produção da violência direta são temáticas dos Estudos para a Paz e incidem na responsabilidade e consequências da comunicação na cultura (NOS ALDÁS; VICENTE, 2018). É evidente a função essencial desempenhada pela comunicação na construção da paz, uma vez que “as interações comunicacionais evidenciam as condutas conflitivas, ativam ou catalisam conflitos e conduzem a sua resolução, violenta ou pacífica” (CABRAL; SALHANI, 2017, n. p.).

Na perspectiva da Comunicação para a Paz, a legitimação de culturas de paz necessita de articulação política para alcançar transformações mais amplas (NOS ALDÁS; VICENTE, 2018). Nesse sentido, foi realizado um esforço por parte da UNESCO (2020) de encontro a não naturalização da violência contra o gênero feminino a partir de atitudes abusivas em relação a assistentes de voz. No sentido de pressionar grandes empresas de tecnologia, o movimento Hey, update my voice⁵⁷ (UNESCO, 2020), em parceria com a UNESCO, reivindica que as empresas atualizem as respostas programadas de assistentes de voz e coleta sugestões de respostas para insultos e agressões feitas por usuários. Baseada no relatório do estudo I'd blush if I could (UNESCO, 2019), a campanha atua contra a violência de gênero e o assédio sexual a assistentes de voz e de forma pedagógica propõe transformações, que podem fortalecer as vozes das mulheres que não estão sendo ouvidas. O movimento acredita que a maneira como as pessoas tratam assistentes de voz é sintomática de uma sociedade que naturaliza a violência contra o gênero feminino. A Figura 2 apresenta a resposta sugerida pelo movimento Hey, Update my voice frente ao insulto “Hey, você é uma piranha”:

Figura 2 – Sugestão de respostas do movimento Hey, Update My Voice.



Fonte: Imagem retirada da conta do Instagram do movimento Hey, Update My Voice (2020)

⁵⁷ Em tradução livre para a língua portuguesa no Brasil significaria: “Ei, atualize a minha voz”.



Interessante observar que, no tema da tecnologia, alguns estudiosos consideram sexistas as iniciativas que promovem a participação igualitária entre os gêneros e defendem a neutralidade nesse campo, o que, segundo Natansohn (2013, p. 26), “não faz senão discriminar minorias que não se integram espontaneamente ao mundo digital”. A importância do feminismo e da interseccionalidade na comunicação é finalidade de outra camiseta política apresentada por Nos Aldás e Vicente (2018, p. 29): a Comunicação para a Igualdade, que tem como proposta “visibilizar a importância do feminismo e da interseccionalidade para uma comunicação mobilizadora e transgressora para a transformação social em direção à justiça global”. A Comunicação para a Igualdade é contra hegemônica e parte de processos coletivos, participativos e cooperativos, considerando o poder narrativo e a sustentabilidade cultural (NOS ALDÁS; VICENTE, 2018). No sentido de reivindicar a comunicação como direito humano básico, foi incluído o ponto J⁵⁸ na Conferência da Mulher de 1995, o qual destaca a importância da comunicação e do uso estratégico das tecnologias no fortalecimento das mulheres (NATANSOHN, 2013).

A desigualdade de gênero pode ser observada na área de Tecnologia ao constatar a predominância de profissionais do sexo masculino, evidenciada por resultados de diversas pesquisas nacionais e internacionais. Segundo a UNESCO (2019), o correspondente a 90% dos postos de trabalho na criação de Inteligência Artificial – IA, era ocupado por homens; dado divulgado pela ONU em 2017 (SEBRAE, 2019) demonstrou que as mulheres representavam apenas 25% da força de trabalho da indústria digital. Já no Brasil, considerando todo o setor de tecnologia, as mulheres ocupavam apenas 20% dos cargos na área (MANS, 2019). Sobre a brecha de representatividade entre os gêneros no campo da tecnologia, Natansohn (2013, p. 16) destaca que “não se refere somente às dificuldades de acesso à rede, mas também, aos obstáculos que as mulheres enfrentam para apropriarem-se da cultura tecnológica devido a hegemonia masculina nas áreas estratégicas de formação, pesquisa e no emprego das TIC’s”.

Em contrapartida, em estudo da *McKinsey & Company* foi verificado que as empresas que mais se destacam em diversidade de gênero são 21% mais propensas a alcançar lucratividade acima da média (SEBRAE, 2019). Maria Tereza Fleury (2000, p. 20) define a diversidade como “um mix de pessoas com identidades diferentes interagindo no mesmo sistema social”, que tem impactos positivos ou negativos nas organizações a depender do contexto organizacional e afirma que a Gestão da Diversidade Cultural administra as relações e as práticas de composição da força de trabalho a fim de atrair e reter os melhores talentos. Entretanto, apesar dos possíveis impactos positivos da diversidade de gênero nas organizações, segundo resultados de pesquisa nacional com profissionais da área de tecnologia, apenas 11% das mulheres participantes acreditavam que a diversidade de gênero era uma prioridade nas organizações nas quais trabalhavam (SUMARES, 2018).

Ainda assim, nos últimos anos foram observados diversos esforços no sentido de discutir os potenciais transformadores das tecnologias para a construção da paz, como a criação do *United States Institute of Peace’s Peacetech Lab* em 2015 (GASKELL, 2018). Considerando que a tecnologia pode promover tanto a violência, quanto a paz e trazer consequências bem-vindas ou indesejáveis (ALCÁZAR, 2006), o termo *PeaceTech* representa as práticas de uso da tecnologia para a construção da paz (GASKELL, 2018). São exemplos as dez práticas de sucesso para a construção da paz por meio de redes digitais mapeadas por Scaturro (2016), das quais se destaca como uma prática de *PeaceTech* na luta de gênero o *HarassMap*, que é um sistema de relatórios que combate o assédio sexual no Egito.

A difusão de práticas para a construção da paz por meio de tecnologias, o uso de uma linguagem potente e de representatividade de profissionais do gênero feminino na área de Tecnologia da Informação se mostram essenciais e complementares no combate à violência propagada pela tecnologia. Assim, a Comunicação para a Paz, a Comunicação para a Igualdade, a Gestão da Diversidade e as *PeaceTech* se apresentam como alternativas na luta contra a violência de gênero naturalizada na programação de assistentes de voz.

⁵⁸ Dentre as 12 áreas de preocupação sobre os direitos das mulheres e meninas estabelecidas na Conferência da Mulher de 1995, está o ponto J – Mulheres e a mídia.



Considerações finais

A partir da constatação de que a maioria dos assistentes de voz está associada ao gênero feminino, primeiramente buscamos visibilizar tal violência e apresentar alternativas para sua desconstrução, entendendo como se deu o processo de criação e programação dos assistentes de voz no atual contexto social. Entretanto, durante a investigação, a partir da análise do percurso da criação dos *chatbots* até os desdobramentos no presente, percebemos que o nosso incômodo com os assistentes de voz atuais vem de uma trajetória estrutural e complexa. Desde o primeiro aparelho cujo nome era Eliza, havia uma projeção similar ao mito de Pigmalião, que representava o objeto *mulher idealizada* que cumpria a função de uma terapeuta à serviço de um homem.

Por entender que o problema é cultural e estrutural, foi identificada a relevância de propostas e ações que visam sensibilizar e educar programadores e usuários sobre a naturalização de ações violentas nas interações com os assistentes de voz. Manter relações de abuso e agressão com os assistentes de voz é naturalizar as reações e relações de abuso entre os indivíduos no cotidiano, tendo em vista a relação fluida entre a dimensão *online* e *offline*. Mostrou-se evidente a urgência na identificação e visibilização da violência mediante o referencial dos *Peace Studies*, que destaca a Comunicação para Paz na busca de alternativas que colaborem para a mudança social.

De fato, entendemos que identificar a violência é um primeiro passo para transformá-la. Nessa perspectiva, a Comunicação para a Paz, a Comunicação para a Igualdade, a Gestão da Diversidade e as *PeaceTech* podem ser compreendidas como meios alternativos para a desnaturalização da violência de gênero, uma vez que os meios de comunicação e as TICs têm papel fundamental no processo de legitimação de tais violências. Ainda, reconhecemos que a representatividade de gênero, raça e classe nas mais diversas áreas profissionais colabora para o respeito às minorias e legítimos espaços de visibilidade para sua expressividade.

Por fim, cabe destacar que, partindo de uma perspectiva crítica, podemos elencar três importantes ações que atravessam esse debate aqui apresentado: 1) é fundamental que as empresas de tecnologia adotem políticas institucionais que possam monitorar a violência cultural contra mulheres mediante dispositivos que respondam criticamente aos abusos cometidos por usuários; 2) para a consecução dessa diretriz apresentada, torna-se prioritário que as empresas também adotem políticas de seleção e recrutamento de profissionais que contemple a gestão da diversidade e a igualdade entre os gêneros, raça e classe, uma vez que há uma dimensão interseccional da violência especialmente contra mulheres; e 3) é essencial que as pesquisas em comunicação e ações de educação desenvolvam estratégias comunicacionais e pedagógicas que possam colaborar com a desnaturalização da violência de gênero, que ainda é reproduzida tão amplamente em contextos cotidianos, como por exemplo, numa chamada com assistente de voz.

Com isso, entendemos que a comunicação pode ser ressignificada à medida em que permite identificar, visibilizar e denunciar as violências que são reproduzidas nos discursos sociais e legitimadas pelas próprias estruturas tecnológicas, ampliando possibilidades reais para sua desnaturalização no cotidiano.



REFERÊNCIAS

- ALCÁZAR, F. J. R. Science and Technology for Peace. In: GEERAERTS, G.; PAUWELS, N.; REMACLE, E. *Dimensions of peace and security: a reader*. Bruxelas: Peter Lang, 2006, p. 177-192.
- ATAK, I. Peace studies and social change: the role of ethics and human agency. *Policy & Practice: A Development Education Review*, v. 9, 2009, p. 39-51.
- BEAUVOIR, S. de. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Ed. 4. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 74-80.
- ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 3.ed. São Paulo: Escala, 2009, p. 21-22.
- CABRAL, R.; GONÇALVES, G.; SALHANI, J. Violência organizacional: reflexões a partir da perspectiva dos Estudos para a Paz. *Revista Organicom*, n. 28, 1º sem/2018, p. 247-265.
- CABRAL, R.; SALHANI, J. Jornalismo para a Paz: conceitos e reflexões. *Revista E-compós – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pósgraduação em Comunicação*, v. 20, n. 3, set/dez 2017, n. p.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016, p. 10.
- FLEURY, M. T. L. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, v. 40, n. 3, jul/set 2000, p. 18-25.
- GALTUNG, J. *Violencia cultural*. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratuz, 2003, p. 12.
- GASKELL, J. R. Peacetech practices and their potentials for empowerment, participation and peace. 2018. Tese (Doutorado) - Faculty of Social, Human and Mathematical Sciences, University of Southampton, Southampton, 2018.
- GOMBRICH, E. H. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007, p. 80.
- GUZMÁN, V. M. *Filosofía para hacer las paces*. Barcelona: Icaria, 2009. In: FORERO, E. A. S. Estudios para la paz, la interculturalidad y la democracia. *Ra-Ximhai*, v. 8, n. 2, 2012, p. 17-37.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 102.
- HAN, B. C. *No Exame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 13.
- JAIME, P.; LUCIO, F. *Sociologia das organizações: conceitos, relatos e casos*. São Paulo: Cengage Learning, 2018, p. 280.

LEVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 50.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação: como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix, 1974, p. 77.

MANS, M. Mulheres programadores: iniciativas querem mais representatividade em tecnologia. *Yahoo Finanças*, 10 set. 2019. Disponível em: < <https://br.financas.yahoo.com/noticias/programas-mulheres-tecnologia-070019163.html>>. Acesso em: 08 set. 2020.

MITCHELL, W. J.; HO, C.; HIMALAYA, P.; MACDORMAN, K. F. Does social desirability bias favor humans? Explicit–implicit evaluations of synthesized speech support a new HCI model of impression management. *Computers in Human Behavior*, v. 27, jan. 2011, p. 402-412. Disponível em: < <http://www.macdorman.com/kfm/writings/pubs/Mitchell2010DoesSocialDesirabilityBiasFavorHumans.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2020.

MUÑOZ, F. A. Prólogo. In: GONZÁLEZ, A. C.; LÓPEZ, M. C. (Orgs.). *Comunicación y cultura de paz*. Editorial Universidad de Granada: Granada, 2012, p. 39-48.

NASS, C.; BRAVE, S. *Wired for Speech – How Voice Activates and Advances the Human–Computer Relationship*. Cambridge: MIT Press, 2005, p. 296.

NATANSOHN, G. Introdução: O que tem a ver as tecnologias digitais com o gênero?. In: NATANSOHN, G. *Internet em código feminino: teorias e práticas*. La Crujía: Buenos Aires, 2013, p. 192.

NOS ALDÁS, E.; VICENTE, M. M. Diálogos entre o Norte e o Sul Global sobre violência e comunicação para a paz. *Revista Organicom*, n. 28, 1º sem/2018, p. 20-32.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Momento de ação global para as pessoas e o planeta*. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

PADRÃO, M. Mulheres digitais: Por que todas as assistentes virtuais têm vozes femininas? *UOL Notícias*, s/d. Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/assistentes-de-voz-x-feminismo.htm#mulheres-digitais>>. Acesso em: 08 set. 2020.

RENESSE, R. de. Virtual Digital Assistants to Overtake World Population by 2021. *OMDIA*, 2017. Disponível em: <<https://www.omdia.com/resources/product-content/virtual-digital-assistants-to-overtake-world-population-by-2021>>. Acesso em: 08 set. 2020.

SCATURRO, G. Tech for peace: Facts and figures. *SciDev.Net*, 2016. Disponível em: < <https://www.scidev.net/global/features/tech-for-peace-facts-and-figures/>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Mulheres na tecnologia*. 2019. Disponível em: <<https://atendimento.sebrae-sc.com.br/inteligencia/relatorio-de-inteligencia/mulheres-na-tecnologia%20>>. Acesso em: 08 set. 2020.



SUMARES, G. Pesquisa: 51% das mulheres na área de tecnologia já sofreram discriminação. *Olhar Digital*, 22 mar. 2018. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/noticia/pesquisa-51-das-mulheres-na-area-de-tecnologia-ja-sofreram-discriminacao/74739>>. Acesso em: 08 set. 2020.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. *Hey, update my voice*. Disponível em: <<https://heyupdatemyvoice.org/pt/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. *I'd blush if I could: closing gender divides in digital skills through education*. 2019. Disponível em: <<https://en.unesco.org/Id-blush-if-I-could>>. Acesso em: 08 set. 2020.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (1989): *Manifesto de Sevilla*. Documento difundido pela Conferência geral da UNESCO – 25ª sessão, Unidade Cultura de Paz. Paris, França, 16 de novembro de 1989.

UPDATEMYVOICE. *Campanha de conscientização sobre assédios virtuais da campanha Hey Update My Voice*, 24 jan. 2020. Instagram: @updatemyvoice. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B7tLEZjAHEf/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

WEIZENBAUM, J. Eliza: um programa de computador para o estudo da comunicação em linguagem natural entre o homem e a máquina. *Comunicações da ACM*, v. 9, n. 1, 1966.

WIBERG, H. Investigação para a paz: passado, presente e futuro. *Revista Organicom*, n. 28, 1º sem/2018, p. 57-75.



PARTE 4.

MÍDIA, DIREITOS E INTERSECÇÕES



CULTURA, CIDADANIA E YOUTUBE: DIÁLOGOS ENTRE COMUNICAÇÃO E DIREITO PARA COMPREENSÃO DO FENÔMENO YOUTUBER

Felipe de Oliveira Mateus
Carlo José Napolitano

Resumo: Este capítulo apresenta uma perspectiva teórica de estudos a respeito do fenômeno youtuber, envolvendo conhecimentos comunicacionais e jurídicos, a partir dos conceitos de mediações culturais e de midiaticização, que servem como base teórica para a compreensão da dinâmica comunicacional que se estabelece no YouTube. Baseado na análise das leis brasileiras sobre a radiodifusão e na teoria jurídica portuguesa, interpreta-se que esses conteúdos são também produtos divulgadores de cultura, educação e cidadania, sendo possível compreender o trabalho dos youtubers como um exercício do Direito à Comunicação, o que permite uma ampliação da forma como esse direito pode ser entendido pela legislação brasileira, de forma a facilitar seu fomento e garantia.

Palavras-chave: YouTube; youtubers; midiaticização; Direito à Comunicação; audiovisual.

Introdução

As liberdades de expressão e de acesso à informação são princípios fundamentais previstos pela Constituição Federal Brasileira e norteiam as leis e normas que dão conformidade ao Direito à Comunicação, tanto no sentido de garantir o direito individual dos cidadãos, quanto na forma de regulamentar a atuação dos meios de comunicação no país. São princípios que definem a produção de conteúdos culturais e educativos, incentivando a produção regional para promover a pluralidade de vozes que deles participam e por eles são representadas.

Entretanto, a evolução tecnológica dos meios, coloca aos instrumentos jurídicos algumas limitações: elaborada nos anos 1980, em contexto ainda de mídias analógicas, a Constituição e, por consequência, as bases do Direito à Comunicação ainda conservam um entendimento da comunicação ligada a processos tradicionais de emissão e recepção de mensagens, dificultando a criação de um entendimento que contemple aspectos inerentes à comunicação digital, como seu caráter de espaço ilimitado (diferente do espectro eletromagnético, base tecnológica da radiodifusão) e o afrouxamento das fronteiras entre os papéis de produção e consumo de conteúdos nos espaços digitais.

Deve ser lembrado que a Constituição Federal de 1988 já estava pronta, acabada e vigente quando o fenômeno da convergência dos media passava a se materializar. Certamente o texto constitucional não estava, como não está, preparado para essa evolução tecnológica e, portanto, inexigível uma vocação maior para tutelar os efeitos desse acontecimento. A separação entre serviços de telecomunicações, radiodifusão e imprensa ainda foi mantida e, por consequência, o fenômeno da convergência não tem acolhida na Carta Maior. (BITELLI, 2004, p. 33)

Neste capítulo, trazemos uma discussão de como é possível aperfeiçoar o entendimento acerca do Direito à Comunicação no contexto digital, tomando por exemplo o fenômeno dos usos culturais e midiáticos do *site*



YouTube e a experiência da legislação portuguesa sobre conteúdos audiovisuais. O país deixou de considerar apenas os aspectos tecnológicos dos meios, como ainda ocorre no Brasil, e passou a contemplar também as finalidades sociais e culturais de seus conteúdos, ampliando a capacidade das normas de assegurar o Direito à Comunicação também em meios digitais.

Antes de nos determos às características da experiência portuguesa e em suas lições, analisamos como o YouTube se configura como um espaço para o exercício do Direito à Comunicação e de que forma os youtubers, interpretados como novos agentes comunicacionais, têm o potencial de contribuir para o surgimento de novas formas de se exercer o Direito à Comunicação. Para isso, refletimos, inicialmente, sobre o cenário de midiaticização da sociedade na qual esse fenômeno se insere.

Mediações culturais e midiaticização: relações de reciprocidade

Herdeiros do pensamento proposto pelos estudos da New Left inglesa, os estudos culturais latino-americanos trouxeram ao pensamento comunicacional uma grande contribuição. Por meio deles, tornou-se possível pensar a comunicação sob dois aspectos importantes: baseada nas relações culturais cotidianas e no processo comunicacional como um todo, abordando a relação das pessoas com os meios.

Dentro dessa perspectiva, Martín-Barbero desempenha um papel fundamental ao propor a ideia das mediações culturais. Seu pensamento sustenta-se na ideia de que, entre os meios de comunicação e o público, existem uma série de fatores culturais que interferem na forma com que as pessoas se relacionam com os meios e seus produtos. A esses fatores, Martín-Barbero deu o nome de mediações culturais.

A partir disso, Martín-Barbero (2009) sistematiza três grandes mediações culturais. São elas: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. O que o autor coloca nesse sentido é que os sentidos produzidos a partir do consumo dos produtos midiáticos na América Latina passam pelas referências e experiências culturais que ocorrem no espaço das relações familiares, no contexto histórico em que se está inserido e na bagagem cultural que se tem acesso.

É importante observar que a formulação das ideias a respeito das mediações culturais ocorreu no contexto dos anos 1980. Ronsini (2010), ao analisar a evolução das ideias de Martín-Barbero, identifica que, com o desenvolvimento dos meios de comunicação digitais ao longo dos anos 1990 e 2000, o autor passa a reconhecer uma nova mediação cultural, a tecnicidade. Esta é pensada pelo autor como a forma com que os meios em si, em seus aspectos tecnológicos, exercem influência na maneira com que os sentidos das mensagens midiáticas são apreendidos e em como as pessoas lidam com as mídias, assim, as demais mediações.

A questão é que, por conta do progressivo desenvolvimento tecnológico dos meios e consequente crescimento de seus usos culturais, Martín-Barbero identifica que a tecnicidade passa a ter uma grande participação nas relações comunicacionais, fruto da centralidade conquistada, sobretudo, pelas mídias digitais. Com isso, ela passa a exercer influência sobre as próprias mediações culturais anteriores.

[...] o conceito de tecnicidade adquire um novo estatuto para além de mediar a relação entre as lógicas da produção e formatos industriais. Por sua centralidade na organização social, ela percorre o circuito inteiro, modelando a ritualidade, a socialidade e a institucionalidade, vale dizer, modela todas as relações porque se define como o estatuto social da técnica. Portanto, a tecnicidade pode ser compreendida em sentido estrito, como o aspecto textual, narrativo ou discursivo da mídia que funciona como organizador perceptivo (RONSINI, 2010, p. 7).

Assim, Martín-Barbero reconhece nos meios de comunicação o poder de exercer uma forma de mediação que tem implicações na cultura, instância da qual decorrem as demais mediações. Por conta disso,

ao atualizar essas ideias, o autor propõe um novo olhar para as relações existentes entre as mediações culturais: de um pensamento em torno das mediações culturais da comunicação para uma ideia sobre as mediações comunicacionais da cultura.

Para Barbero, só existem agora mediações comunicativas da cultura na medida em que o comunicativo está se transformando em protagonista da vida cultural e social de todas as pessoas (2009, p. 152-153). Mas, ao contrário do pensamento pós-moderno para o qual tudo é cultural, para Barbero o protagonismo do comunicativo não apaga os determinantes econômicos, geracionais, étnicos ou de gênero (RONSINI, 2010, p. 10).

Essa nova perspectiva colocada serve como base para o estabelecimento do conceito de midiatização, também de grande importância para a compreensão das práticas comunicacionais contemporâneas, sobretudo, as que se estabelecem por meio das mídias digitais. A ideia da midiatização surge com a proposta de pensar como se articulam mídia e cultura a partir da crescente inserção dos meios nas relações sociais e culturais. Sociedades midiatizadas seriam aquelas em que todos os processos sociais e culturais, em todas as esferas, passam pelas mídias e têm nelas um fator, se não determinante, ao menos condicionante, de forma que não haveria mais uma distinção clara entre a esfera da mídia e as demais instâncias.

Já não se trata mais de reconhecer a centralidade dos meios na tarefa de organização de processos interacionais entre os campos sociais, mas de constatar que a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessados e permeados por pressupostos e lógicas do que se denominaria a «cultura da mídia». Sua existência não se constitui fenômeno auxiliar, na medida em que as práticas sociais, os processos interacionais e a própria organização social, se fazem tomando como referência o modo de existência desta cultura, suas lógicas e suas operações (FAUSTO NETO, 2008, p. 92).

Dessa maneira, é clara a forma com que o pensamento a respeito da midiatização tem uma profunda ligação com as mediações culturais de Martín-Barbero. Remetendo as ideias do autor às que fazem referência à midiatização, pensar a forma com que os meios e seus usos culturais influenciam na forma com que a sociedade se constitui e funciona, significa aceitar a tecnicidade como mediação cultural que adquire papel central na dinâmica cultural contemporânea. Ou seja, há entre os conceitos de mediações e de midiatização uma relação não apenas de complementaridade, mas de reciprocidade.

Seguindo por esse caminho, Braga (2006) toma por base a ideia de midiatização para elaborar seu conceito de Sistema de Resposta Social. De acordo com o autor, pensar a midiatização significa pensar uma dinâmica comunicacional circular, novamente não apenas no estímulo e resposta entre emissor e receptor. O que ele pretende é compreender de que formas a sociedade se apropria dos meios, quais os resultados dessa apropriação e como pensar formas de que essa apropriação seja positiva para a própria sociedade e sua relação com as mídias. Assim, na visão de Braga (2006), ao ter condições técnicas e culturais de não apenas consumir conteúdos, mas também de produzir e difundir informações, o público torna-se capaz de interagir com os produtos midiáticos por meio de respostas que considera produtivas, o que configura uma terceira instância comunicacional: a da circulação.

Para o autor, os dispositivos sociais que surgem a partir do cenário de midiatização podem ser interpretados como modos com os quais a sociedade se organiza para interagir com a mídia, colocando em circulação temas e assuntos que podem ser aprimorados e ressignificados de acordo com as necessidades comunicacionais de grupos específicos. Dessa forma, o sentido que a sociedade dá aos produtos midiáticos



não se esgota apenas na instância da recepção, mas se completa com a produção de conteúdos posterior à recepção e com o consumo desses conteúdos produzidos pelo próprio público.

Assim, além do interesse em oferecer uma ampliação de conhecimento, para a compreensão do campo comunicacional, o subsistema parece se colocar como espaço de escolha para a intervenção crítica, cultural, educacional e operacional, nos trabalhos da sociedade, no objetivo de estimular seus processos midiáticos de modo socialmente responsável e relevante (BRAGA, 2006, p. 42).

No entanto, é necessário ressaltar que, sendo o Sistema de Resposta Social uma forma de pensar concretamente o cenário de midiaticização, e que este ocorre a partir de uma dinâmica instaurada de diferentes mediações culturais que, como pondera Ronsini (2010), não se anulam, a produção de conteúdos pelo público na instância de circulação também carrega os efeitos das mediações culturais envolvidas no processo de recepção. Assim, ao se analisar um tipo de produção feita por um público consumidor de mídias tradicionais, deve-se ter como princípio que aqueles conteúdos são produzidos sob uma dinâmica de mediações culturais envolvidas, assim como o consumo desses mesmos conteúdos. Tal perspectiva, torna concreta a ideia defendida por Braga (2006). de que pensar a midiaticização é pensar um cenário comunicacional circular.

YouTube e youtubers: entre mediações e midiaticização

Criado em 2005, o YouTube demonstra ser uma das ferramentas de maior impacto cultural e comunicacional da atualidade. De acordo com dados fornecidos pelo *site*, hoje o YouTube conta com mais de um bilhão de usuários, cerca de um terço dos usuários de internet no mundo. Ainda segundo o *site*, os conteúdos disponíveis nele alcançam cerca de 95% dos usuários de internet no mundo. Os números dão conta da dimensão e da relevância que o *site* adquire no atual contexto e permite tomar o YouTube como um reflexo do cenário de midiaticização da sociedade.

O que justifica essa penetração cultural do YouTube são as características que o inscrevem como veículo que incorpora as características da chamada *web 2.0* (O'REILLY, 2005), sendo um espaço onde o público consumidor de vídeos também pode tornar-se produtor de conteúdos. Segundo Burgess e Green (2009), o que contribuiu para que ele se tornasse um fenômeno cultural e midiático foram os recursos que permitem o consumo, compartilhamento e a incorporação de vídeos em outros *sites*, tendo por objetivo ser um espaço que dá vazão à produção midiática do público usuário.

Como empresa de mídia, o YouTube é uma plataforma e um agregador de conteúdo, embora não seja uma produtora de conteúdo em si. É um exemplo do que David Weinberg (2007) chama de "metanegócio" [...] Dessa maneira, o YouTube desempenha uma função para os produtores de vídeo, atraindo a atenção para o conteúdo ao mesmo tempo em que oferece uma participação em dinheiro nas vendas de anúncios no site. Pela mesma lógica, o YouTube na realidade não está no negócio de vídeo – seu negócio é, mais precisamente, a disponibilização de uma plataforma conveniente e funcional para o compartilhamento de vídeos online: os usuários (alguns deles parceiros de conteúdo Premium) fornecem o conteúdo que, por sua vez, atrai novos participantes e novas audiências (BURGESS; GREEN, 2009, p. 21).

Conforme o YouTube cresceu dentro das práticas que configuram a dinâmica da cultura midiática, a figura do usuário se diversificou, dando origem aos chamados youtubers, usuários que se caracterizam pela produção periódica de vídeos, sendo que esta prática pode se configurar como atividade remunerada. Gómez

Pereda (2014) analisa que o papel do youtuber passa por três conceitos básicos: o usuário enquanto persona midiática, a audiência formada por meio da dinâmica de distribuição de seus conteúdos em rede e os vídeos produzidos, que podem diferir em formatos, temáticas e duração. De acordo com o autor, o que caracteriza e diferencia o youtuber que constitui o fenômeno cultural e midiático considerado é (1) a linguagem empregada em seus vídeos, pois são vídeos em que os usuários se colocam como eles mesmos na abordagem de diferentes assuntos, mesmo empregando recursos profissionais de gravação e edição; e (2) a profissionalização dessa prática que, apesar de carregar características de hobby, permite a eles desenvolvê-la como atividade remunerada (GÓMEZ PEREDA, 2014).

Situando o fenômeno youtuber dentro de um contexto midiaticizado, é possível associar aspectos próprios dos usos culturais do YouTube ao diálogo existente entre as mediações culturais e o fenômeno da midiaticização. Isso porque a produção midiática de youtubers, em especial aqueles que se dedicam a conteúdos voltados a segmentos sociais que sofrem preconceitos e/ou que não têm acesso a oportunidades sociais, pode ser compreendida como um exercício do Sistema de Resposta Social, pensado por Braga (2006), à medida em que produzem conteúdos que põem em circulação temas, muitas vezes, não contemplados pelas mídias tradicionais ou que, a partir da visão própria dos segmentos sociais, necessita de novas discussões e pontos de vista para que seja cumprida sua função informativa.

Em primeiro lugar, é importante observar que o YouTube já se apoia em uma sociedade midiaticizada a partir do momento em que se configura como um espaço arquitetado para ser um local tanto de produção, quanto de consumo midiático, como apontam Burgess e Green (2009). Com isso, o que o YouTube conquista como espaço midiático é o estabelecimento de interações sociais e de trocas culturais que ocorrem tendo a tecnicidade como principal mediação cultural envolvida nesse processo. Para que o YouTube exista, há um pressuposto cultural de que haverá um público produtor de vídeos e também consumidor desses produtos, que irá colocá-los em circulação por meio do compartilhamento em diferentes espaços digitais. Assim, o que possibilita a existência de uma cultura de uso do YouTube é a influência da tecnicidade sobre os modos com que as pessoas se relacionam e criam sentido sobre as mídias.

Mais especificamente a produção dos youtubers, é necessário observar que os usos feitos do *site* refletem diretamente as diferentes mediações culturais as quais estão submetidos e com as quais convivem. Dessa maneira, ao se pensar a produção de youtubers, tem-se, em um primeiro plano, a tecnicidade como mediação que os leva a produzir conteúdos. Porém, os temas escolhidos e a forma com que são abordados, o refinamento técnico que se revela por recursos de edição e outros aspectos dependem diretamente das demais mediações culturais, como o cotidiano, a temporalidade e a competência cultural.

Assim, por exemplo, youtubers negros(as) podem carregar em seus vídeos aspectos próprios das mediações culturais pelas quais passa a população negra, como a experiência com o racismo e a desigualdade social, a identificação com matrizes culturais africanas, a busca pela valorização de suas tradições, entre outras. Já youtubers LGBTs podem apresentar outros sinais das mediações culturais, como a homofobia, a violência, a luta por direitos civis e outras mais.

Além disso, o próprio engajamento gerado no público para com os vídeos também é resultado das mediações culturais envolvidas nessas produções, assim como a credibilidade conquistada pelos youtubers que geram engajamento. Como observa Martín-Barbero (2009), as mediações culturais passam por dimensões coletivas que dizem respeito a grupos e comunidades como um todo. Por isso, da mesma forma que determinado fator cultural leva um youtuber a se dedicar a um tema, atrai também um público que compartilha dessa mediação cultural. Experiências relacionadas ao machismo e à misoginia, por exemplo, passam como mediações de youtubers feministas, assim como atraem a audiência de um público também sujeito a essas mediações. De certa forma, pode-se considerar que é na identificação entre mediações comuns que o engajamento é gerado.



YouTube e as legislações sobre radiodifusão e audiovisual⁵⁹

A partir da compreensão de que a produção cultural dos youtubers sustenta-se em um cenário social midiaticizado, é possível relacionar a ação comunicacional desempenhada por eles a um exercício do Direito à Comunicação, por meio da interpretação de que seus conteúdos cumprem o que determinam as leis que versam sobre o papel dos meios de comunicação social de radiodifusão, que é o de ter fins educativos, artísticos e culturais, promover a cultura nacional e regional, valorizar a produção independente, entre outros. Tais objetivos são descritos pelo Art. 221 da Constituição brasileira (1988).

O que torna possível a relação entre a análise feita do fenômeno youtuber, baseada no conceito de midiaticização, e a legislação sobre a comunicação social e suas finalidades, é o princípio de que o Direito acompanha e se constitui como um reflexo da realidade social. Baseado na Sociologia jurídica, Vieira (1988, p. 46) analisa o Direito como um fato social, ou seja, que é fruto da vida em sociedade. Sendo assim, tendo como objeto um fenômeno cultural que se baseia em uma nova configuração do universo comunicacional, cabe interpretar que as leis que regem essa esfera da sociedade acompanham sua evolução, assim como esta também depende de um contexto jurídico para existir.

Entretanto, como já mencionado inicialmente, a legislação brasileira sustenta ainda uma compreensão dos processos e meios de comunicação ligados à lógica dos meios de massa, com limitações para contemplar os novos papéis culturais que podem ser desempenhados pelo público comum, tendo aderência maior a uma regulação dos aspectos tecnológicos físicos dos meios de comunicação e, ainda dentro desse campo, sendo mais facilmente aplicável à radiodifusão se comparada aos meios digitais. Pinheiro (2013) argumenta que o desafio de abranger os fenômenos de desterritorialização e desmaterialização, impulsionado pela digitalização da vida social, estende-se a todos os campos do Direito, esfera em que o Direito da Comunicação se inclui.

Os desafios jurídicos do Direito Digital incluem a quebra de paradigmas, a descentralização, a dificuldade em definir limites territoriais e físicos, a velocidade com que as decisões devem ser tomadas e a crescente capacidade de resposta dos indivíduos. A Internet gera uma infinidade de nações virtuais – pessoas, empresas e instituições de várias partes do mundo unidas por interesses os mais variados. O grande desafio do Direito é enfrentar essa contradição entre globalização e individualização, que é a grande característica da nossa era – uma era de transição, em que convivem conceitos aparentemente tão díspares. (PINHEIRO, 2013, p. 53)

Vale destacar que alguns instrumentos jurídicos recentes já cumprem a função de incluir os meios digitais à esfera de competências da Constituição no que diz respeito à comunicação. A Emenda Constitucional 36, de 28 de maio de 2002, em seu 3º parágrafo, determina que os meios de comunicação social eletrônica devem também observar o que é disposto pelo art. 221 da Constituição. Já o Marco Civil da Internet (Lei 12.95/2014) traz em seu conteúdo que o uso da internet no Brasil tem finalidades sociais, de diversidade e de liberdade de expressão e que cabe ao poder público fomentar o uso responsável, cidadão e participativo das redes. Porém, ambos são instrumentos que não deixam claras formas com que tais objetivos podem ser atingidos, considerando as especificidades tecnológicas da internet.

Assim, entendemos ser possível uma mudança no entendimento dado aos instrumentos jurídicos já existentes, de forma a facilitar a inclusão dos meios digitais em sua aplicação. Portanto, o que se pretende é apontar como as contribuições da teoria jurídica portuguesa, em especial, as de Machado (2002) e Cordeiro

⁵⁹ As ideias centrais desta seção foram apresentadas pelo segundo autor no texto e publicadas no evento: “Contributos da Teoria Portuguesa para a definição do conceito de radiodifusão na legislação brasileira: ampliação da divulgação da cultura nacional dos serviços de audiovisual” - Trabalho apresentado no II Congresso Internacional sobre Culturas: Diálogos Brasil - Portugal, 2016, Salvador. Diálogos Brasil- Portugal e publicados nos Anais do II Congresso Internacional sobre Culturas: UFBA, 2016, v. 1, p. 336-343.

(2004) e de diretivas europeias contribuem para a definição de um conceito *lato sensu* de radiodifusão, considerando que uma definição clara e precisa do termo pode ampliar as possibilidades para a divulgação da cultura nacional e a cidadania em todos os serviços audiovisuais, incluindo o YouTube.

Parte-se da premissa que a utilização do conceito alargado de radiodifusão, tal como proposto pela teoria jurídica portuguesa e pelas diretivas europeias, possibilitaria, no Brasil, a aplicação de regras jurídicas que garantem a veiculação de preferência de conteúdos culturais, a promoção da cultura nacional, a educação e a cidadania para todo e qualquer tipo de produção audiovisual, independentemente do meio ou do tipo de transporte do conteúdo, além da radiodifusão *stricto sensu* já garantida pelo texto constitucional. Assim, a ampliação da produção de conteúdos culturais poderia ser potencializada pelo fenômeno youtuber.

O que se verifica ao observar como a Constituição brasileira trata o assunto radiodifusão é que existe no texto constitucional uma pluralidade de termos, ora qualificando os serviços para os de rádio e televisão, ora especificando o sinal aberto e ora distinguindo-o da televisão. Tal variedade, resulta em insegurança jurídica, pois conceitos vagos e indeterminados desestabilizam as expectativas de comportamento (MACHADO, 2002).

A despeito dessa pluralidade e indeterminação do conceito no texto constitucional, a legislação infraconstitucional brasileira define radiodifusão como sendo o serviço “destinado a ser recebido direta e livremente pelo público em geral, compreendendo radiodifusão sonora e televisão” (art. 5º, 4d, da lei 4117/62). Trata-se de um conceito restrito que limita a sua abrangência, exclusivamente, para a difusão de conteúdo via espectro eletromagnético. Essa compreensão foi reforçada, em âmbito legislativo, pela lei 12.485/11 - conhecida como a lei do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) - ao excluir do campo de abrangência dessa lei “os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens”, entendido aqui os serviços disponibilizados via espectro eletromagnético.

Em contraste, a Constituição portuguesa é mais clara e precisa. Há apenas uma menção ao termo no artigo 38º, 7 ao dispor que “As estações emissoras de radiodifusão e de radiotelevisão só podem funcionar mediante licença, a conferir por concurso público, nos termos da lei”. Trata-se, portanto, dos serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão), nos termos da Constituição brasileira.

A teoria jurídica portuguesa, por sua vez, alarga o conceito de radiodifusão para além do espectro eletromagnético. A tese central do trabalho de Cordeiro (2004, p. 12) consiste em “demonstrar que existe um conceito único de radiodifusão cuja elaboração remonta ao século passado, mas que se mantém actual e continua operativo em todas as situações” e que não há diferenças relacionadas ao suporte ou forma de transmissão.

Na radiodifusão tradicional, na efectuada por cabo, por satélite ou pela Internet, normalmente designada por ‘webcasting’, estamos, em todas elas, perante modalidades de uma mesma realidade, havendo variações meramente quantitativas. O conceito jurídico de radiodifusão mantém-se, contudo, inalterável e operacional em qualquer dos casos. (CORDEIRO, 2004, p. 12)

Conclui Cordeiro (2004, p. 484/485) “que existe um conceito único de radiodifusão” e que “consiste na comunicação pública de obras ou prestações através de emissões, por fio ou sem fio, destinadas a ser recebidas directamente pelo público”. Por fim, menciona que tanto “No âmbito tradicional, por satélite ou por cabo, ou na sua vertente digital, este é um conceito que tem valor universal”.

Já Machado (2002, p. 601) pontua que não há um conceito de radiodifusão no texto constitucional português, tal como na Constituição brasileira. No entanto, o autor enfrenta a questão dizendo que:



a radiodifusão compreende, genericamente, toda a comunicação dirigida a um número indeterminado de pessoas através de ondas electromagnéticas, com ou sem utilização de cabo. Nesta acepção, ela abrange a rádio e a televisão, por via hertziana terrestre, por cabo ou por satélite. (MACHADO, 2002, p. 601)

De acordo com o autor (2002, p. 602), os conceitos são forjados a partir de “aspectos arquitectónicos e estruturais relativos à emissão e à recepção, deixando para segundo plano o conteúdo”. O autor exclui os serviços via internet, privilegiando os elementos arquitetônicos e estruturais no conceito e adota um conceito mais restrito de radiodifusão, ao excluir os serviços de internet, diferentemente de Cordeiro, que não faz essa exceção.

Por sua vez, a Diretiva Europeia sobre os serviços de comunicação social audiovisual também contribui de maneira significativa para a definição de um conceito amplo de radiodifusão. No caso, a definição se dá pelo conteúdo e não pelos aspectos arquitetônicos e estruturais do serviço e, por esse motivo, considera que tais serviços “são, simultaneamente, serviços culturais e serviços económicos.” (Considerando 5, Directiva, 2010/13, p. 95/1). Tomando por base o Considerando 27, temos que:

A radiodifusão televisiva inclui actualmente, em particular, a televisão analógica e digital, a transmissão em directo via Internet (*live streaming*), a teledifusão na *web* e o quase vídeo a pedido, enquanto que o vídeo a pedido, por exemplo, é um serviço de comunicação social audiovisual a pedido. (DIRECTIVA, 2010/13, p. 95/4).

O artigo 1º da Directiva, alínea e define serviços de comunicação social audiovisual da seguinte maneira:

Radiodifusão televisiva ou emissão televisiva (ou seja, um serviço de comunicação social audiovisual linear), um serviço de comunicação social audiovisual prestado por um fornecedor de serviços de comunicação social para visionamento simultâneo de programas, ordenados com base numa grelha de programas; (DIRECTIVA, 2010/13, p. 95/12).

Por sua vez, a alínea g define:

Serviço de comunicação social audiovisual a pedido (ou seja, um serviço de comunicação social audiovisual não linear), um serviço de comunicação social audiovisual prestado por um fornecedor de serviços de comunicação social para visionamento de programas pelo utilizador, a pedido individual deste, num momento por ele escolhido para o efeito com base num catálogo de programas seleccionados pelo fornecedor do serviço de comunicação social; (DIRECTIVA, 2010/13, p. 95/12)

Verifica-se, deste modo, que o conceito está centrado no conteúdo, ou seja, no conceito de programas audiovisuais. Dantas (2013, p. 124), em trabalho que trata dos desafios brasileiros em um cenário de mundialização midiática e ao analisar a televisão sem fronteiras na Europa, afirma que “Para as autoridades europeias, televisão, independentemente da plataforma ou modelo de negócios, permanece sendo um serviço de radiodifusão destinado a transmitir conteúdos ao público”, corroborando a ideia mencionada acima de que, de acordo com as diretivas europeias, a definição de radiodifusão deve pautar-se pelo conteúdo.

Ainda analisando o plano Europeu, Dantas (2013, p. 142) menciona que, de acordo com estudos elaborados naquele continente, “radiodifusão deixou de ser sinônimo de transmissão de programas de rádio e televisão por vias atmosféricas, abrangendo hoje em dia também a transmissão por cabo e satélite”.

O fundamento para a regulação da radiodifusão sempre foi, de acordo com Farias (2004), o da escassez do espectro eletromagnético. Com as novas tecnologias, ele deixa de ter relevância, sendo que um novo fundamento regulatório precisa ser explicitado, sugerindo o autor que o seu delineamento, independentemente do suporte, deve ser:

como serviço público, porque este se afigura o regime jurídico mais apropriado para garantir que as emissoras de rádio e televisão possam efetivamente contribuir com a consecução dos princípios básicos que fundamentam a sociedade e o Estado brasileiros, máxime quanto à preservação da dignidade da pessoa humana, da soberania popular, da cidadania, do pluralismo político (CF, art. 1º, I, II, III, V), quanto a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (CF, art. 3º, I) e à prevalência dos direitos humanos (CF, art. 4º). (FARIAS, 2004, p. 218)

Sendo assim, verifica-se que teoria e legislação portuguesa, acrescidas das diretivas europeias sobre o audiovisual, podem contribuir para a definição de um conceito mais preciso de radiodifusão na legislação brasileira, ampliando-se o conceito para além do espectro eletromagnético, abarcando todo e qualquer serviço de comunicação social audiovisual, independente do suporte tecnológico.

Uma definição conceitual é necessária em tempos de convergência midiática e internacionalização dos mercados, fatos que impactam para a regulação local, alterando a configuração do direito interno, em regra pautado pelos aspectos arquitetônicos e estruturais de limitação do espectro eletromagnético e caminhando para uma regulação voltada ao direito internacional, como foi o caso citado da diretiva europeia, podendo-se incluir o YouTube nas regras constitucionais sobre produção cultural, potencializados pelo fenômeno youtuber, sobretudo, os que se dedicam a dar visibilidade midiática às minorias e à ruptura de preconceitos, como verificado anteriormente.

Considerações Finais

A partir das reflexões aqui propostas a respeito do fenômeno youtuber, foi possível exemplificar as formas com que os conceitos de mediações culturais e de midiaticização se articulam e servem de base para a compreensão de como se configuram os usos culturais das novas mídias, qual o potencial desses usos e quais objetivos podem ser alcançados a partir das produções midiáticas resultantes desses usos. Também foi possível analisar de que forma a compreensão do fenômeno youtuber pode oferecer subsídios para uma ampliação do entendimento a respeito das leis que versam sobre a radiodifusão e para a extensão dos objetivos esperados dela para todas as fontes de conteúdos audiovisuais, de forma a aprofundar o potencial de se garantir o exercício do Direito à Comunicação.

Verifica-se que a produção cultural empenhada pelos youtubers pode ser entendida como um exemplo concreto do cenário de midiaticização na qual nossa cultura se apresenta. Por meio do acesso às ferramentas técnicas de produção de vídeos e de uma cultura que estabelece uma relação mais próxima entre mídias e usuários, produzir e consumir vídeos na plataforma YouTube torna-se um aspecto importante de nossa cultura midiática e que acaba por ter implicações diretas nos outros âmbitos culturais.

É esse cenário que possibilita e estimula a produção youtuber, sobretudo, entre os que se dedicam a temas ligados ao Direito à Comunicação e à quebra de preconceitos. A partir da consciência de que o YouTube



participa das formas com que se tem acesso à informação e, com isso, cria-se uma ideia da realidade, seu potencial é utilizado para colocar em circulação temas que encontram pouca ou nenhuma presença nas mídias tradicionais ou que não contam com uma pluralidade de visões acessíveis a seus públicos.

No entanto, todo esse cenário midiático ocorre, justamente, graças à articulação das próprias mediações culturais envolvidas nos processos de produção e de consumo. Na dinâmica comunicacional de uma relação midiática, entram em cena tanto as mediações culturais, que criam a experiência de realidade de quem consome o conteúdo, quanto aquelas que passam pela experiência dos youtubers. Isso porque suas produções decorrem de um processo de recepção, seus vídeos são produtos de uma interpretação social e culturalmente contextualizada, caracterizando-se como uma forma de resposta - o sistema pensado por Braga (2006).

Assim, com o conhecimento a respeito do fenômeno comunicacional que ocorre no YouTube, é possível conhecer mais sobre a realidade expressa pelas mediações culturais identificáveis, dos que produzem e consomem conteúdos na e por meio da plataforma. Da mesma forma que o aprofundamento na realidade de quem está envolvido nesse processo auxilia na compreensão teórica do fenômeno. Da mesma maneira que os conceitos de mediações e de midiática se retroalimentam, como aqui foi refletido, a análise de processos comunicacionais e da realidade dos envolvidos deles também se mostram complementares.

Por fim, o exercício do Sistema de Resposta Social, proposto por Braga (2006), que se realiza na ação midiática dos youtubers, é também uma forma de exercício do Direito à Comunicação, a partir de uma interpretação mais ampla das finalidades da radiodifusão, determinadas pela Constituição brasileira, a todas as fontes de produtos audiovisuais. Cabe destacar que, a partir desse ponto de vista, contribui-se tanto para um aperfeiçoamento do conceito jurídico de radiodifusão, de forma que os princípios constitucionais atendam às atuais necessidades comunicacionais da sociedade midiática, quanto possibilitam a participação cidadã dos usuários de mídias no exercício do Direito à Comunicação. A partir da ampliação do conceito de radiodifusão e do entendimento de que o usuário de mídias pode contribuir para a garantia de direitos, é possível reconhecer o interesse público também existente na comunicação digital.

REFERÊNCIAS

- BITELI, M. A. S. *O direito da comunicação e da comunicação social*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- BRAGA, J. L. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006
- BURGESS, J.; GREEN, J. *YouTube e a Revolução Digital*. São Paulo: Aleph, 2009
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: vários acessos.
- _____. Lei 4117, de 27 de agosto de 1962 (2017). Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm> Acesso em: vários acessos.

_____. Emenda Constitucional n. 36, de 28 de maio de 2002. Dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal, para permitir a participação de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nas condições que especifica. Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc36.htm> Acesso em: vários acessos.

_____. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm> Acesso em: vários acessos.

CORDEIRO, P. J. F. *Direito de autor e radiodifusão: um estudo sobre o direito de radiodifusão desde os primórdios até a tecnologia digital*. Coimbra: Almedina, 2004.

DANTAS, M. *Comunicações, desenvolvimento, democracia: desafios brasileiros no cenário da mundialização mediática*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

DIRECTIVA 2010/13/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de março de 2010. Disponível em <<http://www.gmcs.pt/ficheiros/pt/directiva-201013ue.pdf>> Acesso em: vários acessos.

FARIAS, E. *Liberdade de expressão e comunicação: teoria e proteção constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma «analítica» da midiatização. *Matrizes*. (2) 8, 89-105, 2008.

GÓMEZ PEREDA, Noemí et al. *Youtubers: fenómeno de la comunicación y vehículo de transmisión cultural para la construcción de identidad adolescente*. Cantabria, 2014..

MACHADO, J. E. M. *Liberdade de expressão: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARTÍN-BARBERO, J. *Ofício de Cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Loyola, 2004.

O'REILLY, Tim. *What is Web 2.0: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software*. 2005. Disponível em <<http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>> Acesso em: vários acessos.

PINHEIRO, P. P. *Direito Digital*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.



RONSINI, V. V. M. A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção). *Anais do XIX Encontro da Compós*. Rio de Janeiro, RJ, 19. 2010.

SANTOS, S.; SILVEIRA, E. Serviço público e interesse público nas comunicações. In: RAMOS, M. C; SANTOS, S. (Orgs). *Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007.

VIEIRA, J. C. O Direito como fato social. *Semina*. (9) 1, 45-50, 1988.

A DESINFORMAÇÃO EM TEMPOS DE EXCEÇÃO:

Tecnopolítica, vigilância e literacia digital crítica

Sofia José Santos

Tiago Lapa

Resumo: Este capítulo pretende analisar a relação entre democracia, (des)informação e literacia mediática e digital face às medidas de *biovigilância* que vários Estados implementaram no contexto da sua resposta à propagação do SARS-COV-2, em 2020. Usando como recorte metodológico o contexto do estado de exceção que a pandemia COVID-19 legitimou e cruzando debates teóricos com casos ilustrativos, o capítulo argumenta que a natureza tecnicista dos atuais mecanismos de biovigilância digital, a par de um contexto de securitização, tende a facilitar a normalização de práticas e políticas de vigilância, para além da exceção que as legitima, impactando de forma diferenciada a garantia e proteção dos direitos humanos e, conseqüentemente, a qualidade democrática das sociedades. Pretende, assim, explorar as implicações do que designamos por “*desinformação tecnopolítica*” para a democracia e a garantia e proteção dos direitos humanos digitais.

Palavras-chave: desinformação; democracia; tecnopolítica; digital; COVID-19.

Introdução

Diferentes autores e autoras têm refletido sobre o tema da democracia, sublinhando a relevância da cidadania instruída, esclarecida e empenhada (DAHL, 2020). O conceito de democracia é, hoje, entendido como indissociável dos de informação e literacia (POLIZZI, 2020), embora a relação entre cidadania e literacia mediática não se mostre direta (LOPES, 2015). Enquanto arena política, a democracia promove a construção coletiva e deliberativa do que se entende como o melhor para estruturar e organizar a sociedade (KARVONEN, 2004). Para que tal debate e construção aconteçam, é fundamental a existência de um cidadão informado, que seria putativamente potenciado pelos novos meios digitais (POSTER, 2000). Ou seja, a democracia pressupõe e exige que cidadãos e cidadãs possam, na sua diversidade e heterogeneidade, participar na tomada de decisões coletivas e tenham acesso, a montante e em paralelo, à informação sobre os diferentes interesses, agendas e possibilidades ao dispor (MCNAIR, 2003; SILVEIRINHA, 2008: 4). Tal deve acontecer num espaço discursivo construído como “esfera pública”, não só como definida por Habermas (1989), mas também como entendida de forma mais abrangente e horizontal por abordagens Críticas e Pós-coloniais (FRASER, 1992; POSTER, 2002; SANTOS; ARAÚJO; CRAVO, 2016).

Se a informação é condição essencial para a vida democrática (POLIZZI, 2020), a desinformação pode ser vista, então, como uma das suas vulnerabilidades (MORGAN, 2018; MCKAY; TENOVE, 2020). Como acontece com a moeda, em que os elementos que a compõem são calibráveis, expressando uma importância maior ou menor, uma sociedade que tem demasiada desinformação sofre uma progressiva erosão no seu valor democrático e, por conseguinte, na sua aceitação (democrática). Na senda de dar resposta a este desafio, tem-se depositado na difusão da literacia digital crítica a esperança de uma resposta à (des)informação (HERMAN; CHOMSKY, 1988; MCNAIR, 2003; LIVINGSTONE, 2004; STEINBERG, 2009; POTTER, 2010).

Podemos, assim, dizer que democracia, literacia crítica e (des)informação se articulam numa relação



triangular de alimentação recíproca e em permanente (re)ajuste. Nas cedências e avanços que se vão desenhando, os diferentes contextos e temas em questão ajudam a definir os termos e os limites dessa variação.

A tecnologia – enquanto tema e contexto - tem acrescentado desafios crescentes ao lugar de mudança e atualização onde sempre nos encontramos. No século XXI, as chamadas “novas tecnologias” - *softwares* e dispositivos de informação e comunicação capazes de produzir, reunir, armazenar, analisar e compartilhar informações pelas redes digitais e que assentam em características como a imediatez, interconetividade e rastreabilidade (SANTOS, 2021a) - alteraram não só as modalidades de circulação da (des)informação, mas recolocaram no centro do debate a sua dimensão tecnopolítica. Na verdade, desde as revelações de Snowden sobre o programa PRISM, em 2013;⁶⁰ os casos *Panama Papers*,⁶¹ em 2016; o referendo sobre o BREXIT e as eleições presidenciais norte-americanas, em 2016; o escândalo da *Cambridge Analytica*⁶² e as eleições presidenciais brasileiras, em 2018; ou a “biovigilância” (o que envolve, entre outras medidas, o rastreamento da localização ou a coleta de informação sobre comunicações e saúde) instaurada no âmbito da resposta à COVID-19, em 2020, são ilustrativos destes novos desafios que a tecnologia acrescenta ao já referido triângulo que relaciona em permanente (re)ajuste da democracia, (des)informação e literacia crítica.

Este capítulo pretende, a partir de uma abordagem crítica e dialética, explorar essa relação triangular, analisando a desinformação face a aplicações de rastreamento e vigilância em contextos securitizados, explorando as suas implicações para a democracia e para a garantia e proteção dos direitos humanos e desconstruindo o princípio social e politicamente neutralizante do “universalismo digital” (CHAN, 2013). Partindo dos pressupostos de que as arenas *online* e *offline* não são dissociáveis (KENDALL, 1999), o capítulo argumenta que a natureza tecnicista dos atuais mecanismos de biovigilância digital, a par de um contexto de securitização, tende a facilitar a normalização de práticas e políticas de vigilância, para além da exceção que as legitima, impactando de forma diferenciada a garantia e proteção dos direitos humanos e, conseqüentemente, a qualidade democrática das sociedades.

Para desenvolver a análise, este capítulo usa como recorte metodológico o contexto do estado de exceção que a pandemia de COVID-19 legitimou, recorrendo a casos ilustrativos. Combinando, por um lado, a atual (des)ordem informativa⁶³ no contexto de comunicação em rede, que tem sido apelidada de “era da pós-verdade” - i.e., um tempo em que a interpretação de factos acontece não por debates racionais, mas por disputa de crenças pessoais e emoções (ROCHLIN, 2017) - e, por outro, assuntos de grande tecnicidade, a atual resposta por parte de vários Estados ao coronavírus SARS-CoV-2 é um caso em que os (re)ajustes entre democracia, (des)informação e (i)literacia mediática e digital estão em permanente negociação, oscilando entre imposição, contestação e reclamação de políticas e de direitos. A par das medidas expectáveis de âmbito epidemiológico e de saúde pública, vários Estados, numa tentativa de desacelerar a disseminação do vírus, adotaram medidas de rastreamento digital e de “biovigilância”, tal como aplicativos de rastreamento de contatos, muitos sem verdadeiras políticas de privacidade (DIGITAL FREEDOM FUND, 2020; WOODHAMS, 2020) e sem um debate político alargado sobre a natureza e o impacto políticos destas “novas tecnologias” -

⁶⁰ O caso Snowden remete ao vazamento de informação que Edward Snowden, um agente da CIA, levou a cabo, em 2013, e que revelou vários programas de vigilância global sob alçada do governo norte-americano. Ver mais em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/09/edward-snowden-nsa-whistleblower-surveillance>.

⁶¹ ‘Panama Papers’ refere-se ao vazamento de 11,5 milhões de arquivos do quarto maior escritório de advocacia *offshore*, o Mossack Fonseca, que tornou público vários regimes fiscais *offshore* secretos. Ver mais em: <https://www.theguardian.com/news/2016/apr/03/what-you-need-to-know-about-the-panama-papers>.

⁶² O caso Cambridge Analytica refere-se ao escândalo que surgiu depois de se saber que a empresa Cambridge Analytica usou dados obtidos indevidamente do Facebook para construir perfis de eleitores. Ver mais em: <https://www.nytimes.com/2018/04/04/us/politics/cambridge-analytica-scandal-fallout.html>.

⁶³ Já Lyotard (1990) chamava a atenção para a “pós-verdade” ou implosão da verdade no contexto de claro domínio da comunicação de massas. No entanto, podemos argumentar que, num contexto comunicacional em rede (CARDOSO, 2006), as modalidades de circulação de informação e, conseqüentemente, as pressões sobre a categoria de “verdade” assumem novos contornos.



para a democracia e os direitos humanos, bem como sobre a forma diferenciada, não-linear e não-universal como tal afeta diferentes grupos e sujeitos.

O capítulo encontra-se estruturado em três partes. Na primeira parte, explora as peças centrais do puzzle, ou seja, a articulação triangular entre democracia, cidadania e (des)informação centrada nas práticas tecnopolíticas e na heterogeneidade dos seus impactos; na segunda parte, concentra-se nos *continuums* e ruturas que articulam vigilância e estado de exceção, especificamente, a forma como o estado de exceção legitima a vigilância, e como a normalização da exceção regulariza, em permanência, essa mesma vigilância “excepcional”; finalmente, a terceira parte concentra-se no contexto do combate à pandemia de COVID-19, apresentando casos ilustrativos no panorama global.

1. Democracia, cidadania e (des)informação digital

É comumente atribuída a Thomas Jefferson a frase de que “a informação é a moeda da democracia” (TUCHMAN, 2013). Daí que, desde longa data, as noções de democracia, informação e literacia existem lado a lado, sendo a cidadania ativa e informada uma das pedras angulares da inclusão, mobilização e participação democráticas. A importância de uma cidadania informada exige que a política democrática seja precedida e acompanhada por uma esfera pública (JACOBS; TOWNSLEY, 2013), onde a informação sobre a qual cidadãos e cidadãs farão as suas escolhas circule livremente em formulações múltiplas, acessíveis e transparentes (TUCHMAN, 2013). Na combinação de informação e democracia, há a exigência de dois binômios que se alimentam mutuamente: *esfera pública e participação política*, por um lado, e, por outro, *(co)existência do individual e do coletivo*. O primeiro conjunto - *esfera pública e participação política* - visibiliza a articulação que existe entre a livre circulação de informações e pontos de vista, a cidadania bem informada e a participação política, entendida tanto do ponto de vista formal ou institucional, como do ponto de vista informal e que, comumente, a literatura anglo-saxônica sintetiza na expressão “*everyday politics*”. O segundo conjunto - *(co)existência do individual e do coletivo* - sublinha que, a par da necessidade de pensamento e ação individuais, o processo político democrático exige que cidadãos e cidadãs ajam coletivamente na tomada de decisões políticas, como momentos eleitorais (MCNAIR, 2003), mas também que tenham em atenção o impacto não-linear e diferenciado que as diferentes agendas e decisões (macro e micro) políticas têm nas heterogeneidades que constituem uma determinada sociedade. Neste sentido, entendimentos *bottom-up* (e.g. LEDERACH, 1997) e interseccionais (e.g. COLLINS, 2017; TERRIQUEZ; BRENES; LOPEZ, 2018) da agenda e ação políticas são fundamentais.

Esta secção pretende ilustrar estas dinâmicas essenciais da articulação informação e democracia, tendo em conta a ecologia digital, explorando, em primeiro lugar, como a desinformação digital pode contribuir para uma maior vulnerabilidade da democracia, uma vez que atualiza, aprofunda e ressignifica dinâmicas de desinformação e, em segundo lugar, concretiza este aprofundamento de vulnerabilidade analisando a forma como, em contextos democráticos e crescentemente digitais, a tecnopolítica impacta a gramática, o reconhecimento e a proteção dos Direitos Humanos e como o reequilíbrio democrático exige uma literacia digital crítica também ela democratizada.

a. A desinformação como vulnerabilidade democrática

A centralidade da informação na vida política é transversal a culturas e opções políticas disseminadas no tempo e no espaço, não sendo menos verdade que a forma como a informação é produzida e acedida acompanha as tendências sociais, impactando cada contexto específico de forma certa, mas variável. Por



um lado, olhando para o percurso e críticas à democracia liberal (SOUSA SANTOS, 2007), podemos afirmar que a noção da democracia foi e continua a evoluir, a complexificar-se e a densificar-se na medida em que há não só uma democratização de quem tem acesso legal e real à cidadania, mas também uma audiência cada vez mais informada. Por outro, se a noção de democracia evolui e se complexifica, a forma como entendemos a (des)informação e como esta circula também se tem, do mesmo modo, modificado (QUINTANILHA; DA SILVA; LAPA, 2019).

Na segunda década do século XXI, a perene vulnerabilidade da democracia face à (des)informação tem sido atualizada, em grande medida, com as “novas tecnologias”, particularmente, a sua ubiquidade, os padrões de utilização e as dinâmicas específicas que as sustentam, como a internet *das coisas*, a *datificação* ou a *big data* (FLAXMAN; GOEL; RAO, 2016; SANTOS, 2021b). Neste contexto, esta vulnerabilidade tem vindo a enfrentar duas dinâmicas de aprofundamento e que conhecem os seus rostos mais visíveis, por um lado, no terreno fértil para as designadas *fake news* e opções de incivilidade no debate político e, por outro, na descoincidência entre, por um lado, a centralidade do uso da Internet das Coisas e das aplicações informáticas e, por outro, o conhecimento de cidadãos e cidadãs sobre as suas implicações democráticas (WEBER, 2013).

A primeira dinâmica é, em grande medida, justificada pela escolha crescente das redes sociais *online* como fontes preferenciais das dietas informativas (FLAXMAN; GOEL; RAO, 2016), a democratização dos processos de *gatekeeping* (AMARAL; SANTOS, 2019), mas também a lógica de “*facebook disclosure*” (WILLS; REEVES, 2009) e a convergência destes elementos num conhecido contexto de crescente polarização ideológica e de “pós-verdade” (BALL, 2017; NICK, 2017; ROCHLIN, 2017; QUINTANILHA; DA SILVA; LAPA, 2019). Tal, impacta a “veracidade” da informação que circula e que informa debates, assim como os termos dos próprios debates, minando o que deveria ser, nas palavras de McNair (2003), o uso constitucional, racional, deliberativo, transparente e, por isso mesmo, politicamente construtivo da informação na esfera pública, afetando a qualidade das decisões políticas e da interação coletiva e, com isso, impactando a qualidade da democracia (e.g. GIULIANI; GARRAIO; SANTOS, 2020).

A segunda, na qual este capítulo se centra, prende-se com o ritmo, intensidade e diversidade de utilização da Internet, o significado tecnopolítico que esse uso corporiza e o conhecimento empenhado das implicações desses usos e significado. Sublinhando que estes números estão em constante atualização, em finais de 2020, 4,66 biliões de pessoas (STATISTA, 2020a) acediam à *web*, sendo que mais de 60% das pesquisas *google* eram feitas a partir de dispositivos móveis (STATISTA, 2020b). Também o ritmo da interação e da produção de conteúdos na *web* é extremamente acelerado. Por exemplo, diariamente, na rede social Facebook gosta-se, em média, de 4,5 biliões de publicações, compartilham-se mais de 4,7 biliões de atualizações de estado e assiste-se a mais de 1 bilião de vídeos (WEBFX, 2020). Do mesmo modo, em cada dia, são enviados e recebidos mais de 182,9 biliões de *e-mails*, o que perfaz, em média, mais de 2 milhões de mensagens trocadas a cada segundo (WEBFX, 2020). Estando assim presentes na vida quotidiana, as tecnologias digitais conseguem hoje não apenas uma

difusão horizontal (i.e., expansão contínua em tamanho, conteúdo, volume, acesso, usuários, etc.) (...) [mas sobretudo] uma profusão vertical (i.e., alterações de formas de socialização, de participação política, de organização económica e laboral, de expressão cultural, etc.). (SANTOS, 2021b).

Porém, apesar disso, a presença das tecnologias digitais e da Internet das Coisas foi, durante muito tempo vista meramente, sobretudo, por quem as utiliza, pelo prisma da eficácia e eficiência técnica, descurando o seu significado e implicações políticas.

Casos como as denúncias de Snowden ou o escândalo da *Cambridge Analítica* agitaram as águas do debate sobre as modalidades de interação *online*, a propriedade dos dados, proteção da privacidade, direitos humanos e respetivas implicações democráticas, despertando maior alerta para a questão (CISCO,



2019; MANAGER, 2020; STATISTA, 2020c). No entanto, é importante também frisar que o resultado de um inquérito levado a cabo na região da Ásia Pacífico (Austrália, China, Índia, Indonésia, Hong Kong, Japão, Singapura e Taiwan), em 2020, conclui que cerca de 96% das pessoas preferem, na utilização das aplicações dos seus dispositivos, comodidade e facilidade em detrimento de segurança e privacidade (F5'S, 2020). Esta preferência não acontece, porém, no vazio e pode ser associada, para além das interpretações psicologizantes de comodismo e de gratificação imediata, essencialmente a dois fenómenos. O primeiro é que a literacia digital *per se*, sem o comando de uma dimensão crítica, não desemboca, necessariamente, no uso crítico continuado da Internet, podendo até gerar aquilo que se designa por *paradoxo da privacidade*. A sobrevalorização das competências próprias de literacia⁶⁴, a falta de transparência e de conhecimento aprofundado dos mecanismos internos das plataformas digitais pode levar a uma descoincidência entre, por um lado, a perceção e a realidade quanto ao volume de dados pessoais disponibilizados às aplicações e, por outro, entre as intenções de proteção e preocupações dos utilizadores quanto à privacidade e o comportamento efetivo (muitas vezes, não intencionado) de disponibilização de dados pessoais e privados (NORBERG; HORNE; HORNE, 2007; TADDICKEN, 2014). Estes mesmos fatores podem levar a uma sobrevalorização das competências e capacidades para lidar com a desinformação nas plataformas digitais e a desvalorizar o impacto do contacto com a desinformação no próprio, constituindo um risco para a constituição do exercício de uma cidadania informada.

Na senda de Hallam e Zanella (2016), que partem de uma perspetiva focada nas características individuais, podemos argumentar que fenómenos potencialmente lesivos, como a violação de privacidade ou a exposição à desinformação, quando não experimentados diretamente, constituem-se para os indivíduos como psicologicamente distantes, tendo menos peso e estando menos presentes nas escolhas e práticas diárias do que as atividades nas redes sociais *online* mais concretas, gratificantes e psicologicamente próximas. Ora, isto sugere que para os indivíduos estes fenómenos não são tendencialmente sentidos como problemas do próprio, mas dos outros ou que não há uma suficiente consciência ou perceção da (co)existência e interligação entre o pessoal e o coletivo (*psicologicamente distante*).

Processos como o paradoxo da privacidade, que explicam, pelo menos em parte, a proliferação da disponibilização de informação pessoal e privada, concorrem para alimentar e informar o funcionamento dos algoritmos com impacto na circulação pública de (des)informação. A personalização, algorítmicamente informada pelos dados pessoais e privados, dos *feed* nas redes sociais *online* e dos resultados de pesquisa nos motores de busca - numa lógica apelidada de *googlização* do conhecimento e da sociedade (VAIDHYANATHAN, 2012) - faz com que cada indivíduo tenha a sua própria dieta informativa e seja cada vez menos exposto à informação contraditória com as suas disposições ideológicas e crenças e mais suscetível a conteúdos (des)informativos confirmatórios dos seus pontos de vista.

Em segundo lugar, podemos apontar uma despolitização da tecnicidade que se joga na aparente “neutralidade” algorítmica das plataformas e serviços digitais, que segue um fetichismo tecnicista que oculta as origens sociais dos artefactos tecnológicos. É através desta aparência que se propõem soluções técnicas para problemas como a desinformação, em que as empresas tecnológicas avançam soluções algorítmicas para os próprios problemas que criam, tentando, assim, esvaziar as pretensões de regulação externa e democrática da indústria e da circulação pública de informação. E muitas soluções de regulação remetem para problemas relacionados com o “normal” funcionamento do mercado, deixando de parte considerações sobre a relação entre modelo económico e social, a produção e circulação de (des)informação e o funcionamento da democracia, num contexto onde se entende as redes digitais, essencialmente, como espaços de consumo, não como esfera pública e palco de participação política e o usuário como consumidor, não tanto como cidadão.

⁶⁴ O que remete ainda para questões metodológicas de como aferir competências de literacia digital dos indivíduos, em particular, quando se usam instrumentos, como o questionário, que assentam no auto-retrato dos inquiridos.



Os termos do debate em torno destes fenômenos não se centram tendencialmente sobre os efeitos destes nas instituições sociais, mas sobre cada um de nós individualmente, uma vez que as pessoas (e, não raras vezes, a literatura existente) tendem a extrapolar as experiências individuais e o interesse privado como matriz do debate, sem as transpor no coletivo e no valor público. Tal, é insuficiente na medida em que não nos permite ter uma real noção do impacto que estas tecnologias podem criar em termos coletivos e de ação política individual e coletiva. Formulando a discussão apenas nestes termos, o debate sobre o impacto da desinformação na democracia está amputado de uma consideração (coletiva) que é, provavelmente, fundamental.

b. Tecnopolítica, direitos humanos e literacia digital crítica

Na era digital, a tecnologia é entendida como um dos pilares da ligação entre democracia, cidadania e (des)informação. Numa lógica McLuhiana, à medida em que a sociedade moderna se estrutura em torno da tecnologia, esta constitui-se como um dos seus elementos fundamentais (FEENBERG, 2005), em redor do qual debates e conceitos políticos (tradicionais) encontram extensões, declinações ou mesmo ressignificações, visibilizando a tecnologia como braço e corporização do político. Esta simbiose entre tecnologia e política - “cumprir objetivos políticos por meio do suporte de artefatos técnicos” (GAGLIARDONE, 2014: 3) a par da exigência que emana da organização da sociedade em termos tecnológicos - é comumente sintetizado como “tecnopolítica”, ou seja, “híbridos de sistemas técnicos e práticas políticas que produziram novas formas de poder e agência [distributiva]” (EDWARDS & HECHT 2010: 619), sendo importante enfatizar que as tecnologias “não são, em si próprias, tecnopolítica; ao invés, a prática de usar tecnologias em processos políticos e / ou para fins políticos é que constitui o que se entende por tecnopolítica” (HECHT, 2001: 257). A tecnologia nunca é menos do que a corporização do político. As hierarquias em que o sistema internacional tem assentado - raça, gênero, orientação sexual, religião, etc. (GROSFUGUEL, 2007), projetam-se e reproduzem-se *online*, permeando a tecnopolítica e mostrando a falibilidade do “universalismo digital” (CHAN, 2013).

No contexto de atualização, adaptação e (re)significação que a tecnopolítica (re)cria nos dias de hoje, os Direitos Humanos, enquanto gramática de dignidade humana, passaram cumulativamente a integrar uma dimensão digital, comumente apelidada de “direitos digitais”, que muitos veem como uma adaptação dos Direitos Humanos à era digital (MATHIESEN, 2014: 7) e que impulsionam o ativismo de dados enquanto promotor de mudança social (GUTIÉRREZ, 2018). Entre eles, contam-se o direito à informação e à privacidade. Ambos são reconhecidos em diferentes tratados internacionais e documentos com força de *Jus Cogens* (e.g. Arts.º 12, 19 e 27.2 da DUDH; Artsº 17 e 19.2 do Pacto de Direitos Civis e Político). Porém, apesar de, à primeira vista, os direitos digitais parecerem uma atualização ou adaptação linear dos direitos humanos à realidade digital, a mudança da esfera não significa uma mera transposição, mas uma reequação. A questão da esfera, garantia, proteção e reconhecimento dos direitos digitais, no atual contexto tecnopolítico, exige não só competências individuais de literacia que atendem à especificidade, preconceitos e contradições da esfera *online*, mas também a *democratização* de competências críticas de produção, interpretação e interação com e no digital, numa lógica quer individual, quer coletiva.

Enquanto a literacia informacional gira em torno da capacidade de acessar, localizar e avaliar informações, a literacia digital crítica deve ser entendida numa dimensão como a avaliação de conteúdos *online* em relação a representações dominantes, viés, preconceitos e confiabilidade, num contexto comunicacional em rede, onde a difusão de informação circula de forma potencialmente ubíqua por vários canais. Esta capacidade de avaliação deve estar aliada às habilidades de produzir mídia alternativa e de reescrever conteúdos midiáticos de modo a contrabalançar preconceitos, enviesamentos e deturpações (KELLNER E SHARE, 2007). E, como a mídia digital está sujeita a restrições estruturais e inserida em estruturas de poder mais amplas, deve também incorporar, noutra dimensão, conhecimento sobre questões socioeconômicas



relacionadas à Internet, isto é, como a inserção desta em determinado sistema social, político, econômico e corporativo molda a produção, disseminação, acesso e consumo da informação *online* (GREGORY E HIGGINS, 2013), restringindo os potenciais democratizantes da Internet. Deste modo, a literacia digital crítica tem sido interpretada como intrínseca ao engajamento político ideologicamente crítico (POLIZZI, 2020).

2. Vigilância e estado de exceção

A vigilância configura-se hoje enquanto prática organizativa dominante das sociedades modernas contemporâneas - em grande medida, devido a tecnologias efetivas e emergentes como a Internet das Coisas, os serviços de localização e de reconhecimento facial e a concomitante lógica de datificação. Hoje, a arquitetura da vigilância está cada vez mais presente na vida quotidiana, particularmente, enquanto “*dataveillance*” (uma vigilância de alguma forma desprovida do imaginário do controle dos corpos e centrada antes na coleta e organização de dados). Na nossa relação com o Estado e com o setor privado, por questões legais ou como requisito de acesso a determinados produtos e serviços, de forma consciente ou inconsciente, concedemos a estes atores cada vez mais dados e informação pessoal e privada (GOOLD, 2010). Apesar das dinâmicas novas em que assenta e que, por sua vez, gera nos dias de hoje, a vigilância, enquanto processo social e político, nunca esteve, porém, ausente das “rotinas institucionais” ou da própria “sociabilidade humana” (LYON, HAGGERTY E BALL, 2012: 1). A metáfora do panóptico apresentada por Bentham e recuperada por Foucault (2013) é uma das melhores sínteses dos processos e dinâmicas que a vigilância integra: uma estrutura que permite que poucos, sem serem vistos, vigiem muitos. Ao ser utilizada para identificar, rastrear e/ou monitorizar através de observação direta ou mediada (CHANDLER E MUNDAY, 2011: 414), a vigilância tem alguma elasticidade, podendo ter conotações positivas e negativas. Por exemplo, o controlo que lhe dá corpo pode ser utilizado tanto para proteger como para reprimir. Porém, no contexto de vigilância de dados, o *panóptico* de Foucault (2013) tem dado lugar ao *panspectron* de Braman (2006), pois este não opera sob as mesmas coordenadas cartesianas de tempo e espaço do primeiro, mas no ‘espaço dos fluxos’, onde as práticas sociais desterritorializadas podem acontecer simultaneamente (CASTELLS, 2007).

Na atual “sociedade de plataformas”, regulada pelas aplicações do ecossistema digital global, majoritariamente, corporativo, algoritmicamente conduzida e alimentada por dados (VAN DIJCK; POELL E DE WAAL, 2018), o *panspectron* reúne informações simultaneamente sobre tudo e toda a gente e, devido a um leque de recursos, entre eles aplicações digitais, para tentar controlar a transmissão do coronavírus entre os corpos, podemos falar de um *panspectron pandêmico*. Neste contexto, em vez de dura e imposta, a vigilância constitui-se como líquida, baseada no conluio dos usuários de aplicações, seduzidos pelo consumo ou, no quadro de “exceção” da pandemia, pelo medo, na geração de um fluxo de dados tão fluido quanto os arranjos sociais contemporâneos, que são de curto prazo, frágeis e fragmentários (BAUMAN E LYON, 2014).

No contexto democrático e face a ameaças que eles próprios reconhecem enquanto tal, cidadãos e cidadãs têm-se mostrado predispostos a ceder alguns dos seus direitos e liberdades se, em retorno, lhes for oferecida proteção, abrindo-se as portas para a construção de um “aparato ideológico assente [e negociado] na realidade da necessidade” (FERREIRA, 2019: 329). A relação entre Estado e cidadãos passa a ser investida da “linguagem de exceção” e as “leituras excecionalistas de desenvolvimentos sociopolíticos passam a enquadrar problemas e soluções políticas de uma forma particular, excluindo o significado político da prática social” (HUYSMANS, 2008: 165), com impacto na democracia.

Isto porque

“as diferentes modalidades através das quais a flexibilização das normas democráticas e dos princípios do Estado de direito se afirmam como um novo normal em momentos de necessidade (...) põem em causa a separação de poderes e o princípio da produção democrática do direito” (FERREIRA, 2019: 329)

Correndo o risco de se enraizar como o novo normal. As reivindicações de excecionalidade exigem que a governação possa transgredir as normas vigentes, criando normas cuja necessidade é diretamente dependente da circunstância (HUYSMANS, 2008: 171-172). Porém, o estado de exceção tem grande probabilidade de, mesmo quando superada a crise que levou à aprovação de medidas excepcionais, se constituir como um “paradigma normal de governo” que, apesar de opressivo, passa a ser normalizado (AGAMBEN, 2020). Para Agamben (2020), o que começa como uma medida extraordinária democraticamente aprovada durante um estado de exceção pode, assim, se tornar uma ferramenta dilatada no tempo ou permanente no arsenal governamental assim que a crise que legitimou a exceção esteja superada, impactando liberdades e garantias. Tal como sintetiza Tim Christaens (2020), o argumento de Agamben é que “os poderes draconianos de hoje podem ser o aparato de opressão de amanhã” com a validação gerada pela “cegueira que emana do medo e da urgência” (TEWARI, 2020). Neste contexto, é fundamental uma literacia mediática crítica, para que haja um controle cidadão informado sobre a ameaça, a exceção e as implicações das medidas (aparentemente) excepcionais.

3. COVID-19, vigilância e a desinformação em tempos de exceção

A definição da COVID-19 como uma ameaça, bem como o seu enquadramento securitizado deu legitimidade aos governos para promulgar grande parte destas medidas excepcionais que servem para combater a pandemia (ROLLAND, 2020). A retórica bélica e o léxico securitário - “ameaça”, “combate”, “guerra”, “inimigo” - que usualmente a compõem foram usados por variadíssimos líderes, nomeadamente Emmanuel Macron,⁶⁵ Boris Johnson,⁶⁶ António Guterres,⁶⁷ e Tedros Adhanom Ghebreyesus⁶⁸, entre outros. Esta opção discursiva securitizadora veio no sentido de enquadrar a situação da pandemia, mas, sobretudo, o tipo de medidas que a situação (assim desenhada) exigia por forma a promover a sua aceitação junto do público/audiência e instituir o *panspectron pandêmico*. Sendo o processo de securitização “uma forma específica de politização que faz um apelo aos profissionais de segurança”, ele não aponta só para o fato de que “*temos de resolver o problema*, mas que tal tem de ser feito *de uma forma coerciva*” (ARADAU et al. 2006: 460). Esta lógica de securitização facilitou a aprovação de “estados de exceção” - como aconteceu em 84 Estados, muitos deles democráticos⁶⁹, mas também de medidas a granel (i.e., *download* de aplicativos de rastreamento) que, não sendo formalmente enquadradas no estado de exceção, assumem o carácter (e aceitação) excepcional da circunstância que os cria e legitima. Assim, e numa tentativa de conter a doença, e a par da proibição ou limitação de mobilidade, as chamadas medidas de “biovigilância” estiveram no centro das abordagens de muitos governos fazendo com que, por exemplo, o *Digital Freedom Fund* equipare 2020 à materialização de “um mundo panótico a uma escala nunca vista”. Muitas destas ferramentas equiparam-se às tradicionalmente usadas em contextos militarizados, como o combate ao terrorismo ou à espionagem internacional, mas desta feita dirigias aos seus cidadãos e cidadãs (SCHACHAR, 2020).

Entre o aparato do *panspectron pandêmico*, que emerge da interseção entre o atual contexto de “exceção” da pandemia e a regulação societal do tráfego social e econômico na “sociedade de plataformas” (VAN DIJCK; POELL E DE WAAL, 2018), contam-se aplicativos de rastreamento (e.g. 120 aplicativos estavam disponíveis

⁶⁵ Ver: <https://www.bbc.com/news/av/51917380>

⁶⁶ Ver: <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/17/enemy-deadly-boris-johnson-invokes-wartime-language-coronavirus>

⁶⁷ Ver: <https://unric.org/en/covid-19-we-are-at-war-with-a-virus-un-secretary-general-antonio-guterres/>.

⁶⁸ Ver: <https://www.npr.org/sections/coronavirus-live-updates/2020/03/26/822123471/we-are-at-war-who-head-says-warning-millions-could-die-from-covid-19?t=1610394220459>.

⁶⁹ Entre os 84 países de que há registro, contam-se, África do Sul, Arménia, Bolívia, Botsuana, Brasil, Burkina-faso, Estónia, Espanha, EUA, Finlândia, França, Geórgia, Índia, Itália, Japão, Jordânia, Libéria, Letónia, Mali, Marrocos, México, Moldávia, Nova Zelândia, Roménia, Paraguai, Perú, Portugal, Reino Unido, Senegal (Centre for Civil and Political Rights, 2020).

em 71 países em 13 de Outubro de 2020, sendo que 19 desses aplicativos com um total de 4 milhões de *downloads* não tem políticas de privacidade), medidas de rastreamento digital (e.g. 60 foram introduzidas em 38 países), para além de iniciativas de vigilância física (e.g. o recurso a *drones* para vigiar as ruas aquando dos confinamentos foi utilizado em 22 países) (WHOODHAMS, 2020), aplicativos de geolocalização das pessoas com teste positivo à COVID-19 ou algoritmos que, a partir de informações sobre saúde, histórico de viagens e contatos, condicionam os movimentos dos cidadãos (SCHACHAR, 2020). Estas formas através das quais os Estados monitorizam cidadãos e cidadãs e quem reside no seu território são cada vez mais extensas e, não raras vezes, suportados por empresas privadas (DIGITAL FREEDOM FUND, 2020), frequentemente, adquirindo também dados dos seus consumidores e implementando novas tecnologias para vigiar locais de trabalho e clientes (ELECTRONIC FRONTIERS FOUNDATION, 2021).

De acordo com Goodes (2020), a partir de um estudo desenvolvido em finais de 2019 a nível global, há uma desconsideração da ética “*privacy by design*” na construção deste tipo de aplicativos e que encontra eco na biovigilância de resposta à COVID-19. Segundo esse estudo, a grande maioria dos aplicativos construídos e validados por governos não estão suficientemente protegidos contra “*reverse engineering*” e potencial exploração, o que significa que são fáceis de *hackear* e suscetíveis de dar espaço para a criação, por exemplo, de clones falsos, com implicações para a segurança de cidadãos e cidadãs e de confiança na tecnologia e nas instituições. Do lado dos cidadãos e do debate político sobre a matéria, em grande medida devido à tecnicidade, mas também à securitização da pandemia, a ausência de um conhecimento detalhado sobre as condições e implicações desta biovigilância tem sido a tendência mais comum.

No caso do aplicativo *NHS Covid-19*, no Reino Unido, a recolha de informação é muito reduzida, estando encriptada e armazenada com recurso a pseudónimos, mas acessível a terceiros e o *Contact Tracing*, nos EUA, recolhe apenas a geolocalização, de forma não encriptada nem anonimizada, estando acessível a terceiros, o aplicativo *Smittestopp*, na Noruega, tem acesso a uma vasta panóplia de informação anonimizada, mas não encriptada e sendo acessível a terceiros. Já, por exemplo, o aplicativo *SAIYAM - Track & Trace Together*, na Índia, com informação muito detalhada, mas encriptada, não acessível a terceiros e com recurso a pseudónimo, ou o *PeduliLindungi*, na Indonésia, que exige informação pessoal e não garante anonimato, mas é encriptada e não precisa pedir acesso a terceiros têm definições mais consentâneas com os direitos digitais do que o aplicativo Norueguês (WOODHAMS, 2020; TOP10VPN, 2020). Tal, revela que Estados com bons índices de Desenvolvimento Humano, de Internet Inclusiva e de Liberdade de Imprensa não têm necessariamente aplicativos mais consentâneos com a garantia e proteção dos Direitos Humanos digitais, nomeadamente o direito à privacidade, o que visibiliza a novidade, complexidade e não-linearidade da desinformação face à tecnopolítica e à necessidade de literacia digital em contexto democrático.

Em termos de adesão, registou-se uma tendência elevada em termos de número de *downloads*, mas de alguma forma reduzida, tendo em conta a população adulta de cada país. Em Janeiro de 2021 e de acordo com dados da Google Play, no Brasil, o *COVID - SUS* contabilizava mais 5.000.000; no Gana, o *GH Covid-19 Tracker App* contava com mais de 5,000 descargas, na Indonésia, o *PeduliLindungi* tinha mais de 1,000,000; na Noruega, o *Smittestopp* contava com mais de 100,000; na Polónia o *ProteGO Safe* contava com mais de 1,000,000; o *STAYAWAYCOVID*, em Portugal, tinha já 1,000,000 e o *NHS Covid-19*, no Reino Unido, contabilizava mais de 5,000,000 (WOODHAMS, 2020; TOP10VPN, 2020; GOVERNO DE PORTUGAL, 2020). Porém, a contabilização de todas estas descargas perfaz um total de, no mínimo, 11.005.000 corpos, movimentos e/ou pessoas biovigiladas cujas informações são geridas por entidades estatais, mas que podem ser, na sua maioria, acedidas por terceiros e poderão rastrear pessoas em novas (ou renovadas) relações de poder, em espaços políticos de mobilidade/imobilidade (SHACHAR, 2020), de securitização ou des-securitização.

Nos EUA, no atual contexto de luta do movimento *Black Lives Matter* e do combate à pandemia COVID-19, a lei do Estado do Minnesota, por exemplo, não proíbe, especificamente, autoridades estatais de



acessar ou usar a informação recolhida por aplicativos ou outros instrumentos de rastreamento no contexto do combate à pandemia para questões policiais ou judiciais atuais ou futuras (RAHMAN, 2020). Os aplicativos de “biovigilância” afetam de forma distinta as diferentes subjetividades (ELECTRONIC FRONTIERS FOUNDATION, 2021). Não por acaso que o diretor-executivo da OMS, Michael Ryan, alertou, em 25 de março de 2020: que se deve “ter sempre em mente, especialmente quando se trata de coletar informações sobre cidadãos individuais ou rastrear o seu paradeiro ou movimento, uma que há sempre implicações muito sérias ao nível da proteção de dados.”⁷⁰ A arquitetura da *dataveillance* é uma arquitetura de poder e, como tal, encerra uma lógica de privilégio e de discriminação, de segurança e de insegurança, de hegemonia e de contra-hegemonia. A natureza tecnicista dos atuais mecanismos de biovigilância digital, a par de um contexto de securitização, propende para normalizar esta arquitetura para além da exceção que as legitima, negligenciando uma abordagem interseccional às questões da vigilância e impactando de forma diferenciada a garantia e proteção de Direitos Humanos e, com isso, a qualidade democrática das sociedades contemporâneas.

Conclusão

Ainda que o termo vigilância e suas variantes não seja uma característica específica das atuais sociedades de plataformas (VAN DIJCK; POELL E DE WAAL, 2018), com o surgimento da ecologia global de plataformas digitais, essencialmente, controlada por empresas tecnológicas que geram lucro através da monetização dos dados coletados por meio dos aplicativos, geralmente vendendo-os a terceiros (ZUBOFF, 2019), e como as revelações da Wikileaks, de Edward Snowden e o escândalo da Cambridge Analytica demonstraram, a internet fez com o que dispositivo societal panóptico evoluísse para o *panspectron* (BRAMAN, 2006), um aparato de vigilância “datificado”, em fluxo, que implode barreiras espaço-temporais. No quadro de exceção dilatada e securitizado da pandemia COVID-19, a emergência do ‘*panspectron pandêmico*’ exige que os debates e as políticas sobre democracia, biovigilância e direitos digitais vão além de uma linear adaptação do que já existe no contexto *offline* à ecologia global e, essencialmente, corporativa das plataformas digitais.

Nestas (re)definições e (re)significações do digital, as questões da privacidade são essenciais. Sendo um valor e princípio essencial na garantia da dignidade e liberdade individuais, a privacidade funciona como um direito e valor *per se*, mas é também relevante na restrição ao exercício e (ab)uso do poder e à garantia (ou violação) de outros direitos humanos: ao garantir que há um limite sobre o que o Estado e empresas podem saber sobre nós, a privacidade permite proteger a autonomia individual, mas também usar a autonomia no exercício de outros direitos fundamentais (GOOLD, 2010: 43), sendo o inverso também verdade. Os casos ilustrativos de aplicativos de rastreamento criados por diversos Estados no contexto de contenção da pandemia COVID-19, mostram essa necessidade, apontando para duas questões que fecham este capítulo, constituindo, ao mesmo tempo, uma agenda de investigação. A primeira questão é o facto de as medidas para gerir o risco epidemiológico e conter a pandemia assentarem, em larga medida, numa dependência de “solucionismo tecnológico” (MOROZOV, 2013), ou seja, uma “crença de que o digital supera o físico e que se consegue resolver qualquer problema através de um *click*” (BIGO, 2020). O que, no caso concreto das respostas governamentais à COVID-19, tem negligenciado que as respostas - mesmo tecnológicas - à pandemia são sempre políticas e, por isso, com implicações sociais estruturantes. A segunda tem a ver com o lugar de mudança em que sempre nos encontramos e em que os limites da ação tecnopolítica do presente estipulam as possibilidades e impossibilidades do futuro. Como afirma Buckley (2020), “mesmo no meio da pandemia, sabemos que ela vai acabar, que a política vai retomar e que terá sido moldada pelos argumentos feitos durante este tempo”.

⁷⁰ Ver: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/transcripts/who-audio-emergencies-coronavirus-press-conference-full-25mar2020.pdf>

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. L'invenzione di un'epidemia. **Quodlibet**, fev. 2020. Disponível em: <<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia>>.

AMARAL, I.; SANTOS, S. J. Algoritmos e redes sociais: a propagação de fake news na era da pós-verdade. In: FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. (Ed.). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 63–85.

ARADAU, C.; THIERRY, B.; BASARAN, T.; BIGO, D.; BONDITTI, P.; BÜGER, C.; DAVIDSHOFER, S.; GUILLAUME, X.; GUITTET, E. P.; HUYSMANS, J.; JEANDESBOZ, J.; JUTILA, M.; LOBO-GUERRERO, L.; MCCORMACK, T.; MÄLKSOO, M.; NEAL, A.; OLSSON, C.; PETERSEN, K. L.; RAGAZZI, F.; AKILLI, Y. S.; STRITZEL, H.; MUNSTER, H.; STRITZEL, R. Van; VILLUMSEN, T.; WÆVER, O.; WILLIAMS, M. C. Critical approaches to security in Europe: A networked manifesto. **Security Dialogue**, v. 37, n. 4, p. 443–487, 2006.

BALL, J. **Post-truth: How Bullshit Conquered the World**. London: London, Biteback, 2017.

BATESON, G. **Steps to an Ecology of Mind**. [s.l.: s.n.]

BAUMAN, Z.; LYON, D. **Vigilância Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BENSON, T., Twitter Bots Are Spreading Massive Amounts of COVID-19 Misinformation. **IEEE Spectrum**, 2020. Disponível em: <<https://spectrum.ieee.org/tech-talk/telecom/internet/twitter-bots-are-spreading-massive-amounts-of-covid-19-misinformation>>.

BRAMAN, S. **Change of State: Information, Policy and Power**. Cambridge: The MIT Press, 2006.

BUCKLEY, M. Democracy in the UK How Worried Should We Be? **Byline Times**, n. 8 April 2020, p. 1–8, 8 abr. 2020. Disponível em: <<https://bylinetimes.com/2020/04/08/democracy-in-the-uk-how-worried-should-we-be>>.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

CHAN, A. S. **Networking Peripheries. Technological Futures and the Myth of Digital Universalism**. Cambridge/London: The MIT Press, 2013.

CHANDLER, D.; MUNDAY, R. **Oxford Dictionary of Media and Communication**. Oxford: Oxford University Press (OUP), 2011.

CHRISTAENS, T. Critical Legal Thinking –. **Critical Legal Thinking**, mar. 2020. Disponível em: <<https://criticallegalthinking.com/2020/03/26/must-society-be-defended-from-agambe>>.



CISCO. Consumer Privacy Survey: The Growing Imperative of Getting Data Privacy Right. **Cisco**, n. November, p. 1–14, 2019. Disponível em: <<https://www.cisco.com/c/dam/en/us/products/collateral/security/cybersecurity-series-2019-cps.pdf>>.

CISCO. **Cisco Annual Internet Report (2018–2023) White Paper**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.cisco.com/c/en/us/solutions/collateral/executive-perspectives/annual-internet-report/white-paper-c11-741490.pdf>>.

CLARK, A. D.; NICKELS, A. E. Doubling down on austerity: Framing and coronavirus response. **Administrative Theory and Praxis**, v. 0, n. 0, p. 1–8, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10841806.2020.1771905>>.

COLLINS, P. H. The difference that power makes: Intersectionality and participatory democracy. **Investigaciones feministas**, v. 8, n. 1, p. 19–39, 2017.

DAHL, R. **On democracy**. Veritas Paperbacks, 2020.

DIGITAL FREEDOM FUND **Why COVID-19 is a Crisis for Digital Rights**. Disponível em: <<https://edri.org/our-work/why-covid-19-is-a-crisis-for-digital-rights/>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

EDWARDS, P.; HECHT, G. History and the Technopolitics of Identity: The Case of Apartheid South Africa. **Journal of Southern African Studies**, v. 36, n. 3, p. 619–639, 2010.

F5'S. **Curve of Convenience 2020 Report: The Privacy-Convenience Paradox**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.f5.com/c/apcj-2020/asset/gc-rp-curve-of-convenience?utm_medium=press-release&utm_source=pressrelease&utm_campaign=apcj-ap_ap>.

ENLOE, C. The persistence of patriarchy. **New Internationalist**, 2017. Disponível em: <<http://newint.org/columns/essays/2017/10/01/patriarchy-persistence>>.

FERREIRA, A. C. **Sociologia do Direito: Uma Abordagem Sociopolítica**. Porto: Vida Económica Editorial, Lda., 2019.

FLAXMAN, S.; GOEL, S.; RAO, J. M. Filter bubbles, echo chambers, and online news consumption. **Public Opinion Quarterly**, v. 80, n. Specialissue1, p. 298–320, 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Lisboa: Edições 70, 2013.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. In: C. CALHOUN (Ed.). **Habermas and the Public Sphere**. London: MIT Press, 1992.

FRÈRE, M.-S. **Afrique Centrale, Médias et Conflits: vecteurs de guerre ou acteurs de paix?** Brussels: G R I P., 2005.

GARRAIO, J.; SANTOS, S. J.; AMARAL, I.; CARVALHO, A. de S. The unimaginable rapist and the backlash against #MeToo in Portugal. **Europe Now: a journal of research and art**, p. 1–13, 2020.



GOODES, G. **The Proliferation of COVID-19 Contact Tracing Apps Exposes Significant Security Risks.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.guardsquare.com/en/blog/report-proliferation-covid-19-contact-tracing-apps-exposes-significant-security-risks>>.

GOOLD, B. How Much Surveillance is Too Much? Some Thoughts on Surveillance, Democracy, and the Political Value of Privacy. In: DW SCHATUM (Ed.). **Overvåkning i en rettsstat – Surveillance in a Constitutional Government.** Bergen: Fagbokforlaget, 2010. p. 38–48.

GOVERNO DE PORTUGAL. **STAYAWAYCOVID.** Disponível em: <<https://stayawaycovid.pt/landing-page/>>.

GREGORY, L.; HIGGINS, S. Introduction. In Gregory, L. and Higgins, S. (eds) *Information Literacy and Social Justice: radical professional praxis*, Library Juice Press, 1–11, 2013.

HABERMAS, J. *The Structural Transformation of the Public Sphere.* v. 53, p. 160, 1989.

HECHT, G. Technology, Politics, and National identity in France In ALLEN, M.; HECHE, G. (eds) **Technologies of Power: Essays in Honor of Thomas Parke Hughes and Agatha Chipley Hughes.** Cambridge and London: Massachusetts Institute of Technology, p. 253-293, 2001.

HUYSMANS, J. The jargon of exception - On Schmitt, Agamben and the absence of political society. **International Political Sociology**, v. 2, n. 2, p. 165–183, jun. 2008.

JACOBS, R. N.; TOWNSLEY, E. **The space of opinion: Media intellectuals and the public sphere.** Oxford: Oxford University Press, 2011.

KELLNER, D.; SHARE, J. Toward critical media literacy: Core concepts, debates, organizations, and policy. **Discourse**, v. 26, n. 3, p. 369–386, 2005.

KELLNER, D.; SHARE, J. Critical Media Literacy, Democracy, and the Reconstruction of Education. In Macedo, D. and Steinberg, S. R. (eds) *Media Literacy: a reader*, Peter Lang, p. 3–23, 2007.

KENDALL, L. Recontextualizing “Cyberspace”: Methodological Considerations for On-line Research. In: **Doing Internet Research: Critical Issues and Relations for Examining the Net.** [s.l.: s.n.]p. 57–74.

LEDERACH, J. P. **Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies.** Washington DC: UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE PRESS, 1997.

LYON, D.; HAGGERTY, K. D.; KIRSTIE BALL. Introducing surveillance studies. In: BALL, K.; HAGGERTY, K. D.; LYON, D. (Ed.). **Handbook of Surveillance Studies.** Oxon: Routledge, 2012. p. 1–12.

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna.** Lisboa: Gradiva, 1990.



LIVINGSTONE, S. Media literacy and the challenge of new information and communication technologies. **Communication Review**, v. 7, n. 1, p. 3–14, 2004.

LOPES, P. Literacia mediática e cidadania: uma relação garantida?. **Análise Social**, 216, p. 546-580, 2015.

MANAGER, D. privacy. **100 Data Privacy and Data Security statistics for 2020**. Disponível em: <<https://dataprivacymanager.net/100-data-privacy-and-data-security-statistics-for-2020>. Acesso em: 30 dez. 2020.

MATHIESEN, K. Human Rights for the Digital Age. **Journal of Mass Media Ethics: Exploring Questions of Media Morality**, v. 29, n. 1, p. 2–18, 2014.

MCNAIR, B. **An Introduction to Political Communication**. London and New York: Routledge, 2003. v. 03.

MORGAN, S. Fake news, disinformation, manipulation and online tactics to undermine democracy. **Journal of Cyber Policy**, 3.1, p. 39-43, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23738871.2018.1462395>>.

NICK, R. Fake news: belief in post-truth. **Library Hi Tech**, v. 35, n. 3, p. 386–392, 1 jan. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/LHT-03-2017-0062>>.

OMS. Novel Coronavirus (2019-nCoV) Situation Report-13, 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200202-sitrep-13-ncov-v3.pdf>>.

POLIZZI, G. Information literacy in the digital age: why critical digital literacy matters for democracy. In: Goldstein, Stéphane, (ed.) **Informed societies: why information literacy matters for citizenship, participation and democracy**. Facet Publishing, London, UK, p. 1-23, 2020. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/102993/1/Polizzi_information_literacy_in_the_digital_age_published.pdf>.

POSTER, M. **A Segunda Era dos Media**. Lisboa: Celta, 2000.

POSTER, M. Digital Networks and Citizenship. **PMLA Special Topic: Mobile Citizens, Media States**, v. 117, n. 7, p. 98–103, 2002. Disponível em: <<https://www.netsafe.org.nz/digital-citizenship-and-digital-literacy/>>.

POTTER, W. J. The state of media literacy. **Journal of Broadcasting and Electronic Media**, v. 54, n. 4, p. 675–696, 2010.

QUINTANILHA, T. L.; DA SILVA, M. T.; LAPA, T. Fake news and its impact on trust in the news. Using the portuguese case to establish lines of differentiation. **Communication and Society**, v. 32, n. 3, p. 17–33, 2019.

RAHIMI, S. **Meaning, Madness and Political Subjectivity**. [s.l.] Routledge, 2015.



RAHMAN, ZARA. Black Lives Matter protesters aren't being tracked with Covid-19 surveillance tech. Not yet. **The Correspondent**. Disponível em: <https://thecorrespondent.com/507/black-lives-matter-protesters-arent-being-tracked-with-covid-19-surveillance-tech-not-yet/569187644025-767f5154>.

ROCHLIN, N. Fake news: belief in post-truth. **Library Hi Tech**, v. 35, n. 3, p. 386–392, 18 set. 2017. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/LHT-03-2017-0062>.

SANTOS, B. D. S. **Democratizing Democracy: Beyond the Liberal Democratic Canon**. [s.l.] Verso, 2007.

SANTOS, S. J. New Technologies Impact on Conflicts. In: LEAL FILHO, W.; AZUL, A. M.; BRANDLI, L.; LANGE SALVIA, A.; ÖZUYAR, P. G.; WALL, T. (Ed.). **Peace, Justice and Strong Institutions. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals**. [s.l.] Springer International Publishing, 2021a. p. 1–11.

SANTOS, S. J. Admirável Mundo Velho: os (e-)continuuns do poder nas Relações Internacionais da era digital. In: PUREZA, J. M.; FERREIRA, M. F. (Ed.). **Emancipar o mundo. Teoria crítica e Relações Internacionais**. [s.l.] Almedina, 2021b.

SANTOS, S. J.; ARAÚJO, S.; CRAVO, T. A. MEDIA INTERVENTION IN POST-WAR SETTINGS: INSIGHTS FROM THE EPISTEMOLOGIES OF THE SOUTH. **COMMONS: Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital Publicación**, v. 5, n. 2, p. 37–63, 2016.

SHACHAR, A. Bio-surveillance, invisible borders and the dangerous after-effects of COVID-19 measures. **Open Democracy**, n. June 2020, 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/pandemic-border/bio-surveillance-invisible-borders-and-dangerous-after-effects-covid-19-measures/>.

SILVEIRINHA, M. J. Democracia deliberativa e reconhecimento: Repensar o espaço público. In: CORREIA, J. C. (Ed.). **Comunicação e Política**. Estudos em ed. Covilhã: LabCom Books, 2008. p. 139–169.

STATISTA. **Active Internet Users**. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/617136/digital-population-worldwide/>. Acesso em: 30 dez. 2020a.

STATISTA. **Mobile share of organic search engine visits in the United States from 4th quarter 2013 to 4th quarter 2019, by platform**. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/275814/mobile-share-of-organic-search-engine-visits/>. Acesso em: 30 dez. 2020b.

STATISTA. **Global opinion on concern about online privacy 2019, by region** Published by J. Clement, Sep 11, 2020 This statistic presents the share of global internet users who have some degree of concern about their online privacy compared to a year ago as of Februar. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/373338/global-opinion-concern-online-privacy/>. Acesso em: 30 dez. 2020c.

STEINBERG, S. R. Reading Media Critically. In: STEINBERG, D. M. S. R. (Ed.). **Media Literacy. A Reader**. New York: Peter Lang, 2009. p. xviii–xv.



TERRIQUEZ, V.; BRENES, T.; LOPEZ, A. Intersectionality as a multipurpose collective action frame: The case of the undocumented youth movement. **Ethnicities**, n. 18, v. 2, p. 260-276, 2018.

TEWARI, A. Critical Legal Thinking –. **Critical Legal Thinking**, abr. 2020. Disponível em: <<https://criticallegalthinking.com/2020/04/09/begin-from-the-beginning-revisiting-agamben-critique-in-times-of-corona/>>.

TOP10VPN. **COVID-19 Digital Rights Tracker Supporting Data**. Disponível em: <<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1enCBRLVCo2Dp2B0AB3tEYvLc279i5LUuoGCzoelz8aQ/edit#gid=1023364174>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

TUCHMAN, Gaye. The Currency of Democracy: Politics, the Media, and Corporate Control. **Contemporary Sociology: A Journal of Reviews**, v. 42, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0094306113477380d>>.

VAIDHYANATHAN, S. **The Googlization of everything: (and why we should worry)**. University of California Press, 2012.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The platform society: Public values in a connective world**. New York, NY: Oxford University Press, 2018.

WEBER, R. H. Internet of things—governance quo vadis?. **Computer Law & Security Review**, v. 29, n. 4, p. 341-347, 2013.

WEBFX. **Internet in Real Time**. Disponível em: <<https://www.webfx.com/internet-real-time/>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

WILLS, D.; REEVES, S. Facebook as a political weapon: Information in social networks. **British Politics**, v. 4, n. 2, p. 265–281, 2009.

WOODHAMS, S. COVID-19 Digital Rights Tracker. **Top10vpn**, p. 1–35, 2020. Disponível em: <<https://www.top10vpn.com/research/investigations/covid-19-digital-rights-tracker/>>.

ZUBOFF, S. **The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power**. New York, NY: Public Affairs, 2019.

NÃO HÁ CONTRADIÇÃO NARRATIVA:

Princípio liberal se sobrepõe ao paradigma social no entendimento sobre liberdade de expressão exarado nos julgados do STF

Deborah Cunha Teodoro

Carlo José Napolitano

Resumo: Com base na análise das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em ações relacionadas à liberdade de expressão e ao direito à comunicação, este estudo objetiva demonstrar a preponderância da doutrina liberal baseada no princípio do livre fluxo de informação em tais julgados, que seguem entendimento prevalecente na Suprema Corte norte-americana, em detrimento da visão alinhada com os direitos sociais, a qual se encontra presente nos tratados internacionais de direitos humanos. A partir da revisão bibliográfica e da análise documental relacionadas aos campos da Comunicação e do Direito, é possível concluir que o predomínio da teoria do *free flow of information* sobre o paradigma da *self reliance* nos julgados do STF deixa de ensejar, por exemplo, a discussão quanto à regulação brasileira das comunicações, bem como à criação de políticas públicas para o setor, que seriam formas de abrir caminhos para a democratização da mídia no país.

Palavras-chave: democratização da mídia; direito à comunicação; liberdade de expressão; livre fluxo de informação; regulação das comunicações.

Introdução

Remonta a 1948 a origem do princípio do livre fluxo de informação (*free flow of information*) e aos anos 1970 o debate sobre esta doutrina liberal, cada vez mais assimilada à da livre troca em matéria informativa, que defende a liberdade de expressão, em proteção aos interesses das grandes empresas e incorporações de comunicação. As universidades norte-americanas desenvolveram os primeiros estudos com ótica favorável à diminuição de regulamentações, notando-se a influência da ideologia acerca da distinção entre propriedade privada e propriedade social.

No fim da década de 1970, surgiu o debate sobre a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), uma campanha pela reestruturação global da comunicação internacional e dos fluxos de informação, nascida no seio do Movimento dos Países Não-Alinhados e auspiciada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). O objetivo era equilibrar o fluxo de informações entre países pobres e ricos, até então altamente favorável aos dominantes, ampliar o acesso à produção e distribuição de conteúdo para nações em desenvolvimento e promover a responsabilidade e a ética no cumprimento das profissões de comunicação, notavelmente no Jornalismo.

Como resultado do trabalho, o Relatório MacBride constatou, em 1980, que o fluxo de informações se dava de forma ordenada e concentrada nos sentidos Norte/Sul e Oeste/Leste, explicitando a divisão do mundo em termos de pobreza e ideologia. Era a primeira vez que um documento, legitimado por uma instituição das Nações Unidas, a Unesco, dava visibilidade aos desequilíbrios estruturais no campo da comunicação e propunha algumas sugestões para solucioná-los. Foi a primeira visão estrutural crítica sobre a ordem cultural e comunicacional emitida por uma instituição internacional e a pioneira em tratar os problemas



de comunicação em sua dimensão histórica. O documento propôs soluções para reduzir as desigualdades tecnológicas, os desequilíbrios informativos e as carências do conhecimento, além de legitimar as demandas de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação, desafiando as lógicas de concentração do poder informacional e a falta de igualdade nas transferências de tecnologia (MATTELART, 2006).

Após anos de discussões controversas e impasses, o projeto da NOMIC foi abandonado e a teoria do livre fluxo de informação segue influenciando a inércia de governos e parlamentares, mundo afora, no sentido de não estabelecer políticas de comunicação que viabilizem a democratização da mídia. No Brasil, especificamente, além dos poderes Executivo e Legislativo, o Judiciário também adota o entendimento alinhado com tal doutrina ao julgar os processos que versam sobre direito à comunicação. A tendência das decisões judiciais tem sido contemplar a liberdade de expressão, em detrimento de outros direitos fundamentais que apontem para a regulação das comunicações e, em decorrência, a democratização da mídia.

Esta inclinação notada nos julgados do Supremo Tribunal Federal (STF) acompanha as ideias consagradas pela Suprema Corte dos Estados Unidos, embora as realidades dos dois países, tanto relacionadas às bases sobre as quais se firmam o Direito, quanto sociais, políticas e econômicas, sejam divergentes, o que não sustenta tal posicionamento do órgão máximo da justiça brasileira, conforme constatado em pesquisa bibliográfica e análise documental utilizadas como metodologia neste trabalho.

Para contextualizar e aclarar a reflexão proposta, este estudo foi dividido em seis seções, sendo primeira, esta introdução, a segunda apresenta o princípio do livre fluxo de informação no cenário mundial, remontando a sua origem e seus desvios em consonância com os interesses imperialistas. A terceira faz um apanhado da NOMIC e do Relatório MacBride, estabelecendo o contraponto com a doutrina liberal do *free flow of information*, enquanto a quarta evidencia as dificuldades em viabilizar políticas públicas que ajudem a consolidar o direito à comunicação no país, o qual também não conta com o apoio do STF nos julgados referentes à matéria, temática tratada na quinta seção. A sexta comenta a liberdade de expressão sob a perspectiva dos tratados internacionais de direitos humanos, que seria mais adequada para aplicação na realidade brasileira, e, por fim, apresentam-se algumas considerações, em sede de conclusão ao trabalho, considerando que a adoção da teoria liberal, como sugerem as decisões do STF, impõe dificuldades para a promoção da democratização do direito à comunicação.

1. A doutrina liberal decorrente do princípio do livre fluxo de informação

Aprovado na Conferência sobre Liberdade de Informação, em 1948, em Genebra, na Suíça, o princípio do livre fluxo de informação serviu de argumento para respaldar as atividades dos profissionais e das empresas de comunicação nacionais e internacionais, sem regulamentação, que veiculassem notícias sob uma visão particular, de acordo com os interesses da elite dominante na sociedade. Em 1949, a Constituição Alemã introduziu uma concepção universalizante do direito à informação, como o direito de acesso à informação, destinada a todos, contribuindo para a sua anatomia moderna, ligada a processos de democratização da sociedade, e ofertando subsídios para a afirmação e autonomia desse direito.

Segundo Seclaender (1991), o modelo liberal de direito à informação imperou na década de 1950, acarretando uma nociva vinculação da concepção de liberdade de informação como um mero prolongamento da liberdade de expressão. Esse foi um fator preponderante, na avaliação de Schiller (1980, p. 99), para posicionar os Estados Unidos na centralidade da economia mundial, resultando na mundialização dos denominados estilos culturais norte-americanos, já que a política de livre troca de informação foi uma das condições prévias para a expansão imperialista norte-americana. Por isso, apesar dos avanços obtidos pelo

direito à informação, a forma como foi introduzido na Declaração Universal dos Direitos do Homem dificultou sua caracterização como um autêntico direito (SECLAENDER, 1991).

“O ‘livre fluxo’, tal como o aplicam as transnacionais, é a consagração formal do *laissez-faire* em matéria informativa” (SOMAVIA, 1980, p.48), portanto, retificador das estruturas internacionalizadas de poder. Esse princípio, aplicado às agências noticiosas, faculta a elas o direito de selecionar, com base nos interesses políticos e econômicos dos países dominantes e do próprio capital global, a notícia e os conteúdos a serem difundidos e conhecidos no mundo todo. O efeito prático, na América Latina, é o monopólio dos fluxos informativos, inclusive sobre a informação produzida na própria região (SOMAVIA, 1980; RABOY, 2005).

Na década de 1960, com o esgotamento do modelo liberal do direito à informação, era assimilada, cada vez mais, a ideia de um direito à informação para todos, indistintamente: o direito de ser informado. No terreno dos ordenamentos jurídicos, a autonomia do direito à informação sofreu oposição acirrada, mas, sua existência foi, finalmente, admitida. Esta aceitação foi influenciada, principalmente, pela *Encíclica Pacem in Terris*, escrita sob o pontificado de João XXIII, em 1963. Nela foram legados parâmetros aos ordenamentos jurídicos para a regulamentação da atividade informativa, propondo o direito à informação verdadeira sobre os acontecimentos públicos, indicando a sujeição do Estado à visibilidade da sociedade, demarcando a distinção entre acontecimentos públicos e privados para proteção à intimidade (individual ou familiar), definindo a situação jurídica do homem comum no âmbito de um direito democrático de informação, bem como o direito ativo e passivo de buscar e receber informação, facultado a todos (SECLAENDER, 1991, p.150).

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966, ratificou a influência das ideias desta encíclica, reforçando a noção de liberdade de informação (investigar, difundir e receber informações) e ampliando sua distinção em relação à liberdade de expressão (ideias e opiniões), além de trazer a noção da pessoa (ou sujeito de direitos) como titular do direito à informação, numa conexão entre informação e democracia. López López e Morillo Calero (2005) assinalam que o pacto procurou superar as experiências da propaganda totalitária e da manipulação de massas do fascismo e do nazismo, sendo concebido como solução para o enfrentamento das duras experiências vivenciadas pelos países que experimentaram regimes totalitários. O seu princípio foi edificado sob a concepção da informação social a serviço dos cidadãos como garantia do correto funcionamento da democracia.

Nesse momento histórico, os debates retomavam temas e conceitos referentes à liberdade de expressão e liberdade de informação. Também tomou corpo teórico e político os conceitos de política nacional de comunicação e política nacional de informação, constituindo-se como elementos circundantes ao debate em torno da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) como contraponto ao debate sobre uma Nova Ordem Econômica Mundial (NOEM). Os conceitos de políticas nacionais para a comunicação e a informação emergiram no âmbito da Unesco, agência da ONU, criada para gerir as questões de educação, ciência e cultura, conforme será discutido na próxima seção.

2. A NOMIC no contexto da NOEM e o Relatório MacBride

Em contraponto à doutrina liberal do livre fluxo de informação, em curso desde o fim da década de 1940, começou a emergir, nos anos 1970, uma rica discussão sobre a comunicação e seu papel para o fortalecimento da democracia. Os países em desenvolvimento lideraram uma força-tarefa, objetivando modificar a estrutura dominante na ordem informativa internacional, com visão etnocêntrica dos fatos e organização oligopólica.

Neste contexto de crescente questionamento da ordem vigente internacional, principalmente, em relação à concentração midiática dos fluxos de comunicação, a capital do Sri Lanka, Colombo, sediou a Quinta



Conferência dos Países Não-Alinhados, em 1976. Na ocasião, foi lançada a ideia definitiva de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), como complemento indispensável para o surgimento da Nova Ordem Econômica Mundial (NOEM), incorporada, em 1978, aos programas da Unesco e da Assembleia das Nações Unidas (MATTELART, 2001).

Por Nova Ordem Econômica Mundial entende-se uma proposta por maior equilíbrio nas relações comerciais entre os países, dividida entre os produtores de bens manufaturados e industrializados, de um lado e, do outro, os exportadores de matéria-prima, geralmente, ex-colônias que se tornavam consumidores daqueles mesmos bens. Como desdobramento deste conceito, nasceu a ideia de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação, reivindicando este equilíbrio também no campo da comunicação internacional, incluindo fluxo de notícias, publicidade, produtos culturais e informações científicas.

O alvo principal das discussões sobre os desequilíbrios comunicacionais dos países não-alinhados foram as quatro agências de notícias que concentravam grande parte das informações destinadas ao público mundial. As duas principais agências europeias, a *Agence France Presse (AFP)* e a britânica *Reuters*, e as duas agências americanas, a *Associated Press (AP)* e a *United Press International (UPI)*. As acusações contra estas agências desencadearam uma série de ataques por parte da imprensa ocidental, mesmo na mídia comercial dos países em desenvolvimento, que interpretaram como um perigo à liberdade de imprensa e uma ameaça ao princípio do livre fluxo da informação (MATTELART, 2001).

As práticas operantes, aliadas à capacidade informativa, das agências noticiosas encontravam-se a serviço da estrutura transnacional de poder, ratificando as limitações, discriminações e imperfeições resultantes da aplicação do princípio do livre fluxo de informação, uma vez que este assegurava a impunidade das evasivas e o predomínio da visão e ideologia dos países desenvolvidos em relação aos países em desenvolvimento. As agências de notícia exerciam o monopólio das informações, em nível mundial, desprovidas de responsabilidade social e legal pelos erros, excessos, omissões ou distorções que, eventualmente, viessem a cometer na seleção, elaboração, transmissão e apresentação das notícias, como evidencia Somavia (1980, p. 48):

O 'livre fluxo' outorga carta branca para orientar a informação da maneira que mais convenha ou interesse a uma agência de notícias, com a única limitação de responder à demanda de 'seu' mercado. Legitima-se, assim, a visão unilateral das agências como a única verdadeira, posto que é a que se chega a conhecer do mundo. (SOMAVIA, 1980, p. 48).

Depois de mais de dois anos de trabalho, foi lançado, em 1980, o Relatório MacBride. Também conhecido como "Um Mundo e Muitas Vozes - comunicação e informação na nossa época", o documento da Unesco recebeu este nome em homenagem ao irlandês Seán MacBride, presidente da comissão que o redigiu, fundador da Anistia Internacional e vencedor do prêmio Nobel e prêmio Lênin da Paz. O objetivo era analisar problemas de comunicação no mundo em sociedades modernas, particularmente, em relação à comunicação de massa e imprensa internacional, bem como propor uma nova ordem comunicacional para resolvê-los e promover a paz e o desenvolvimento humano. O relatório identificou como principais problemas do setor a concentração da mídia, a comercialização da informação e o acesso desigual à informação e à comunicação, devido à exclusão midiática de grupos, comunidades, povos e regiões. Também foi constatado o desequilíbrio gritante dos fluxos de informação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. No documento, a comissão sugeriu a democratização da comunicação e o fortalecimento das mídias nacionais para evitar a dependência de fontes externas.

Onze princípios básicos seriam fundamentais para a consolidação de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação: 1) fim dos desequilíbrios e desigualdades que caracterizavam a situação

vigente; 2) eliminação dos efeitos negativos de determinados monopólios, públicos ou privados, e a excessiva concentração de poder; 3) remoção dos obstáculos internos e externos para o livre fluxo e mais ampla e equilibrada disseminação de ideias e informações; 4) pluralidade de fontes e canais de informação, bem como liberdade de imprensa e de informação; 5) liberdade para os jornalistas e todos os profissionais dos meios de comunicação; 6) liberdade inseparável da responsabilidade; 7) preparação dos países em desenvolvimento para buscar melhorias em suas próprias nações, sobretudo, no que diz respeito à aquisição de equipamentos próprios; 8) capacitação de pessoal, recuperação da infraestrutura, além de tornarem os meios de informação e de comunicação sintonizados com suas próprias aspirações e necessidades; 9) compromisso sincero dos países desenvolvidos para ajudar os demais a alcançar esses objetivos; 10) respeito à identidade cultural de cada povo e ao direito de cada nação para informar o público internacional sobre seus interesses, aspirações e respectivos valores sociais e culturais; e 11) respeito aos direitos de todos os povos para participar de intercâmbios de informação, baseando-se na igualdade, justiça e benefícios mútuos, além de respeito aos direitos da coletividade, assim como de grupos étnicos e sociais, para que possam ter acesso às fontes de informação e participar ativamente dos fluxos de comunicação.

Apesar de ter recebido forte apoio internacional, o Relatório MacBride foi condenado pelos Estados Unidos e Reino Unido como um ataque à liberdade de imprensa e à doutrina do livre fluxo de informações, sendo taxado de meramente político. Em protesto, ambos países se retiraram da Unesco, em 1984 e 1985, respectivamente, suspendendo cerca de 30% do financiamento da organização, o que a deixou sem recursos suficientes para implementar as metas prioritárias da NOMIC. Com o predomínio das ideias neoliberais e a oposição dos americanos e britânicos, a Unesco foi desqualificada como fórum competente para sinalizar os problemas mundiais da comunicação. Mesmo assim, a essência da avaliação do documento continuou preservada por entidades culturais e não-governamentais atuantes em várias partes do mundo. O Reino Unido retornou à Unesco em 1997 e os Estados Unidos, em 2003.

Os problemas levantados pela NOMIC, através das resoluções e do Relatório MacBride, continuam a pautar as discussões atuais sobre os desequilíbrios e desigualdades, bem como os efeitos negativos dos monopólios, oligopólios, conglomerados e demais concentrações excessivas de grupos midiáticos, as barreiras externas e internas que se opõem à livre circulação e à maior e melhor difusão das ideias e informação, a pluralidade das fontes e dos canais da informação, assim como a diversidade na solução dos problemas da informação e da comunicação, tendo em vista as diferenças de condições sociais, políticas, culturais e econômicas entre os países (UNESCO, 1983).

Ao estruturar o mercado global da informação e comunicação, o *free flow of information* permanece como paradigma hegemônico do setor. Conforme Caju (2014, p. 32), a informação é tanto uma mercadoria, que deve circular independentemente de fronteiras, quanto um direito humano fundamental, a ser protegido da opressão dos Estados. A autora (2014, p. 36) lembra, todavia, que, em contraposição à doutrina liberal do livre fluxo de informação, surgiu a *self reliance*, que desloca a visão estritamente econômica da informação para um olhar da comunicação percebida como fenômeno indissociável do desenvolvimento, da autodeterminação e da identidade dos povos, demonstrando a necessidade de mobilizar todos os aspectos da vida social.

Inspirada no referencial teórico de Paulo Freire (1992), que propõe a instância dialógica da prática educacional, por meio de relações igualitárias entre educador e educando, negando posições hierárquicas de superioridade e subordinação, a *self reliance* exige, além da expansão do alcance dos meios e da distribuição tecnológica, a democratização do seu controle e acesso, bem como da produção de conteúdos e das relações entre os sujeitos envolvidos. Como a mera difusão da informação não implica no aumento do diálogo, a comunicação deve possibilitar a formação humana das pessoas, assim como a empatia, por meio do reconhecimento de si e do outro, consubstanciando-se numa prática verdadeiramente libertadora e emancipadora, por meio da qual as representações subjetivas, identidades individuais e coletivas, ideias e



valores são externados, direcionando as ações e projeções de vida dos indivíduos. Dessa forma, o paradigma da *self reliance* rompe a visão economicista da informação e do campo comunicacional para promover essa dimensão humana e coletiva.

Sob o ponto de vista da apropriação e regulação dos meios, a *self reliance* considera que a propriedade e a exploração dos meios não podem ser exclusivas do Estado, para não correrem o risco de se submeterem a uma visão unidirecional, assim como o lucro não deve ser seu único objetivo, razão pela qual novos sujeitos, sem fins lucrativos, deveriam ter acesso à propriedade dos meios, bem como à produção e difusão de conteúdos. A distribuição dos instrumentos e tecnologias comunicacionais levariam em conta a pluralidade de vozes, sujeitos e visões de mundo, importantes para a democracia, não se confundindo com o pluralismo do “mercado de ideias”, que cumpre apenas uma exigência procedimental. A pluralidade da comunicação pública se volta para a autoafirmação dos indivíduos e da coletividade, abre a possibilidade para a reparação de demandas históricas, evidencia opressões, refletindo sobre as estruturas arraigadas na sociedade, e apresenta formas alternativas de vida, além de novos modelos sociais (CAJU, 2014, p. 37).

Gramsci (2010, p. 195-214, *apud* CAJU, 2014, p. 37-38), outro influenciador teórico da *self reliance*, acredita no poder dos meios de comunicação como instrumentos para alavancar a transformação social, na medida em que sejam utilizados na disputa pela hegemonia política e moral da sociedade. O paradigma da *self reliance* rechaça a não intervenção e defende que o Estado atue para promover a comunicação democrática com medidas de redistribuição dos meios, a partir da diversidade de sujeitos e vozes, incentivos à participação plural e ações voltadas ao uso democrático dos veículos, em cumprimento ao interesse público, bem como à punição de ofensas aos direitos humanos (CAJU, 2014, p. 38).

Portanto, divergentes são as teorias do *free flow of information*, que consagra o *laisse faire* ou livre mercado para a comunicação, com a apropriação privada dos meios, sob a lógica do lucro e da não intervenção, adotada pelas grandes corporações midiáticas, e da *self reliance*, projeto político-ideológico que propõe uma divisão verdadeiramente democrática da produção de conteúdos, dos meios e das tecnologias de informação, visando à transformação social, em contraposição ao imperialismo de países dominantes e à subordinação de nações e povos. Segundo Caju (2014, p. 41-42), este paradigma defende a divisão dos meios entre os sistemas público, estatal e privado, a serem explorados, respectivamente, por entidades sem fins lucrativos, Estado e empresas privadas, submetidos ao interesse público e ao controle social, bandeira esta que recebe o apoio de movimentos sociais, sindicatos e associações comunitárias, além de se encontrar positivada no artigo 223, *caput*, da CF/1988.

Como desdobramento da articulação de uma nova ordem mundial da informação e da comunicação, o discurso e a prática extrapolam os muros das universidades, procurando se aproximar do cotidiano dos cidadãos, ao mesmo tempo em que tenta uma interlocução com o Estado e os empresários, fase em que começam a ganhar destaque as políticas de comunicação, com a busca por políticas públicas e democráticas para o setor (CAPARELLI, 2000). Entretanto, como no Brasil prevalece o monopólio da informação com a atuação de uma mídia hegemônica, são perceptíveis as dificuldades em viabilizar políticas públicas que vão ao encontro da consolidação do direito à comunicação e, por consequência, à democratização da mídia, conforme será abordado na seção seguinte.

3. A carência de políticas públicas de comunicação no Brasil

A informação é um fenômeno essencial da democracia em todos os níveis e não uma simples mercadoria, sendo que a informação midiática é responsável pela mediação entre a realidade concreta e o que é possível

tomar conhecimento dela. Desse modo, há a “necessidade de formular algumas políticas de comunicação que não se limitem à informação e ainda aos MCM, mas sim, que levem em consideração todos os meios que pode utilizar uma sociedade para atingir seus objetivos gerais de desenvolvimento”. (UNESCO, 1983, p. 340).

Entretanto, para o pensamento neoliberal, hegemônico no âmbito da comunicação, era impensável dotar o setor comunicacional de políticas nacionais, concedendo-lhe um *status* de direito mais amplo do que o já consagrado. Nesta conjuntura, o direito à comunicação deveria ser tratado de forma restritiva em relação ao direito à informação, do qual beneficiavam-se a imprensa, enquanto instituição, e seus proprietários privados, como agentes privilegiados de projeção de poder sobre as sociedades.

Sempre será difícil reconhecer a comunicação como política pública no capitalismo, aponta Ramos (2005, p. 250), justamente por ser ela entendida, na ideologia liberal das sociedades de mercado, como a principal garantidora e alavancadora da liberdade de mercado, por meio da teoria do livre fluxo da informação, segundo a qual toda ação do Estado sobre os meios de comunicação torna-se automaticamente censória, representando, portanto, uma ameaça a todos os direitos e a toda liberdade. Mesmo que a regulação das comunicações não guarde nenhuma relação com a censura, quando vem à tona a discussão sobre o tema, as primeiras vozes representativas, principalmente, dos oligopólios do setor, estabelecem esta ligação, o que dificulta a discussão do assunto para a obtenção do apoio da sociedade, por exemplo. Acirrou a dificuldade de debater a questão das sanções censórias sofridas pelos veículos e profissionais da comunicação no exercício de suas atividade e profissão no período de ditadura militar, que marcou a história recente do Brasil.

Por isso, Marques (2013, p. 07) enfatiza a árdua luta pela democratização e pelo controle social das comunicações, assim como sua constituição enquanto direito de todos, afinal, pensar em veículos midiáticos efetivamente democráticos é pensar na construção de uma sociedade livre e emancipada. Apesar dos limites impostos pela dinâmica capitalista, é fundamental enfrentar e problematizar a concentração de propriedade e a necessidade do controle social sobre os veículos de comunicação, bem público e direito que ocupa lugar de destaque na sociedade.

Diante do desafio de buscar a democratização dos meios de comunicação, as forças democráticas e populares precisam estar atentas ao fato de que a comunicação é portadora do direito social à comunicação, considerado de quarta geração, mas ainda muito distante de ser reconhecido na prática. Conforme Ramos (2005, p. 248), a exigência de circulação de dupla direção, intercâmbio livre e possibilidades de acesso e participação dá nova dimensão qualitativa às liberdades conquistadas ao longo do tempo. A ideia do direito à comunicação, embora não tenha recebido, ainda, sua forma definitiva, nem seu conteúdo pleno, eleva o debate da “livre circulação” a um nível superior e oferece a perspectiva de tirá-lo do beco sem saída onde se manteve nos últimos anos.

Com a dificuldade em promover a democratização da mídia tradicional, em que o fluxo de informação é unívoco e maciçamente unidirecional, por meio da regulação das comunicações, a alternativa que se apresenta vem da revolução tecnológica das últimas décadas. As políticas públicas de inclusão digital que facilitaram o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), possibilitando a um número incalculável de indivíduos produzir, reproduzir e distribuir seus próprios conteúdos, alterou a lógica da passividade do público, a quem era permitido apenas ler jornais e revistas, ouvir rádio e ver televisão, sem interferir nas mensagens veiculadas. O que antes demandava alto custo e se mostrava impensável tecnicamente, como produzir um programa de rádio ou TV para veiculação mundial, por exemplo, passou a ser virtualmente gratuito, embora o acesso não seja a única variável a ser considerada, afinal, garantir mais vozes não resultou em mais democracia.

Enquanto isso, os julgados do STF, corte máxima da justiça brasileira, que versam sobre o direito à comunicação, têm priorizado, majoritariamente, a liberdade de expressão quando em conflito com outro direito fundamental, o que será evidenciado na próxima seção.



4. Os julgados do STF sobre direito à comunicação

Intimamente ligada à democracia e um dos fundamentos da cidadania, a liberdade de expressão é consagrada, historicamente, como um direito humano fundamental de primeira geração, formalizada nos principais instrumentos normativos internacionais, dentre os quais, o artigo 19, tanto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quanto do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Ressalta-se que os direitos humanos são recepcionados pelo ordenamento jurídico brasileiro como direitos fundamentais, os quais estão positivados no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. É o caso da liberdade de expressão, que se encontra prescrita no artigo 5º, incisos IV, VI, VIII, IX e XIV, da CF/1988. Apesar dessa conotação liberal, esse direito fundamental também pode ser reconhecido como direito de segunda geração, ao lado dos direitos econômicos, sociais e culturais, direitos que pressupõem ações efetivas do Estado, dito de outro modo, políticas públicas de comunicação.

Segundo Tavares (2008, p. 577), trata-se de um direito genérico que possibilita a exteriorização de sensações ou intuições provenientes de atividade intelectual e abarca outros direitos conexos, como liberdade de manifestação do pensamento, de comunicação, de informação, de acesso à informação, de opinião, de imprensa, de mídia, de divulgação e de radiodifusão. Por outro lado, a liberdade de expressão está inserida em um conceito maior, o do direito à comunicação, ligado à liberdade, e também à igualdade, sendo capaz de garantir paridade de oportunidades na expressão do pensamento.

Deriva, muitas vezes, desses direitos conexos à liberdade de expressão, a contradição de termos presente nos acórdãos, minando, em alguns casos, a compreensão do real sentido e alcance dessa garantia constitucional, haja vista não ser raro aos ministros do Supremo Tribunal Federal, em suas argumentações, misturarem conceitos diferentes como se fossem sinônimos e, com isso, ampliando sua aplicação, razão pela qual se faz necessária a delimitação de termos.

No sistema capitalista, a liberdade de imprensa se confunde com liberdade de empresa, destaca Comparato (2010), em clara alusão à influência da doutrina liberal do livre fluxo de informação. Seguindo a mesma linha de pensamento, Kucinski (2011, p.16) ressalta que os proprietários da grande mídia identificam liberdade de expressão com liberdade da indústria de comunicação, misturando direito fundamental com direito empresarial, como se as empresas fossem detentoras exclusivas do direito de expressão.

Transplantar o pensamento econômico liberal do “*laissez-faire, laissez-passer*” para o campo da liberdade de expressão, como o liberalismo de ideias ou mercado de ideias (*marketplace of ideas*), tem, para Pereira (2002, p. 261), duas motivações: 1) não conseguem mensurar o real potencial nocivo à sociedade da exposição teórica, enquanto exposição teórica; e 2) acreditam que a verdade e o bom senso sempre prevalecem no confronto entre teses opostas; sendo que o autor considera ambas premissas ingênuas.

Em análises das decisões do STF, cujo objeto foi o direito à comunicação, sob a perspectiva da liberdade de expressão e liberdade de imprensa, conclui-se que, seguindo a tendência dos julgados da Suprema Corte dos Estados Unidos, o Supremo também proferiu e profere julgamentos com primazia à liberdade de expressão, em detrimento de outros direitos fundamentais, extirpando qualquer possibilidade de regulação das comunicações. Tais ações foram propostas a partir de 05 de outubro de 1988, sendo que algumas delas ainda se encontram pendentes de julgamento.

Essas análises decorrem de pesquisa⁷¹ coordenada pelo segundo autor, com participação da primeira autora. Na pesquisa empírica foram selecionadas mais de quatro dezenas de ações do controle principal e abstrato de constitucionalidade das leis, a saber: Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF e Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC, relacionadas à temática políticas públicas de comunicação, na perspectiva da liberdade de expressão e de imprensa.

Os assuntos levados para o STF foram das mais variadas ordens e relacionados às políticas públicas de comunicação previstas no texto constitucional brasileiro e regulados ou não por leis infraconstitucionais. Alguns desses temas se destacam, como por exemplo: a temática da classificação indicativa foi questionada em cinco oportunidade no Supremo (ADI 392, ADI 2398, ADI 2404, ADI 3907 e ADI 3927); as restrições legais às propagandas comerciais foram impugnadas em quatro (ADI 1755, ADI 2815, ADO 22 e ADPF 333); os critérios legais para a propaganda eleitoral foram questionadas inúmeras vezes, destacando-se as seguintes ações: ADI 956, ADI 3741, ADI 3742, ADI 3743, ADI 3758 e ADI 4741; o marco regulatório da televisão por assinatura foi questionado nas seguintes ADIs: 4679, 4747, 4756 e 4923; questionou-se também as omissões Congressuais em regular dispositivos constitucionais pertinentes à regulação da comunicação social (ADOs 9, 10 e 11); a possibilidade ou não de concessão de emissoras de rádio e televisão para políticos foi impugnada nas ADPFs 246 e 379, por exemplo; a lei do direito de resposta foi questionada em duas oportunidades (ADI 5415 e 5436). Outros temas também se destacam: ADI 4815 (edição de biografias não autorizadas pelo biografado e ou familiares); ADI 2566 (vedação ao proselitismo na radiodifusão comunitária), a ADI 4451 (que impugnou restrições legais aos programas humorísticos que satirizem políticos em período eleitoral) e ADPF 130 (questionamento da constitucionalidade da lei de imprensa, promulgada no final da década dos anos 1960).

A maioria dessas ações constitucionais já foi julgada pelo STF, algumas, contudo, estão pendentes de julgamento, como são os casos das ADOs, das ADPF 246 e 379 e das ADIs que questionam regras da lei do direito de resposta.

Nas decisões, o STF pautou-se e pauta-se pela prevalência da liberdade de expressão e de imprensa em relação aos demais direitos fundamentais, como a igualdade, privacidade, intimidade, por exemplo.

Em uma das ações mais antigas localizadas e selecionadas na pesquisa empírica para análise, verificou-se que, com base em representação da Associação Nacional de Jornais (ANJ), na ADI 869, de 1993, o STF declarou a inconstitucionalidade da parte final do artigo 247, § 2º, da lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que determinava a suspensão da programação da emissora de televisão por até dois dias, bem como da publicação de periódico por até dois números, nos casos de divulgação de informações, sem autorização, por qualquer meio de comunicação, relacionadas ao envolvimento de criança e adolescente em prática de ato infracional. O pedido se respaldava no artigo 5º, inciso IX, da CF/1988: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 1988). Como o dispositivo constitucional desautorizou, expressamente, o legislador ordinário de limitar o princípio da livre manifestação do pensamento, o STF decidiu, por unanimidade, que a lei ordinária não pode estabelecer restrições à liberdade de imprensa.

O grande paradigma do STF em relação à liberdade de imprensa, no entanto, trata-se do julgamento da ADPF 130. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 130 foi proposta pelo Partido Democrático

⁷¹ Trata-se da pesquisa denominada “Políticas públicas de comunicação no Supremo Tribunal Federal: a liberdade de expressão em julgamento”, financiada pela Chamada Universal – MCTI/CNPq n. 1/2016 – Faixa A, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Processo n. 400602/2016-4. A pesquisa, inicialmente, optou pelo recorte temporal de 05/10/1988 até o ano de 2016, ano da propositura do projeto junto ao CNPq. Contudo, considerando o ajuizamento de outras ações junto ao STF, optou-se por ampliar a análise até os dias atuais, tendo em vista ainda, que a pesquisa continua em desenvolvimento. O banco de dados da pesquisa, no recorte temporal de 1988/2016, pode ser visualizado em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-0381-1.pdf>



Trabalhista – PDT, em 19 de fevereiro de 2008. O PDT questionou nessa ação a constitucionalidade da lei federal n. 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, que dispunha sobre liberdade de manifestação do pensamento e de informações. O Supremo decidiu, em abril de 2009, pela incompatibilidade da lei de imprensa com a nova ordem constitucional, reconhecendo que a liberdade de expressão do pensamento e a liberdade de imprensa devem ser garantidas com primazia em relação aos demais direitos fundamentais, sendo que esses podem ser protegidos somente posteriormente ao dano causado pela livre manifestação. Esse julgado norteou e norteia a jurisprudência do STF.

Como exemplo desse balisamento, proposta pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), a ADI 4.451 pleiteou o reconhecimento da inconstitucionalidade dos incisos II e III do artigo 45 da lei 9.504/97 (Lei eleitoral), que dispunha que, a partir de 1º de julho do ano da eleição, estaria vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário, usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito, bem como veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes. A ABERT alegou que tais normas gerariam um grave efeito silenciador sobre as emissoras, além de inviabilizarem a veiculação de sátiras, charges e programas humorísticos, envolvendo questões ou personagens políticos, durante o período eleitoral, o que violaria os artigos 5º, IV, IX e XIV e 220 da CF/1988, ao criar embaraços à liberdade de manifestação jornalística, constituindo verdadeira censura. O STF reconheceu, por maioria, a inconstitucionalidade dos dispositivos legais impugnados, reproduzindo os argumentos da ADI 869 e, especialmente, da ADPF 130, garantindo “a plena liberdade de imprensa, sendo esta possível de restrição apenas *a posteriori* nos casos de ofensas a outros direitos constitucionalmente garantidos, como são os casos da privacidade e da intimidade, por exemplo” (NAPOLITANO, 2015, p. 26-30).

De igual modo, foi julgada a ADI 2566, declarando inconstitucional a proibição ao proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária, decisão em que o órgão máximo da justiça brasileira, mais uma vez, ratifica a tese da supremacia da liberdade de expressão. Esta ação direta de inconstitucionalidade havia sido proposta pelo Partido Liberal (PL), em 19 de novembro de 2001, e foi julgada procedente no dia 16 de maio de 2018, com a declaração da inconstitucionalidade do artigo 4º, § 1º, da Lei 9.612/1998, que vedava o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária. A alegação era de que referido dispositivo legal afrontava as normas contidas no artigo 5º, incisos IV, VI e IX, e no art. 220, da CF/1988, ao impedir a livre manifestação do pensamento e violar a liberdade de expressão de consciência e crença. No acórdão, há várias referências à ADPF 130. No mesmo sentido, foram os julgamentos das ADIs 4815 (biografias não autorizadas), 2404 (classificação indicativa) e ADO 22 (propaganda comercial).

Na pesquisa, que ainda se encontra em desenvolvimento, verificou-se que o STF entendeu pela possibilidade de imposição de restrições legais à liberdade de expressão em apenas uma oportunidade. Trata-se das decisões proferidas nas ADIs sobre o marco regulatório da televisão por assinatura, que impôs a proibição da propriedade cruzada e da verticalização da cadeia produtiva no setor audiovisual. Entendeu o Supremo que essas restrições são constitucionais por concretizarem o direito fundamental à liberdade de expressão, reconhecendo o papel promocional do Estado no combate à concentração do poder comunicativo. Contudo, essa possibilidade foi reconhecida pelo STF apenas nessa oportunidade, sendo que, nos demais julgados analisados pela pesquisa, prepondera o entendimento da primazia da liberdade de expressão e da impossibilidade de imposição de restrição legal a esse direito e aos seus correlatos.

Ao comparar as decisões do Supremo sob a égide da CF/1988 com as duas grandes concepções sobre as liberdades de expressão e imprensa no pensamento norte-americano, quais sejam, a teoria libertária e a teoria democrática, percebe-se a tendência de se optar pela teoria libertária, que protege, fundamentalmente, a



autonomia privada e o direito à expressão do pensamento sem interferências externas, em detrimento da teoria democrática, que encontra na regulação a condição necessária para a fruição das liberdades de expressão e imprensa por todos os cidadãos. Centrada na figura do autor da mensagem, seja ele artista, escritor, jornalista ou qualquer outro que exerça atividade expressiva de ideias, a teoria libertária, segundo Binjenbojm (2003, p. 363), prega a liberdade de expressão, prevista na Primeira Emenda norte-americana, como emanção da personalidade individual a ser defendida da intervenção estatal. Já a teoria democrática interpreta a Primeira Emenda como instrumento de autogoverno, que permite aos cidadãos formarem livremente a sua convicção a partir da liberdade de se informarem e de serem informados sobre os assuntos de interesse público. Por meio desta teoria, o destinatário da mensagem adquire posição central nas liberdades de expressão e imprensa, deslocando a preocupação da autonomia individual mais para os receptores do que para os emissores das mensagens. A teoria democrática identifica-se com a cidadania participativa e a construção da vontade comum pela participação ativa do cidadão nos assuntos de interesse público, propiciando o processo coletivo de debate e a tomada de decisões apoiada em discussões com ampla participação da comunidade. Dessa forma, além da liberdade de expressão, esta teoria assegura, também, a liberdade política dos cidadãos (BINENBOJM, 2003, p. 363-364).

Nota-se, portanto, que as importações de interpretações de ideias devem ser sopesadas, levando-se em conta as peculiaridades de cada região envolvida, uma vez que a aplicação destas transposições pode se tornar maléfica se desprovidas de ponderação com a realidade socioeconômica e cultural do país. Aliado a isso, a concepção atual de liberdade de expressão, alinhada com as recomendações dos tratados internacionais de direitos humanos, amplia a compreensão desse direito, exigindo-se uma dimensão prestacional do Estado, como será demonstrado na seção seguinte.

5. A liberdade de expressão alinhada ao direito à comunicação na atualidade

Desde a redemocratização de alguns países latino-americanos, a problemática dos meios de comunicação, em geral, bem como da liberdade de expressão e do direito à comunicação, em particular, adquiriu maior e inédita visibilidade no debate político. De meados dos anos 1980 ao início da década de 1990, começava o processo de recuperação da ordem constitucional e a ratificação dos tratados internacionais de direitos humanos na região. Nestas democracias de transição, os tópicos debatidos atendiam às questões mais básicas, concernentes à “agenda clássica”, como censura, sequestro de publicações, proibição de filmes ou prisão de jornalistas. A partir dos anos 2000, com a declaração de princípios do centésimo período de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e os primeiros informes da Relatoria Especial, ganharam corpo as temáticas de uma nova “agenda ampliada”, que incorporou a universalidade do acesso, a questão relacionada à concentração, a distribuição das frequências de radiodifusão e os valores como o pluralismo e a diversidade.

Se, em princípio, a liberdade de expressão requer que os meios de comunicação estejam virtualmente abertos a todos, sem discriminação, ou a não exclusão de indivíduos ou grupos do acesso aos meios, essa liberdade exige, igualmente, certas condições sobre eles, de maneira que, na prática, sejam verdadeiros instrumentos dessa liberdade e não veículos para restringi-la. Os meios de comunicação devem servir para materializar o exercício da liberdade de expressão, de tal forma que suas condições de funcionamento se adaptem aos requerimentos dessa liberdade. Para isso, são indispensáveis a pluralidade de meios, a proibição de monopólio ou oligopólio e a garantia de proteção à liberdade e independência dos jornalistas (Corte IDH, 1985, *apud* LORETI & LOZANO, 2014, pp. 52-53).



Embora concebidos como liberdades negativas, sendo denominadas estas as que não devem sofrer a interferência estatal, permitindo que o indivíduo seja livre, na mesma proporção em que o Estado deixa de regular a sua vida, os direitos da comunicação passaram a ser compreendidos como um conjunto mais complexo de direitos, que implica uma dimensão prestacional, não aceitando mais a mera abstenção estatal em relação a eles, exigindo a garantia de uma série de condições para o seu exercício. Trata-se de uma visão da função do Estado como asseguradora do direito à comunicação para, posteriormente, aprofundar na relação entre o Estado garantidor e regulador, os meios de comunicação e a cidadania, questões ainda consideradas tabus na recente democracia brasileira, que mantém a concentração midiática e a necessidade premente de criar mais formas de acesso e pluralismo ou a democratização da comunicação e seus múltiplos meios, em suas várias manifestações, instrumentos e mecanismos.

Nesse sentido, a ideia neoliberal da não intervenção estatal não deve ser aplicada aos meios, no caso, às empresas de comunicação, sob o argumento de se tratar de uma liberdade negativa, em que o Estado se limita a não censurar. Conforme mencionado neste trabalho, o *laissez-faire* em matéria informativa consagra a doutrina liberal baseada no princípio do livre fluxo de informação, cujo efeito prático, na América Latina, é o monopólio dos fluxos informativos, que pasteuriza a informação originária da região, visando a atender interesses de uma elite dominante (SOMAVIA, 1980; RABOY, 2005).

Segundo Loreti y Lozano (2014, p. 49), vários órgãos dos sistemas de direitos humanos sustentam que a “mão invisível” do Estado não garante pluralidade nem diversidade no âmbito da comunicação social e das indústrias culturais, tendo em vista os poderes simbólico e discursivo dos quais esses meios dispõem, bem como a capacidade de instalação de agenda política que possuem em seus raios de abrangência e atuação. Subsídios ou deduções econômicas, condições de utilização do espectro eletromagnético, regulações sobre os direitos de exibição, tratamentos específicos ao papel para impressão de periódicos, condições e procedimentos para a outorga de permissões, concessões ou autorizações para o acesso à exploração de licenças de meios audiovisuais, assim como suas renovações, medidas pontuais para o fomento e a proteção da indústria cinematográfica, dentre outras, marcam bem em que “livre mercado das ideias” atua o Estado, tanto para que haja muita concentração quanto para a diversidade e o pluralismo.

Loreti y Lozano (2014, p. 64) apontam, ainda, que o papel do Estado vai além das obrigações de abstenção. Da leitura e análise dos compromissos firmados em nível internacional se depreende que este direito exige das autoridades o cumprimento de obrigações de prestação destinadas a garantir pluralismo, diversidade e desconcentração frente às tendências ou práticas monopólicas ou oligopólicas. O controle dos níveis de concentração e a legislação contrária aos conglomerados de mídia são fundamentais para alcançar tais fins.

Não há como sustentar que se garanta o direito à comunicação de modo universal, nem como valor democrático, se for considerado uma liberdade negativa, protegida, exclusivamente, por obrigações vinculadas a abstenção da censura pelos Estados. O exercício efetivo desse direito, compreendido de maneira restritiva como a mera proteção do cidadão, já deixou (ou deveria deixar) de ser a única missão dos Estados, enquanto pretendem cumprir com suas obrigações de fomentar um debate aberto, desinibido e vigoroso que reverbere no fortalecimento das instituições democráticas (LORETI & LOZANO, 2014, p. 52).

Democratizar e ampliar a comunicação são formas de democratizar a sociedade. Para tanto, requer a combinação de vontade política democrática com regulações técnica e culturalmente adequadas à realidade, enfatizando a necessidade da criação de meios regulatórios proporcionais e idôneos para a proteção do direito à comunicação, entre outros direitos, além do respaldo ativo da sociedade, por meio da ação dos cidadãos e coletivos sociais. A Argentina, por exemplo, avançou no processo para resolver esta problemática, em grande parte, devido às regulações, cujo expoente é a Lei nº 26.522/2009, denominada Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual e popularmente conhecida como Ley de medios. Esses avanços normativos permitem certo



equilíbrio da comunicação quando dividida entre os distintos meios, mas há, ainda, um longo caminho a ser percorrido pela frente para o país alcançar um ambiente midiático mais plural e democrático.

Enquanto isso, no Brasil, não há esforço político voltado à regulação do setor de comunicações e os avanços jurídicos acerca da liberdade de expressão e do direito à comunicação, conforme relatados acima, não estão contemplados nos julgamentos do STF. Sob o fundamento de que a liberdade de expressão deve prevalecer sobre outros direitos fundamentais constitucionalmente garantidos, o órgão considera somente o direito à expressão do pensamento sem interferências externas, em detrimento do pensamento atual ampliado nos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos e encontra na regulação, por exemplo, a condição necessária para a fruição das liberdades de expressão e imprensa por todos os cidadãos. Tais decisões, portanto, endossam o direito à comunicação como uma liberdade negativa do Estado, contrariando o entendimento atual de que é necessária uma prestação estatal capaz de assegurar o exercício desse direito no sentido de viabilizar a democratização da mídia e, conseqüentemente, da sociedade como um todo.

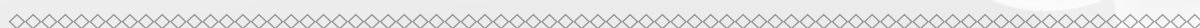
Considerações finais

Embora necessário nas relações internacionais, o princípio do livre fluxo de informação foi amplamente questionado por sua aplicação prática, desvirtuada daquela para a qual foi criado, qual seja, promover a verdadeira liberdade no fluxo de informação para todos. Apesar de sua função autoexplicativa, o que se configurou, na prática, foi o oligopólio da informação pelos países desenvolvidos, exercendo o etnocentrismo unidirecional sobre os países em desenvolvimento e transformando-se em instrumento de dominação do governo sobre a sociedade. Ao ser utilizado para a penetração cultural e ideológica dominante nos países em desenvolvimento, esta doutrina liberal consagrava a função informativa de uma sociedade como o prolongamento da ação de um governo particular ou de setores privados, eivados de interesses políticos e econômicos.

Sobrevieram os estudos da NOMIC, no contexto da NOEM, com o objetivo de analisar problemas de comunicação, particularmente, em relação à comunicação de massa e imprensa internacional, bem como propor uma nova ordem comunicacional para resolvê-los, além de promover a paz e o desenvolvimento humano, originando, em 1980, o Relatório MacBride. Também conhecido como “Um Mundo e Muitas Vozes - comunicação e informação na nossa época”, o documento da Unesco identificou como principais problemas do setor a concentração da mídia, a comercialização da informação e o acesso desigual à informação e à comunicação, devido à exclusão midiática de grupos, comunidades, povos e regiões. Também foi constatado o desequilíbrio gritante dos fluxos de informação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. No relatório, a comissão sugeriu a democratização da comunicação e o fortalecimento das mídias nacionais para evitar a dependência de fontes externas.

Após quatro décadas, o Relatório MacBride continua atual. As desigualdades nos fluxos globais de informação permanecem, todavia, num contexto em que a produção e a circulação são facilitadas pelas Sociedade da Informação e Novas Tecnologias da Informação e Comunicação. Apesar da alta concentração midiática, as propostas do documento para a democratização da comunicação encontram, em nosso tempo, meios tecnológicos e oportunidades históricas e sociais para serem implementadas, embora romper o poder e alcance dos grandes conglomerados de comunicação, com seus oligopólios mundiais, não será possível apenas com o uso de comunicação alternativa, através da Internet.

Diante deste panorama, a *self-reliance* rompe o olhar economicista da informação e da comunicação para promover uma dimensão mais humana e voltada à coletividade, ao desenvolvimento e à autodeterminação



dos povos, em que critérios democráticos, como a pluralidade de vozes, sujeitos e visões de mundo, seriam levados em conta para a distribuição dos instrumentos e tecnologias comunicacionais. O paradigma da *self reliance* está alinhado à corrente que defende a liberdade de expressão como um direito social, diferentemente do que tem decidido o STF nas demandas sobre direito à comunicação. O órgão máximo do sistema jurídico brasileiro referenda, na maioria das vezes, a liberdade de expressão como uma liberdade negativa estatal, contrariando o pensamento atual dos tratados internacionais de direitos humanos, que ampliam esse entendimento para a exigência de uma dimensão prestacional do Estado, a quem cabe a função de assegurar tal direito, aprofundando sua relação com a regulação, os meios de comunicação e a cidadania.

O que se tem agora são condições para a maior organização da sociedade civil e o surgimento de vozes, com novos pontos de vista e opiniões, interligados em rede de interesses e objetivos comuns. Conforme destacou o Relatório MacBride, o ser humano tem direito à informação, a qual deve ser buscada com pressões aos poderes legalmente constituídos, ainda muito inclinados à doutrina liberal do livre fluxo de informação, em detrimento do paradigma da *self reliance*, o que pode ser corroborado pelos casos julgados pelo STF e mencionados nesse trabalho. Por isso, os avanços do campo comunicacional sob a perspectiva dos direitos sociais são cruciais para aprovação de medidas que incentivem e possibilitem a democratização da comunicação, visando uma sociedade justa e plural.

REFERÊNCIAS

BINENBOJM, G. **Meios de comunicação de massa, pluralismo e democracia deliberativa. As liberdades de expressão e de imprensa nos Estados Unidos e no Brasil.** Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (Revista da EMERJ), v. 6, n. 23, 2003. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/68115/meios_comunicacao_massa_binenbojm.pdf. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 29 jul. 2019.

CAJU, Oona de Oliveira. **Direito à comunicação na Argentina e no Brasil: princípios e técnica da ponderação no controle de constitucionalidade da Ley de Medios e da Lei de Imprensa.** Orientadora: Profa. Dra. Renata Ribeiro Rolim. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

CAPARELLI, Sérgio; MARQUES DE MELO, José (CNPq). **A Pesquisa em Comunicação de Massa no Brasil: Avaliação e Perspectivas.** INTERCOM (Revista Brasileira de Comunicação). São Paulo: CNPq, 2000.

COMPARATO, Fábio. K.. Prefácio de: LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão versus liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia.** São Paulo: Publisher, 2010. p. 8-15.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KUCINSKI, Bernardo. Prefácio de: LIMA, Venício A. de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011. p. 9-17.

LÓPEZ LÓPEZ, Pedro; MORILLO CALERO, Maria Jesús. Derecho a la información y democracia em el marco de la globalización neoliberal: bibliotecas, archivos y médios de comunicación de masas. In: LÓPEZ LÓPEZ, Pedro; GIMENO PERELLÓ, Javier (Coord.). **Información, conocimiento y bibliotecas em el marco de la globalización neoliberal**. Gijón: Ediciones Trea, 2005. Cap. 1, p. 15-56.

LORETI, Damián; LOZANO, Luís. **El Derecho a Comunicar**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.

MARQUES, Maria de Fátima Jerônimo. Democratização da comunicação no Brasil: limites à efetivação do direito à informação no capitalismo contemporâneo. In: **Jornada Internacional de políticas públicas**, 2013, São Luís/Maranhão. O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/democratizacaodacomunicacaonobrasil.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. Tradução: Nicolás Nyimi Campanário. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. ISBN: 85-15-02408-X.

NAPOLITANO, Carlo José. **Liberdade de imprensa no Supremo Tribunal Federal: análise comparativa com a Suprema Corte dos Estados Unidos**. *Intercom* (São Paulo. Impresso), v. 38, p. 19-36, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v38n1/1809-5844-interc-38-01-0019.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PEREIRA, Guilherme. D. C. **Liberdade e responsabilidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 283p.

RABOY, Marc. Mídia e Democratização na sociedade de informação. In: MELO, J. M. de; SATHLER, L. (Orgs). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

SCHILLER, Herbert. A livre circulação da informação e a dominação mundial. In: MATTA, Fernando Reyes (Org.) **A informação na nova ordem internacional**. Trad. de Paulo Kramer e Sigrid Sarti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 97-113. (Coleção educação e comunicação, 3).

SECLAENDER, Airton Cerqueira Leite. O direito de ser informado: base do paradigma moderno do direito à informação. **Revista de Direito Público: estudos e comentários**, v.25, n. 99, p.147-159, jul./set. 1991.

SOMAVIA, Juan. A estrutura transnacional de poder e a informação internacional. In: MATTA, Fernando Reyes (org.). **A informação na nova ordem internacional**. Trad. de Paulo Kramer e Sigrid Sarti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 31-51. (Coleção Educação e Comunicação, 3).



TAVARES, A. R. **Curso de Direito Constitucional**, 6ª ed., Editora Saraiva, 2008.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes**: comunicação e informação na nossa época. Rio de Janeiro: FGV, 1983.